



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A POLÍTICA PARAIBANA VIGIADA: POLÍTICOS E MILITANTES
SOB OS OLHOS DO SNI (1964-1985)**

MARIA TEREZA DANTAS BEZERRA SOARES

JOÃO PESSOA - PB
2020

A POLÍTICA PARAIBANA VIGIADA: POLÍTICOS E MILITANTES SOB OS OLHOS DO SNI (1964-1985)

MARIA TEREZA DANTAS BEZERRA SOARES

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História, do
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
da Universidade Federal da Paraíba – UFPB,
em cumprimento às exigências para obtenção
do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes
Área de Concentração: História e Cultura Histórica
Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

JOÃO PESSOA - PB

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S676p Soares, Maria Tereza Dantas Bezerra.

A POLÍTICA PARAIBANA VIGIADA: POLÍTICOS E MILITANTES
SOB OS OLHOS DO SNI (1964-1985) / Maria Tereza Dantas
Bezerra Soares. - João Pessoa, 2020.
229 f. : il.

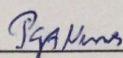
Orientação: Paulo Giovani Antonino Nunes Nunes.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Ditadura Militar. 2. Paraíba. 3. SNI. 4. Vigilância.
5. Políticos. 6. Militantes. I. Nunes, Paulo Giovani
Antonino Nunes. II. Título.

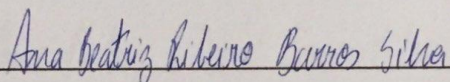
UFPB/CCHLA

**A POLÍTICA PARAIBANA VIGIADA: POLÍTICOS E
MILITANTES SOB OS OLHOS DO SNI (1964-1985)**

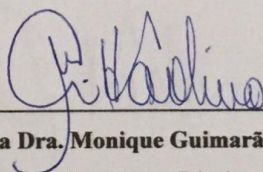
Dissertação de Mestrado avaliada em: 28/02/2022 Com conceito APROVADO



Professor Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes
Programa de Pós-Graduação em História – UFPB
Orientador



Professora Dra. Ana Beatriz Barros Silva
Programa de Pós-Graduação em História – UFPB
Avaliadora interna



Professora Dra. Monique Guimarães Cittadino
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos – UFPB
Avaliadora externa

Professora Dra. Priscila Carlos Brandão Antunes
Programa de Pós-Graduação em História – UFMG
Avaliadora externa

À minha mãe e à tia Lucinha (*in
memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, por todo o carinho e apoio concedidos ao longo de minha caminhada. Agradeço à minha mãe, Goretti, ao meu “painho” Chalegre, aos primos-irmãos Mayra e Rodolfo, e à Patrícia por sempre estarem presentes quando precisei. De maneira especial, sou grata à minha tia Lúcia (*in memoriam*) por me preparar para os estudos e me ensinar desde cedo que através do conhecimento e da disciplina eu poderia conquistar meus objetivos.

Agradeço a Luiz, meu namorado. Que sempre me incentivou, foi companheiro e paciente, estando sempre pronto para as discussões intermináveis a cada capítulo deste trabalho. Ajudou com carinho e muitos filmes a passar por cada dia de tensão desta jornada. Agradeço por todo seu amor e amizade.

Ao professor Paulo Giovani, meu orientador, que com sua sabedoria e amabilidade ajudou-me a trilhar os caminhos necessários para a realização do ofício da pesquisa e da escrita da história. Muiíssimo obrigada professor, o senhor é um verdadeiro exemplo.

Agradeço às professoras Monique Cittadino, Ana Beatriz e Priscila Brandão, por suas colaborações e ensinamentos de grande ajuda neste trabalho.

Aos funcionários e professores do PPGH da UFPB, em especial àqueles com quem cursei disciplinas: Telma Dias, Carla Mary, Martinho Guedes, Paulo Giovani, Solange Rocha, Surya Pombo, Tiago Bernardon, Ana Beatriz e Elio Flores. Assim como agradeço a todos os meus professores da graduação da UFPB, por me proporcionarem, através do enriquecedor período em suas aulas, à valorosa experiência do conhecimento histórico.

Aos amigos da história, em especial à Olga Veiga, Norma Rangel, Carolina Rocha, Giuseppe Lyra e Antônio Gouveia; pela amizade, companheirismo, alegrias e conversas que apenas amigos historiadores poderiam proporcionar. Afinal, nada como divertir-se problematizando sobre absolutamente tudo. Só historiadores são capazes de fazer isso.

Agradeço aos colegas da turma 2018 do PPGH, com quem compartilhei dúvidas das disciplinas e da vida. Estes dois últimos anos não foram fáceis para nós historiadores, mas nossas conversas e a troca de experiências a cada disciplina foi um alento.

Agradeço aos demais colegas da história, em especial aos pesquisadores da ditadura militar, que a cada evento acadêmico, a cada apresentação e discussão, ajudaram a amadurecer o conhecimento histórico. De forma especial, agradeço ao colega Fernando Costa, por compartilhar comigo textos tão importantes para a escrita deste trabalho.

Agradeço à UFPB, universidade pública e gratuita, por sempre me proporcionar excelência na busca pelo conhecimento científico e na formação como professora.

Agradeço, por fim, à CAPES por me proporcionar o auxílio financeiro necessário para o desenvolvimento dessa pesquisa científica.

RESUMO

Este trabalho almeja identificar, analisar e compreender a vigilância exercida pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) em relação aos políticos e militantes de organizações de esquerda no Estado da Paraíba, durante a ditadura militar brasileira (1964 a 1985). Em nível macro, realizamos uma apurada pesquisa nos documentos do Fundo SNI – Agência Recife com o intuito de identificarmos os grupos políticos partidários e as organizações de esquerda que atuavam na Paraíba e eram alvo da vigilância do SNI e dos demais Órgãos de Informações (OIs). Em um nível micro, observamos a vigilância a atores políticos paraibanos, políticos profissionais e militantes de organizações de esquerda, objetivando compreender como e porque esta ocorria. Assim, as fontes utilizadas nesta pesquisa são majoritariamente do acervo do Serviço Nacional de Informações (SNI), estes são caracterizados como “documentos sensíveis”, pois, são “conjuntos que foram criados como instrumentos de repressão” (THIESEN, 2013: 4). Também fazemos uso dos depoimentos concedidos em audiências públicas realizadas pela Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória da Paraíba (CEVPM-PB) e da documentação da Comissão Nacional de Anistia. A pesquisa se localiza no campo da chamada nova história política, mediante a utilização do conceito de cultura política, como exposto por Rodrigo Patto Sá Motta (2009). Também utilizamos de aspectos da teoria dos campos do sociólogo Pierre Bourdieu (1998), especificamente, o conceito de campo político. Este trabalho se coloca na área de concentração História e Cultura Histórica, vinculado à linha de pesquisa História e Regionalidades.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Paraíba; SNI; Vigilância; Políticos; Militantes.

ABSTRACT

This dissertation aims to identify, analyze and understand the surveillance exercised by the Serviço Nacional de Informações (SNI) over politicians and militants of left-wing organizations in the state of Paraíba, during the Brazilian military dictatorship (1964 to 1985). On a macro scale, we conducted a refined research on the documents of the Fundo SNI - Agência Recife in order to identify the political parties and left-wing organizations that worked in Paraíba and were subject of surveillance by SNI and other Information Organs (OIs). At a more personal level, we observed the surveillance of Paraiban political actors, professional politicians and activists from leftist organizations, aiming to understand how and why it occurred. Thereby, the sources used in this research are mostly from the collection of the Serviço Nacional de Informações (SNI), characterized as “sensitive documents”, because they are “sets that were created as instruments of repression” (THIESEN, 2013: 4). We also made use of testimonials given at public hearings held by the Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória da Paraíba (CEVPM-PB) and documentation of the Comissão Nacional de Anistia. The research locates itself at the field of the new political history, using the concept of political culture, as exposed by Rodrigo Patto Sá Motta (2009). We also use aspects of the field theory thought by sociologist Pierre Bourdieu (1998), specifically, the concept of political field. This dissertation focuses on the History and Historical Culture areas, linked to the History and Regionalities research area.

Keywords: Military Dictatorship; Paraíba; SNI; Surveillance; Politicians; Militants.

LISTA DE ABREVIATURAS

1º Gpt E Cnst – Primeiro Grupamento de Engenharia e Construção

15º RI – Décimo quinto Regimento de Infantaria

7ª CJM – Sétima Circunscrição Judiciária Militar

7º RM – Sétimo Regimento Militar

IV EX – Quarto Exército

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência

AC – Agência Central

ACE – Arquivo Cronológico de Entrada

ALN – Aliança Libertadora Nacional

AP – Ação Popular

ARE – Agência Recife

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ASI – Assessoria de Segurança Interna

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CIE – Centro de Informações do Exército

CISA – Centro de Informações da Aeronáutica

CODI – Centro de Operações de Defesa interna

CSN – Conselho de Segurança Nacional

DOI – Destacamento de Operações de Informações

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DSI – Divisão de Segurança Interna

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

EMFA – Estado Maior das Forças Armadas

ESG – Escola Superior de Guerra

ESN – Estado de Segurança Nacional

EsNI – Escola Nacional de Informações

IPM – Inquérito Policial Militar

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MR-8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro

OBAN – Operação Bandeirantes

OIs – Órgãos de Informações

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PFL – Partido da Frente Liberal
PL – Partido Libertador
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTR – Partido Trabalhista Renovador
PP – Partido Popular
PT – Partido dos Trabalhadores
SFICI – Serviço Federal de Informações e Contra-Informações
SIs – Seções de Informações
SISNI – Sistema Nacional de Informações
SNI – Serviço Nacional de Informações
SSP/PB – Secretaria de Segurança Pública da Paraíba
SSP/PE – Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco
UDN – União Democrática Nacional
UNE – União Nacional dos Estudantes

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma com a estrutura do SISNI	75
Figura 2 – Prontuário do SNI sobre João Agripino	104
Figura 3 – Quadro de tendência de votação dos prováveis representantes da Paraíba no colégio eleitoral	123
Figura 4 – Cabeçalho do prontuário de Marcondes Iran Benevides Gadelha	134
Figura 5 – Prontuário das Forças Armadas sobre Langstein de Amorim Almeida	142
Figura 6 – Prontuário das Forças Armadas sobre Ivan Figueiredo Albuquerque	148
Figura 7 – Composição do Diretório Regional do MDB/PB	155
Figura 8 – Documento do Destacamento de Operações e Informações	178
Figura 9 – Estrutura do MR-8 nos Estados da área da Agência Recife	190
Figura 10 – Informação sobre suposto “infiltrado comunista” na UFPB	199
Figura 11 – Tabela indicando “comunistas infiltrados”	203
Figura 12 – Relação de “infiltrados”	205
Figura 13 – Relação de documentos por Estado e partido	207
Figura 14 – “Infiltrados” em meios de educação particulares	211

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Documentos constantes no ACE Nº 3299/82	185
Tabela 2 – “Militantes e/ou simpatizantes” do PCB na Paraíba	188
Tabela 3 – Paraibanos citados como “infiltrados” em partidos políticos	208

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – O CAMPO POLÍTICO E A REPRESSÃO POLÍTICA DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA	33
1.1 O campo político na ditadura militar: controle e combates	36
1.2 Repressão política: o Serviço Nacional de Informações (SNI) e sua vigilância política	64
CAPÍTULO 2 – A POLÍTICA PARTIDÁRIA VIGIADA: POLÍTICOS PARAIBANOS SOB OS OLHOS DO SNI	87
2.1 Política paraibana e documentos do SNI	87
2.2 Governistas vigiados: políticos da ARENA e do PDS sob os olhos do SNI	102
2.3 Oposição vigiada: políticos do MDB e do PMDB sob os olhos do SNI	130
CAPÍTULO 3 – MILITÂNCIA POLÍTICA DE ESQUERDA NA PARAÍBA SOB A VIGILÂNCIA DO SNI	158
3.1 Organizações de esquerda na Paraíba e documentos do SNI	158
3.2 Militantes e organizações de esquerda vigiados pelo SNI	167
3.3 Vigilância sob a “Infiltração Comunista”	191
CONSIDERAÇÕES FINAIS	214
REFERÊNCIAS	218
Fontes	218
Bibliografia	218

INTRODUÇÃO

No prefácio do livro de Carlos Fico, *Como Eles Agiam* (2001, p.10), o historiador e militante comunista no período da ditadura militar brasileira, Jacob Gorender, assinala que: “Do texto resulta a conclusão de que nunca houve, na história do Brasil, um aparelho estatal tão ramificado e rico de recursos a serviço dos setores sociais e políticos da extrema direita”. Esta afirmação serve como ilustração para a magnitude da “estrutura policial-burocrática”, montada pelos militares e seus apoiadores após o golpe civil-militar¹ que pôs fim ao governo institucional do presidente João Goulart em 1964.

A ditadura militar brasileira apresentou como uma de suas características mais marcantes a procura por exteriorizar e propagandear um certo grau de legalidade. Contudo, a organização e o funcionamento dos sistemas ou chamadas comunidades² de informações e de segurança, juntamente com os constantes abusos e interferências efetuadas contra o sistema político e as violações aos direitos humanos praticadas pelo regime, marcam a ditadura militar e a caracterizam mais fortemente que sua busca por aparente legalidade.

De tal modo, o sistema de informações e de segurança organizado pelos militares configurava-se como um “conjunto de órgãos encarregados de fazer espionagem e reprimir os brasileiros considerados ‘subversivos’” (FICO, 2001, p.18). Neste sentido, é justamente sobre as ações do sistema informações, mais especificamente do seu principal órgão, o Serviço Nacional de Informações (SNI), que expomos neste trabalho de dissertação as nossas análises oriundas de pesquisas bibliográficas e documentais.

Nosso objetivo principal neste trabalho é identificar, analisar e compreender a

¹ Utilizamos aqui o termo “golpe civil-militar” pois compactuamos do entendimento de que o golpe efetuado em 1964 foi efetivamente realizado por militares e civis. Estes últimos não apenas apoiaram o golpe, mas, participaram de fato do processo, contribuindo para a classificação do golpe como de caráter de classe, com destaque para os grupos elencados por René Dreifuss (1981), utilizando do conceito gramsciano de elite orgânica: políticos conservadores e liberais da União Democrática Nacional (UDN); intelectuais do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD); estratos sociais burgueses ligados ao capital multinacional e associado, em seus seguimentos empresarial e agrário. Contudo, como dito por Carlos Fico (2004, p.9), “[...] não é o apoio político que determina a natureza dos eventos da história, mas a efetiva participação dos agentes históricos em sua configuração. ”, pois, os militares foram “os sujeitos históricos que implementaram um regime político capaz de atender às necessidades de conhecida combinação de capitais, nacionais e internacionais, através de extratos específicos das respectivas burguesias.” (FICO, p.19). Assim, entendemos que o regime autoritário que se instalou no Brasil por 21 anos, foi comandado pelos militares das três forças armadas, motivo pelo qual escolhemos utilizar os termos “ditadura militar” para denominar estes anos de governos militares. Sobre a discussão acerca da denominação do período, ver: FICO, Carlos. *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*. Santa Catarina: **Revista Tempo & Argumento**. V. 9, Nº 20, 2017, p.05-74.

² Termos como ficaram conhecidos e como eram chamados pelos próprios militares o Sistema Nacional de Informações (SISNI) e o Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN). Ver: FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula** (1927-2005). Rio de Janeiro: Record, 2005, 198p.

vigilância exercida pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre aqueles que compunham o campo político paraibano no período da ditadura militar brasileira, especificamente os políticos de partidos legalizados e os militantes de organizações de esquerda. Entendendo que se constitui a melhor maneira de alcançar tal objetivo, buscamos identificar os grupos políticos partidários, organizações de esquerda e atores políticos que foram alvo da vigilância do SNI e dos demais Órgãos de Informações (OIs) no Estado da Paraíba.

Nossa principal fonte de pesquisa e base para dois de nossos capítulos, são os documentos do Fundo SNI – Agência Recife³, acervo digitalizado que foi entregue pelo Arquivo Nacional à Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB) em 4 de abril de 2016 e encontra-se na Fundação Casa de José Américo. Os documentos constantes neste fundo versam sobre os Estados de responsabilidade da Agência Recife: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas (CEVPM-PB, 2017, p. 114). Os documentos e as temáticas abordadas (comunicadas) são diversas, informa-se principalmente sobre: indivíduos (políticos, militantes, estudantes, professores, trabalhadores rurais e urbanos, membros do clero, membros da imprensa, funcionários públicos); coletividades (partidos e organizações políticas, movimentos sociais, associações); eventos públicos e privados (manifestações, reuniões); empresas públicas e privadas.

A respeito das perspectivas teóricas adotadas, esta pesquisa localiza-se no campo da história política, nos moldes recentes da historiografia⁴, e dialoga com o conceito de cultura política como exposto por Rodrigo Patto Sá Motta (2009). Também utilizamos de aspectos da teoria dos campos do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1998), especificamente, o conceito de campo político.

Sobre os estudos de história política, é importante destacar que até os idos de 1929/30 predominou a produção de uma história política dita como tradicional, amparada pela historiografia metódica, dando ênfase apenas às elites governantes e ao aparelho estatal do antigo regime. Sendo tachada negativamente como pura e unicamente narrativa. Esta historiografia passou a ser fortemente criticada pela Escola dos *Annales* e pelo marxismo ortodoxo, sendo estas, correntes historiográficas que emergiram contra a predominância da

³ Denominada pela sigla ARE, segundo os documentos pesquisados. Funcionava no prédio dos Correios da capital pernambucana. Também podia ser denominada de Agência Pernambuco e pelas siglas APE ou ERE. Ver: ISHAQ, Viven; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. de. **A escrita da repressão e da subversão**, 1964-1985. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012, p.60.

⁴ Como elucidado na obra organizada por René Rémond (1996), “Por uma História Política”.

modalidade política e da narrativa tradicional (FALCON,1997).⁵

Contudo, a indicação de possibilidades de renovação da história política deu-se justamente por dois historiadores da terceira geração dos *Annales*. Jacques Le Goff (1983)⁶ e Jacques Julliard (1995)⁷ se mantiveram críticos à história política tradicional, mas indicaram que era possível realizar uma história política distinta dos moldes metódicos.

Pode-se dizer que após um certo período de ostracismo, viabilizou-se o que hoje chamamos de “retorno dos estudos políticos” ou a “renovação da história política”, proporcionada pela renovação das abordagens, decorrente, em grande parte, da inclusão de elaborações teóricas e metodológicas das ciências sociais nos estudos políticos (MOTTA, 1996, p. 92). Ângela de Castro Gomes (2005, p.21) afirma que a chamada renovação efetuada na historiografia transformou “o sentido de um conjunto de comportamentos individuais e coletivos, politizando uma série de ações e introduzindo novos atores como participantes da

⁵ Com relação à forte crítica feita pelos *Annales* aos metódicos e à história política, José D’Assunção Barros (2012, p.30-31) destaca, em seu quinto volume de sua coleção Teoria da História, intitulado “Escola dos *Annales* e a Nova História”, que é comum em processos de construção de identidades, a ideia marcante do “outro”. No caso do processo de consolidação da identidade da Escola dos *Annales*, um grupo foi eleito pelos mesmos como “o seu “outro” que precisava ser combatido”: a Escola Metódica, que teve no campo institucional, a fundação da Revista *Annales* como um contraposto a sua *Revue Historik*. Os *Annales* construíram então, uma autoimagem de uma Nova História, oposta a “toda uma historiografia tradicional” que, para os mesmos, era sinônimo de Escola Metódica e, em termos de modalidade historiográfica, de história política. Nesse sentido, cabe observarmos a crítica dos *Annales* à historiografia metódica e ao campo da história política também como um reflexo de disputas acadêmicas por poder: “os membros de uma escola (...) almejem ocupar posições no universo institucional dominante, como foi o caso dos primeiros historiadores dos *Annales* ao elegerem como inimigos institucionais os historiadores franceses da Escola Metódica.” (BARROS, 2012, p. 30-34). Em se tratando das críticas à utilização e construção de narrativas sobre história, Peter Burke (1992) em seu livro *A escrita da História*, discute no texto “A História dos Acontecimentos e o Renascimento da Narrativa”, o percurso de altos e baixos da utilização da narrativa dos acontecimentos pela história e os confrontos entre defensores da narrativa e “estruturalistas”, críticos ferrenhos da mesma. Neste texto, Burke percorre vários autores, dentre eles o francês Paul Ricoeur para quem “toda a história escrita, incluindo a chamada “estrutural” associada a Braudel, necessariamente assume algum tipo de forma narrativa” (BURKE, 1992, p. 328). Peter Burke (1992, p. 334) também assinala que melhor seria “pensar nas variedades de modos de narrativa e de não-narrativa, existentes ao longo de uma série contínua”. Também não deveríamos nos esquecer de questionar a relação ente acontecimentos e estruturas. Trabalhando nesta área central, pode ser possível ir além das duas posições opostas para alcançar uma síntese.”. A questão da narrativa na história também é o foco de outro texto, anterior ao de Peter Burke, trata-se de *O Ressurgimento da Narrativa: reflexões sobre uma nova velha história* (texto original em inglês *The Revival of Narrative: reflections on a new old history*), do inglês Lawrence Stone (1979). Neste texto, Stone destaca que estava ocorrendo um retorno dos historiadores da chamada “Nova História”, contudo, estes apresentam diferenças dos historiadores narrativos tradicionais: o objeto da narrativa não seria mais necessariamente os grandes e poderosos, pelo contrário, seria as “vidas, sentimentos e comportamentos dos pobres e obscuros”; mesclam as modalidades analítica e narrativa; utilizam-se de novas fontes, mesmo as que pertencem ao Estado, agora são mais variadas, como na utilização de registros dos tribunais penais; influenciados pela psicologia e pela antropologia, pesquisam sobre o subconsciente, comportamento e sentidos simbólicos; “contam a estória de uma pessoa, um julgamento ou um episódio dramático, não por ele mesmo, mas para lançar luz ao funcionamento interno de uma cultura e uma sociedade do passado.” (STONE, 1979, p. 8). Para uma crítica ao artigo de Lawrence Stone (1979), ver: HOBBSBAWN, Eric J.. *A volta da narrativa*. In: HOBBSBAWN, Eric J.. **Sobre história**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 201-206.

⁶ O texto original é de 1971, mas, foi publicado no Brasil por uma editora portuguesa apenas em 1983.

⁷ Sendo o texto original de 1974 e, publicado no Brasil apenas em 1976.

política”.

Assim, sobre a revalorização do político no âmbito dos estudos históricos, destacam-se dois momentos com enfoques diferentes.⁸ Um primeiro momento na década de 1960, com Edward P. Thompson, Eric Hobsbawm e Christopher Hill, integrantes da Escola Social Inglesa, que desenvolveram uma escrita da história que combinava o político, o social e o cultural. E, um segundo momento, com uma historiografia francesa, entre as décadas de 1980/1990, tendo René Rémond como grande expoente, seguido de nomes como Serge Bernstein e Jean-François Sirinelli, que realizaram/difundiram aquilo que passou a ser conhecido como nova história política (BARROS, 2012).

Em seu texto *Uma história presente*⁹, René Rémond expõe o processo pelo qual se deu essa revalorização do político na historiografia francesa, elencando fatores externos e internos como importantes para tal processo. A respeito dos fatores externos, destaca: os acontecimentos marcantes de 1968; a experiência das duas grandes guerras; a crise na economia neoliberal; e as políticas públicas estatais.

No que concerne aos fatores internos importantes para tal revalorização, Rémond destaca o retorno de discussões sobre conceitos e métodos de pesquisa para o estudo do (a) político (a). Tais rediscussões basearam-se na interdisciplinaridade com as demais ciências sociais, “É impossível para a história política praticar o isolamento: ciência-encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para ela como ar de que precisa para respirar” (RÉMOND, 2003, p.29).

A política passou a ser vista em fatos coletivos e sociais, trazendo seu estudo para vários outros setores da sociedade além do Estado, bem como, incorporou o estudo de personagens que não faziam parte das elites políticas, reconhecendo-os também como sujeitos da história. Desta forma, mediante a renovação de “características processuais e incrementais”, esta história política passou a ser chamada de “nova”, ao realizar o deslocamento ou a ampliação da percepção da ação política e dos espaços de disputas políticas (GOMES, 2005). Efetou-se uma completa transformação na proposição de estudos de história política, se levarmos em conta os enfoques da chamada história política tradicional.

⁸ Sobre o processo de renovação da história política, ver: FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, FLAMARION, Ciro.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Ensaios de Teoria. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.97-138. BARROS, José d’Assunção. História social e o retorno do político. In: **Campos da Política - Discursos e Práticas**. São Paulo: LP-Books, 2012, p.10-47.

⁹ RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003, p.13-36.

Simultaneamente a esta busca pela interdisciplinaridade, surgiram diálogos no interior da própria disciplina história (interdisciplinaridades) e os historiadores ligados aos estudos políticos buscaram estabelecer conexões com outras categorias da modalidade, principalmente, a história cultural. O processo de busca por conexões entre história política e história cultural foi fruto, em grande medida, do influxo do chamado “giro cultural e linguístico”¹⁰ no cenário dos trabalhos de história, principalmente entre os historiadores franceses.

Exemplo e resultado claro da interdisciplinaridade e da interdisciplinaridade, foi o estabelecimento do conceito de cultura política nos estudos de história. Este, por sua vez, foi formulado originalmente na ciência política norte-americana entre 1950 e 1960 e, após algumas apropriações e reformulações pelas ciências humanas e sociais, nas décadas de 1980 e 1990, passou a ser utilizado por historiadores ligados ao retorno do (a) político (a).

Dentre estes historiadores, destaca-se Serge Bernstein (1998, p.350), para quem cultura política seria um “fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos”. Tal autor ressalta que existe mais de uma cultura política: a republicana (liberal), a socialista, a monárquica, a nacionalista, a católica. Assim, podemos falar em culturas políticas no plural, pois, por mais que uma cultura seja dominante em um determinado período, as demais não estão “mortas”, por assim dizer, pelo contrário, elas compõem o universo político e cultural das sociedades, lutando entre si pela hegemonia (BERNSTEIN, 1998).

Enquanto conjunto amplo e heterogêneo, as culturas políticas necessitam de vetores sociais pelos quais irrompem do campo ideológico para o prático. Serge Bernstein destaca então, instituições como família, Igreja, instituições educacionais, corporações militares, partidos políticos, sindicatos, locais de trabalho. Logo, não devemos pensar em cultura política como um fenômeno imóvel, pelo contrário:

É um corpo vivo que continua a evoluir, que se alimenta, se enriquece com múltiplas contribuições, as das outras culturas políticas quando elas parecem trazer boas respostas aos problemas do momento, os da evolução da conjuntura que inflecte as ideias e os temas, não podendo nenhuma cultura política sobreviver a prazo a uma contradição demasiado forte com as realidades (BERNSTEIN, 1998, p.357).

¹⁰ De acordo com Iggers (2010), este “giro cultural e linguístico” foi um “Movimento”, nos anos 1970/80, de maior valorização de fatores da cultura e da linguística para a explicação dos fenômenos e realidades históricas, algumas vezes, em detrimento de fatores econômicos e sociais. Promovia uma atenção a diferentes aspectos micro históricos extraídos da vida cotidiana; atenção a opressão cultural sofrida pelas classes inferiores; operava uma certa relação com o marxismo não pela ideia de uma explicação da sociedade e da história, mas pela crítica ao capitalismo como fonte de injustiças. Dos estudos do giro cultural e linguístico, surgiu a chamada “nova história cultural”.

A respeito do uso do conceito de cultura política pela historiografia brasileira, ressaltamos o trabalho do historiador Rodrigo Patto Sá Motta que, claramente influenciado pela obra de Serge Bernstein, cunhou a definição de cultura política que norteia este trabalho.¹¹

Assim, segundo Motta, cultura política seria:

Um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2009, p.21).

Tendo em vista a aplicação do conceito de cultura política nesta pesquisa, ainda cabem aqui considerações quanto a ideia de representação e; em decorrência desta, sobre o conceito de ideologia e de imaginário social. No que diz respeito à ideia de representações presente no conceito de cultura política apresentado por Motta, destaca-se que, ao compreender cultura de forma próxima à concepção antropológica, tal autor pensa as representações

em sentido amplo, configurando conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, implicando a mobilização de mitos, símbolos, discursos, vocabulários e diversificada cultura visual (cartazes, emblemas, caricaturas, filmes, fotografias, bandeiras etc.) (MOTTA, 2013, p.12).

No tocante ao conceito de ideologia, Motta destaca que este pode fornecer contribuições que agregam ao conceito de cultura política. Para tanto, têm-se ideologia como “um conjunto de ideais que dá forma a determinados projetos políticos e impele à luta pela conquista do poder (...)” (MOTTA, 2009, p.27). Destarte, quanto ao conceito de imaginário social, Motta (1998, p. 96) destaca que este contribui para atribuir sentido de coesão e identidade aos grupos sociais, na medida em que é

a representação ou o conjunto de representações imagéticas de determinados aspectos ou fenômenos da vida social como, anseios, temores, utopias, valores, crenças, etc. (...) O imaginário, aqui, diz respeito à construção de representações da realidade que dificilmente coincidem totalmente com o real. Mas, também, não é pura e simples uma mistificação (MOTTA, 1998, p. 96).

Assim, partindo do entendimento de Serge Bernstein, de culturas políticas em sentido plural, Rodrigo Patto Sá Motta, com o auxílio dos conceitos acima assinalados, trabalha com

¹¹ É importante ressaltar que o uso (ou certos usos) do conceito de cultura política recebeu críticas de setores da historiografia brasileira. No campo das pesquisas da ditadura militar, algumas das que fizeram uso de tal aporte teórico foram entendidas como “culturalistas” e “revisionistas”. Sobre estas críticas, ver: MATTOS, Marcelo Badaró. As bases teóricas do *revisionismo*: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.) **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.) **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

a concepção de que existe uma cultura política brasileira que coexiste e interage com culturas políticas específicas, ou com o que ele chama de subculturas¹². Nesse sentido, a cultura política brasileira englobaria um imaginário nacional, ou seja, um conjunto de representações que oferecem ao grupo uma identidade política, e que possibilita a identificação com atores políticos do passado, classificando-os como heróis ou vilões, ou estabelecendo importância em eventos marcantes (MOTTA, 2013, p.15).

Na identificação de uma cultura política nacional, destaca-se “a presença de comportamentos e valores políticos típicos” do grupo em questão, que podem ser observados enquanto práticas recorrentes, ou mesmo características. Assim, segundo Motta, a cultura política brasileira apresenta as seguintes práticas/características: patrimonialismo; personalismo; clientelismo; elitismo; autoritarismo; “tendência à flexibilidade, à conciliação, ou à negação de conflitos”; bem como, “a frágil identificação dos cidadãos com os partidos políticos, o pouco apreço e a escassa participação nos espaços públicos” (MOTTA, 2013).

Além destas características de nossa cultura política, Motta (2000, p. 7) destaca ainda o papel marcante do anticomunismo na história política brasileira, principalmente após o Levante Comunista de 1935¹³ que teria causado grande impacto nos grupos conservadores e com isso na disseminação do anticomunismo no Brasil. A característica de tomada de poder armada por parte dos integrantes do Levante, preocupou e assustou os grupos conservadores que passaram a se sentir ameaçados pela possibilidade de uma transformação comunista no Brasil.

Nesse sentido, segundo Motta (2000, p.7), como um resultado da reprodução das ações dos grupos conservadores contrários ao comunismo, constituiu-se no Brasil um imaginário anticomunista:

Criaram-se, assim, bases para estabelecimento de uma sólida tradição anticomunista na sociedade brasileira, reproduzida ao longo das décadas seguintes através da ação do Estado, de organismos sociais e mesmo de indivíduos, cujo zelo militante levou à constituição de um conjunto de representações sobre o comunismo, um verdadeiro imaginário anticomunista. Tal tradição passou a ser elemento constante nas campanhas e nas lutas políticas, o que não significa que suas manifestações tenham tido sempre a mesma intensidade. Em determinados períodos a presença do anticomunismo foi fraca, quase residual. Mas houve radicalização do fenômeno em algumas conjunturas históricas, sempre ligadas a fases de crescimento da influência do PCB, em particular, e da esquerda, em geral.

¹² “... partilhavam de alguns elementos da cultura *mater*, por assim dizer, mas ao mesmo tempo possuíam características próprias.” (MOTTA, 1998, p. 99).

¹³ Tentativa de tomada do poder contra o governo de Getúlio Vargas, liderada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), a principal figura do Levante era o capitão do Exército Brasileiro, Luís Carlos Prestes.

O imaginário anticomunista no Brasil, ou melhor explicando, a presença de um conjunto de representações e discursos anticomunistas, pode ser identificado durante todo o período da história nacional pós 1935, variando entre períodos de maior ou menor expressão na sociedade brasileira. De tal maneira, Motta (2000, p.7) aponta que existiram três momentos em que o anticomunismo e o seu imaginário marcaram os rumos do país: logicamente entre 1935 e 1937, período entre o Levante Comunista e a instalação do Estado Novo Vargasista; posteriormente entre os anos de 1946 e 1950, anos iniciais da Guerra Fria e; o período em que o anticomunismo mais trouxe consequências à política e sociedade brasileira, a crise do início dos anos 1960, especificamente o golpe civil-militar de 1964, marcado pelo imaginário anticomunista.

Nos três períodos referidos, as atividades anticomunistas foram intensificadas, sendo que em 1937 e 1964 a “ameaça comunista” foi argumento político decisivo para justificar os respectivos golpes políticos, bem como para convencer a sociedade (ao menos parte dela) da necessidade de medidas repressivas contra a esquerda (MOTTA, 2000, p.7).

Deste modo, entendemos que os 21 anos de governos militares ininterruptos no Brasil, sofreram influência da cultura política brasileira, tal qual é apresentada por Motta (2013). Observamos o período de 1964 a 1985 como inserido na longa duração de práticas marcantes de nossa cultura política nacional como, por exemplo, práticas autoritárias e conciliatórias. Mas, além do influxo da cultura política brasileira no período da ditadura militar, entendemos que esta última decorreu de fatores estruturais de longa e média duração e, da coalizão civil-militar vitoriosa em 1964 que organizou interesses econômicos, políticos e sociais do capital multinacional e associado.

Assim, compreendemos que o golpe civil-militar de 1964 caracteriza-se por dois movimentos que se complementam: a aliança das classes dirigentes do período visando a obtenção de seus interesses particulares, caracterizando o golpe como de classe; e, somando-se a isso, a mobilização, por parte destas classes dirigentes, de um imaginário político anticomunista junto a parcelas da sociedade brasileira, com o intuito de desestabilizar o governo João Goulart.

Nesse sentido, vale a pena lembrarmos que tanto Bernstein (1998) quanto Motta (2009) destacam o papel dos chamados vetores sociais (instituições educacionais, família, corporações militares, partidos políticos, sindicatos, Igreja) na reprodução e transmissão de culturas políticas, suas práticas e ideologias (que dão forma a determinados projetos políticos e conduzem à luta pela conquista do poder). Deste modo, as classes dominantes burguesas envolvidas no golpe civil-militar e na ditadura que se seguiu, eram portadoras da ideologia de

sua classe social e, juntamente com os seus parceiros militares portadores de uma ideologia militarista, estavam inseridas em uma cultura política marcada por práticas autoritárias, conciliatórias, personalistas, elitistas, clientelistas, entre outras, bem como, pela presença das ideologias dos grupos acima citados. Práticas e ideologias estas, que eram (e são até hoje) reproduzidas e transmitidas por vetores sociais que expressam determinados interesses sociais. Portanto, o emprego do conceito de cultura política neste trabalho contribuiu para compreendermos a influência de práticas e condutas enraizadas nas tradições políticas do país, podendo ser observadas nas ações dos dirigentes do regime militar e dos grupos políticos e das classes sociais em conflito durante os anos da ditadura.

Ainda acerca das escolhas teóricas realizadas nesta pesquisa, também empregamos o conceito de campo político do sociólogo Pierre Bourdieu, principalmente, no que concerne à fatores conjunturais. Assim, cabe esclarecer que para Bourdieu (2011, p.195), “um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social”. Portanto, o campo político

é definido como um espaço relativamente autônomo, dependente de um universo de regras, crenças e papéis próprios. É “o lugar em que se geram – na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos – produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher” (CANÊDO. IN: CATANI; NOGUEIRA; HEY; MEDEIROS, 2017, p.91).

Segundo Bourdieu (2011, p.195), no campo político “se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular”. Bourdieu (2011, p. 202) frisa ainda que o que “faz reconhecer que uma instituição ou um agente faz parte de um campo (...) é o fato de que ele transforma o estado do campo (ou que, se o retirarmos, as coisas se modificam significativamente)”.

Nesse sentido, tomando como objeto de análise o macrocosmo social brasileiro do período aqui estudado, temos que seu campo político seria formado por questões como poder (Estado), conjuntura, associações/partidos, forças armadas, políticos profissionais, militantes políticos, militares, autoritarismo, ideologia, eleições, discurso, populismo, disputas de classe, movimentos sociais, dentre outras.

O campo político, assim como os demais campos que formam o macrocosmo social, “é um universo no qual operam critérios de avaliação que lhe são próprios e que não teriam validade no microcosmo vizinho”, contudo, diferentemente dos demais campos e, semelhante apenas ao campo religioso, o campo político “repousa sobre uma separação entre os

profissionais e os profanos” (BOURDIEU, 2011, p.195). Esta divisão deriva da situação desigual de acesso ao referido campo, sendo esta também, decorrente da desigual distribuição das propensões, aptidões e capacidades necessárias aos integrantes do campo, ou seja, existem condições sociais de acesso à política (BOURDIEU, 2011, p.196). Portanto,

as condições sociais do funcionamento do campo político como um lugar em que certo número de pessoas, que preenchem as condições de acesso, joga um jogo particular do qual os outros são excluídos. É importante saber que o universo político repousa sobre uma exclusão, um desapontamento. Quanto mais o campo político se constitui, mais ele se autonomiza, mais se profissionaliza, mais os profissionais tendem a ver os profanos com uma espécie de comiseração (BOURDIEU, 2011, p. 197).

Deste modo, Bourdieu (2011, p. 197) destaca ainda algo que nos é bastante útil em nosso trabalho devido às conjunturas políticas brasileiras ao longo da ditadura militar. Seria pressuposto básico dos “profissionais” que integram o campo político, que “Só os políticos têm competência (...) para falar de política. Cabe a eles falar de política. Eis uma proposição tácita que está inscrita na existência do campo político”. Pois bem, durante a ditadura militar, este desígnio essencial do campo político, foi vigorosamente ignorado pelos militares que comandaram o Estado brasileiro entre 1964 e 1985, tendo em vista a própria efetivação de um golpe civil-militar contra um governo constitucionalmente eleito, bem como, as constantes interferências no campo político desde 1964, com o intuito de controlar o referido campo. Assim, cabe aqui destacar que,

As lutas políticas são lutas entre responsáveis políticos, mas nessas lutas os adversários, que competem pelo monopólio da manipulação legítima dos bens políticos, têm um objeto comum em disputa, o poder sobre o Estado (que em certa medida põe fim à luta política, visto que as verdades de Estado são verdades transpolíticas, pelo menos oficialmente). As lutas pelo monopólio do princípio legítimo de visão e de divisão do mundo social opõem pessoas dotadas de poderes desiguais (BOURDIEU, 2011, p.203).

Desta forma, destacamos o uso do conceito de campo político pois entendemos que é necessário compreender as conjunturas políticas e institucionais específicas criadas pela ditadura militar, tendo em vista nosso objetivo principal de identificar, analisar e compreender a vigilância exercida pelo Serviço Nacional de Informações aos que compunham o campo político paraibano. Buscamos então, mediante o uso de tal conceito, observar como aquela sociedade de classes sociais desenvolveu suas inter-relações no campo político de cada conjuntura específica entre os 21 anos de governos militares. Tal como, procuramos historicizar os atores sociais aqui pesquisados, políticos profissionais e militantes políticos de organizações de esquerda, tendo em vista que os mesmos compõem este campo político.

Assim, o emprego do conceito de campo político efetua-se tanto pelo propósito, quanto pela necessidade, de historicizar as conjunturas brasileiras durante a ditadura militar. Historicizamos processos específicos da ditadura, como: o lançamento dos Atos Institucionais; os chamados casuísmos políticos/eleitorais do governo; as ações e reações repressivas empregadas pelos militares contra a classe política e as organizações de esquerda; as ações e reações desenvolvidas pelos políticos profissionais e militantes políticos contra o Estado autoritário; os combates da sociedade civil de forma geral; o aparelho repressivo montado pelos militares; o sistema de informações e o sistema de segurança; e claro, historicizamos o Serviço Nacional de Informações (SNI).

Visando encerrar a explanação acerca das escolhas teóricas aqui empregadas, destacamos o que Raoul Girardet (1987) chamou de mitologia do complô ou da conspiração¹⁴. Segundo o autor, a mitologia do complô serve a uma busca pelo privilégio exclusivo do domínio do imaginário político, ou seja, a ideia de um complô ou conspiração de um certo grupo sob uma pretensa maioria surge de uma realidade de crise ou no mínimo instável, onde o grupo pretensamente majoritário sente-se e coloca-se como ameaçado pelo grupo instaurador do complô. Assim, o que se busca ao disseminar a ideia de existência de uma conspiração é o domínio do imaginário político visando superar uma crise ou instabilidade da qual não se debate as causas por medo da perda de privilégios.

Girardet (1987, p. 34-41) apresenta que a mitologia do complô impõe-se por ou com três meios: “a imagem, temível e temida, da organização” que está por detrás da conspiração, que abarca a ideia de segredo que envolve a organização e sua estrutura hierarquizada; a busca pelo controle das inteligências, das almas e das riquezas públicas, praticada pela organização da conspiração; e por fim, a estratégia “da corrupção, do aviltamento dos costumes, da desagregação sistemática das tradições sociais e dos valores morais”. Por e com estes meios, a organização que realiza o complô buscaria “dominar o mundo”.

Importante esclarecer que segundo Girardet (1987, p. 49-57), a mitologia do complô possui um campo histórico, um sociológico e um psicológico. Essa amplitude da mitologia da conspiração torna-a complexa o suficiente para ser compreendida apenas como uma manipulação sobre uma suposta conspiração, por mais que também seja isto. O que Raoul Girardet quer dizer com isso é que o mito do complô, ao surgir de um sentimento de ameaça

¹⁴ No livro são apresentadas e discutidas três grandes narrativas que foram construídas e alteradas ao longo do tempo de forma a criar três grandes mitos ou mitologias conspiratórias na Europa: o mito da conspiração judaica; da conspiração jesuíta; e da conspiração da maçonaria.

em uma realidade de crise ou instável, surge em uma sociedade onde já existe um imaginário social e um código de normas nele inserido, sobre o grupo que seria responsável pelo complô.

Nesse sentido, destacamos o mito do complô, especificamente da conspiração comunista, bastante utilizado durante a ditadura militar. A ideia de uma conspiração para se instalar o comunismo no Brasil foi utilizada, mediante a instrumentalização do imaginário anticomunista, como pretexto para o golpe civil-militar de 1964 e na perpetuação da ditadura militar que o seguiu por 21 anos, bem como para todas as ações repressivas praticadas pelo regime. A própria classificação de comunistas, simpatizantes comunistas ou membros de organizações de esquerda como “inimigo” interno e todo o discurso da ditadura e de seus órgãos sobre estes e suas organizações, serve como exemplo da instrumentalização não apenas do imaginário anticomunista no Brasil, como também da criação de uma ideia de complô ou conspiração comunista para dominar o país.

Como destaca Rodrigo Patto Sá Motta (1998, p. 98) a respeito de mitologias políticas:

Uma mitologia política, por exemplo, é constituída de ações concretas, como discursos, propaganda, intervenção política, enfim. E ela só se estabelecerá efetivamente se expressar demandas ou temores sociais reais preexistentes, ou se conseguir criá-los.

Assim, em um contexto internacional de Guerra Fria e em um continente onde já havia o caso cubano¹⁵, o discurso de que as organizações comunistas buscavam dominar o país; de que queriam controlar as vidas e as riquezas existentes de acordo com sua ideologia e que viriam a impor uma nova noção de hierarquia; somada à ideia de que comunistas seriam corruptos e corromperiam as tradições e a moral cristã brasileira; foi exaustivamente utilizado pela propaganda da ditadura militar e por seus órgãos, inclusive pelo SNI, quando de sua

¹⁵ Em 1956 iniciou-se em Cuba um movimento guerrilheiro liderado por Fidel Castro, contra a ditadura do presidente Fulgêncio Batista apoiada pelos Estados Unidos. Tal movimento, que também contou com a atuação do revolucionário argentino Ernesto Che Guevara e com crescente apoio da população cubana rural e carente, obteve vitória em 1959, com a derrubada do governo ditatorial e a nomeação de Fidel como primeiro-ministro. Após a tomada do poder, Fidel Castro implementou reformas econômicas que iam contra os interesses norte-americanos na ilha e, aproximou-se econômica e politicamente da União Soviética, assinando uma série de acordos de comércio e ajuda econômica entre os dois países. Essa aproximação entre a ilha caribenha e a potência comunista, constituiu-se num grande desafio e alerta à manutenção da influência dos EUA na América Latina. Nos anos 60, em um cenário de auge da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética, as tensões entre Cuba e EUA evoluíram e três resultados destas tensões merecem destaque. Em 1961, houve a fracassada tentativa de invasão da ilha por uma força militar treinada e financiada pelo governo norte-americano, composta de exilados cubanos. Os dois outros eventos são do ano de 1962: em janeiro, por influência dos EUA, Cuba foi expulsa da Organização dos Estados Americanos (OEA), e lhe foi imposto um bloqueio econômico; posteriormente, em outubro, a URSS instalou mísseis balísticos na ilha caribenha, que fica em posição próxima da costa do estado norte-americano da Flórida, o presidente dos EUA reagiu e mobilizou sua marinha impondo um bloqueio à ilha de Cuba para forçar os soviéticos a desistirem da implantação dos mísseis em continente americano, foi a chamada crise dos mísseis. Sobre Revolução Cubana, ver: AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. Coleção Revoluções do Século XX – Emília Viotti da Costa (Org.). São Paulo: Editora UNIESP, 2004, 136p.

atuação para com as organizações de esquerda e com a suspeição de indivíduos como comunistas. Desta forma, mediante entendimento da mitologia do complô exposta por Raoul Girardet (1987), observamos aspectos da mesma na atuação do Serviço, no que concerne à sua vigilância evidenciada nos documentos do Fundo SNI – Agência Recife analisados em nossa pesquisa.

Para a compreensão do período aqui estudado, nos apoiamos em uma vasta bibliografia produzida a respeito do golpe e da ditadura militar brasileira, com destaque para as obras: *1964: a conquista do Estado*, de René Armand Dreifuss; *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, de Maria Helena Moreira Alves (1984); *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*, de Carlos Fico (2004); os artigos presentes no livro *O tempo da ditadura militar: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, organizado por Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado (2017); além do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014) e do Relatório da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (2017).

A respeito da comunidade de informações e o SNI, destacamos quatro obras principais: *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*, de Carlos Fico (2001); *SNI e ABIN. Uma Leitura da Atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao longo do Século XX*, de Priscila Carlos Brandão Antunes (2001); *Ministério do Silêncio*, de Lucas Figueiredo (2005); *A escrita da repressão e da subversão – 1964-1984*, dos pesquisadores do Arquivo Nacional Vivien Ishaq, Pablo Endrigo Franco e Tereza Eleutério de Sousa (2012).

No que concerne à bibliografia referente ao Estado da Paraíba, nos apoiamos na produção dos professores Paulo Giovani Antonino Nunes (2003; 2009; 2012; 2014; 2015) e Monique Cittadino (1998; 2006), bem como, na dissertação de mestrado de Dmitri da Silva Bichara Sobreira (2016) e no já citado relatório final da CEVPM-PB (2017). Destacamos também textos presentes nos livros *Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba* (2014)¹⁶ e *Poder, memória e resistência: os 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios* (2016)¹⁷.

¹⁶ Ressaltamos os textos “O Partido Comunista Brasileiro na Paraíba: luta de massas entre democracia e o autoritarismo” de Rodrigo Freire de Carvalho Silva e, “Ditadura Militar na Paraíba: Documentos e Memórias” de Lúcia de Fátima Guerra Ferreira.

¹⁷ Com os textos “O impacto do golpe de 1964 e da ditadura na universidade paraibana” de Rodrigo Patto Sá Motta e, “As cassações de mandatos de prefeitos durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964-1969)” de Paulo Giovani Antonino Nunes.

Igualmente nos foram úteis, a tese de doutoramento de Marcília Gama da Silva (2007)¹⁸, a dissertação de mestrado de Fabiana Andrade de Oliveira (2014)¹⁹ e artigos mais recentes que versam, em perspectiva regional ou nacional, sobre o aparelho repressivo montado pelos militares, entendendo a estruturação e o funcionamento da comunidade de informações como um importante aspecto da repressão política e ideológica da ditadura militar²⁰. Nesse sentido, temas como a formação dos agentes de informação; as estratégias de obtenção de informações; a construção, seleção e classificação das informações; e o discurso presente nos documentos oficiais, são todos pontos de fundamental importância para um trabalho com documentos oficiais do principal órgão de informações da ditadura militar.

Nossas pesquisas com documentos do Serviço Nacional de Informações iniciou-se no ano de 2016, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em projeto intitulado “A sociedade civil sob vigilância: atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI) na Paraíba (1964-1985)”, sob orientação do professor doutor Paulo Giovani Antonino Nunes. Este primeiro contato com o acervo do Fundo SNI – Agência Recife nos evidenciou a necessidade dar continuidade e aprofundar as pesquisas neste acervo, haja vista a grande quantidade de documentos.

Assim, o Fundo SNI – Agência Recife é composto por mais de sete mil documentos de assuntos referentes aos “Estados da Área” desta Agência. Tais documentos, produzidos por órgãos de repressão da ditadura militar, são caracterizados como “sensíveis”: “conjuntos que foram criados como instrumentos de repressão. Em muitos casos, guardam um poder potencial, uma potência inerente ao valor informacional que mantêm mesmo que não estejam ativos” (PLATHE apud THIESEN, 2013, p.4).

Deste modo, arquivos da repressão são os “conjuntos documentais produzidos pelos órgãos de informação e segurança do aparato estatal em ações repressivas, durante períodos não-democráticos.”²¹ (BAUER; GERTZ, 2015, p.177-178). Assim, por serem a expressão

¹⁸ *Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*, defendida em 2007 na UFPE/CFCH.

¹⁹ *A Escola Nacional de Informações: a formação dos agentes para a inteligência brasileira durante o regime militar*, apresentada em 2014 na UNESP/FCHS.

²⁰ Artigos de Carla Reis Longhi: “O Boletim Informativo: documentação institucional ou discurso reapropriado?”, publicado em 2006; “O Aparato Repressivo Brasileiro: Dinâmicas Da Violência E Confrontos Pelo Poder”, de 2009; “Vigilância e visibilidade: estratégias de controle da ditadura civil-militar”, de 2014; Artigo de Samantha Viz Quadrat, “A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)”, publicado em 2012. Artigo de Fabiana Andrade de Oliveira, intitulado “A estrutura do Serviço Secreto na ditadura militar: a formação dos agentes secretos na Escola Nacional de Informações”, publicado em 2014.

²¹ Sobre a produção de arquivos secretos do governo ou de arquivos produzidos pela repressão, Bauer e Gertz (2013: 173-174), destacam dois períodos de produção: durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-

documental oficial da existência da repressão do Brasil da ditadura militar, ao trabalharmos com os arquivos do Fundo SNI – Agência Recife, entendemos que os mesmos são “Guardiões dos materiais da memória e da história, abrigam documentos em sentido amplo, constituindo fontes primárias de pesquisa, portadoras de informações que refletem as atividades que lhes deram origem” (THIESEN, 2013, p.3).

Para além deste acervo do SNI, se fez útil e necessário trabalharmos com outras fontes. Neste sentido, destacamos a utilização de outros conjuntos documentais de posse da CEVPM-PB: os depoimentos concedidos em audiências públicas realizadas em trabalhos da referida comissão²², os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) com paraibanos²³; os documentos da Comissão Nacional de Anistia²⁴. Estes conjuntos documentais nos foram bastante úteis, principalmente no tocante a acontecimentos específicos do Estado da Paraíba entre as décadas de 1960 e 1980, bem como, para termos conhecimento do que aconteceu à alguns indivíduos paraibanos neste período, sobretudo no caso dos militantes políticos.

No que concerne aos depoimentos concedidos em audiências públicas realizadas pela CEVPM-PB, entendemos que os mesmos se configuram como uma narrativa da memória e, portanto, destacamos que “A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente” (VILANOVA apud FERREIRA, 2012, p.175).

Deste modo, apresentamos os resultados de nossas pesquisas bibliográficas e documentais divididas em três capítulos. Em nosso primeiro capítulo, utilizamos de extensa bibliografia para realizar um mapeamento da ditadura militar brasileira, com o foco em analisar e compreender, primeiramente, as diversas formas que o campo político brasileiro

1945) e, durante a ditadura militar (1964-1985). Entretanto, destacam que entre 1945 e 1964, os órgãos responsáveis pelo setor de informações do Estado brasileiro não cessaram seus trabalhos, apenas não possuíam um direcionamento e aplicação tão rígidos.

²² A CEVPM-PB realizou 24 audiências públicas e 22 oitivas (sessões de depoimentos reservados feitos por vítimas que, por motivo pessoal, não queriam falar em audiências públicas), entre o período de 28 de junho de 2013 e 21 de fevereiro de 2017, contabilizando o testemunho de 69 pessoas, das mais variadas organizações partidárias ou segmentos profissionais e educacionais, vítimas da repressão política da ditadura militar.

²³ A CEVPM-PB possui arquivados IPMs que se desenvolveram sobre paraibanos, como os chamados “IPM da subversão”, “IPM do Grupo dos Onze”, “IPM do PCBR”, “IPM do PORT”. Tais documentos encontram-se sob a guarda da referida comissão na Fundação Casa José Américo, em João Pessoa-PB.

²⁴ “A Comissão de Anistia foi instalada no Ministério da Justiça no dia 28 de agosto de 2001. Criada pela Medida Provisória n.º 2.151, posteriormente convertida na Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002, ela tem por finalidade examinar e apreciar os requerimentos de anistia, emitindo parecer destinado a subsidiar o Ministro de Estado da Justiça na decisão acerca da concessão de Anistia Política. O regime da anistia política abrange aqueles atingidos por atos de exceção por motivação exclusivamente política entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Até hoje, foram apresentados à comissão mais de 77 mil requerimentos. Desses, mais de 65 mil já foram apreciados e, em seguida, submetidos à decisão final do Ministro da Justiça. (...)” (BRASIL, Ministério da Justiça e Segurança Pública). Disponível em: <http://justica.gov.br/seus-direitos/anistia/sobre-a-comissao/sobre-a-comissao> Acesso: outubro de 2018.

esteve disposto ao longo da ditadura e as suas inter-relações neste período. Posteriormente, buscamos expor e analisar a vigilância política praticada pela ditadura militar como forma de repressão, centrando-se na criação, estruturação e funcionamento do Serviço Nacional de Informações (SNI).

No segundo capítulo, analisamos a vigilância exercida pelo SNI à política partidária paraibana, utilizando predominantemente os documentos do Fundo SNI – Agência Recife que versam sobre políticos da Paraíba. É importante esclarecer que aqui observamos a vigilância aos políticos que eram filiados aos partidos que tinham o registro partidário legal em algum período da ditadura militar²⁵.

Assim, no primeiro tópico deste capítulo, buscamos historicizar o campo político partidário estadual no período entre o golpe civil-militar e a ditadura militar que o seguiu, observando os principais aspectos e personagens do campo político paraibano. Aqui também expomos os principais resultados de nossa pesquisa nos documentos que compõem o Fundo SNI – Agência Recife e que tratam especificamente de políticos, partidos e eleições, com destaque para as principais características dos documentos.

Devido a quantidade de documentos do Fundo SNI – Agência Recife e a extensão de alguns, escolhemos por dividir este capítulo de acordo com as filiações partidárias dos políticos. Desse modo, em nosso segundo tópico realizamos a exposição e análise dos documentos referentes aos políticos filiados às legendas que formaram a base partidária do regime: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e posteriormente o Partido Democrático Social (PDS). E, no terceiro tópico do capítulo, focamos na exposição e análise dos documentos que versam sobre os políticos integrantes dos partidos que compunham a oposição à ditadura, com destaque para o Movimento Democrático Nacional (MDB) e a posteriori o Partido do Movimento Democrático Nacional (PMDB).

Ao dividirmos este segundo capítulo entre políticos de partidos que apoiaram a ditadura e que foram de oposição à mesma, não estamos com isso dizendo que todos os políticos destes partidos, ou mesmo tais legendas, sempre apresentaram posições estanques, favoráveis ou contrárias ao regime. Inclusive porque sabemos que a vinculação de muitos políticos aos partidos existentes não eram, necessariamente, por identificação ideológica, mas sim por disputas de poder entre grupos políticos locais, como era o caso de muitas das

²⁵ Os integrantes dos partidos de esquerda que estavam na ilegalidade, são observados no terceiro capítulo, onde que tratamos dos militantes de organizações de esquerda.

filiações no Estado da Paraíba²⁶.

De tal modo, optamos por utilizar desta divisão com base nos quadros partidários por dois motivos: o primeiro de caráter empírico da pesquisa, pois dentre os documentos do Fundo SNI – Agência Recife que tratam exclusivamente e individualmente sobre políticos, a quase totalidade deles eram de indivíduos pertencentes aos partidos destacados; o segundo motivo é de caráter analítico, pois esta divisão nos auxilia na observação e identificação de possíveis diferenciações no relato da vigilância do SNI sobre um ou outro grupo.

Tendo em vista o grande número de documentos frente ao curto tempo de uma pesquisa de mestrado, pautamos nossa explanação da vigilância e de seu relato pelo SNI, mediante a seleção dos políticos mais citados/visados dentre a documentação do Fundo SNI – Agência Recife, bem como indivíduos de atuação marcante durante a ditadura militar ou na política paraibana de forma geral. Para tanto, levamos em consideração os seguintes quesitos: o número de documentos individuais sobre cada político; a quantidade de informações sobre estes indivíduos no total da documentação; o conteúdo da informação veiculada; e a existência de outros documentos/informações sobre os mesmos no conjunto das nossas fontes.

Em nosso terceiro e último capítulo, realizamos a exposição e análise dos documentos do Fundo SNI – Agência Recife que abordam os militantes de organizações de esquerda na Paraíba. Estas entendidas como os partidos políticos de esquerda que estavam na ilegalidade, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), e demais grupos políticos estruturados em organizações com ideologia de esquerda.

Este capítulo também se encontra dividido em três momentos. O primeiro consiste em um esforço de historicizar as organizações de esquerda atuantes no Estado da Paraíba durante a ditadura militar, e indicar as características gerais da documentação observada no Fundo SNI – Agência Recife referente à temática. Em seguida expomos e analisamos os documentos que versam sobre os militantes e organizações de esquerda vigiados pelo Serviço. Por fim, no terceiro tópico do capítulo, exibimos e analisamos documentos do SNI que informam sobre a chamada “infiltração comunista em diversos setores da sociedade” paraibana (órgãos públicos, partidos políticos, etc.).

²⁶ Conforme discutiremos, identificamos alguns indivíduos que eram de partidos considerados de oposição à ditadura, mas que em sua vida política, tiveram posicionamentos e assumiram discursos em dados momentos de apoio a ações do regime, e vice-versa, políticos de partidos do governo, mas que em algumas questões foram contrários ao governo federal.

Ao longo deste terceiro capítulo, utilizamos, quando necessário, as demais fontes indicadas anteriormente: os depoimentos concedidos em audiências públicas realizadas pela CEVPM-PB e os documentos da Comissão Nacional de Anistia, documentação imprescindível para podermos ter mais informações acerca do período e dos indivíduos em questão, tendo em vista que devido ao caráter de clandestinidade e repressão que muitos militantes enfrentavam, se torna mais difícil encontrar dados sobre os mesmos.

Finalizando esta introdução e pensando na prática do historiador ao se debruçar sobre vestígios do passado, cabe uma breve reflexão acerca da relação documentos, história e memória. O historiador Marc Bloch (2001, p.83) destaca que a presença ou a ausência dos documentos nos arquivos, “deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, (...), pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações.”. Pensando especificamente nos arquivos, documentos, narrativas e memórias acerca da ditadura militar brasileira, e partindo da perspectiva de que o historiador “pergunta” ao passado o que o presente “quer saber”, cabe lembrarmos da afirmação de Carlos Fico (2003, p.171), onde defende que a história da ditadura militar brasileira pode ser contada como a “história da luta pela constituição da memória correta”. Desta forma, observando o passado recente da ditadura militar e o tempo presente, um ensinamento de Jacques Le Goff (2013, p.435) nos soa como um lembrete diário: “... a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder.”.

CAPÍTULO 1 – O CAMPO POLÍTICO E A REPRESSÃO POLÍTICA DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

A política de Terror de Estado (TDE) implementada pelas ditaduras civis-militares que se disseminaram pelo Cone Sul latino-americano, entre as décadas de 1960 e 1980, foi o mecanismo utilizado para aplicar as premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), visando defender os interesses dos setores dominantes locais e do capital estrangeiro e destruir as tendências de questionamento social e de exigência de mudança estrutural promovidas pelas organizações populares (PADRÓS, 2007, p.43).

Na citação acima, o historiador Enrique Serra Padrós aponta que as ditaduras de Segurança Nacional na América Latina “foram o instrumento de reenquadramento” utilizadas pelos grupos conservadores locais e pela burguesia multinacional para “minar” o processo de lutas populares e de classe que os países do Cone Sul vivenciaram entre as décadas de 1960 e 1980. Padrós (2007, p. 45) destaca ainda que objetivos políticos por detrás de tais ditaduras eram:

destruir as organizações revolucionárias; desmobilizar e despolitizar os setores populares; aprofundar a associação com os EUA e os aliados internos da região; enquadrar os espaços político-institucionais (partidos, Congresso, sindicatos, grêmios estudantis, etc.); impor uma ordem interna disciplinadora de segurança e estabilidade; esvaziar o pluralismo político e interromper a dinâmica eleitoral.

A este cenário golpista e autoritário do início da década de 1960, acreditamos existir mais uma variável mobilizadora: o anticomunismo. Rodrigo Patto Sá Motta (2000, p.286) destaca que no período entre 1961 e 1964, houve um recrudescimento do anticomunismo no Brasil e que este se constituiu “na fagulha principal”, ou o grande “guarda-chuva” para as insatisfações dos grupos conservadores (leia-se direita conservadora em valores morais, religiosos e sociais), e a deflagração do golpe civil-militar de 1964. Para tanto, tal situação contou com razões de ordem interna e externa.

No âmbito externo, o impacto da recente Revolução Cubana em um contexto de Guerra Fria significou uma maior pressão dos Estados Unidos da América aos países da América Latina por um alinhamento contra uma possível progressão comunista no continente. No plano interno, destaca-se, além do surgimento das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro, o crescimento das organizações de esquerda, notório pela reestruturação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, o surgimento de novas organizações, como a Ação Popular (AP) e a Política Operária (POLOP) (MOTTA, 2000, p.288).

Soma-se a estes condicionantes externos e internos a forte tradição anticomunista no Brasil desde a década de 1930, da qual grupos representativos foram responsáveis por produzir, marcadamente após o Levante Comunista de 1935, um forte imaginário anticomunista no país. Tratando especificamente do início da década de 1960, tem-se a criação de entidades importantes para a efetivação do golpe civil-militar de 1964, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), bem como entidades femininas e cristãs católicas anticomunistas²⁷. O IBAD e o IPES representavam naquele momento interesses econômicos e políticos estratégicos do grande capital nacional e internacional.

Assim, ao analisarmos o golpe civil-militar de 1 de abril de 1964, entendemos que o mesmo se configurou a partir da ação conjunta de grupos conservadores, especificamente, as Forças Armadas e a classe empresarial, visando alcançar o poder e submeter o Brasil aos interesses econômicos, políticos e sociais do capital multinacional e associado. Para tanto, tais grupos apropriaram-se de um discurso moral de cunho religioso católico e mobilizaram um imaginário político anticomunista junto a parcelas da sociedade brasileira, com o objetivo de somar-se na crise, já em andamento, de desestabilização do governo de João Goulart.

A mobilização deste imaginário, expresso através de práticas e representações políticas, possuía como pano de fundo daquele contexto histórico, a conjuntura internacional da Guerra-Fria e, a nível nacional, a crise do governo de Goulart. Como destaca Rodrigo Patto Sá Motta (1998, p. 98-99),

Os processos de legitimação política passam pelo estabelecimento de um imaginário que resume e simboliza, a nível da mentalidade popular, as mensagens e valores do poder. O poder necessita, além das estruturas burocráticas, além das instituições representativas e/ou coercitivas, da criação de imagens que atinjam de maneira imediata os corações e mentes da população; frequentemente mais os corações que as mentes.

A instrumentalização de um imaginário anticomunista, nos momentos que antecederam o golpe, acabou por “ofuscar” os interesses políticos e econômicos particulares e classistas de militares e de empresários brasileiros e estrangeiros, interesses estes que,

²⁷ Sobre anticomunismo no Brasil ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Tese (Doutorado em História). USP, 2000, 368. Sobre a atuação do complexo IPES/IBAD para desestabilizar o governo Goulart, utilizando entre outros elementos, o discurso anticomunista, ver: DREIFUS, René Armand. **1964. A conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981. Sobre as entidades femininas conservadoras, ver: SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, Pátria e Família**. As mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.; CORDEIRO, Janaina Martins. **Direita em movimento**: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

associados ao anticomunismo, foram decisivos para a efetivação do golpe civil-militar em 1964 e a manutenção da ditadura militar que se seguiu por 21 anos.

Nesse sentido, sobre a mobilização anticomunista, Maria Helena Moreira Alves (1984, p. 33), assinala que, na América Latina, os teóricos da segurança nacional “estavam preocupados com o crescimento de movimentos sociais de classe trabalhadora, enfatizavam a ameaça da subversão interna e a guerra revolucionária”. No caso do Brasil, esta “preocupação” pode ser observada pela estruturação e organização do Estado entre 1964 e 1985, tendo em vista o intento dos militares em seguir a Doutrina de Segurança Nacional.

Segundo Alves (1984, p.35), a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) havia sido formulada pela Escola Superior de Guerra (ESG) e, era “um corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais.”. A DSN partia da ideia de teorias da guerra (total, localizada, revolucionária, psicológica), para estabelecer estratégias de cunho militar, econômico, político e psicossocial, visando a superação do conflito em questão e a segurança nacional em face dos inimigos identificados pelo Estado de Segurança Nacional. Na América Latina, tendo em vista o contexto de Guerra Fria, a construção histórica dos países e as relações entre militares e burguesia civil latino-americana com os Estados Unidos da América, os ideólogos da DSN buscaram instrumentalizá-la como uma ação de “segurança interna” em face da ameaça de “ação indireta” do comunismo” (ALVES, 1984, p. 33).

O golpe militar de 1964, com base na Doutrina de Segurança Nacional, estabeleceu novas especificações para o papel das Forças Armadas no processo político. O aparelho militar abandonou sua ação arbitral-tutelar (que não quer dizer imparcialidade) (...), para desempenhar outro tipo de papel: o de dirigente (BORGES, 2003, p. 20).

De forma geral, além de mudanças na constituição, os militares criaram órgãos, serviços e sistemas, visando possibilitar a completa atuação do novo Estado sob seu comando. Contudo, mesmo a ditadura militar brasileira tendo durado 21 anos, ou seja, sendo um período de tempo curto, se pensarmos nas três durações de Fernand Braudel, identificamos a influência da cultura política brasileira no decorrer dos anos do regime militar, de forma que duas características ou práticas da cultura política brasileira se sobressaem em tal recorte.

A primeira delas é o autoritarismo e, não “apenas” no que se refere às violações aos direitos humanos praticadas pelos militares. Observamos tal prática tanto na estrutura como no funcionamento do Estado brasileiro administrado pelos militares, destacando que: com relação às classes menos abastadas, o autoritarismo pode ser percebido principalmente nas intervenções violentas em sindicatos, que culminou na perda de muito de seu poder

reivindicatório, e na imposição de uma política econômica que levou a altos níveis de exploração. Já com relação aos agentes sociais analisados em nossa pesquisa, políticos e militantes de organizações de esquerda, identificamos que os mesmos passaram a sofrer com a repressão política e ideológica, de forma que pretendemos dar conta da análise da vigilância dos Órgãos de Informações (OIs) sobre estes sujeitos.

A segunda característica da cultura política brasileira que observamos é a prática da conciliação²⁸, visível através daquilo que Motta (2013) chamou de “jogos de acomodação e estratégias conciliatórias”²⁹. Tais jogos e estratégias se fizeram presentes durante os governos militares, principal e majoritariamente, para com as classes sociais de maior poder econômico e político³⁰, como veremos no decorrer deste capítulo.

Ao longo de 21 anos de ditadura os militares buscaram exercer o controle sobre o campo político de duas formas: através de mudanças constantes na legislação brasileira e mediante o uso da força e da vigilância. Para isto, montaram uma estrutura de repressão política de tamanho e inserção jamais vistos na história do Brasil. Este capítulo visa justamente expor e analisar estas medidas de controle da ditadura militar, dividindo-se em dois tópicos: no primeiro, observamos o funcionamento do campo político e as relações estabelecidas no mesmo ao longo do regime; em seguida, voltamos nossas atenções à repressão política praticada pelo sistema ou comunidade de informações, em especial o Serviço Nacional de Informações (SNI), maior órgão de informação dos governos militares.

1.1 O campo político na ditadura militar: controle e combates

Logo nas primeiras horas do golpe civil-militar deu-se início à repressão política.

²⁸ No texto, *Ruptura e Continuidade na Ditadura Brasileira: a influência da cultura política*, Motta (2013) salienta que a política brasileira é marcada por um histórico de conciliações (1822, 1853, 1889, 1961, 1979, 1985) que se configuraram como arranjos políticos com a função de evitar conflitos e encontrar saídas convenientes para os lados envolvidos. Configura-se como uma tendência que não envolve classes sociais subalternas, sendo um arranjo que prevalece nas disputas entre elites. Em se tratando de conflito que envolve classes subalternas e elites políticas, a tendência é o uso de violência contra o primeiro grupo (MOTTA, 2013, p. 18).

²⁹ Motta salienta que a utilização do conceito de cultura política também serve para entender as peculiaridades do caso brasileiro em relação às experiências dos países vizinhos. Desta forma, ele elenca algumas características que distinguem a ditadura brasileira: o projeto econômico nacional-desenvolvimentista; a manutenção do funcionamento das instituições liberais, ainda que de maneira precária; o menor número de mortes e desaparecimentos resultantes da repressão política; a elevada taxa de absolvições nos julgamentos de crimes políticos; a maior tolerância com os valores culturais da esquerda (MOTTA, 2013, p. 9).

³⁰ No livro *As universidades e o regime militar*, Motta (2014) busca compreender as políticas universitárias da ditadura, sob o influxo da cultura política brasileira. “Em suma, o projeto modernizador-autoritário conduzido pelos militares e seus aliados civis se inscreveu na cultura política do país, que é propícia à flexibilidade, a jogos de acomodação e práticas ambíguas, principalmente como estratégia para evitar grandes conflitos sociais e para excluir os setores subalternos.”. (MOTTA, 2014, p. 355).

Houve prisões, inclusive de dois governadores de Estado em exercício de mandato: Miguel Arraes, de Pernambuco, e Seixas Dória, de Sergipe; intervenções em sindicatos, associações e partidos, expurgos com o intuito de intimidar e afastar de postos de comando e decisão, os indivíduos e/ou grupos considerados próximos ao presidente João Goulart³¹. Mais tarde estes acontecimentos passaram a ser classificados como o “primeiro ciclo de repressão” da ditadura. Seguindo esta linha de repressão por meio de prisões e intervenções e, ampliando-a aos demais setores que eram oposição ao golpe de 1964, no dia 9 de abril promulgou-se um “Ato Institucional”³², que viria a ser conhecido como AI-1³³.

Conforme Maria Helena Moreira Alves (1984), o AI-1 institucionalizou um aparato que buscava dar legalidade ao golpe. Mediante tal ato, limitou-se os poderes do Congresso Nacional, do Judiciário e os direitos individuais dos cidadãos brasileiros. No campo político, os efeitos do AI-1 foram imediatos, já no dia seguinte à sua promulgação a primeira lista de cassados foi divulgada. Dos 102 nomes, entre políticos profissionais, militares, sindicalistas, diplomatas e ministros, 40 eram congressistas, sendo o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) o principal alvo, 19 deputados perderam seus mandatos, dentre eles, Leonel Brizola (PTB/GB).

Desse modo, a política de cassações teve duas importantes funções: intimidou o Congresso com o “efeito demonstrativo” do que poderia acontecer aos que se rebelassem e reduziu significativamente as possibilidades de coalizão parlamentar entre os dois principais partidos, o PTB e o PSD. Nota-se que a UDN foi totalmente poupada dos expurgos. Como partido extremamente conservador, ela fornecia a principal base de apoio político-parlamentar do novo Estado (ALVES, 1984, p. 63).

A promulgação do AI-1 representou, em termos de ordenamento jurídico, o primeiro passo pós-golpe para a reorganização do campo político brasileiro por parte dos militares. Bem como, dando continuidade ao aparelhamento repressivo do Estado, o ato abriu caminho para a chamada “Operação Limpeza” e para os Inquéritos Policiais-Militares (IPMs), que tinham por objetivo investigar as atividades dos funcionários civis e militares em todos os

³¹ Perseguição a organizações como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), à União Nacional dos Estudantes (UNE), às Ligas Camponesas, dentre outros.

³² Atos Institucionais são “normas de natureza constitucional expedidas entre 1964 e 1969 pelos governos militares que se sucederam após a deposição de João Goulart em 31 de março de 1964. Ao todo foram promulgados 17 atos institucionais, que, regulamentados por 104 atos complementares, conferiram um alto grau de centralização à administração e à política do país.” CALICCHIO, Vera. Atos Institucionais. In. Verbete **CPDOC**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais> Acesso: dezembro de 2018.

³³ Ato Institucional que conferiu ao presidente da República poder de cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos e deliberar sobre a demissão, a disponibilidade ou a aposentadoria de indivíduos considerados “suspeitos”; determinava ainda eleições indiretas para a presidência e vice-presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm Acesso: dezembro de 2018.

níveis de governo, em busca de possíveis participações nas chamadas atividades “subversivas”.

A ocorrência da “Operação Limpeza” e dos IPMs se caracteriza como uma das primeiras ações institucionais dos militares para efetivar a estratégia de criar e acionar forças repressivas do Estado visando controlar áreas políticas, militares e sociais. Mediante as ações da “Operação Limpeza” e dos IPMs, começaram a surgir os documentos informativos a respeito de indivíduos considerados suspeitos. A partir de então, o processo de buscar, vigiar, informar e documentar suspeitos, só iria se intensificar e se aprimorar com o passar dos anos da ditadura militar e com a constante troca de informações entre os diversos Órgãos de Informações (OIs) que viriam a ser criados pelos militares.

Nesse sentido, partindo da teoria dos campos de Pierre Bourdieu, cabe aqui uma observação acerca deste momento inicial de institucionalização da repressão política por parte dos militares. Podemos observar tal conjuntura inicial da ditadura militar partindo do entendimento de que indivíduos do campo militar, do campo político e do campo econômico, que participaram do golpe civil-militar, buscaram, mediante o lançamento do AI-1, da “Operação Limpeza” e dos IPMs, iniciar o controle sobre a totalidade da sociedade brasileira, tendo em vista que estes três aparelhos se configuram como repressivos, ao passo em que limitaram liberdades e direitos, interferiram na vida pública e privada de indivíduos.

Ancorada pela lógica de ação prevista na Doutrina de Segurança Nacional, a “Operação Limpeza” foi executada em três áreas específicas: militar, política e psicossocial. Dado o objetivo do nosso trabalho, de identificar, analisar e compreender a vigilância a políticos e militantes, cabe aqui observarmos mais de perto o campo político e, eventualmente o psicossocial.

No que concerne às ações empreendidas pela “Operação Limpeza” no âmbito político, esta, assim como os IPMs, também permitiu estabelecer vigilância e controle aos partidos políticos, principalmente os que tinham vinculações com movimentos considerados nacionalistas, trabalhistas e comunistas; ao Legislativo; ao Judiciário e ao Executivo estadual. A prática de cassação de mandatos de políticos e o expurgo de funcionários eram comuns e alcançaram grandes números nos anos iniciais do regime, ambas tinham funções específicas: a primeira, buscava intimidar o Congresso e enfraquecer as oposições para impedir coalizões; a segunda, por sua vez, buscava eliminar opositores e substituí-los por pessoas vinculadas ao projeto do governo (ALVES, 1984).

Na área psicossocial, a estratégia de ação era controlar e enfraquecer indivíduos e

movimentos sociais, sendo reservado um destino ainda pior àqueles que tivessem ligações estreitas com organizações de esquerda ou partidos de oposição ao regime. Foram então estabelecidos IPMs em todos os setores do funcionalismo público; a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi levada a atuar na clandestinidade; os sindicatos de trabalhadores e as Ligas Camponesas foram alvo de uma forte e violenta repressão. Aos trabalhadores urbanos, aplicaram a plena subordinação ao governo federal prevista na CLT, promoveram intervenções com nomeação de novas direções, perseguições e prisões, além de fecharem vários sindicatos.

Em relação às Ligas, o tratamento com as lideranças foi semelhante, sendo promovida a total desarticulação do movimento e aplicada a CLT aos trabalhadores do campo, situação que configurava um dubio caráter: se do ponto de vista de conquista de direitos, a medida era positiva aos trabalhadores, por lhes possibilitar o acesso a direitos trabalhistas, por outro lado, também possibilitava um maior controle das forças do Estado sobre os camponeses. Vale destacar que tanto nas cidades quanto no campo, os militares não atuaram sozinhos, as elites econômicas apoiaram e algumas vezes participaram das ações repressivas contra os trabalhadores urbanos e camponeses.

É importante atentarmos aqui para uma discussão presente na historiografia da ditadura militar brasileira: a questão da heterogeneidade entre os militares. Em se tratando de um trabalho que versa sobre as ações de órgãos da repressão, ou seja, de segurança e de informação, constitui-se praticamente impossível não mencionarmos a tradicional classificação dos militares do período entre “castelistas”³⁴ e “linha-dura”³⁵. Nos apoiando em

³⁴ Também chamados de “moderados” ou “grupo da Sorbone”. Segundo Alfred Stepan (1975), este grupo de militares apresentava características acadêmicas e profissionais distintas dos demais gerais de sua geração. Com destaque para o mérito escolar que apresentaram ao longo de suas formações, a participação destes na Escola Superior de Guerra (ESG), a experiência em missões no exterior e, como um somatório destas características, a capacidade técnica que manifestavam. Do ponto de vista de características políticas manifestadas por este grupo, destaca-se a abertura econômica ao estrangeiro e o apreço por alianças econômicas, diplomáticas e militares com os Estados Unidos da América.

³⁵ Maud Chirio (2012) apresenta estudo detalhado acerca dos conflitos internos no âmbito das Forças Armadas brasileiras ao longo da ditadura militar, destacando que a chamada “linha dura” na verdade se dividia em duas. Uma primeira, liderada em grande parte pelos coronéis que levaram os IPMs a cabo, constituída por oficiais de escalão intermediário imbuídos em doutrinas militares anticomunistas radicais, são primordialmente contestadores do governo do general Castelo Branco e de suas práticas (este primeiro grupo de “linha dura” ainda apresentaria duas linhas de ação distintas). Já a segunda “linha dura”, mais conhecida como “direita radical dos anos 1970”, eram da mesma geração da “primeira linha dura”, tinham relação direta com os protestos dos militares às políticas de distensão sinalizadas e aplicadas pelo general Ernesto Geisel. Estes eram majoritariamente contestadores das políticas Geisel-Golbery instalados no aparelho repressivo, especificamente nos órgãos dos sistemas de segurança e de informações. Assim, como destaca Chirio (2012, p. 234), “Logo, não existe uma facção única de “linha dura”, enraizada na jovem oficialidade e sustentada pela “opinião dos quartéis”, que constituiria a força motriz do autoritarismo militar. Existem, na realidade, duas gerações de contestadores que se reconhecem sob a bandeira da “linha dura” ou são identificados como tais na historiografia e na memória coletiva”.

autores como Maria Helena Moreira Alves (1984), Carlos Fico (2001), bem como nas conclusões expostas no Relatório Final da CNV (2014), compreendemos que, dentro da heterogeneidade dos militares, os “castelistas” ou “moderados”, como acabariam conhecidos, eram os militares próximos aos generais Humberto de Alencar Castelo Branco³⁶, Golbery do Couto e Silva³⁷ e Ernesto Beckmann Geisel³⁸; enquanto o grupo conhecido como “linha-dura”, tinha como principais expoentes os generais Artur da Costa e Silva³⁹, Emílio Garrastazu Médici⁴⁰, Olímpio Mourão Filho⁴¹ e Sílvio Couto Coelho da Frota⁴².

Ao expormos e adotarmos esta classificação para tratarmos dos militares do período entre 1964 e 1985, não estamos de forma alguma utilizando de maniqueísmo sobre os respectivos grupos. Inclusive porque um militar identificado pela historiografia como “moderado”, o ex-presidente Ernesto Geisel, que conduziu o projeto político de distensão, tolerou o uso da tortura e autorizou a execução de opositores, posição que era compartilhada pela “linha-dura”⁴³. Esta classificação é utilizada com o intuito de melhor compreendermos o período e as ações desempenhadas nas variadas conjunturas da ditadura militar brasileira.⁴⁴

Assim, seguindo a escalada de radicalização do regime, decorrente em parte, das

³⁶ Chefe do Estado-Maior do Exército entre 1963 e 1964; Presidente do Brasil entre 1964 e 1967.

³⁷ Chefe do SNI entre 1964 e 1967; Ministro do TCU entre 1967 e 1969; Ministro-chefe do Gabinete Civil do Presidente da República entre 1974 e 1981.

³⁸ Chefe do Gabinete Militar da presidência da República em 1961 e entre 1964 e 1967; Ministro do STM entre 1967 e 1969; Presidente da Petrobrás entre 1969 e 1973; Presidente do Brasil entre 1974 e 1979.

³⁹ Ministro da Guerra entre 1964 e 1966; Presidente do Brasil entre 1967 e 1969.

⁴⁰ Chefe do SNI entre 1967 e 1969; Presidente do Brasil entre 1969 e 1974.

⁴¹ Ministro do STM entre 1964 e 1969.

⁴² Ministro do Exército entre 1974 e 1977, ano em que foi exonerado do cargo devido a discordâncias à política de Ernesto Geisel a frente da presidência.

⁴³ Em documento revelado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, em 1974 o então chefe da CIA (Central Intelligence Agency) afirmou ao seu governo em memorando que os generais Ernesto Geisel, então presidente do Brasil, e João Figueiredo, chefe do SNI na época, aprovavam a execução sumária de inimigos do regime. Para ver o referido documento, acessar: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99?platform=hootsuite>

⁴⁴ Entendemos que para uma rigorosa classificação dos militares brasileiros protagonistas entre o período aqui estudado, seria necessário considerar uma gama muito maior de aspectos, situação esta que não nos é possível devido ao tempo institucional da pesquisa. Ainda a respeito deste assunto, ver: FICO, Carlos. Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004, 391p. No item “Polêmicas, imprecisões”, Carlos Fico (2004) defende a tese de que todos os militares favoráveis a ditadura, fossem eles mais próximos dos “moderados” ou dos “linha-dura”, eram portadores de uma “utopia autoritária”. Afora estes dois grupos de militares comumente citados na historiografia da ditadura militar, havia ainda os militares defensores de uma política de desenvolvimento de tipo nacionalista para o Brasil, alguns destes eram vinculados a um certo legalismo, outros às esquerdas. Após o golpe de 1 de abril de 1964, os militares instalados no poder, preocupados em consolidar o novo Estado, buscaram estabelecer uma unidade e coesão nas Forças Armadas, para isso, entendiam que era necessário controlar os grupos oposicionistas, inclusive dentro de seus quartéis. Assim, os militares já “marcados” com indícios “pouco abonadores”, como movimentos contrários anteriores (legalistas), relações com grupos de esquerda (ou trabalhistas), grupos nacionalistas, entre outros, estes foram alvos inicialmente da “operação limpeza” no âmbito das Forças Armadas, e em seguida, dos atos repressivos que revogaram funções e cargos, além serem vítimas de prisões e torturas durante a ditadura militar. Sobre a perseguição a militares nacionalistas durante a ditadura, ver: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014, V2, p. 25-55.

disputas ocorridas no centro do poder militar, principalmente, entre os dois grupos supracitados. Os militares identificaram a necessidade de estabelecer uma rede de informações, pois, o “governo militar se sentia desamparado de um sistema de coleta de informações seguras”. Assim, destaca-se a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI)⁴⁵, em 13 de junho de 1964, criado sob a influência do general Golbery do Couto e Silva que, por sua vez, teria contado com sugestões de consultores norte-americanos. (FICO, 2001).

O primeiro grande teste da institucionalização da repressão política dos militares, ou seja, após as suspensões e cassações imediatas decorrentes do AI-1, “Operação Limpeza” e IPMs, foram as eleições para o executivo estadual em 3 de outubro de 1965. Estas foram as últimas eleições para governadores de forma direta e no sistema de pluripartidarismo até o pleito de 1982. Mesmo com forte pressão da “linha-dura”⁴⁶ para o adiamento ou não realização das eleições de 1965, estas ocorreram e o resultado não foi o desejado por nenhum dos grupos militares que compunham o regime.

Parte da oposição, na base das alianças entre as legendas e atuando no vácuo decorrente da insatisfação de setores da sociedade com as medidas repressivas do regime, sobreviveu aos expurgos e, entre os onze estados da federação onde ocorreram eleições, venceu em quatro, sendo dois dos mais importantes: Minas Gerais, com Israel Pinheiro do Partido Social Democrático (PSD) e na Guanabara, com Francisco Negrão Lima da coligação PSD-PTB. Instaurava-se uma crise político-militar no regime.

A derrota em estados importantes gerou insatisfação e pressões da “linha-dura”, e para resolvê-la, os militares puseram em cena a dupla mais utilizada ao longo de 21 anos no poder: conciliação (“pelo alto”) e autoritarismo. Após a vitória da oposição nos Estados de Minas Gerais e na Guanabara, a efetiva posse dos dois eleitos foi permitida mediante acordo com o regime, ficando o governo federal encarregado de indicar os secretários de segurança destes estados.

Uma resposta de caráter ainda mais autoritário viria no dia 27 de outubro de 1965: o Ato Institucional nº 2. Este estabelecia a eleição indireta para a Presidência da República; a dissolução de todos os partidos políticos então existentes; garantia ao governo a maioria no Supremo Tribunal Federal; o presidente poderia decretar o estado de sítio por 180 dias sem

⁴⁵ Lei Nº 4341 de 13 de junho de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4341.htm Acesso: dezembro de 2018. No próximo tópico deste capítulo iremos expor e analisar o SNI.

⁴⁶ Segundo Alves (1984, p. 85), as pressões deste grupo ainda resultaram na criação da chamada Lei da Inelegibilidade, que na prática, tornava inelegíveis indivíduos considerados perigosos ao regime, mas que não haviam sido condenados em IPMs, como: o Marechal Teixeira Lott (PTB/GB), Hélio de Almeida (PTB/GB) e Sebastião Paes de Almeida (PSD/MG).

consulta prévia ao Congresso, ordenar a intervenção federal nos estados, decretar o recesso do Congresso e demitir funcionários civis e militares, além de emitir Atos Complementares e baixar decretos-leis sobre “assuntos de segurança nacional”⁴⁷.

Estando extintos os partidos políticos, apenas em 20 de novembro daquele ano, com o lançamento do Ato Complementar nº 4, foram definidas as novas regras para a reorganização partidária que instituiu no país o bipartidarismo. Surgia assim: o partido governista, Aliança Renovadora Nacional (ARENA), tendo em vista que aderiram à legenda a grande maioria dos políticos identificados com o golpe de 1964; e, no papel da chamada “oposição consentida”, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)⁴⁸, ao qual se filiaram os nomes que, pelos mais variados motivos, se opuseram ao golpe de 1964, ou mesmo apenas eram contrários aos políticos da ARENA.

Era o início do “segundo ciclo de repressão” da ditadura militar, como destaca Alves (1984, p. 94),

O Ato Institucional Nº 2 habilitava o Estado a manobrar de diversas maneiras. Em primeiro lugar, capacitava o Aparato Repressivo a concluir a operação “limpeza” interrompida pela política de “normalização” intentada por Castelo Branco em 1965. Em segundo lugar, a extinção dos partidos políticos e as rígidas exigências para a constituição de novas formações obrigaram a oposição a concentrar todas as suas energias na reconstrução das estruturas representativas. Finalmente, a crescente repressão, associada às novas formas de controle eleitoral, originou no seio da oposição um debate sobre a eficácia, em tais circunstâncias, de sua própria organização no âmbito das instituições legais.

Com o AI-2, tinha continuidade o processo de reorganização do campo político brasileiro. Políticos tiveram seus mandatos cassados e direitos políticos suspensos, alguns foram presos. Os partidos políticos orgânicos (históricos) haviam sido extintos, e em seus lugares, apenas duas agremiações sem vínculos sociais, políticos e ideológicos com a sociedade brasileira surgiram seguindo determinações autoritárias do governo que, mais uma vez, visava ostentar uma legalidade que não possuía na prática.

A busca por controle do campo político seguiu com a promulgação do Ato Institucional nº 3⁴⁹, em 5 de fevereiro de 1966, momento em que a reorganização do campo

⁴⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm Acesso: dezembro de 2018.

⁴⁸ Assim, de 1966 a 1979, o MDB será o único partido de oposição ao regime. É bem verdade que nem sempre firmou posicionamentos de real oposição, seja pelas práticas autoritárias do regime que cerceou e intimidou tal oposição, seja pelo irreal caráter de oposição ao regime e suas práticas, que se verificou no interior da legenda, em virtude da restrição de apenas dois partidos nos quais as elites regionais e locais tiveram que se posicionar no novo sistema político. O MDB acabou configurado como um partido de oposição moderada e consentida. Sobre a criação e trajetória do MDB, ver: KINZO, Maria D’Alva Gil. **Oposição e autoritarismo**. Gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice, 1988.

⁴⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-03-66.htm; Acesso: dezembro de 2018.

alcançou o calendário e o sistema eleitoral, que agora fixava eleições indiretas para governadores e vice-governadores, bem como a nomeação dos prefeitos das capitais pelos governadores; apenas o legislativo e as demais prefeituras ainda dependiam do voto popular. Ao final das eleições de 1966 o quadro político dos eleitos no Brasil era de esmagadora maioria dos aliados do regime: a ARENA conquistou 18 executivos estaduais, ficando apenas 4 a cargo do MDB. Ainda foram eleitos 19 senadores pela ARENA, contra 4 do MDB e, na Câmara dos Deputados, o partido governista conquistou 227 cadeiras, enquanto a oposição alcançou 132 assentos.

A participação do MDB nas eleições de 1966 foi limitada não só por sua incapacidade de se organizar em todos os Estados como pelo cancelamento em larga escala dos registros de candidatos por ele apresentados. Cabe lembrar que a Lei das Inelegibilidades autorizava o impedimento da candidatura de todo aquele considerado incompatível “com os objetivos da Revolução” ou com alguma outra exigência (ALVES, 1984, p. 101).

Com um Congresso Nacional de ampla maioria governista e de enfraquecimento da oposição, os militares convocaram o Congresso através do Ato Institucional nº 4⁵⁰ em dezembro de 1966. Tratava-se de uma sessão extraordinária que deveria discutir e aprovar o projeto de Constituição formulado pelo próprio executivo. Assim, em um processo autoritário do executivo perante o legislativo e em uma inversão dos papéis republicanos tradicionais, a Constituição de 1967 foi aprovada com 1.504 emendas, revogando o texto constitucional de 1946 vigente até então.

A promulgação da Constituição de 1967 em 24 de janeiro foi a culminância da primeira reorganização do campo político brasileiro pela ditadura militar, processo que teve início com o golpe e ordenamento com AI-1. A nova Carta Magna incorporou em seu texto os controles mais importantes do AI-2 e AI-3, alterando estruturas do Estado brasileiro de forma a institucionalizar a Doutrina de Segurança Nacional.

A nova Constituição também pode ser vista como uma representação das práticas autoritárias e conciliatórias tão presentes nos governos militares. Por um lado, expressava o autoritarismo do regime ao passo que, como vimos, era uma constituição que não havia se originado de uma Assembleia Constituinte e, tinha por objetivo controlar a oposição partidária e destruir o “inimigo interno” através dos poderes autoritários conferidos ao Executivo federal. Por outro lado, a promulgação de uma constituição passava a ideia de certa legitimidade política à ditadura e dava início as chamadas “conciliações pelo alto” efetuadas

⁵⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-04-66.htm Acesso: dezembro de 2018.

ao longo do regime, podendo sugerir às oposições o objetivo de restaurar o jogo democrático. Mas, isto ficou apenas na sugestão, prevaleceu o autoritarismo.

Logo após a promulgação da Constituição, mais um aparato de repressão foi editado: a Lei de Segurança Nacional⁵¹ decretada em 13 de março de 1967. Seu texto continha a tipificação das práticas consideradas crimes contra a segurança nacional já previstos na Constituição recém anunciada. Tendo em vista que o decreto-lei se baseava na Doutrina de Segurança Nacional, nele estavam explícitas e institucionalizadas as noções de “segurança interna”, “guerra psicológica” e “guerra revolucionária” previstas na referida Doutrina (FICO, 2001).

Assim, entre 1967 e 1968 as práticas conciliatórias e autoritárias permaneceram. Destaca-se na conjuntura a chamada “política de liberalização controlada ou política do alívio” e a atuação do aparato repressivo para identificar e alcançar os “subversivos”. Ambas foram postas em prática com o intuito de garantir as condições necessárias para o funcionamento do modelo econômico adotado pelos militares e suprimir o “inimigo interno”. Com o mesmo intuito, o governo ainda realizou um triplo movimento: buscou estabelecer contato com a oposição visando identificar discordâncias; estabeleceu uma política de organização dos sindicatos, mirando o controle dos mesmos e a cooptação de suas lideranças e; promoveu reformas e expurgos nas universidades, além de extinguir a UNE (ALVES, 1984, p. 112-113).

Nesse cenário, os conflitos entre o Estado autoritário e a oposição intensificaram-se e, rapidamente propiciaram mudanças nas ações da oposição. Como destaca Alves (1984, p. 115):

a maturação do modelo econômico e a política repressiva dos governos pós-1964 propiciaram uma aliança informal de vários setores da oposição, iniciada em 1967 e transmutada em movimento social de massas em 1968. Embora se organizassem independentemente, os setores de oposição uniram-se nas grandes manifestações e passeatas de protesto de 1967-1968.

Assim, com o general Artur da Costa e Silva na Presidência da República, tinha-se início o período mais repressivo e violento da ditadura militar. Desde o princípio três setores da oposição estavam bem definidos: o sindicalismo⁵²; o movimento estudantil⁵³; e a oposição

⁵¹Decreto-Lei nº 314, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10314.htm Acesso: dezembro de 2018.

⁵² Sobre o sindicalismo brasileiro neste período, ver: WEFORT, Francisco. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968. São Paulo: Cebrap, 1972. SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** (O Brasil Republicano, vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 8ª Ed. 2017, p. 283-313.

político partidária, que já em 1966 estava insatisfeita com o controle dos militares sobre a política e ganhou o apoio de nomes que outrora haviam apoiado o regime.

À classe trabalhadora o governo Costa e Silva aplicou o programa de “renovação sindical” que, de forma resumida, era uma política do governo federal que buscava por meio da burocracia, estender seu controle corporativo sobre os sindicatos já existentes e criar novos sindicatos subservientes ao Ministério do Trabalho. O intuito era manter os sindicatos sob os olhares do ministério para que se impedisse a circulação de ideias de esquerda ou mesmo reivindicatórias, tendo em vista a aplicação de modelo econômico altamente explorador naquela conjuntura que ocasionava uma política de arrocho salarial aos trabalhadores. O controle do governo poderia se dar de várias maneiras, seja pela aplicação da burocracia estatal, seja pela criação de sindicatos fantasmas, ou mesmo pela formação de novos líderes submissos ao regime.

Contudo, ao contrário do que o governo esperava, o programa acabou instigando o debate e a participação dos trabalhadores na estrutura sindical. Estes trabalhadores começaram a formar quadros de oposição dentro dos sindicatos controlados pelo governo e atuavam com o apoio das pastorais dos trabalhadores da Igreja Católica, de políticos locais do MDB e de estudantes. O governo respondeu aplicando a burocracia sindical e impedindo a atuação destes grupos no interior dos sindicatos. Em resposta, os trabalhadores organizavam greves, com destaque para a greve de Contagem (MG) em abril de 1968 e a greve de Osasco (SP) em julho do mesmo ano, sendo esta última violentamente reprimida pelo Estado.

O movimento estudantil estava insatisfeito com a forma como vinha sendo realizada a reforma universitária, com demissão de professores, restrições à autonomia universitária e à organização estudantil, seguindo o projeto modernizador-autoritário implantado pelos militares. Com a UNE na ilegalidade, os estudantes usaram de novas táticas para encontros e a realização de manifestações e comícios, buscando o apoio das camadas altas da população e de outros segmentos sociais. Em uma das manifestações no Rio de Janeiro, a repressão da polícia causou a morte do estudante secundarista Edson Luís, caso originou comoção e revolta instantânea por todo o território nacional. Em todo o país foram celebrados atos religiosos em memória do estudante assassinado, o Estado os reprimiu com tamanha brutalidade que contribuiu para uma nova sensibilização da população e um aumento vertiginoso na adesão de segmentos sociais contra a repressão.

⁵³ Sobre o movimento estudantil no período, ver: MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil nos anos 60. In FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, (As esquerdas no Brasil, Vol. 3), p.185-198.

No que se refere à oposição político partidária, estes iniciaram um movimento de alianças contra o regime antes mesmo da promulgação da Constituição de 1967, a chamada Frente Ampla. Um grupo de políticos que buscava a restauração da democracia no Brasil, cujo principal articulador era o ex-governador da Guanabara e apoiador do golpe civil-militar de 1964, Carlos Lacerda. Formavam o grupo o ex-presidente Juscelino Kubitschek e o presidente deposto João Goulart, assim como os correligionários das três lideranças⁵⁴.

O primeiro manifesto da Frente Ampla foi lançado em outubro de 1966 e contava apenas com a assinatura de Carlos Lacerda. Nele estava clara a defesa por eleições diretas e reforma partidária e institucional, dentre outros pontos⁵⁵. Em novembro do mesmo ano, Juscelino emitiu apoio oficial à Frente⁵⁶ e, em setembro de 1967, foi a vez de Goulart declarar sua adesão ao movimento político. A partir de então, principalmente dado o apoio de Jango e à consequente maior adesão de parlamentares do MDB ao movimento, deram-se início às mobilizações públicas da Frente em cidades pelo país⁵⁷. Contudo, em abril de 1968, já em um cenário de efervescência de manifestações contra a repressão da ditadura, as atividades da Frente Ampla foram proibidas pelo Ministério da Justiça. Estava “abatido” o principal movimento de oposição política parlamentar à ditadura até então.

Destarte, para pensarmos esta conjuntura específica, lembremos aqui um conceito específico de Pierre Bourdieu, segundo o qual os agentes sociais agem segundo o *habitus* de cada campo do macrocosmo social, ou seja, de acordo com o “sistema de disposições duráveis estruturadas e incorporadas de acordo com o meio social dos agentes”⁵⁸ (CATANI; NOGUEIRA; HEY; MEDEIROS, 2017, p. 23). Nos apropriando deste conceito de Bourdieu, e focando em nossa área de análise, o campo político, entendemos que a oposição política ao regime, caracterizada naquele momento como heterogênea e difusa, seguiu o *habitus* próprio do campo em questão e utilizou-se dos pequenos elementos democráticos da Constituição para reivindicar maior participação dos políticos e da população nas decisões do país, além de protestar contra a repressão do Estado autoritário. Contudo, a oposição política esbarrou nos

⁵⁴ Neste período Juscelino estava exilado em Lisboa e Goulart em Montevideo.

⁵⁵ O manifesto foi publicado no jornal carioca *Tribuna da Imprensa* em 28 de outubro de 1966. Nele estavam presentes também a defesa pela retomada do desenvolvimento econômico e a adoção de uma política externa soberana.

⁵⁶ Em 19 de novembro de 1966, Lacerda e Kubitschek emitiram a *Declaração de Lisboa*, na qual afirmavam estarem dispostos a trabalhar juntos numa frente ampla de oposição ao regime militar.

⁵⁷ Ocorreram comícios em cidades paulistas (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul) em dezembro de 1967, e em cidades paranaenses (Londrina e Maringá) no início de abril de 1968.

⁵⁸ “e que seriam predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações” (PBS, 61. O conceito de *habitus* faria, assim, a ponte, a mediação entre as dimensões objetiva e subjetiva do mundo social, ou simplesmente, entre a estrutura e a ação prática.” (CATANI; NOGUEIRA; HEY; MEDEIROS, 2017, p. 23-24).

elementos autoritários e restritivos criados pela ditadura militar, inclusive naqueles dispostos na própria Carta Magna de 1967.

O ano de 1968 começou com as ruas tomadas por grupos sociais que protestavam contra a repressão, e com um Congresso que refletia a agitação da sociedade civil e atuava, na medida do possível dada suas limitações pelo Executivo, na denúncia dos atos repressivos do governo. A inquietação social que o país vivia soava para a “linha-dura” como ameaças à sua noção de segurança interna, indicando que haveria no país um processo de “guerra revolucionária”. Assim, esse grupo pressionava Costa e Silva cobrando medidas enérgicas no combate às ditas “ideias subversivas” que, segundo os mesmos, estariam disseminadas entre estudantes, trabalhadores e políticos do MDB.

Ao final do ano, com a crise de insatisfação já instalada em ambos os lados, o deputado do MDB pela Guanabara, Márcio Moreira Alves, proferiu pronunciamento em que apelava para que a população não participasse dos desfiles militares do 7 de setembro e para que as moças se recusassem a namorar com oficiais. Os militares consideraram tal pronunciamento uma afronta aos ideais da “Revolução” e à masculinidade dos militares. Então, o governo, após pressões da “linha-dura”, solicitou ao Congresso a cassação de Moreira Alves, solicitação essa que, após muitos embates em sessões na Câmara dos Deputados, acabou sendo negada pela casa, contando inclusive com votos de deputados da ARENA contra a cassação.

Exatamente no dia seguinte à negação da Câmara, precisamente em 13 de dezembro de 1968, Costa e Silva lançou o Ato Institucional nº 5⁵⁹, era o chamado “golpe dentro do golpe”. Com ele os poderes extraordinários se tornavam ordinários, devido à ausência de prazo de vigência para tal Ato. O AI-5 autorizava, sem a necessidade de análise judicial, o presidente da República a: decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; suspender a garantia do habeas-corpus; e decretar o confisco de bens considerados ilícitos.⁶⁰

Nunca houve, na história republicana do país, poder discricionário tão grande nas mãos de um chefe de Estado. O conjunto de medidas previstas no AI-5, dava ao presidente da República o controle total do país, nos campos político e econômico. Iniciavam-se os

⁵⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm Acesso: dezembro de 2018.

⁶⁰ Sobre AI-5, ver: MOTTA. Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.38, nº79, 2018, p. 195-2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v38n79/1806-9347-rbh-38-79-195.pdf>

chamados “anos de chumbo” da ditadura militar brasileira, que durariam até o final do governo do general Médici, em março de 1974, os anos mais repressivos e violentos da ditadura. Foram os anos de um “samba no escuro”⁶¹.

Novamente o campo político sentiria de imediato os efeitos do autoritarismo. No mesmo dia 13 foi decretado o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado, sendo reaberto apenas em outubro de 1969, para referendar a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para a Presidência da República. Imediatamente também ocorreram os expurgos de parlamentares. Em toda a bibliografia consultada em nossa pesquisa não encontramos os números dos indivíduos afetados exclusivamente pelo AI-5, contudo, o Relatório da Comissão Nacional da Verdade expôs um balanço das cassações e perseguições políticas da ditadura militar entre 1964 e 1973,

1) foram punidas, com perda de direitos políticos, cassação de mandato, aposentadoria e demissão, 4.841 pessoas; 2) o AI-1 atingiu, isoladamente, 2.990 pessoas, ou seja, 62% dos punidos entre 1964 e 1973; 3) foram cassados os mandatos de 513 senadores, deputados e vereadores; 4) perderam os direitos políticos 35 dirigentes sindicais; 5) foram aposentados ou demitidos 3.783 funcionários públicos, dentre os quais 72 professores universitários e 61 pesquisadores científicos; 6) foram expulsos ao todo 1.313 militares, entre os quais 43 generais, 240 coronéis, tenentes-coronéis e majores, 292 capitães e tenentes, 708 suboficiais e sargentos, trinta soldados e marinheiros; 7) nas polícias militar e civil, foram 206 os punidos; 8) foram feitas 536 intervenções (durante o período entre 1964 e 1970) em organizações operárias, sendo 483 em sindicatos, 49 em federações e quatro em confederações. (CNV; 2014: 101, V1).

Segundo Alves (1984, p. 135), a edição do AI-5 “marca o fim da primeira fase de institucionalização do Estado de Segurança Nacional, do estágio de lançamento de suas bases.”. De acordo com Carlos Fico (2001: 65), o AI-5 derivaria de dois fatores: “os anseios punitivos do grupo radical e a decisão de Costa e Silva de completar a operação limpeza”. O AI-5 representava o anseio dos líderes da ditadura de tomar decisões independentemente do Congresso Nacional. Assim,

O Ato Institucional nº 5, portanto, viria como decorrência do processo de maturação da linha dura, cada vez mais convencida de que não bastava sua existência como simples grupo de pressão. Os episódios de radicalização política, especialmente os de 1968, foram utilizados como “prova” da necessidade de um sistema rigoroso, mas é claro que esta radicalização, em boa parte, foi fomentada pelos próprios radicais. Certos casos, como a invasão da Universidade de Brasília, em agosto de 1968, foram provocações evidentes, parte de uma tática que o sistema de segurança persistiria usando

⁶¹ Referência à música Apesar de Você, que o cantor e compositor Chico Buarque lançaria em 1970, em protesto à repressão do governo Médici. Ver: WAGNER, Homem. **Histórias de Canções**: Chico Buarque. São Paulo: Leya, 2009, p. 83-86.

por muito tempo, qual seja, disseminar o terror, terreno fértil para a incrementação de ações repressivas (FICO, 2001, p. 64).

Com o AI-5, iniciava-se o “terceiro ciclo de repressão” da ditadura militar brasileira. De um lado os setores da oposição que vinham defendendo a necessidade da luta armada⁶² como forma de combate ao regime, assumiram posição de destaque, haja vista a impossibilidade da ação de oposição política partidária devido ao fechamento do Congresso e algumas assembleias estaduais e municipais⁶³. Por outro lado, o regime tinha com o Ato as condições necessárias para a desejada institucionalização dos sistemas de segurança e de informações, visto que, em fins de 1969 com a chegada do ex-chefe do SNI e integrante do grupo “linha-dura” dos militares, Emílio Garrastazu Médici, à presidência da República, todo o aparato de repressão do regime seria aumentado e reorganizado sob a égide da concepção de “guerra revolucionária”.

Carlos Fico (2001) e Lucas Figueiredo (2005) apontam que Médici, quando ainda ocupava a função de chefe do SNI, cobrava do então presidente da República, Costa e Silva, o endurecimento do regime antes do início da luta armada no Brasil. Fico (2001, p. 113-114) destaca que

é possível distinguir as motivações que culminaram na montagem do sistema de segurança: em primeiro lugar, a existência de um “projeto de maior alcance que se impunha atemporalmente e que acreditava que, via controle policial e militar, a sociedade poderia ser moldada de uma forma estática e desideologizada”. Em segundo lugar, a generalizada insatisfação da linha dura com o aparelho repressor existente, com a lentidão e limitações da Justiça e, em decorrência, com a impressão de “fragilidade” que o regime militar pudesse estar transmitindo.

Assim, o sistema de segurança se apresentava como um conjunto de órgãos encarregados de “garantir a segurança interna” do país. Na prática, tais órgãos eram responsáveis pelas atividades de repressão política e ideológica, ou seja, para os militares

⁶² Sobre luta armada no Brasil, ver: ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e a luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** (O Brasil Republicano, vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 43-91.

⁶³ Já havia ocorrido ações armadas contra o governo militar logo após o golpe civil-militar: entre 1964 e 1967 existiu o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), sobre o comando do ex-governador do Rio Grande Sul Leonel Brizola, que estava exilado durante o período de atuação do movimento; paralelo ao MNR, logo em 1964, militantes da Organização Revolucionária Marxistas – Política Operária (POLOP), tentaram engendrar um movimento armado; a Ação Popular (AP) também fez planos para ações armadas, mas, assim como as outras citadas, não obteve sucesso em suas ações. Entre 1967 e 1968 algumas organizações de esquerda perceberam que não teriam os instrumentos institucionais necessários, ou mesmo suas próprias vidas, para atuarem na oposição ao regime, nesse período tem-se início as ações armadas urbanas, como “expropriações” de armas e bancos. Sobre isso ver: RIDENTI, Marcelo. “Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970” In FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. **Revolução e democracia** (1964 ...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, (As esquerdas no Brasil, Vol. 3), pp.23-51.

garantir a segurança interna era agir contra aqueles que se colocavam contrários à ideologia e à política do regime, o que fazia do militante de esquerda o “inimigo interno” a ser combatido.

Nesse sentido, destaca-se ainda em 1968 o fortalecimento do Conselho de Segurança Nacional mediante a atuação do general Jayme Portella de Mello, chefe do Gabinete Militar de Costa e Silva e da Junta Militar. Portella ampliou as competências do Conselho e aprovou o “Conceito Estratégico Nacional”, baseando-se nos estudos da Escola Superior de Guerra e na Doutrina de Segurança Nacional. Tal “Conceito”, orientou e deu origem à “Diretriz para a Política de Segurança Interna” que, por sua vez, consolidou o que viria entrar em funcionamento em janeiro de 1970, o Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN).

Contudo, ainda em 1969 três medidas importantes foram tomadas pelo regime no sentido de possibilitar ao Estado autoritário a ampliação de seus poderes repressivos. Em março foi alterada pela primeira vez a Lei de Segurança Nacional, através do Decreto-Lei nº 510⁶⁴, que listava como políticos certos crimes pertencentes à esfera comum. Em setembro, devido a pressões da “linha-dura” por uma resposta às ações de organizações de esquerda⁶⁵, a lei seria novamente alterada, desta vez pelo Decreto-Lei Nº 898⁶⁶, que permitia “que o Estado exercesse total arbítrio no estabelecimento do que constituiria crime contra a Segurança Nacional”, permitindo inclusive, a pena de morte e a prisão perpétua. E, por fim, a terceira medida restritiva do ano de 1969 foi a outorga da Emenda Constitucional Nº 1 à Constituição de 1967⁶⁷, na prática a emenda alterava a Carta Magna ao eliminar os poucos elementos liberais que ainda continham na mesma (ALVES, 1984).

Com mais estas medidas, os militares impunham em todo o aparato legislativo do Estado as concepções da Doutrina de Segurança Nacional. O Estado brasileiro aparelhado pelos militares elegia como principais e absolutos inimigos da “segurança interna” aqueles que consideravam como “subversivos”, e criara as condições objetivas para que este Estado pudesse utilizar de toda sua força repressiva contra seus inimigos. Essas condições seriam plenamente alcançadas a partir da estruturação e funcionamento do SISSEGIN.

Na ditadura militar brasileira, a repressão política nunca foi exercida por

⁶⁴ De 20 de março de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0510.htm Acesso: dezembro de 2018.

⁶⁵ A Ação Libertadora Nacional (ANL) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), em ação conjunta, sequestraram o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick.

⁶⁶ De 29 de setembro de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0898.htm Acesso: dezembro de 2018.

⁶⁷ Outorgada durante o recesso do Congresso, em 17 de outubro de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm Acesso: dezembro de 2018.

uma só organização. Houve a combinação de instituições distintas, com preponderância das Forças Armadas, além de papéis importantes desempenhados pelas Polícias Civil e Militar. Também ocorreu a participação de civis, que financiavam ou apoiavam as ações repressivas. Essa forma de atuação foi incrementada, principalmente a partir de 1969, em especial em São Paulo, por meio da Operação Bandeirantes (Oban). E, depois, com os Destacamentos de Operações de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), que se instalaram em várias capitais do país (CNV, 2014, p. 112, v.1).

O modo de funcionamento dos dois principais órgãos do SISSEGIN, o sistema CODI/DOI, era baseado em uma parceria civil-militar criada em São Paulo em julho de 1969, a Operação Bandeirantes (Oban). Tal operação, buscava integrar os órgãos de repressão no combate à “subversão” e tinha como objetivo:

identificar, localizar e capturar os elementos integrantes dos grupos subversivos que atuam na área do II Exército, particularmente em São Paulo, com a finalidade de destruir ou pelo menos neutralizar as organizações a que pertençam (CNV, 2014, p.127, v.1).

O SISSEGIN entrou em funcionamento em janeiro de 1970 instituído por diretrizes sigilosas preparadas pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN) e aprovadas pelo Presidente da República. Assim,

Conforme estabeleciam as diretrizes, em cada um dos comandos militares de área deveriam ser criados os seguintes órgãos: um Conselho de Defesa Interna (CONDI), um Centro de Operações de Defesa interna (CODI), um Destacamento de Operações de Informações (DOI), todos sob a responsabilidade do Exército respectivo, nesse caso denominado de “Zona de Defesa Interna” (ZDI). O país ficou dividido em seis ZDI. Podiam ser criadas, ainda, Áreas de Defesa Interna (ADI) ou Sub-Áreas de Defesa Interna (SADI), em regiões que merecessem cuidados especiais (FICO, 2001, p.120-121).

Cabe resumirmos as principais atividades dos órgãos que compunham o SISSEGIN. Partindo do topo da cadeia de comando, temos que ZDI era o espaço terrestre sob a jurisdição de um Exército ou Comando Militar de Área e, os CONDI⁶⁸ tinham a função de assessorar os comandantes das ZDI. Em um segundo escalão, os CODI, órgãos de planejamento e controle das ações de repressão, contavam com um ou mais DOI; estes por sua vez, eram os encarregados de efetuar prisões, investigações e interrogatórios, caracterizando-se assim como unidades de inteligência, especializadas em operações. Na prática, o sistema CODI-DOI se encarregava de todo o processo relativo aos interrogatórios e se articulava com o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o Departamento de Polícia Federal (DPF)

⁶⁸ Compostos por governadores, comandantes militares, chefes das agências regionais do SNI, superintendentes regionais do Departamento de Polícia Federal, secretários de Segurança Pública.

para a formalização dos inquéritos que seriam encaminhados à Justiça (CNV, 2014, p.138, v.1).

Liderada primeiramente por Costa e Silva, a linha dura foi, de início, um “grupo de pressão”, que reclamava meios e modos para a tarefa da punição. Com a obtenção de tais instrumentos (sobretudo a partir do AI-2 e do AI-5, notadamente deste último), transformou-se em “comunidade” ou “sistema” de segurança. A história da difícil desmontagem de tal aparato corresponde à chamada “distensão” ou “abertura” política. A “comunidade” amparava-se naquilo que podemos chamar de “pilares básicos” de qualquer ditadura: a espionagem, a polícia política e a censura. Subsidiariamente, contaram também com a propaganda política, realizada por militares moderados que, não obstante, forneceram suporte ideológico para suas ações (FICO, 2003, p.174-175).

Desta forma, o governo Médici foi marcado pela forte repressão às principais instituições da sociedade civil brasileira que se opuseram à ditadura. O uso extensivo da violência, com prisões e ações de tortura⁶⁹ contra estudantes, trabalhadores e militantes políticos, a forte censura estabelecida aos meios de comunicação e os efeitos do chamado “milagre econômico”⁷⁰, deram o tom de sua passagem pela presidência.

Sobre aspectos específicos do campo político durante o período de Médici na presidência, destaca-se as eleições de 1970, marcada pela vitória estrondosa da ARENA, configurando resultado direto do casuísmo eleitoral imposto pelo regime, que visava fortalecer ainda mais seu partido de apoio⁷¹, além de ser também um efeito do “milagre econômico”.

O pleito de 1970 renovou toda a Câmara dos Deputados, dois terços do Senado e todas as 22 assembleias estaduais⁷². No Senado Federal, a ARENA elegeu 40 novos senadores, e o MDB por sua vez, elegeu apenas 6 senadores na casa; na Câmara, a ARENA conquistou 220 cadeiras, contra 90 do MDB. Além do triunfo do partido governista, as eleições de 1970 também seriam marcadas pela alta porcentagem de votos em branco e pelas abstenções, formas encontradas pela população de expressar seu descontentamento com a situação política.

⁶⁹ Segundo dados do Relatório do Projeto Brasil Nunca Mais (1985, p. 70), entre 1964 a 1977, somados apenas os anos do general Médici como presidente, foram contabilizadas 4.573 casos de denúncia de torturas.

⁷⁰ Sobre o “milagre econômico”, ver: EARP, Fábio de Sá; PRADO, Luiz Carlos Delorme. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. (O Brasil Republicano, vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 207-241.

⁷¹ Redução no número de cadeiras na Câmara dos Deputados; mudança na base de cálculo da representação parlamentar por estado; fixação das datas das eleições municipais para não coincidirem com as eleições legislativas; exigência de voto vinculado para a eleição de deputados estaduais e federais.

⁷² Os governos estaduais seriam eleitos pelas assembleias estaduais, a ARENA também se sairia vitoriosa, obtendo 21 dos 22 estados da federação.

O governo Médici encerrou-se com altos índices de aprovação popular⁷³, com o partido de oposição MDB enfraquecido, boa parte dos líderes de organizações de esquerda mortos ou presos pela repressão e as guerrilhas contra a ditadura derrotadas pelo regime. Médici entregou ao seu sucessor um país controlado pelo autoritarismo e pela repressão violenta de um Estado que praticava torturas violentas em seus opositores. O ano de 1974 marcou o fim dos chamados “anos de chumbo”, mas, não da repressão e da violência e, certamente, não foi o fim das práticas autoritárias e conciliatórias.

Assim, em março de 1974, depois de dois mandatos seguidos de militares da “linha dura” na presidência da República, novamente um general mais identificado com certos aspectos da chamada “ala castelista” alcançou o cargo.⁷⁴ Geisel trouxe novamente Golbery ao centro das decisões do regime e a dupla chegou prometendo mudanças: propunham uma descompressão da ditadura militar, contudo, sem representar ainda a democracia plena; afinal, o controle e repressão política e social permaneciam, continuava-se a prender, torturar e matar opositores. Novamente a marca da conciliação “pelo alto” e do autoritarismo.

O processo que se seguiu foi marcado pelas tentativas do comando do regime de manter o controle sobre a política e sociedade, promovendo uma “política de distensão” em estágios bem planejados. Segundo Alves (1989, p.186),

Tratava-se de um programa de medidas de liberalização cuidadosamente controladas, definido no contexto do slogan oficial de “continuidade sem imobilidade”. A “continuidade” traduzia-se numa política de fiel obediência às linhas mestras do modelo econômico de desenvolvimento já estabelecido e aos preceitos teóricos da Doutrina de Segurança Nacional. Desse modo, a “continuidade” preservava os principais aspectos do modelo e a engrenagem do aparato repressivo. “Sem imobilidade” encarnava-se no plano governamental de reformas que pretendia constituir um passo adiante na

⁷³ A respeito desta aprovação popular do governo Médici, é necessário levantarmos duas questões. Primeiramente os ganhos que a classe média experimentou durante os anos do “milagre econômico”, em que teve seu poder de compra elevado, situação esta que pode ter contribuído para uma visão positiva dos governos Médici. A outra questão a ser levada em conta é justamente o fato de que a população brasileira vivia naqueles anos em uma ditadura militar, portanto, é possível imaginar que não era fácil, nem seguro, realizar críticas ao governo ou se mostrar descontente com o mesmo. Ainda sobre índices e pesquisas de aprovação popular realizadas no período militar, Demian Bezerra de Melo (2014, p. 163-165) destaca para a necessidade da crítica às mesmas e aos seus resultados, devido questões como: período e conjuntura da realização da pesquisa, órgão encarregado da execução, mandatário ou solicitante da pesquisa, locais de realização da atividade, dentre outras.

⁷⁴ Segundo Maud Chirio (2012, p. 165-171), a “eleição” do general Ernesto Geisel para a presidência da República não suscitou muitas reclamações dos grupos militares, nem mesmo dos identificados com os radicais. A autora destaca que esta situação de ausência de turbulências no processo de sucessão decorreu de “um consenso entre os generais mais graduados do Exército”, coordenada pelo próprio Médici e pelo irmão mais velho de Geisel, o general Orlando, ministro do Exército na época. A edificação deste consenso guarda relação direta com a boa imagem e o poder que os “anos de chumbo” renderam ao chamado grupo do palácio, os generais em torno do palácio presidencial, como o próprio presidente e seu ministro do Exército, que gozava de incrível autoridade institucional na época. Assim, a escolha por Ernesto Geisel se deu em um momento que duas situações convergiam: o alto poder do grupo palaciano e a pouca mobilização contestatória de grupos radicais da “linha dura” devido às suas “conquistas repressivas” dos “anos de chumbo”.

liberalização progressiva, para um retorno à democracia.

Conforme Francisco Carlos Teixeira da Silva (2003: 249-255), desde o início dos anos 1970 os principais atores e condicionantes políticos, econômicos e institucionais do processo de descompressão e posteriormente de abertura já estavam em “cena”. No âmbito externo ele destaca: primeiramente a mudança de estratégia política dos Estados Unidos da América (EUA), que passou a assumir uma postura diferente quanto ao longo histórico de apoio às ditaduras na América Latina; em segundo lugar, a tensão econômica decorrente da crise do petróleo de 1973 e a crise dos juros externos em 1982, que abalaram a economia do Brasil, enfraquecida desde a segunda metade da década de 1970, com o fim do “milagre econômico”⁷⁵. Na esfera interna, Silva ressalta: os militares da “linha castelista” interessados numa imediata reconstrução do regime militar aos seus moldes; e as forças políticas de oposição organizadas em torno do MDB, insatisfeitas com o controle dos militares sobre a política.

Tratando especificamente da composição do campo político durante o governo Geisel, o sociólogo Edson Bertoncello (2007), aponta três linhas de ação existentes, sendo duas dos militares e uma terceira dos setores de oposição. No campo dos militares, destaca-se primeiramente o projeto Geisel-Golbery que pensava em uma “volta aos quartéis”, observando a segurança e o desenvolvimento do país nos moldes da Doutrina de Segurança Nacional. Já a segunda linha de caráter militar, apontava para uma concepção de ação oposta, era justamente o grupo “linha-dura” que estava alocada principalmente no controle dos sistemas de segurança e de informações⁷⁶. Quanto aos setores que se colocavam em oposição ao regime, o processo de crescimento e conquistas políticas iniciou-se com as eleições de

⁷⁵ Como diz a música “Milagre Brasileiro” lançada por Chico Buarque em 1975: “milagre brasileiro, quanto mais trabalho, menos vejo dinheiro, é o verdadeiro boom, tá tudo bem bom, mas eu vivo sem nenhum”. O crescimento econômico do período não significou melhores condições de vida e trabalho para a grande parte da população brasileira que não estava na classe média, pelo contrário, desde a metade da década de 1960 os altos índices de concentração de renda seriam um reflexo do modelo econômico adotado pelos militares, principalmente durante os anos do “milagre”. “E, embora o salário mínimo real tenha ficado constante (ou caído, em certas regiões do país), o aumento da demanda por trabalho acabou por elevar o salário médio e reduzir o número dos que ganhavam salário mínimo” (PRADO; EARP, 2003, p. 224). “Se era inegável que o Brasil crescia, estes benefícios não se distribuíam equitativamente. O próprio presidente da República chegou a afirmar que ‘o Brasil vai bem, mas o povo vai mal’” (PRADO; EARP, 2003, p. 228). Sobre o “milagre econômico”, ver: PRADO, Luiz Carlos Delorme.; EARP, Fábio Sá. “O ‘milagre’ brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 4), pp 207-241.

⁷⁶ Setor que havia recebido muito prestígio durante o governo Médici e que, passaria a atuar contrariamente à “política de distensão”, apelando para atos públicos de violência. Entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1980, participaram e efetuaram atos violentos para expressar seu descontentamento com a “distensão, como o assassinato de jornalistas e os atentados a bomba em bancas de jornais, à Associação Brasileira de Imprensa, ao Ordem dos Advogados do Brasil e ao Riocentro.

1974, onde o governo, confiante em mais uma fácil vitória da ARENA, permitiu o acesso de todos os candidatos à televisão, situação esta que foi bastante aproveitada pela oposição.

É interessante aqui partilharmos reflexão exposta por Edison Bertoncelo (2007) a respeito do sentido e da importância do campo político no projeto de Geisel e Golbery:

Para ser bem sucedida, a implementação do projeto de abertura política deveria, em primeiro lugar, lograr a afirmação do poder do general-presidente e da facção no poder frente às demais facções das Forças Armadas e, especialmente, sobre a comunidade de segurança e, em segundo lugar, obter a legitimação do exercício autoritário do poder (que excluía amplos setores sociais das principais arenas políticas), mediante a restauração, ainda que limitada, da competição político-eleitoral. A legitimação do poder autoritário dependeria de uma reforma bem-sucedida dos instrumentos legais pelos quais era exercido. A abertura política pela via eleitoral era compatível com o caráter gradual e lento que seria a marca desse processo, permitindo que os dirigentes do regime mantivessem (pelo menos inicialmente) o monopólio da iniciativa política (Lamounier 1985a, 1985b, 1988) (BERTONCELO, 2007, p.61).

Contudo, o governo não imaginava que o MDB conseguiria resultados tão significativos nas eleições de 1974. O partido de oposição quase dobrou sua representação na Câmara dos Deputados, aumentou também seus representantes no Senado e ganhou o controle das assembleias em estados importantes. Foi uma expressiva derrota para o governo que viu a ARENA ter sua representação enfraquecida, mesmo ainda contando com a maioria dos eleitos. O MDB, por sua vez, passava a canalizar o descontentamento dos variados setores da sociedade contra a ditadura militar.

Os “castelistas” não contavam com essa derrota, afinal, “o projeto Geisel-Golbery supunha, para seu completo êxito, a subordinação completa da sociedade civil aos seus objetivos e prazos estabelecidos pelo poder e jamais revelados ao público.”. Como resultado, “a vitória da oposição, denominada de *ressaca cívica nacional*, divide o poder militar e abala o projeto original de abertura” (SILVA, 2003, p.264).

As pressões dos militares descontentes com os rumos da distensão aumentaram e, as perseguições e vigilância sobre políticos do MDB considerados simpatizantes do PCB deram a tônica dos meses seguintes ao pleito de 1974. No ano de 1976 iniciaram os ataques à bomba em sedes de instituições civis de caráter oposicionista⁷⁷ que, somada a lentidão da distensão e, com o avanço de uma crise econômica decorrente dos efeitos da crise do petróleo de 1973, criaram um clima de grande descontentamento popular.

A partir de 1976, buscando preparar o campo político para as eleições gerais de 1978,

⁷⁷ No Rio de Janeiro, uma bomba explodiu na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) em 29 de agosto e, outra foi encontrada na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

o governo “lançou mão” mais uma vez de casuísmos eleitorais visando evitar novas vitórias do MDB. Assim, ainda naquele ano, reconhecendo o risco que corria com o acesso de todos os candidatos aos meios de comunicação, promulgou a chamada “Lei Falcão”⁷⁸, que limitava o uso de tais meios já para as eleições municipais daquele ano. Fato que não impediu o MDB de conquistar Câmaras Municipais em cidades importantes, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Campinas, Santos e Salvador.

Segundo Thomas Skidmore (1988, p. 42), no ano seguinte a crise se instaurou de vez no governo Geisel e a resposta foi mais uma vez autoritária e de controle ao campo político: utilizando-se dos poderes investidos no AI-5, o executivo fechou o Congresso Nacional e, no dia 13 de abril anunciou o chamado “Pacote de Abril”⁷⁹, um conjunto de mudanças constitucionais visando fortalecer a ARENA no próximo pleito eleitoral.

A partir daí as emendas constitucionais necessitariam somente da aprovação majoritária no Congresso; todos os governadores de Estado e um terço dos senadores federais seriam eleitos indiretamente em 1978 por colégios eleitorais (que incluíam as câmaras municipais, onde a ARENA predominava); os deputados federais seriam alocados na base da média da população e não dos eleitos registrados (como em 1970 e 1974); e finalmente, a lei Falcão de 1976 foi estendida às eleições do Congresso (SKIDMORE, 1988, p.42).

Em 1978 ocorreram as eleições para o Congresso, as primeiras seguindo as diretrizes do “Pacote de Abril”. Este, por sua vez, foi efetivo em suas intenções, pois, mesmo com o MDB alcançando boa margem na eleição direta para o Senado, a ARENA ainda continuava com a maioria das cadeiras no Congresso Nacional, situação que possibilitava a vitória do governo em futuras votações, sem a necessidade de conquistar votos da oposição.

Ao longo do período Geisel o regime perdeu alguns recursos de poder, principalmente com a extinção do AI-5 em 1978⁸⁰, contudo, a Lei de Segurança Nacional ainda permanecia,

⁷⁸ Lei Nº 6.339 de 1º de julho de 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6339.htm Acesso: dezembro de 2018.

⁷⁹ Emenda Constitucional Nº 7 de 13 de abril de 1977. “Instituiu, igualmente, que os crimes praticados por militares ou por policiais eram competência da Justiça Militar. (...)” (JOFFILY, 2013, p.29). Emenda disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc07-77.htm Acesso: dezembro de 2018.

⁸⁰ Extinto pela Emenda Constitucional Nº 11, de 13 de outubro. “A mudança mais importante contida na emenda seria a abolição do AI-5, extinguindo consequentemente a autoridade do presidente para colocar o Congresso em recesso, cassar parlamentares ou privar os cidadãos dos seus direitos políticos. Ao mesmo tempo, a emenda inseria novas medidas de emergência na Constituição. Revogava o Decreto-Lei Nº 477, que permitia a expulsão de estudantes por motivos políticos. Transferia para o Supremo Tribunal Federal (STF) a responsabilidade de cassar mandatos parlamentares, com base em denúncias enviadas pelo Executivo. Restabelecia o *habeas corpus* para crimes políticos e abolia as penas de morte, prisão perpétua e banimento. Previa ainda o abrandamento das penas previstas na Lei de Segurança Nacional, a diminuição das exigências para a criação de novos partidos e a restauração do voto em separado do Senado e da Câmara na apreciação das emendas constitucionais.” (CNV; 2014: 106, V1). Emenda disponível em:

mesmo após revisão em dezembro de 1978⁸¹. Assim, o governo Geisel chegou ao fim em meio a crises políticas decorrentes das disputas de poder entre os militares e suas formas de governar, bem como, devido à conquista de espaço galgada pela oposição nas últimas eleições e as pressões da sociedade civil organizada.

Até o fim do mandato, a Presidência de Geisel será caracterizada (...) por um duplo movimento que atravessa todo o período ditatorial. O primeiro dizia respeito à vigilância repressiva em vários níveis: censura à imprensa, prisões, tortura e assassinatos. Mais tarde, o próprio Geisel legitimaria a violência quando, em depoimento concedido a historiadores sobre sua trajetória no regime autoritário de 64, admitiu considerar a tortura necessária em determinados casos: “Há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior”⁸². [...]. Um segundo movimento era o da reinvenção institucional casuística que visava resguardar o caráter autoritário do regime em circunstâncias diversas (CNV; 2014, p.105, v.1).

Contudo, em meio às crises, Geisel ainda havia conseguido eleger o sucessor de seu agrado, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo⁸³. O slogan do governo federal mudou de “distensão” para “abertura lenta, gradual e segura”, contudo, permanecia “a tutela militar explícita sobre o processo político, nas suas linhas gerais, e o poder repressivo das Forças Armadas guardavam, obviamente, considerável força dissuasiva.” (CNV, 2014, p.106-108, v.1). Além de dar continuidade ao processo de “abertura”, Figueiredo teria que lidar com algumas questões específicas.

No setor econômico, persistia a crise desde o segundo choque do petróleo de 1977. No plano trabalhista/social, desde meados do final da década de 1970, surgia no país o movimento do novo sindicalismo que, contando com o apoio de novas lideranças e com setores progressistas da Igreja Católica, demandaram atenção especial do governo. Já no âmbito político/social os destaques foram a exigência da anistia política aos exilados, por parte de segmentos da sociedade e instituições representativas, e o crescimento da oposição partidária nos dois últimos pleitos. Assim, nos anos finais da década de 1970,

Os protestos produzidos pelo movimento sindical e também por associações e instituições não vinculadas diretamente a ele (como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa e a Igreja Católica) e a emergência de uma dinâmica associativa mais autônoma tiveram um importante significado político e simbólico. Em primeiro lugar, a

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc11-78.htm
dezembro de 2018.

Acesso:

⁸¹ A Lei Nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, substituiu o Decreto-Lei Nº 898 de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6620.htm Acesso: dezembro de 2018.

⁸² Esta fala de Geisel encontra-se no livro CASTRO, Celso.; D'ARAUJO, Maria Celina. (Orgs.). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

⁸³ Chefe do SNI entre 1974 e 1978 e presidente da República entre 1979 e 1985.

mobilização de diversos grupos sociais e políticos em ações de protesto produziu um adensamento da malha organizacional da sociedade, constituída pelas redes sociais que ligavam associações sociais de vários tipos, sindicatos, setores da Igreja Católica, de partidos políticos, dentre outros. Em segundo lugar, as reivindicações dos grupos sociais mobilizados (especialmente das camadas médias e operárias) foram ganhando contornos políticos mais amplos, visando à defesa de valores políticos democráticos e não se limitando a demandas sociais. (...). Por último, mas não menos importante, a criação de associações profissionais e de outras formas de organização não subordinadas à esfera estatal e a renovação de associações mais tradicionais desafiariam o controle corporativo do Estado sobre a sociedade, apontando para formas mais autônomas (pluralistas) de intermediação dos interesses sociais (BERTONCELO, 2007, p.74-75).

O governo de Figueiredo foi marcado por grandes mudanças quanto a questões do campo político, duas delas, talvez as mais importantes, ocorreram logo no primeiro ano de governo. Em 28 de agosto de 1979, após uma grande campanha da sociedade civil organizada, Figueiredo assinou a Lei de Anistia⁸⁴ que perdoava todos que tivessem cometido “crimes políticos ou conexos com estes”, proporcionando a volta de um grande número de exilados, incluindo nomes importantes da política nacional, como Luís Carlos Prestes, Leonel Brizola e Miguel Arraes. O papel agregador que a campanha pela anistia demonstrou desde o ano de 1975, foi fundamental para uma maior articulação entre as oposições a partir de 1979. A Lei de Anistia foi uma conquista da sociedade civil e das oposições que se organizaram e se uniram por todo o país.

Contudo, como aponta Maria Paula Araújo Nascimento (2007, p.346), “a Lei de Anistia de 1979 pode ser vista como um dos pilares da solução negociada que, em 1985, encerrou o ciclo do regime militar.”. Entendemos que a Lei de Anistia, da forma como foi promulgada pelo governo militar, é mais um exemplo das práticas de conciliação “pelo alto”, que marcaram a ditadura militar brasileira. Pois, se por um lado, o governo dava uma resposta às pressões de setores da sociedade civil e do campo político que ansiavam pelo retorno de indivíduos exilados por motivações políticas, em contrapartida, a anistia era efetuada nos termos dos militares, ou seja, torturados e perseguidos eram anistiados juntamente com seus algozes, além dos casos em que não foi permitido a anistia por se tratarem dos chamados “crimes de sangue”, aqueles indivíduos que foram presos por atuação na luta armada.

Outra importante mudança veio através da Lei Nº 6.767 de 20 de dezembro de 1979, a

⁸⁴ Lei Nº 6.683. “Entre presos, cassados, banidos, exilados ou simplesmente destituídos dos seus empregos, a Lei da Anistia beneficiou 4.650 pessoas. Havia então 52 presos políticos, dos quais 17 foram imediatamente libertados e 35 permaneceram à espera de uma análise de seus processos.”. (CNV, 2014, p.106-107, v.1). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm Acesso: dezembro de 2018.

nova Lei Orgânica dos Partidos⁸⁵ que previa a reorganização do sistema político partidário. Pensada por Golbery, a lei tinha por objetivo principal dividir as oposições até então agrupadas todas no MDB, tendo em vista que o Congresso Nacional, eleito em 1982, comporia o Colégio Eleitoral⁸⁶ que elegeria o próximo Presidente da República. Na visão de Golbery, era a hora de restabelecer o pluripartidarismo no Brasil.

Desta forma, destacaram-se durante a “abertura” os seguintes partidos: o Partido Democrático Social (PDS), formado quase inteiramente por ex-filiados da ARENA; a maioria do MDB filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); a legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi atribuída a Ivete Vargas sobrinha de Getúlio Vargas, após disputa jurídica com Leonel Brizola; este último, por sua vez, fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT); e por fim, o Partido dos Trabalhadores (PT), liderado pelo então líder sindical do ABC paulista, Luís Inácio Lula da Silva (SOARES, 2018, p.404-409).

Em 1981, deu-se mais um casuísmo eleitoral da ditadura com objetivo de controlar o campo político: foram anunciadas novas regras eleitorais para o pleito de 1982, o primeiro com eleições diretas para governadores desde 1965. Era o chamado “Pacote de Novembro”, que previa: o voto vinculado, no qual o eleitor tinha que votar em candidatos do mesmo partido para todos os cargos em disputa; a proibição de coligações; a existência da sublegenda para o Senado, mediante a qual os partidos podiam lançar até três candidatos para o cargo e somar os votos totais; e, em relação à chapa completa, os partidos tinham que lançar candidatos para todos os cargos. Claramente as medidas buscavam privilegiar a força da máquina partidária da ARENA nos municípios e que fora herdada pelo PDS, como elucidado em próprio documento da Agência Recife do SNI, onde comunica-se que o PDS é “majoritário em todos os Estados da área, estruturado em função do arcabouço da antiga ARENA” (ARE_ACE_1191_80. FUNDO SNI – AGÊNCIA RECIFE).

A respeito das eleições em 15 de novembro de 1982, Skidmore (1988, p. 63-65) salienta que:

Os resultados eleitorais justificaram amplamente a estratégia original de Golbery. Embora a oposição conseguisse 59% do total de votos populares, não conseguiu obter a maioria no Congresso (tomando as duas casas juntas) ou no Colégio Eleitoral que escolheria o sucessor de Figueiredo. Na Câmara dos Deputados, a oposição (somando todos os quatro partidos – PMDB, PDT, PTB e PT) superavam o número do PDS com 240 e 235, mas no Senado, o PDS gozava de uma vantagem de 46 sobre os 23 da oposição. No Colégio Eleitoral o PDS conservava uma maioria de 359 a 321. [...] A

⁸⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6767.htm Acesso: dezembro de 2018.

⁸⁶ Composto pelos membros do Congresso Nacional e delegados das assembleias estaduais e câmaras municipais.

oposição ganhara o governo de nove dos Estados mais populosos e industrializados, incluindo Estados-chave, como São Paulo, Rio de Janeiro Minas Gerais e Paraná. [...]. Enquanto a oposição adquiria controle executivo nos Estados-chave e com isso um poder considerável de manobra, o governo retinha o Executivo federal, que ganhava forças graças à firme centralização de poder e recursos desde 1964.

Assim, tal pleito representou um marco para as oposições partidárias que, somadas todas as legendas, conquistaram a maioria na Câmara Federal e dez executivos estaduais. De forma que Edison Bertoncelo (2007, p.67-69) destaca que o decorrer do processo de distensão política gerou incômodos à grupos militares, tendo em vista as mudanças políticas ocorridas, como: a “revalorização da arena político-partidária”, apresentada acima; a “perda de importantes recursos de poder”, como a revogação do AI-5; e, a “restauração parcial de algumas liberdades políticas”. Estas mudanças em conjunto, contribuíram para uma maior e, em alguns casos, nova organização da sociedade civil e do campo político em especial.

a dinâmica do processo de abertura política, no contexto de uma sociedade mais urbanizada e diferenciada, produziu alguns pontos de esgotamento da estratégia de institucionalização da ordem autoritária, criando um contexto político mais “favorável” às oposições. As oposições partidárias conseguiram posições políticas co-institucionais estratégicas, dando-lhes certa capacidade de iniciativa política. Houve também uma crescente autonomização de camadas sociais em relação ao controle estatal, desafiando os mecanismos de controle da sociedade. [...]. Em 1983, esses fenômenos se conjuntaram a uma profunda crise econômica, que já se delineava desde 1979 e que se tornou mais intensa a partir do final de 1982. A crise econômica fragmentou a base de sustentação sociopolítica do regime e do Estado e intensificou os protestos sociais (BERTONCELO, 2007, p.76).

Em 1983 a crise econômica bateu com força na porta dos brasileiros, a recessão dos anos iniciais desta década gerou redução do valor real dos salários e aumento do desemprego, aumentou a incidência de pobreza e as classes médias tiveram seu padrão de consumo afetado. Para os militares o ano de 1983 significou a perda definitiva de dois dos seus maiores aliados: o crescimento econômico e o mito de sua boa administração. Em consequência, perdeu também o apoio de boa parte da classe burguesa empresarial, descontente com a estratégia recessiva adotada pelo governo para a economia, que gerava impacto negativo sobre a produção econômica e acabava também impulsionando mobilizações grevistas de trabalhadores.

Assim, para o mal agrado dos militares, o ano de 1983 foi caracterizado por um “conjunto de crises”:

crise de Estado, caracterizada pela drástica redução da capacidade estatal de promover o desenvolvimento capitalista e de intermediar os interesses sociais através de sua esfera corporativa e pela erosão da aliança

sociopolítica que sustentava o padrão de dominação política materializado no Estado varguista; *crise do regime*, caracterizada pela alteração das relações políticas entre os principais centros de poder político (enfraquecimento do executivo federal frente aos executivos estaduais e Congresso Nacional) e pela crescente dificuldade em reproduzir a exclusão política de amplas camadas sociais; e *crise de governo*, caracterizada pelo esvaziamento da autoridade presidencial, pela paralisia decisória e pela fragmentação da base de sustentação político-partidária do governo federal no Congresso Nacional (BERTONCELO, 2007, p.76-77).

No campo político, o próprio PDS passava a questionar as escolhas do governo Figueiredo. A insatisfação de membros do partido com a maneira como estava sendo conduzida a política econômica, somava-se ao antigo desagrado da legenda em relação à maneira que o regime lidava com a política nacional, buscando a todo custo tutelar e controlar os agentes políticos, até os seus aliados da ARENA e do então PDS.

Já entre as oposições, o PMDB, maior partido oposicionista naquele contexto, se opunha à política econômica do governo e defendia a adoção de políticas nacional-desenvolvimentistas para ajudar o país a sair da crise. O PT, partido que surgia com a força dos movimentos sindicais, atuava junto a estes pressionando o governo por mudanças imediatas nos rumos da política salarial e de preços. De uma forma geral, mesmo com a existência de grandes divergências entre os partidos de oposição, estes mantinham uma pauta principal em comum: a mudança da política econômica aplicada no país e a luta pelo restabelecimento da democracia, simbolizada pelo desejo de eleições diretas para o próximo Presidente da República. Estas duas bandeiras estiveram juntas e deram o tom dos anos finais da ditadura militar brasileira a partir de 1983.

Ao longo desse ano (e principalmente em 84), a luta sucessória acabou por catalisar as ações das oposições ao regime militar e das próprias dissidências dentro do PDS. Nessa conjuntura, a luta por eleições presidenciais diretas constituiu-se em uma das linhas de ação (e, depois, na principal delas) dos setores sociais e políticos que se opunham ao regime. A luta pelo voto direto passou a ser concebida por tais setores como uma “oportunidade” para liquidá-lo (BERTONCELO, 2007, p.93-94).

Assim, em março de 1983, o deputado federal Dante de Oliveira (PMDB/MT), conseguiu as assinaturas necessárias para o encaminhamento ao Congresso Nacional da emenda que propunha a volta das eleições diretas para Presidente da República⁸⁷, dava-se o pontapé inicial para aquela que ficou conhecida como a Campanha das “Diretas Já”. Foram apenas 14 meses de duração, contudo, foi o necessário para tornar-se a maior mobilização política popular da história do Brasil.

⁸⁷ Proposta de Emenda Constitucional (PEC) Nº 5 de 2 de março de 1983. A proposta de Dante de Oliveira ia contra à eleição presidencial indireta prevista pela constituição autoritária daquele momento.

Segundo Lucilia de Almeida Neves Delgado (2007: 414), a campanha caracterizou-se de maneira suprapartidária, heterogênea e despersonalizada. O movimento reuniu os principais partidos políticos de oposição à ditadura (PMDB, PT, e PDT), inclusive os partidos que estavam na ilegalidade (PCB e PC do B), bem como organizações da sociedade civil como CNBB, OAB, ABI, UNE, CUT, dentre outras. Agruparam-se, naquela conjuntura, entidades que eram críticas ao regime, desde a crítica ao aparato repressivo até a rejeição à política econômica adotada pelo governo. Tais entidades possuíam entendimentos diferentes sobre a melhor forma para conduzir a campanha, havendo os que desejavam uma estratégia de negociação com o governo e os que preferiam a ruptura completa.

Mesmo com toda heterogeneidade do movimento e, talvez em razão dela, a campanha das “Diretas Já” mobilizou milhares de brasileiros em suas manifestações por todo o país⁸⁸. A partir do final de 1983 e sobretudo no início de 1984, a mobilização social em torno da campanha ganhou força, principalmente devido a expectativa do apoio dos governadores das oposições para os comícios em seus estados, e até de políticos da ala pró-diretas do PDS.

Durante os meses de janeiro e fevereiro de 1984, a Caravana das Diretas, formada por Ulysses Guimarães (PMDB), Luís Inácio Lula da Silva (PT) e Doutel de Andrade (PDT), percorreu o Norte e o Nordeste do país promovendo eventos pró-diretas. Em fevereiro de 1984 foi criada a Comissão Nacional Pró-Diretas, que reuniu representantes de todos os partidos de oposição e membros do grupo pró-diretas do PDS, além de entidades e movimentos sociais. A criação desta comissão contribuiu também para reduzir o papel do PMDB de principal condutor da campanha até aquele momento.

em face de uma intensa mobilização popular, as ruas das principais capitais brasileiras são tomadas por multidões contrárias ao regime, e no Rio de Janeiro, centro tradicional de oposição ao regime, um milhão de pessoas exigem eleições Diretas Já! [...] A proposta de Diretas Já! Representava um rompimento radical com a abertura limitada e compactuada que o regime vinha implantando e levaria, através da eleição de um presidente pelo voto direto, com uma Constituinte, a uma ruptura constitucional extremamente desfavorável para as forças que implantaram a ditadura militar no país (SILVA, 2003, p.272-273).

Contudo, o resultado da votação no Congresso Nacional frustrou a todos os envolvidos na Campanha. Na madrugada do dia 26 de abril de 1984, com um verdadeiro arsenal de guerra montado em Brasília, em virtude da decretação de medidas de emergência na capital

⁸⁸ Sobre a Campanha das “Diretas Já” no Estado da Paraíba, ver: SOARES, Maria Tereza Dantas B. Lutas Democráticas Contra A Ditadura: A Campanha Das Diretas Já No Estado Da Paraíba. In: **XVII Encontro Estadual de História - ANPUH-PB**, Guarabira – PB, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/xviieeh/index/schedConfs/archive>

federal, a emenda das diretas foi rejeitada por uma diferença de 22 votos. Do total de 298 votos obtidos, 243 foram dos partidos de oposição e 55 de deputados do PDS, dentre eles, Tarcísio de Miranda Burity, o único representante do partido na Paraíba que registrou voto favorável à emenda.

Em março de 1985 o governo de Figueiredo chegou ao fim, e com ele terminou a ditadura militar, pelo menos no que diz respeito ao comando do Executivo nacional, muitas estruturas repressivas montadas pelos militares permaneceram mesmo após 1985, como é o caso do SNI, dentre outros aspectos ou práticas antidemocráticas. Como vem sendo dito ao longo deste capítulo, a influência da cultura política brasileira se fez presente entre 1964 e 1985, não sendo diferente no ato final do regime. A escolha por uma eleição presidencial indireta e a composição da chapa vencedora, a “Aliança Democrática” formada por Tancredo Neves do PMDB e José Sarney da Frente Liberal (FL), deram a tônica das práticas de conciliação “pelo alto” e autoritarismo que marcaram a ditadura militar brasileira. Tancredo Neves sempre foi apontado pelos líderes da ditadura, inclusive por documentos do SNI⁸⁹, como um dos políticos da oposição com quem o regime podia “dialogar”; José Sarney, por sua vez, ex-UDN, era um dos líderes da ARENA e do PDS, tendo inclusive presidido este último.

Cabe aqui finalizarmos com duas reflexões de Pierre Bourdieu (2011) sobre as condutas e as disputas no/do campo político. Primeiramente lembramos que “uma parte muito importante das condutas políticas é inspirada por uma preocupação com a reprodução do aparelho que garante a existência política de seus membros” (BOURDIEU, 2011, p.206). Preocupação esta que os militares demonstraram a todo momento que buscavam controlar o campo político para possibilitar a aplicação de suas políticas governamentais autoritárias.

Em segundo lugar, observamos que “as disputas do mundo político são sempre duplas; são combates por ideias, mas, como estas só são completamente políticas e se tornam ideias-força, são também combates por poderes” (BOURDIEU, 2011, p.206). Neste sentido, tendo como foco o período compreendido entre 1964 e 1985 e, sendo o campo político brasileiro composto, entre outras questões, por poder, partidos, políticos profissionais, militantes

⁸⁹ Observamos esse tipo de referência a Tancredo Neves em pelo menos um documento do Fundo SNI – Agência Recife. O documento APRECIACÃO Nº061/15/AC/83, que possui como origem a Agência Central do SNI (AC/SNI), conta com data de 22 de dezembro de 1983 e, possui como assunto “CONVENÇÃO NACIONAL DO PMDB”, traz a seguinte constatação: “Todavia, o PMDB, após a Convenção Nacional de 04 de Dez, por força do predomínio da corrente “*moderada*”, e da incontestável liderança do Gov TANCREDO NEVES (MG), deverá apresentar uma tendência mais conciliadora, uma posição aberta ao diálogo e às negociações.”. O mesmo documento conta com uma lista de “CONDIDATOS, EM 15 DE NOV 82, APOIADOS POR ORGANIZACOES SUBERSIVAS”, em que Tancredo aparece como eleito para o governo de Minas Gerais sendo apoiado por tais “organizações subversivas” (ARE_ ACE_ 6049_84. Fundo SNI – Agência Recife).

políticos, Forças Armadas, militares, autoritarismo, vimos ao longo deste tópico que as conjunturas da ditadura militar foram marcadas pela relação controle e combates por lutas de poder e ideias.

Especificamente no tocante aos agentes sociais aqui estudados, os políticos e militantes políticos e, ao campo objeto de nossa análise, o campo político, podemos dizer que os militares brasileiros integrantes das Forças Armadas extrapolaram o microcosmo do campo militar e buscaram controlar, por diversos meios, o campo político brasileiro. Um dos meios mais utilizados pelos militares para a realização deste controle foi, além dos casuísmos eleitorais, expressões de autoritarismo frente a legislação; a repressão por meio de vigilância e espionagem dos seus Órgãos de Informações, em especial o Serviço Nacional de Informações (SNI), aos integrantes desse campo político nacional no decorrer de 21 anos de ditadura militar.

1.2 Repressão política: o Serviço Nacional de Informações (SNI) e sua vigilância política

O Manual de Segurança e Informações, produzido pelos órgãos de informação do governo militar em 1971, definiu subversão como a “forma de guerra irregular que visa minar a estrutura militar, econômica, social, moral e política de um regime”. Dessa forma, as ações subversivas “possuíam caráter predominantemente psicológico, buscando conquistar as populações para um movimento político-revolucionário pela destruição das bases fundamentais da comunidade que integram”. Em outro documento elaborado pelo regime, o termo é definido como “o emprego planejado da propaganda e de outras ações, principalmente de cunho psicológico, com o objetivo de obter o apoio da população para um movimento revolucionário”. Dessa maneira, foram enquadrados como “subversivos” pessoas, textos, canções, filmes e imagens que pudessem comprometer, segundo a ótica do governo, a credibilidade das novas autoridades ou o *status quo* social (ISHAQ; FRANCO; SOUZA, 2012, p. 279).

Como observamos até aqui, o campo político foi alvo de grandes mudanças ao longo da ditadura militar e muitas destas decorreram justamente da grande ênfase dada pelos militares à repressão política, “traduzida por uma sucessão de leis cujo caráter de controle social acentuava-se a cada nova formulação” (JOFFILY, 2013, p. 29). Nesse sentido, a ideia de crime político durante o regime militar estava intrinsecamente ligada à noção de segurança nacional prevista pela Doutrina de Segurança Nacional e explicitada pela Lei de Segurança Nacional. O “criminoso político” era o “inimigo interno” que, por sua vez, era o “principal inimigo da nação” devido a sua potencial relação com as organizações de esquerda, com o comunismo e a “subversão” (JOFFILY, 2013, p. 29-30).

No tópico anterior expomos resumidamente o “braço” armado da repressão política, o

Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN), contudo, não eram só as armas e a violência física que formavam a estrutura de repressão dos militares em sua caçada ao “inimigo interno”. Segundo os próprios manuais da Escola Superior de Guerra (ESG), informação era a palavra chave para manter a “segurança interna”. Assim, a tríade “Espionagem, informação e repressão policial foram funções precípuas e fundamentais da ditadura militar (...)” (FICO, 2001, p.12).

O papel das Informações de Segurança é essencial para esclarecer o governo quanto à realidade da situação, à veracidade dos fatos e às características e intensidades das manifestações e dos efeitos dos antagonismos e pressões, bem como à estimativa dos acontecimentos futuros. Um sistema de organização permanente de Informações de Segurança, adequadamente estruturado e dotado de pessoal especializado, constitui um dos instrumentos essenciais para o planejamento e execução da Segurança Interna (Manual Básico da ESG apud ALVES, 1984, p.72).

Entendemos as atividades de vigilância desenvolvidas por órgãos e setores da ditadura militar como atividades de repressão, uma vez que, na absoluta maioria dos casos eram executadas de forma a ferir direitos e liberdades individuais, como fica evidente pela ação de vigiar cidadãos brasileiros e pela obtenção de informações mediante tortura, prática que, como destaca o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014, p. 343), “passou a ser sistematicamente empregada pelo Estado Brasileiro desde o golpe de 1964, seja como método de coleta de informações ou obtenção de confissões (técnica de interrogatório), seja como forma de disseminar o medo (estratégia de intimidação)”. Assim, observamos a estruturação e o funcionamento do sistema de informações montado pelos militares, focando nossa exposição e análise sobre o principal órgão de atividades de informação e espionagem da ditadura militar: o Serviço Nacional de Informações (SNI).

A respeito das atividades de informações no Brasil, é importante frisar que estas já existiam no país antes do golpe civil-militar de 1964 e da edificação da ditadura que o seguiu.⁹⁰ Segundo Priscila Antunes (2001, p. 42) “o primeiro registro oficial relacionado a

⁹⁰ Segundo Luís Reznik (2004), atividades de informações no Brasil guardam relações com a montagem de uma polícia política no país, ou seja, desde a década de 1930, quando se criou a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (Desps) que em 1944 passou a ser a Divisão de Polícia Política e Social (DPS). Em 1945 a DPS ganhou dois serviços, o de investigações (SIv) e o de informações (SI), estes funcionavam como “braços operacionais das delegacias e da própria direção da divisão”. A rigor a DPS atuava fisicamente no distrito federal, ensinando e orientando as atividades de polícia política nos estados que através de suas polícias estaduais deveriam enviar relatórios quinzenais à DPS acerca da “ordem política e social” nos mesmos. “Polícias estaduais, ministérios federais, secretarias estaduais, estatais, autarquias e empresas públicas e privadas reconheciam na DPS a agência do governo federal responsável pela função de polícia política. Requisitavam da DPS seus serviços, sua orientação, a elaboração de normas de ação. Forneceram à DPS informações atinentes às suas funções. Cooperaram com a DPS. Formou-se uma vasta rede nacional cujo objetivo era prevenir e reprimir os crimes contra a ordem política e social.” (REZNIK, 2004, p. 154). Com a transferência da capital federal para Brasília, o Departamento Federal de Segurança Pública seguiu para a nova capital, mas a DPS permaneceu no

esta atividade remonta ao mandato do Presidente Washington Luís, quando foi criado o Conselho de Defesa Nacional.”. Ao longo dos anos, tais atividades e os órgãos encarregados sofreram alterações. Após o golpe do Estado Novo em 1937, Getúlio Vargas criou o novo Conselho de Segurança Nacional (CSN), órgão que atuava “voltado para questões relativas à defesa da Pátria.” (ANTUNES, 2001, p. 44).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e em decorrência da Guerra Fria, o setor de atividades de informações no Brasil – e em vários locais do globo – sofreu modificações, tornando-se também “responsáveis pela detecção, apreensão vigilância e armazenamento de informações sobre populações que poderiam ser consideradas subversivas.” (ANTUNES, 2001, p. 44). Assim, em 1946 o CSN foi reorganizado e, através de decreto-lei de 6 de outubro daquele ano, surgiu o Serviço Federal de Informação e Contra-Informação (SFICI), novo organismo do CSN encarregado do setor de informações e contrainformações no país. Contudo, Antunes (2001, p 45-46) assinala que o órgão só foi efetivamente ativado e passou a desempenhar suas funções no governo de Juscelino Kubitschek, período em que no contexto internacional ocorria o acirramento da Guerra Fria e em decorrência desta, as atividades de informações receberam um novo status no combate aos inimigos “velados”. Nesse sentido, em 1956 Kubitschek procedeu com a ativação do SFICI, situação esta que interessava aos Estados Unidos da América, que prestigiou e apoiou a criação do órgão, visto a divisão de influência que o globo experimentava naquele momento, entre EUA e União Soviética.

No tocante a produção do SFICI, Antunes (2001, p. 46-47) esclarece que as fichas informativas do órgão “diziam respeito a pessoas eminentes no meio político e social.”, sendo arquivadas “por partidos, por agremiações políticas, por sindicatos, por atividades de repercussão nacional e por área geográfica.”. Em 1958 o SFICI já possuía seções responsáveis por questões externas, interiores, operações e segurança interna, além de que “já no governo Juscelino Kubitschek havia uma grande preocupação com os movimentos sociais considerados de esquerda. Cabia à Subseção de Segurança Interna (SSI) pesquisar e informar sobre as possibilidades de ocorrências subversivas de qualquer natureza; acompanhar a dinâmica dos partidos políticos; elaborar estudos sobre as suas tendências e influências em

Rio de Janeiro, cumprindo funções “federais”. “A estrutura transformou-se em 1962/63, com a criação do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), subordinado à Secretaria de Segurança Pública do Estado. O Dops da Guanabara continuou centralizando informações provenientes de todo o país.” (REZNIK, 2004, p. 180). Assim, Reznik destaca que desde o surgimento da polícia política no Brasil, esta sempre estabeleceu relações próximas com as atividades de informações, não necessariamente do mesmo modo e intensidade que a ditadura militar exprimiu a estas atividades, contudo, utilizando-as como um meio para se alcançar grupos e indivíduos com atividades políticas similares, quando não idênticas, aos que os militares do golpe de 1964 tinham como alvo: comunistas, simpatizantes e políticos das esquerdas, sindicatos, movimentos sociais, entre outros.

relação à Política Nacional, além de realizar o levantamento e manter em dia a situação das principais organizações de classe. Ao setor de contra-informações coube a função de manter em dia o levantamento das atividades de pessoa físicas ou jurídicas que poderiam ter atividades contrárias aos interesses nacionais; manter em dia o levantamento da situação de agências que exploravam no país as comunicações de qualquer natureza; bem como participar do planejamento de contra-propaganda.” (ANTUNES, 2001, p. 48).

No início da década de 1960 o SFICI já estaria estruturado no país e exercendo suas atividades de informações e contra-informações. De forma que quando os militares participantes do golpe civil-militar de 1 de abril de 1964 e da ditadura que o seguiu, iniciaram a organização daquilo que chamaram de comunidade de informações, o Estado brasileiro, na figura do SFICI e de outros órgãos envolvidos em atividades de informações, já possuía um relativo acervo acerca das áreas citadas acima e dos indivíduos que nelas atuavam.

Contudo, Priscila Antunes (2001, p. 49-51) destaca que existem duas perspectivas distintas acerca da competência do SFICI: os militares que haviam composto o Serviço Federal afirmam que o mesmo “estava muito bem estruturado” e utilizava-se dos “mais modernos equipamentos de comunicação”; enquanto alguns militares que depuseram o SFICI e participaram na montagem do SNI, assinalam que as técnicas do órgão seriam primárias e suas informações possuiriam pouca confiabilidade, levantando-se inclusive a hipótese de que a deposição de João Goulart se deu justamente por ineficiência do órgão em informar o presidente da situação do país. Postas estas distinções, Antunes ressalta que a principal dúvida a qual devemos nos ater não é necessariamente a eficiência ou não do SFICI, mas sim “a interesse de quem a agência funcionava”.

Com a efetivação do golpe civil-militar de 1964, o general Golbery do Couto e Silva, que havia sido chefe do SFICI no governo de Jânio Quadros, propôs a criação de um novo órgão nacional de informações e contrainformações que estivesse em conformidade com a Doutrina de Segurança Nacional implementada naquele novo regime (FICO, 2001, p. 40). O projeto de criação do SNI foi apresentado por Castelo Branco em 11 de maio daquele mesmo ano e aprovado no dia 13 do mês seguinte pela Lei 4.341, que discorre:

Art 1º É criado, como órgão da Presidência da República, o Serviço Nacional de Informações (SNI), o qual, para os assuntos atinentes à Segurança Nacional, operará também em proveito do Conselho de Segurança Nacional.

Art 2º O Serviço Nacional de Informações tem por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional (BRASIL, 1964).

Caberia ao SNI auxiliar o presidente da República no encaminhamento e coordenação das atividades de informações e contrainformações, bem como, promover a difusão adequada das mesmas por toda a jurisdição nacional (BRASIL, 1964). Como destaca o pesquisador Lucas Figueiredo (2015, p.18), “O órgão concentrava seus esforços na coleta, análise e difusão de informações, tendo como ‘clientes’ preferenciais, em primeiro lugar, a Presidência da República, seguida pelos serviços secretos militares.”.

Ao longo dos 21 anos de vigência da ditadura militar pode-se observar a importância que o SNI adquiriu dentro do funcionamento do regime: o chefe do Serviço possuía status de ministro; dois generais que viriam a se tornar presidentes da República passaram pela chefia do mesmo (Médici e Figueiredo), bem como, era o principal órgão do Sistema Nacional de Informações (SISNI). Também foi importante para o funcionamento do Serviço, o acervo “herdado” do SFICI que, como vimos, já atuava em uma certa perspectiva de segurança interna, observando movimentos sociais com relações com a esquerda e aquilo que entendiam como subversão. Sendo esta a razão de alguns documentos informativos do Serviço contarem com informações de alguns indivíduos antes mesmo da efetivação do golpe civil-militar, pois, já existia no país uma certa rede de atividades de informações, que o SNI se utilizou e ampliou-a a um tamanho jamais visto na história do Brasil.

A importância que o SNI assumiu não só no funcionamento da ditadura, mas também no imaginário social do período e dos anos seguintes foi tanta, que levou a filósofa Marilena Chaui a afirmar que “O ‘regime’, nome empregado para a fachada governamental, é dirigido pelo ‘sistema’ – isto é, pelo Serviço Nacional de Informação e pela chamada Comunidade de Informação – (...)” (CHAUI, 1986, p. 48-49). O SNI não chegou de fato a dirigir a ditadura militar, contudo, era o principal órgão de informações no desenvolvimento de ações por parte dos militares, não só porque mantinha o Executivo informado sobre os demais poderes, mas também, e talvez principalmente, porque mediante o exercício da vigilância a políticos e seus partidos, militantes e suas organizações de esquerda, trabalhadores e seus sindicatos (além da vigilância a organismos da Igreja e ao movimento estudantil), o mesmo permitia que os militares estivessem informados sobre grande parte das ações da oposição, possibilitando e facilitando a repressão aos grupos destacados, ao mesmo tempo que os militares implementavam o modelo econômico definido pelos grupos conservadores que os apoiavam. Assim, o restante da afirmação de Chaui acerca do SNI e do SISNI se justifica:

lhe garantia implementar uma política monetarista altamente inflacionária, fundada no arrocho salarial e na repressão aos movimentos trabalhistas (o chamado “milagre brasileiro”), levando ao extremo a concentração de renda

e as desigualdades sócio-econômicas, criando uma estrutura de poupança compulsória (os “fundos” de todo tipo) que sustenta a política social (a drenagem dos salários sendo dissimulada pela devolução dos “benefícios sociais”), produzindo crescimento econômico acelerado e artificial através de sistemas de crédito e de subsídios governamentais, obtidos por empréstimos à finança internacional (a célebre “dívida externa”), consolidando a intervenção do estado na economia por meio de empresas mistas e estatais (CHAUI, 1986, p. 49).

De forma geral o Serviço era composto pela Agência Central, localizada em Brasília; e pelas as outras doze Agências Regionais com sede em estados considerados importantes para a Segurança Nacional⁹¹. A respeito do funcionamento e organização das agências, Priscila Antunes (2001, p. 53-54), destaca que:

A Agência Central era a responsável pelo processo de triagem da grande massa de informações que eram recolhidas pelo SNI. De acordo com o decreto 55.194, compreendia uma Chefia, uma Seção de Informações Estratégicas, uma Seção de Segurança Interna, uma Seção de Operações Especiais. À Seção de Informações Estratégicas cabia planejar a pesquisa e a busca de dados que lhe fossem determinados, bem como reunir, processar e atualizar os dados colhidos e os estudos realizados. À Seção de Operações Especiais cabia realizar a busca especializada de informes e participar do planejamento de operações a serem realizados com outras agências. E, por fim, à Seção de Segurança Interna cabia identificar e avaliar os antagonismos existentes ou em potencial, que pudessem afetar à segurança nacional e realizar a análise e a adequada disseminação dos estudos realizados. [...]. Com a diferença de ter um número de efetivos bem menor do que a Agência Central, as Agências Regionais também eram divididas desta mesma forma. Seus efetivos, de acordo com a grande parte dos depoentes, foram inicialmente na área militar, tanto da ativa quanto da reserva e a força que tinha maior presença era o Exército. Alguns civis também foram inicialmente contratados, mas normalmente para desenvolver atividades específicas, como escrivães etc.

Em 1967, com a nomeação do general Jayme Portella de Mello como novo Ministro-Chefe da Casa Militar que também atuava no Conselho de Segurança Nacional, o SNI recebeu um novo regulamento onde teve sua estrutura ampliada⁹². Por este, as Seções de Segurança Nacional dos ministérios civis foram transformadas em Divisão de Segurança e Informações (DSI's). “As ASI's, Assessorias de Segurança e Informações, instaladas em diversas instituições públicas, e as DSI's, nos ministérios civis,” atuavam como órgãos complementares que compunham o SNI (ANTUNES, 2001, p.54). Como salienta Carlos Fico (2003, p.176), “Tratava-se da criação de uma vasta rede de espionagem, implantada em todo o

⁹¹ Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo.

⁹² Decreto 60.940 de 4 de julho de 1967. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=483561&id=14310664&idBinario=15667997&mime=application/rtf> Acesso: janeiro de 2019.

país (...).”.

Entre 1967 e 1969, o general Médici ocupou o cargo de chefe do SNI e, durante sua passagem pelo Serviço, foi efetuado um incremento importante nas ações do órgão. O SNI passou a não “só” coletar, analisar e difundir informações relativas à segurança nacional, “tornou-se uma instituição dedicada também a estudar, em profundidade, os problemas do país nas áreas política, econômica e social.” (FIGUEIREDO, 2005, p.177). A partir de então, o Serviço passou a organizar dossiês informativos e analíticos sobre as áreas supracitadas, inclusive com previsões de resultados de eleições.

Os documentos produzidos pelos serviços secretos e pelos órgãos setoriais de informações existentes durante a ditadura militar expressam como a Doutrina de Segurança Nacional foi difundida no interior do Sistema Nacional de Informações (SisNI). Contra a “guerra revolucionária”, a Escola Superior de Guerra (ESG) produziu também uma literatura que foi a base do ensinamento dado às Forças Armadas no combate à guerra subversiva. Segundo o ministro do Exército, Aurélio de Lira Tavares, que assumiu o comando em março de 1967, o governo precisava ser mais enérgico no combate a “ideias subversivas” e a avaliação militar era a de que havia “um processo bem adiantado de guerra revolucionária” liderada pelos comunistas (ISHAQ; FRANCO; SOUZA, 2012, p.19).

Após a promulgação da Constituição e da Lei de Segurança Nacional de 1967, ordenamentos estes que explicitavam as noções de “segurança interna”, “guerra psicológica” e “guerra revolucionária”, previstas na Doutrina de Segurança Nacional, o *modus operandi* do regime passava a promover a constante profissionalização da atuação conjunta do setor de informações e da polícia política. Para tanto, era necessário estabelecer um sistema de informação e de segurança ajustados à diretriz de operacionalização do regime, que consistia em eliminar tudo aquilo (e aquele) que fosse considerado “subversivo” e que colocasse a “segurança interna” em perigo. Logo, era necessário estabelecer controle sobre aquilo que parecesse uma “ameaça” ou “empecilho” ao estabelecimento do Estado de “segurança nacional”, bem como ao modelo político e econômico dos militares e seus apoiadores. Na visão dos militares, nada mais “ameaçava” a implementação daquele Estado que as esquerdas.

Na época, o maior partido de esquerda do país era o Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁹³, ainda que na ilegalidade e já alvo de severas críticas de outros grupos comunistas.

⁹³ De sua fundação em 1922 até 1961 o PCB era chamado de Partido Comunista do Brasil. Quando da realização de sua conferência nacional, ainda no ano de 1961, passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro, com o objetivo de facilitar o registro eleitoral e sua legalização, contudo, manteve a sigla PCB. O Partido contava com grande influência junto à classe operária, constituindo-se como o maior partido de esquerda e de inspiração marxista do Brasil até então (GORENDER, 2014). Passou a maior parte de sua existência na ilegalidade, gozando apenas de breves períodos de legalidade em sua história: durante alguns anos do governo de Eurico Gaspar Dutra, entre 1945 e 1947; e, de 1958 até 1964, viveu uma semilegalidade consentida, pois, não obtivera a

Documentos do Centro de Informações da Marinha (Cenimar) – que integrava a comunidade de informações – atestam que os militares reconheciam o período de crise interna vivenciado pelo PCB durante a década de 1960, contudo, o entendiam como “o berço de todas as organizações subversivas em atuação durante o regime militar” que “continuava firme e atuante (...) para a tomada do poder da República e a implantação do regime comunista no Brasil.” (ISHAQ; FRANCO; SOUZA, 2012, p. 233-236). Os militares da “linha-dura” também se sentiam ameaçados com o partido de oposição, o MDB, visto por eles como um “guarda-chuva” para simpatizantes de organizações de esquerda, principalmente do PCB.

Assim, vale lembrarmos da forte tradição anticomunista presente em nossa sociedade e como o imaginário anticomunista foi marcante durante os anos que antecederam o golpe civil-militar, sendo crucial na efetivação do golpe e durante todo o período da ditadura militar. Conhecendo o contexto internacional de Guerra Fria e entendendo que a Doutrina de Segurança Nacional era base norteadora dos militares que comandavam o Estado brasileiro, podemos assimilar como o anticomunismo era acentuado entre os que compunham o governo militar.

Como destaca Nilson Borges (2003, p.24), “Objetivamente, a Doutrina de Segurança Nacional é a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais”. O imaginário anticomunista era frequentemente “acionado” dentro da concepção de “guerra interna”, como é possível verificar em documentos do SNI onde ocorre a utilização prática do imaginário e do discurso anticomunista visando desqualificar indivíduos, movimentos e eventos.

Nesse sentido, o principal alvo político do regime e, consequentemente do SNI, eram os grupos de matriz comunista existentes no país. Seguindo a lógica de combate ao comunismo, a ditadura se ocupou de reprimir as organizações de esquerda que surgiram em dissidência ao PCB. Assim, até a década de 1970 o PCB foi “poupado” de uma repressão física mais violenta da ditadura, se comparado às demais organizações de esquerda existentes, situação decorrente de dois motivos principais: devido a postura menos radical assumida pelo partido até o período informado, e também, como vimos, os órgãos de informações do regime monitoravam a organização e sabiam de suas condições.

Os primeiros indícios de dissidência à linha do PCB têm como uma de suas origens as discussões em torno do conteúdo do chamado Relatório Secreto do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) divulgado em 1956, e a nova política adotada pelo

legalização da sigla partidária junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), atuando neste período, por dentro do então Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

PCB em razão do mesmo. Neste relatório, Nikita Krushev revelou uma parte dos crimes de uso indiscriminado da violência que Stálin havia cometido contra aqueles que por ele eram considerados inimigos. Com a divulgação deste relatório, e após uma série de discussões internas, o PCB passou a adaptar-se a linha política do próprio Krushev, de transição pacífica para a revolução brasileira, oficializada pelo partido brasileiro em agosto de 1960, gerando e acirrando discordâncias de grupos internos que vieram a separar-se do Partido (GORENDER, 2014).

Um segundo momento de dissidências ocorreu já no curso da ditadura militar. Grupos discordantes da política do PCB desde a primeira cisão, mas que permaneceram no Partido buscando alterá-lo internamente, não viram mais possibilidade de prosseguir com a política pacífica frente à força repressiva do governo ditatorial e de seus aliados. Assim, novas dissidências surgiram ao Comitê Central do PCB em 1967, quando o mesmo realizou uma série de intervenções e não permitiu a execução de ações armadas de seus membros contra a ditadura.

De tal modo, como primeira grande dissidência da linha política adotada pelo PCB após o chamado Relatório Krushev, destaca-se o Partido Comunista do Brasil (PC do B), surgido em 1962 e proclamando-se o “verdadeiro partido comunista” do país (GORENDER, 2014, p. 39-40). O PC do B alinhou-se com o Partido Comunista da China e foi responsável pela organização da Guerrilha do Araguaia entre 1967 e 1974. No segundo momento de cisões dentro do PCB, surgiram mais três organizações engajadas na luta armada como caminho para derrotar o regime militar: em 1967, a Ação Libertadora Nacional (ALN) liderada por Carlos Marighella, que aprofundou suas opiniões de revolução armada após vivenciar o caso cubano naquele mesmo ano; em 1968, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), liderado por Mário Alves e Jacob Gorender, dentre outros, que teve como origem a Corrente Revolucionária, oposição interna ao Comitê Central do PCB desde 1967; e, em 1969 surgiu o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), criado por integrantes da antecessora Dissidência Universitária da Guanabara de 1966, que em desacordo com o PCB, pregava o voto nulo nas eleições daquele ano, e não em candidatos do MDB (RIDENTI, 2007, p. 21-51).⁹⁴

⁹⁴ Interessante observar que vários nomes da ALN e do PCBR foram expulsos do PCB em resolução publicada oficialmente em janeiro de 1968. Estes faziam parte de direções estaduais do PCB, especialmente do atual Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, que internamente lutavam pela autocritica do Partido e por mudanças na linha política pacífica desde o golpe de 1964. O debate interno sobre a “culpa” pelo o golpe e qual o caminho que o PCB deveria trilhar durante o governo dos militares tomou conta de encontros e publicações de seções estaduais do Partido a partir de 1966. Em reunião do Comitê Central em setembro de 1967, o secretário-geral do

Ainda merecem destaque outros casos de organizações que não tinham raízes no PCB. Primeiramente a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop), surgida em 1961 que, inspirada em teóricos socialistas, defendia o protagonismo do proletariado no desenrolar da luta de classes. Já no período da ditadura militar, em 1967, a Polop fundou um novo partido comunista no país, o Partido Operário Comunista (POC), contudo, este não veio a se firmar como agremiação de união da Polop e esta organização sofreu uma cisão: os militantes de Minas Gerais fundaram o Comando de Libertação Nacional (COLINA), e os do Estado de São Paulo criaram a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) (REIS, 2007, p. 55-61). Em 1969 estas duas organizações se uniram e formaram, juntamente com grupos revolucionários do Sul do país e da Bahia, a chamada Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-PALMARES) (RIDENTI, 2007, p. 40).

Outra organização que não possuía fundação ligada ao PCB era a Ação Popular (AP). Criada em 1962 por membros mais à esquerda da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC), a AP defendia a transformação da estrutura brasileira para o socialismo. Em 1972 uma parte da AP fundiu-se ao PC do B e a outra passou a se denominar Ação Popular Marxista-Leninista (APML)⁹⁵ (RIDENTI, 2007, p. 227-302)

Tendo em vista as organizações acima citadas, os militares entendiam que para eliminar estes “empecilhos comunistas” ao seu projeto, era necessário estabelecer uma complexa rede de vigilância que abastecesse o regime com informações para dissipar, derrotar e, se possível, dizimar as organizações de esquerda. Ou seja, eliminar o “inimigo interno”, que, principalmente a partir de 1968 com AI-5, podia ser qualquer cidadão. Desse modo,

Segundo o Manual Básico da Escola Superior de Guerra, as “Informações na Segurança Interna” são necessárias para identificar “antagonismos e pressões” e manter sob vigilância as atividades de oposição, “para permitir que sejam adotadas medidas que se destinem a identificá-los [aos “agentes” desses “antagonismos e pressões”], neutralizá-los ou anulá-los”. A Segurança Interna depende, assim, da informação (ALVES, 1984, p.72).

Como já discutimos aqui, em 1968 Portella de Mello ampliou as competências do Conselho de Segurança Nacional e aprovou o “Conceito Estratégico Nacional” que, na área da segurança interna orientou e deu origem à “Diretriz para a Política de Segurança Interna” que viria a consolidar o SISSEGIN em 1970. Na área de informações, o “Conceito” baseou o

Partido, Luís Carlos Prestes, expôs suas críticas aos chamados dissidentes e ainda naquele mesmo mês, aprovou-se a resolução que apenas no ano seguinte tronou-se pública, expulsando do PCB: Carlos Marighella, Mário Alves, Manoel Jover Telles, Jacob Gorender, Joaquim Câmara Ferreira, Miguel Batista dos Santos e Apolonio de Carvalho (GORENDER, 2014, p. 95-103).

⁹⁵ Existiram outras organizações de esquerda atuantes durante a ditadura militar, falaremos mais sobre isto no terceiro capítulo desta dissertação.

“Plano Nacional de Informações” aprovado pelo SNI também em 1970. Tal plano “definiria todas as missões a serem cumpridas pelos órgãos que agora integrariam o Sistema Nacional de Informações (SISNI).” (FICO, 2003, p.177).

O SISNI centrava-se no SNI, mas contava ainda com os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis (Divisão de Segurança e Informações, Assessoria de Segurança e Informações e/ou Assessoria Especial de Segurança e Informações), que eram constituídos pelos órgãos de informações dos respectivos ministérios e das autarquias, fundações e empresas estatais vinculadas; os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares (CENIMAR⁹⁶, CIE⁹⁷, CISA⁹⁸, dentre outros); o Subsistema de Informações Estratégicas Militares (SUSIEM); e outros órgãos setoriais, de funcionamento semelhante ao de uma DSI, eram “acessórias de informações situadas em importantes esferas da administração pública ou em empresas estatais” (FICO, 2001).

Assim, temos abaixo um organograma com a estrutura do SISNI, onde podemos observar os órgãos componentes do Sistema e como se dava da comunicação entre os mesmos. A Agência Central do SNI ocupava local central na estrutura organizacional da comunidade de informações, sendo o único órgão a estabelecer comunicação direta com todos os demais componentes do SISNI, no sentido de receber e distribuir informações. Os demais sistemas setoriais de informações, tanto civis quanto militares, além das 12 Agências Regionais do Serviço, o Departamento de Polícia Federal e o SUSIEM, podiam e deviam tanto estabelecer comunicação com o SNI quanto entre si. Por fim, segundo o organograma do SISNI, setores estratégicos, como o complexo de Itaipu, instituíam contato apenas com o Serviço – Vide figura 1.

⁹⁶ Centro de Informações da Marinha, criado em 21 de novembro de 1957, pelo Decreto Nº 42.688. “O CENIMAR, segundo as opiniões da “comunidade de informações”, organizou o maior acervo de informações do país sobre as forças de esquerda” (ANTUNES, 2001, p.64). Decreto disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-42688-21-novembro-1957-381388-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: janeiro de 2019.

⁹⁷ Centro de Informações do Exército, criado em 2 de maio de 1967, pelo Decreto Nº 60.664. Segundo Antunes (2001: 65), foi criado para combater à “subversão” relativa à luta armada, a autora destaca também que o Centro contava com o maior quadro de pessoal dos OI das Forças Armadas. Decreto disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=483285&id=14237493&idBinario=15773457&mime=application/rtf> Acesso: janeiro de 2019.

⁹⁸ Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica, criado através do Decreto 66.608, de 20 de maio de 1970, anteriormente, suas funções eram desempenhadas pelo Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica (N-SISA), criado no governo Costa e Silva (ANTUNES, 2001, p.70-71). Decreto disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-42688-21-novembro-1957-381388-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: janeiro de 2019.

a centralizar a produção e circulação de informações em suas mãos, diluindo o papel dos estados no controle de todo o Aparato Repressivo. [...]. Esta alteração do órgão produtor e difusor e de toda a estratégia de segurança indica uma mudança de intencionalidade por parte do regime militar. Enquanto as polícias políticas efetivavam a produção, organização e difusão da informação, havia um nítido interesse de observação e controle social. As documentações de maior volume, arquivadas nestas pastas referem-se às Solicitações de Antecedentes e Pedidos de Busca, seja de pessoa física, seja de pessoa jurídica. Com a transferência destas ações para a Agência do SNI ocorre uma mudança de perspectiva do conteúdo da Informação; estas passam a adquirir um papel de retroalimentação discursiva dirigidas, em primeira instância, a seus próprios membros. Dois tipos documentais são bastante elucidadores: os *Boletins Informativos* e as *Apostilas do Comunismo no Brasil e no Mundo* (LONGHI, 2009, p.129-130).

A existência desses Boletins Informativos evidencia também uma característica do governo Médici e da “linha-dura”: a necessidade de manter controle, estudar e conhecer as principais áreas da sociedade. Desse modo, era função do principal órgão de informação da ditadura, o SNI, exercer vigilância sobre as áreas que compunham a sociedade brasileira (administrativa, econômica, militar, política, psicossocial) para, através da circulação das informações fruto da vigilância, da espionagem, manter o regime informado sobre os possíveis “inimigos internos”.⁹⁹ Assim, como destaca Longhi (2014, p.96-97),

Inicialmente, o impacto da vigilância foi maior, representando a visibilidade um componente da vigilância. Nesse caso, o conteúdo da informação, com a incorporação dos mínimos detalhes, foi o aspecto mais importante, sendo a informação compreendida como o escopo/matéria para a estruturação e organização da vigilância, possibilitando o mapeamento social, as ações restritivas e coercitivas, bem como a classificação da sociedade e os expurgos necessários. Aos poucos, o impacto da visibilidade da informação transformou-se em estratégia de dominação discursiva. Mais importante que o conteúdo, foi a garantia da circulação intensiva das informações selecionadas, num discurso unívoco, para a intensificação dos ideários circulantes.

Deste modo, o elemento principal de todos os órgãos de informações era justamente o informe sobre qualquer tema considerado importante pela lógica de “estado de guerra permanente” da Doutrina de Segurança Nacional. Cabia ao agente de informações, seguir uma rotina normatizada: primeiro deveria recolher o informe; em seguida classificá-lo de acordo com a confiabilidade da fonte (de A a F) e a veracidade do informe (de 1 a 6); em terceiro, classificá-lo novamente, agora no que se refere ao seu assunto (interno ou externo) (FICO, 2001, p.95).

Nesse último passo da normatização das informações, estas deveriam ser dispostas

⁹⁹ Sobre Boletim Informativo, ver: ISHAQ, Viven; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. de. **A escrita da repressão e da subversão**, 1964-1985. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012, p.76.

atendendo aos seguintes critérios e suas subclasses: quanto ao critério geográfico, em globais ou nacionais, regionais e setoriais; quanto ao critério temporal, em básicas (abrangeriam longos períodos), correntes (utilização imediata), estimativas (resultado de um estudo sobre situações futuras); quanto a ação a que a informação interessava, se era estratégica (“o conhecimento de fato ou situação de interesse imediato ou potencial para o planejamento e condução de ações de alcance estratégico”), se era operacional (“situações de interesse imediato em qualquer campo”); quanto ao “campo de expressão do poder nacional”, ou seja, a área da temática informada, podendo esta ser: política, econômica, psicossocial, militar, técnico-científica (FICO, 2001, p.96).

Os integrantes do sistema de informações (analistas, militares, agentes e policiais em ação) deveriam conhecer o linguajar comunista e a ideologia de forma geral, para que ao se depararem com documentos das organizações de esquerda, compreendessem o conteúdo. Assim,

foram redigidos inúmeros manuais, como o do Cisa, por exemplo, com o seu *Dicionário da Subversão*, que tinha como objetivo “fornecer subsídios aos componentes do Sistema de Informações da Aeronáutica que possibilitassem uma rápida análise de documentos apreendidos e facilitassem uma maior comunicação dos interrogadores com os subversivos detidos” (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p.20).

Os livros apreendidos em aparelhos, residências e repúblicas de universidades não eram apenas provas de um crime, mas fonte importante para os manuais utilizados no treinamento e na capacitação dos agentes. A literatura apreendida era lida pelos analistas com o propósito de instruir os agentes sobre o “perigo vermelho” (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p.23-24).

Dentro da concepção de “guerra revolucionária” que pautava grande parte das ações das comunidades, duas técnicas se tornaram bastante comuns entre os órgãos do SISNI: a inculpação por reiteração e a acusação de desvio moral. Baseando-se em um indício, muitas vezes insignificante, lançava-se uma primeira dúvida sobre um indivíduo, esta seria arquivada e tempo depois poderia ser utilizada como “agravante” de suspeita de violação ou afronta às leis vigentes. Já a acusação de desvio moral, que podia, inclusive, basear-se em inculpações por reiteração, era frequentemente realizada por meio de acusações de “subversivo”; ocorrendo também acusações de relações homossexuais, suspeitas de traição ao/a parceiro/a em casamento e suspeitas de corrupção. O intuito era desqualificar, segundo os códigos morais da época, os indivíduos que tivessem levantado qualquer suspeita aos olhos e ouvidos do SNI e demais órgãos (FICO, 2001, p.101-103). Destaca-se ainda que,

Algumas técnicas não serviam apenas para incriminar inocentes.

“Alimentar” permanentemente o sistema de informações com novos dados sobre velhos casos era uma forma de evidenciar a necessidade dos órgãos de informações, que assim mostravam-se atentos à evolução dos problemas. Longos e intermináveis processos eram constituídos, com o acúmulo de sucessivos anexos ou novos inquéritos. Com isso, os envolvidos eram lançados num clima permanente de incerteza e tinham a impressão de uma vigilância constante (FICO, 2001, p.103-104).

Com o general Médici já na Presidência da República, o Estado institucionalmente autoritário atingiu sua plenitude ampliando as formas de repressão: baseando-se no funcionamento conjunto dos órgãos que compunham o SISSEGIN e o SISNI, especialmente o SNI. Assim, cada órgão tinha uma função dentro da estrutura de repressão política: os órgãos do SISSEGIN efetuavam as prisões e interrogatórios (como sabemos, mediante tortura e subsequente assassinato), as informações obtidas eram encaminhadas aos Órgãos de Informações (OIs) que, por sua vez, remetiam o que era recebido ao SNI. Este último organizava todos os informes recebidos e cruzava-os com as informações oriundas de suas próprias ações de vigilância (informações obtidas mediante as ações das DSIs e das ASIs, dentre outras), de forma a criar documentos específicos com todas as informações disponíveis sobre indivíduos, partidos, organizações, empresas públicas e privadas, acontecimentos, manifestações, etc.

É importante frisar que as funções ou o “processo” descrito acima não necessariamente se davam de tal forma, exemplificamos aqui apenas as funções e o “caminho” mais comum das atividades de repressão desenvolvidas pelos militares, entendendo que existiam tantas outras. A estrutura organizacional, das relações dos órgãos do SISNI entre si e destes com os órgãos do SISSEGIN descritas até aqui, não funcionava sempre de forma harmônica. Nos contextos em que estas relações se davam, atuavam questões como fluxo de informações em níveis diferentes, hierarquias, disputas de poder entre as forças militares, os órgãos e seus integrantes.

Ao final de todo o “trajeto” de obtenção e produção de informações, estas eram reunidas em documentos que poderiam ser: informe¹⁰⁰, prontuário¹⁰¹, juízo sintético¹⁰², ficha-

¹⁰⁰ “Documento formulado pelo agente de informações que expressa sua certeza ou opinião sobre um fato ou situação passada ou presente. Não continha nenhum tipo de análise de desdobramento futuro. Fonte do verbete: SNI, BRANBSB V8, caixa 08, pasta 58.” (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p.178).

¹⁰¹ “Registros sobre determinada pessoa. Em um prontuário informa-se nome, endereço, profissão, estado civil, filiação, data de nascimento com cidade, estado, país e histórico do indivíduo registrado nos órgãos de informação. O prontuário poderia ser acompanhado de um registro de antecedentes, o qual, além dos dados de identificação, informava o codinome utilizado pelo indivíduo, grau de instrução, características e sinais particulares. Fonte do verbete: SNI, BRANBSB V8, caixa 08, pasta 21.” (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p.248).

conceito¹⁰³, levantamento de dados biográficos¹⁰⁴, apreciação¹⁰⁵, dentre outros. Tais documentos eram difundidos dentro da estrutura do SNI, enviados aos órgãos e setores que solicitassem informações ao Serviço e, poderiam também, ser remetidos aos órgãos do SISSEGIN para que os mesmos estivessem abastecidos com as informações necessárias para a realização de suas ações de “segurança”. Como destaca Lucas Figueiredo (2005, p.194), “No esquema de segurança do governo Médici, o Exército era os músculos e o SNI, o cérebro. (...). Nada lhe escapava.”.

A coleta de informações pelos órgãos tentava ser abrangente, começando com dados de filiação até o acompanhamento cotidiano de todos os passos do investigado buscando mapear a rede em torno do indivíduo e, assim, identificar todos os integrantes de um determinado grupo. O objetivo era acompanhar as atividades da oposição e antecipar-se às ações planejadas por meio da repressão e do desmantelamento da organização. Também eram levantados aspectos da vida privada, vida social, situação financeira, buscando encontrar pontos fracos que pudessem ser utilizados no decorrer de futuros interrogatórios, quando da detenção do suspeito. (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p.25).

Para se ter uma ideia do tamanho da vigilância em relação ao controle ideológico dos cidadãos brasileiros, basta observarmos mais de perto dois tipos documentais citados acima, o levantamento de dados biográficos (ou LDB) e o juízo sintético. Estes eram tipos bastante requisitados quando do possível emprego de um indivíduo em cargo público, como também, ao final de pleitos eleitorais, quando eram elaborados levantamentos ou juízos sintéticos sobre os eleitos.

Os LDBs e juízos seguiam um modelo bastante parecido e, de forma geral, eram

¹⁰² “Documento elaborado pelos órgãos de informações do governo brasileiro para produzir conhecimento conciso a ser entregue ao presidente da República, ao chefe do Gabinete Civil, ao chefe do Gabinete Militar e ao ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre pessoas a serem recebidas em audiência. Fonte do verbete: SNI, BRANBSB V8, caixa 08, pasta 22.” (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p.200).

¹⁰³ “Documento produzido para fornecer conhecimento ao chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre pessoas que apresentaram ou poderiam vir a apresentar relevante participação no contexto nacional investigado. Nela eram analisados seus antecedentes políticos e criminais, serviço de proteção ao crédito, endereço profissional e informações funcionais, além de informações a respeito da sua postura profissional e ideológica no trabalho. Fonte do verbete: SNI, BRANBSB V8, caixa 08, pasta 21.” (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p.146).

¹⁰⁴ “Tipo de documento utilizado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) contendo pesquisa sobre a pessoa investigada, destacando filiação, atribuições profissionais, antecedentes e levantamento de informações dentro de órgãos oficiais da área. Fonte do verbete: SNI, BRANBSB V8, caixa 08, pasta 26; SNI do verbete: SNI, BRANBSB V8, caixa 08, pasta 27.” (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p.192).

¹⁰⁵ “Tipo de documento produzido pelos órgãos de informação que correspondia a uma das definições de conhecimento produzido no âmbito da atividade de inteligência. Era o conhecimento que expressava opinião sobre fatos ou situações passadas ou presentes. Diferia da informação, pois esta expressava uma certeza. As apreciações resultavam exclusivamente da percepção do agente de desdobramentos dos fatos ou situações em observação, e não da realização de estudos especiais, necessariamente auxiliados por métodos e técnicas prospectivas. Fonte do verbete: SNI, BRANBSB V8, ACE A003417 (Agência Central, 1979).” (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p.58-59).

estruturados por: dados de qualificação (nome, filiação, local de nascimento, estado civil e endereço); dados de identificação (RG e CPF, dados trabalhistas, título de eleitor, carteira de motorista); possíveis antecedentes dos indivíduos (identificamos sua presença apenas em juízos sintéticos); os indivíduos eram classificados quanto à “posição ideológica” (“democrata”, “comunista”, “esquerdista”, “sem posição definida”, “não há registros”, “os registros não permitem opinião conclusiva”); “atitude frente à Revolução de 31 de março de 1964” (“integrado”, “adesista”, “contrário”, “contrarrevolucionário”, “sem posição definida”, “não há registros”, “os registros não permitem opinião conclusiva”); classificados com relação “às atividades subversivas” (“atuante”, “simpatizante”, “não há registros”, “os registros não permitem opinião conclusiva”); quanto a “conduta civil” (“há registros positivos”, “há registros negativos”, “não há registros”); e, por fim, era formulado um parecer sobre a “probidade administrativa” e a “eficiência funcional ou profissional” do indivíduo objeto do documento.¹⁰⁶

Um outro tipo documental também se destaca, trata-se do chamado Arquivo Cronológico de Entrada (ACE). Uma espécie de dossiê com todos os documentos relativos a uma mesma pessoa, entidade, evento ou assunto específico, possuía todo um conjunto de normas a serem seguidas para sua formulação, determinadas pelo Sistema de Arquivamento e Recuperação de Documentos para Informação (Sardi), um manual do SNI (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p.60).

A totalidade do acervo do Fundo SNI – Agência Recife, utilizado em nossa pesquisa, é composto por ACEs. Estes foram adotados

obrigatoriamente por todas as agências do órgão, representando uma unidade de arquivamento para fins arquivísticos. Sempre é referenciado por um documento principal escolhido entre os seus componentes, entre eles: informe; informação; apreciação; estimativa; relatórios de informação; estudo de informações; sumário de informação; juízo sintético; ofício; e memorando do gabinete do SNI (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p.60).

Pelo detalhamento dos tipos documentais aqui realizados, fica evidente a quantidade e qualidade das informações demandadas pelo regime (para atividades em diversos setores e órgãos) e pelo SNI no controle da sociedade brasileira e no combate ao comunismo. A pesquisa bibliográfica e documental nos expôs o entendimento de que sempre que fosse requisitada uma informação sobre algo ou alguém, o Serviço estaria a postos com seus diversos tipos documentais e seus dossiês.

Nesse sentido, foi de fundamental importância o aprimoramento das atividades de

¹⁰⁶ Estruturação e classificação identificada em documentos que compõem o Fundo SNI – Agência Recife.

informação da ditadura por meio da criação da Escola Nacional de Informações (EsNI) em 1972, sendo esta subordinada ao chefe do SNI¹⁰⁷. A Escola tinha como principal objetivo formar agentes, entre militares e civis, seguindo os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, em conformidade com as necessidades e atividades do Sistema Nacional de Informações (SISNI).

A criação da EsNI veio atender a necessidade constatada pelos chefes militares de uma maior profissionalização e especialização dos agentes responsáveis pelas informações que abasteciam a cúpula do regime, buscava-se implementar uma doutrina única a ser empregada por todos os órgãos que compunham o SISNI. Nesse sentido, a partir de 1972, a EsNI teve o papel de formar e capacitar, de maneira padronizada, os agentes de informações do SNI, dos Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis, dos Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares e dos demais órgãos setoriais da administração pública (ANDRADE, 2014).

Sobre os cursos de formação ministrados na EsNI, temos que:

existiam três cursos de níveis diferentes, A, B e C. O curso A era destinado a militares e civis que ocupariam funções de Chefia e de analistas. O recrutamento era feito entre os oficiais superiores das Forças Armadas possuidores do Curso de Comando e Estado-Maior, e entre civis com nível superior. O curso era realizado em 41 semanas e abrangia dois módulos, A e B. Aqueles que realizavam o curso B, estavam dispensados do módulo A. Já o curso B era destinado a civis e militares que iriam ocupar as funções de Informações de nível médio ou de chefias em escalões intermediários do Sistema Nacional de Informações. Esse curso era realizado em 20 semanas. E os recrutados eram majores ou capitães e civis com nível equivalente. O nível mais baixo era o curso C que compreendia dois subcursos: C1 e C2. O C1 era destinado a capitães e tenentes e o C2 era voltado para os sargentos. O objetivo era formar quadros para as chefias das seções de informações, bem como o planejamento e a direção de operações de Informações. Os sargentos, por sua vez, seriam os agentes de informações, responsáveis pelas coletas de dados (QUADRAT, 2012, p.32).

Os agentes formados na EsNi poderiam assumir diversas funções dentro da comunidade de informações, dentre elas, a de ser responsável pelas buscas ou investigações feitas “por agentes operando isoladamente ou sob a direção de um principal”, sendo este último, o responsável por dirigir as atividades dos agentes a ele subordinados (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p. 77). A investigação ou busca poderia seguir quatro modelos:

Busca clandestina – operação em que as informações eram obtidas diretamente pelo agente, contando ou não com o auxílio de informantes e utilizando as técnicas da infiltração, do furto e da vigilância;

¹⁰⁷Decreto Nº 68.448, de 31 de março de 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68448-31-marco-1971-456468-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: janeiro de 2019.

Busca exploratória – empregada contra objetivos bem definidos e que visava à obtenção de informes de maior urgência. Normalmente era precedida por um longo trabalho preparatório, pois sua execução deveria ser rápida;
Busca ostensiva – realizada por meio de observação de atividade, ligações com organizações oficiais e não-oficiais e exploração de fontes diversas;
Busca sistemática – caracterizada pela execução em longos períodos, exigindo a organização de uma rede composta de pessoal especializado e dispondo de material adequado (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p. 77).

Outra função que os formados na EsNI poderiam cumprir era como agentes das atividades de espionagem dos Órgãos de Informações, especialmente do SNI. Segundo documentos da própria EsNI, a espionagem era uma “atividade investigativa que seria executada em quatro estágios: assimilação do agente, investigação, escolha do alvo e escolha do tipo de operação e do sistema operativo” (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p. 139-140). No tocante ao SNI, operações de espionagem promovidas pelo Serviço eram constituídas por: apoio, busca, controle e recrutamento de informantes, sendo esta última, uma atividade de maior risco, pois constituía-se na “transformação de um adverso em um agente duplo” (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p. 140-141). Assim, temos que os sistemas operativos da espionagem eram:

Linear – a ação de busca era realizada por um só agente sob o controle de um principal;
Rede – rede de espiões pela busca clandestina. Poderia ser por escalões, quando não havia o contato entre os agentes (compartimentação), ou celular, quando os agentes se conheciam e se comunicavam;
Agente isolado – agente que atuava sozinho sem o controle do principal. Era infiltrado no país-alvo, podendo ser um elemento de apoio como rádio-operador (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p. 141-143).

Os agentes que exerciam estas três funções descritas eram muitas vezes os responsáveis por colher informações que compunham prontuários de indivíduos políticos importantes, bem como informações de eventos, partidos e organizações políticas. Desta forma, muitas das informações contidas nos documentos que compõem o Fundo SNI – Agência Recife, são frutos destas funções ou atividades.

No Estado da Paraíba existiam pelo menos quatro grandes conjuntos documentais oriundos das ações repressivas dos militares, e que “abasteciam” o regime contra seus “inimigos”. Eram eles: a documentação integrante dos Inquéritos Policiais Militares no Estado¹⁰⁸; as fichas da Delegacia de Ordem Política e Social da Paraíba (DOPS-PB)¹⁰⁹; as

¹⁰⁸ Destaque para os IPMs: “Subversão, Rural, Grupo dos Onze, PORT, Ibiúna, UNE/UBES, PCR, PCBR e Ação Popular, envolvendo grande número de estudantes e militantes de partidos de esquerda.” (CEVPM-PB, 2017, p. 161).

¹⁰⁹ “Segundo sistematização elaborada por Guanambi Tavares de Luna, os assuntos que aparecem na documentação da DOPS-PB referem-se a: Partidos, Organizações e Pessoas Comunistas ou Socialistas;

informações da Assessoria Segurança e Informação da Universidade Federal da Paraíba (ASI/UFPB); e as informações recolhidas pela Secretaria de Segurança Pública da Paraíba (SSP-PB). Informações dos conjuntos documentais ou setores acima elencados aparecem constantemente nos documentos sobre paraibanos presentes no Fundo SNI – Agência Recife, exemplificando assim, as conexões entre os órgãos de repressão atuantes no Estado.

Outros setores que compunham a rede de informações na Paraíba eram: o 1º Grupamento de Engenharia e Construção (1º GPT E CNST); a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal da Paraíba (SR/DPF/PB); a Polícia Militar da Paraíba (PM/2-PMPB); a Capitania dos Portos da Paraíba (CPPB); a Delegacia Regional do Trabalho (ASI/DRT/PB) e a Agência de Telecomunicações da Paraíba (ASI/TELPA) (CEVPM-PB, 2017, p.166).

Vale ressaltar que na Paraíba, fica muito claro que a repressão durante a ditadura militar foi implementada, de forma conjunta e articulada, pelas forças armadas e policiais do estado, com apoio de milícias privadas dos latifundiários (CEVPM-PB, 2017, p.191).

Durante os anos de Costa e Silva e Garrastazu Médici na Presidência da República, a comunidade de informações recebeu muito prestígio e contou com alto grau de autonomia dentro do regime. Ao final do governo Médici os sistemas de informações de segurança estavam completamente estruturados e em pleno funcionamento. A ação conjunta dos dois sistemas fora empregada em uma verdadeira “caça” às organizações de esquerda e em completa vigilância da sociedade civil, especialmente em relação ao movimento sindical, ao movimento estudantil e ao campo político.

Assim, a notícia de que o general Ernesto Geisel iniciaria uma descompressão do regime, colocou o sistema de informações e de segurança em alerta sobre qual seriam seus papéis neste ciclo de governo. Os militares que estavam à frente de tais sistemas passaram a temer que tal processo significasse uma diminuição no poder dos órgãos de informações e de segurança, bem como, a possibilidade que poderiam sofrer sanções ou retaliações devido ao modo que operavam. Visando manter bons termos com os mais radicais do sistema de informação e acalmá-los,

Geisel nomeou para a chefia do SNI o general João Baptista Figueiredo, justamente o ex-chefe do Gabinete Militar de Médici que acompanhara de perto os podres da repressão. [...]. O projeto de abertura tinha, portanto, uma

Movimentos de Representação Popular, Esquerdistas; Juventude Teatral de Cruz das Armas – JUTECA; Campanha de Educação Popular – CEPLAR; Associação Paraibana de Imprensa – API; Clero Progressista; Movimento Estudantil (Secundarista e Universitário); Atos de caráter subversivo ou terrorista; Brasileiros fora do País, Estrangeiros em Território Nacional e Lideranças Esquerdistas que poderiam entrar no país; Condenados, foragidos, presos e acusados de crimes.” (CEVPM-PB, 2017, p.164).

estratégia em relação aos duros da *comunidade*: eles teriam proteção, na medida em que também protegessem o governo. [...]. Assim, no início de seu governo, o novo presidente decidiu preservar intacta a máquina de guerra dos *duros*. E ele o fez não apenas por estratégia política e fidelidade ao irmão Orlando. Pesaram também suas convicções pessoais. Geisel não era Médici, mas também não era madre Teresa de Calcutá. Ele acreditava, por exemplo, que a tortura era necessária em alguns casos para obter confissões e assim evitar o “mal maior” (FIGUEIREDO, 2005, p.247 -248).

Contudo, “por mais que Geisel desse sinais de que não dissolveria a *comunidade de informações*, o SNI se sentia na obrigação de justificar sua existência” (FIGUEIREDO, 2005, p.250). Os integrantes da “linha-dura” que atuavam no Serviço passaram a atuar contrariamente à “política de distensão”, primeiramente tentaram convencer as autoridades de que os conflitos sociais ainda persistiam. Não obtendo efeito com esta primeira tentativa, apelaram para a resistência violenta ao processo de “distensão”, buscando passar a mensagem de que as comunidades ainda eram essenciais para a “segurança interna” e que ainda existia o “perigo do comunismo”, principalmente, devido a presença de “infiltrados” nos partidos políticos.

Embora a “distensão política” e as eleições, segundo a comunidade de segurança, tivessem servido para ampliar o “campo de ação para as forças subversivas”, na verdade, em meados dos anos de 1970, as organizações comunistas clandestinas adeptas da luta armada já estavam derrotadas. Assim, era indispensável, para os setores repressivos, encontrar novos inimigos. No contexto da “distensão política”, o caminho encontrado por tais setores foi acusar o enquistamento de membros do PCB no partido de oposição, o MDB, que assim se tornou a “bola da vez” (FICO, 2001, p.134).

A chamada comunidade de informações intensificou, no Rio e em São Paulo, o combate contra o PCB, considerado a verdadeira alma das vitórias do MDB. Na verdade, o PCB – vedada sua existência legal – praticava então o *entrismo* no MDB, e vários deputados eleitos tinham algum tipo de filiação ao velho Partidão (SILVA, 2003, p.265).

Nesse contexto, em que o SNI sofria forte pressão interna com as ações da “linha dura”, e pressões externas devido a tentativa de Geisel e Golbery de “controlar” a comunidade de informações, outra questão ainda marcou o Serviço: as práticas clientelísticas características de nossa cultura política. Nesse sentido, Lucas Figueiredo (2005, p. 271-272) destaca o seguinte sobre este período:

Com seu projeto de abertura, Geisel tentava garantir uma saída honrosa às Forças Armadas. Os militares sabiam que, mais dia menos dia, teriam de voltar aos quartéis. Seria normal portanto que o SNI comesse a diminuir de tamanho. O que acontecia, porém, era exatamente o contrário. Não é que o *Serviço* crescesse; ele inchava. O recrutamento de agentes, por exemplo, perdia qualidade a cada ano. Os funcionários mais antigos davam um jeito de abrir uma vaga para o irmão desempregado, a filha desocupada, o

sobrinho que não passara no vestibular, e assim se formou no serviço secreto um sistema de clãs composto por gente acomodada, incompetente e solidária na busca por benesses funcionais. Muitos militares linha-dura que haviam dirigido a repressão nos Anos de Chumbo também buscavam refúgio no SNI. [...]. O *Serviço* era uma mãe. Os militares que trabalhavam no órgão recebiam o soldo militar regular e mais um adicional pelo cargo que ocupavam no serviço secreto.

Segundo Francisco C. T. da Silva (2003, p.262-263), a “distensão lenta, gradual e segura”, estabelecida pela dupla Geisel-Golbery entre 1974 e 1979, era meta principal da pretensão de “volta aos quartéis” de forma organizada, ou seja, do processo de constitucionalização do país. De forma que, esta “organização” ficasse a cabo dos próprios militares ligados à Geisel e Golbery, visando admitir “garantias básicas para o regime”:

evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 1964; proceder-se em um tempo longo – seu caráter lento –, de mais ao menos dez anos, o que implicaria a escolha ainda segura de um sucessor do próprio Geisel e a incorporação a nova constituição não deveria de maneira alguma ser fruto de uma constituinte – das chamadas salvaguardas do regime, as medidas necessárias para manter no futuro uma determinada ordem, sem recurso à quebra da constitucionalidade (SILVA, 2003, p.262-263).

Segundo Samantha Viz Quadrato (QUADRATO, 2005, p.39, apud RESENDE, 2015, p.30), ao longo dos 21 anos de ditadura militar verificou-se uma atuação diferenciada da comunidade de informações e segurança, variando de acordo com o ambiente político do país. Assim, a autora destaca que em um primeiro momento, entre 1964 e 1968, o Estado autoritário promoveu a operação limpeza e iniciou a série de Atos Institucionais que marcariam a ditadura. Num segundo momento, entre 1968 e 1974, procedeu-se o que ficou conhecido como o fechamento completo do regime mediante a decretação do AI-5, que suspendia por tempo indeterminado as garantias constitucionais. Por fim, o período entre 1974 e 1984, foi marcado pela sinalização da abertura política e pelas disputas internas entre os militares, contudo, mesmo com o anúncio da abertura e o avanço das oposições, permaneciam praticamente intactas as comunidades de informações e segurança.

Nesse sentido, o sucessor de Geisel na Presidência da República foi exatamente o então chefe do SNI, João Figueiredo. Este deveria dar continuidade ao processo de descompressão do regime com o anúncio de promover a “abertura política lenta, gradual e segura”. Contudo, com e por esta “abertura”, os militares deveriam despendar olhar especial ao campo político e, conseqüentemente, às oposições políticas, tendo em vista o crescimento observado por estas desde as eleições de 1974. Este “olhar especial”, na verdade se configurou como olhos e ouvidos extremamente atentos: a vigilância do SNI.

A imensa rede de informações existente apoiava-se no trabalho conjunto de

agentes, de informações e de infiltrados nos diferentes órgãos federais, nos serviços secretos das Forças Armadas, nas polícias civil e militar dos estados, na polícia federal. Todos esses quadros produziam informações, analisavam cenários e efetuavam operações que culminaram na prisão ou na morte dos seus alvos (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p.25-26).

A vigilância do Serviço pode ser compreendida através das características dos documentos produzidos pelo SNI durante o período: estudos sobre eleições futuras e passadas; estudos sobre os partidos políticos legalizados e não legalizados, bem como, sobre organizações da esquerda; juízos sintéticos e prontuários de políticos e de militantes, além dos documentos com o assunto “infiltração comunista” na sociedade (FUNDO SNI – AGÊNCIA RECIFE). Boa parte destes documentos foram produzidos em todo o período militar, contudo, tanto a bibliografia utilizada, quanto nossas pesquisas empíricas, sugerem e confirmam que o período da “distensão” (1974-1979) e mais ainda, durante a “abertura” (1979-1985), foi grande a produção de documentos com as características acima indicadas.

Ou seja, para os militares não bastava buscar controlar o campo político, através dos casuísmos eleitorais, era necessário vigiá-lo, e por completo. Coube ao principal órgão de informações (e inteligência) da ditadura militar brasileira, a função de vigilância e espionagem àqueles que compunham o campo político brasileiro. Era atividade de vigilância política, e portanto, configurava repressão política. A ditadura militar brasileira era como o “grande irmão” da obra *1984* do escritor George Orwell, e o SNI, com toda sua estrutura, era suas “teletelas”, espalhadas por todos os lugares e desconfiando e observando todos, principalmente aqueles que desenvolviam atividades e discursos políticos.

CAPÍTULO 2 – A POLÍTICA PARTIDÁRIA VIGIADA: POLÍTICOS PARAIBANOS SOB OS OLHOS DO SNI

2.1. Política paraibana e documentos do SNI

Tendo em vista que a presente discussão se coloca como um trabalho pertencente ao escopo da História Política, a afirmação de José D’Assunção Barros se torna essencial para o entendimento da política paraibana durante a ditadura militar brasileira. Assim, segundo Barros (2012, p.25),

o que autoriza classificar um trabalho historiográfico dentro da modalidade da História Política é naturalmente o enfoque no “Poder”. É o Poder, com as suas apropriações e as relações por ele geradas, com os seus mecanismos de imposição e transmissão, com a sua perpetuação através da Ideologia, com a sua organização através das redes de atores sociais e com as suas possibilidades de confrontação através de fenômenos coletivos como as Revoluções ou de resistências individuais no âmbito dos micropoderes, e com tudo o mais que ao Poder se refere o que constitui mais propriamente o território do historiador político.

Nesse sentido, desde a Primeira República, e até mesmo antes da instalação da mesma, a estrutura de poder no Estado da Paraíba baseia-se na exclusividade da posse da terra por um número restrito de famílias. Este poder, que é ao mesmo tempo econômico e político, marcou os embates políticos no estado, situação esta que não poderia deixar de ser diferente durante o período da ditadura militar.

Quando irrompeu o golpe civil-militar de 1964 a Paraíba ainda era um estado marcadamente rural, uma sociedade caracterizada pela influência da cultura política brasileira: terreno “fértil” para práticas como o personalismo, o clientelismo, patrimonialismo, autoritarismo, entre outras. Não é difícil imaginar então, que o campo político paraibano era composto e dominado majoritariamente pelas oligarquias locais, detentoras de poder econômico e político oriundos do grande latifúndio e da produção de monocultura para exportação.

As oligarquias que dominavam o campo político local dividiam-se pela hegemonia do controle político e econômico no estado de acordo com seus conflitos internos, impondo grande exploração às classes trabalhadoras rurais e urbanas. Este cenário é quase uma constante na história política da Paraíba, e soma-se à prática de conciliação entre as oligarquias ou grupos dirigentes contra possibilidades ou projetos que pudessem pôr em risco a estrutura de poder que comandavam. O resultado deste cenário é uma fraca estrutura partidária, como destaca o cientista político francês Jean Blondel (1995, p. 131), que escreveu

sobre a política paraibana na década de 1950:

Os partidos políticos na Paraíba são ainda agora muito pouco organizados. Teoricamente, em princípio, em cada município deve ser eleito seu “diretório” municipal. Praticamente, não existe eleição, pois são os “chefes políticos” – os mais influentes do partido da região – que se reúnem para formar o grupo dirigente. Estes comitês não têm senão uma vida episódica no momento das eleições. (...). Passada a eleição, o partido local adormece completamente.

Desta forma, na composição político partidário da Paraíba entre 1960 e 1964, marcada pelas disputas entre as lideranças políticas tradicionais e conservadoras oriundas das oligarquias locais, destacam-se quatro partidos, dentre os quais a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD), eram as maiores e principais legendas atuantes no Estado.

A UDN era liderada inicialmente por José Américo de Almeida¹¹⁰ e Argemiro de Figueiredo¹¹¹, partido formado majoritariamente por opositores da política varguista e grupos da elite fundiária paraibana, “truncos familiares tradicionais no mandonismo local e vinculados à agro-indústria canavieira e algodoeira e à pecuária” (CITTADINO, 1998, p.30). O PSD, juntamente com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), são apontados por Monique Cittadino (1998, p.30) como vinculados “arqueologicamente, à estrutura política administrada por Vargas”, sendo o primeiro, ligado umbilicalmente à máquina estatal do Estado Novo. A estrutura do PSD contava com a presença marcante de líderes oligarcas e conservadores da Paraíba, a começar pelo líder do partido, o ex-interventor varguista Ruy Carneiro¹¹². Já o PTB paraibano, mesmo

¹¹⁰ Nasceu em Areia (PB), pertencente a uma família de influência na Paraíba, foi interventor federal do estado em 1930; ministro dos transportes do Brasil entre 1930 e 1934 e governador da Paraíba pelo Partido Libertador (PL) entre 1951 e 1956. Sobre José Américo, ver: BARBOSA, Jivago Correia. **Política e assistencialismo na Paraíba: o Governo de José Américo de Almeida (1951-1956)**. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFPB, João Pessoa, 2012.; SILVA, Bárbara Bezerra Siqueira. **O poder político de José Américo de Almeida: a construção do americanismo (1928-1935)**. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFPB, João Pessoa, 2015. Ver mais em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/almeida-jose-americo-de> Acesso: fevereiro de 2019.

¹¹¹ Natural de Campina Grande (PB) e membro de famílias importantes na política da Paraíba, Argemiro foi interventor do estado entre 1935 e 1940. Em 1962 foi eleito senador pelo PTB e ficou no cargo até janeiro de 1971, já pelo MDB. Sobre Argemiro, ver: SANTANA, Martha M. F. de Moraes. **Poder e Intervenção Estatal. Paraíba – 1930 / 1940**. João Pessoa: Universitária / UFPB, 2000.; SILVA, Waniery Loyvia de Almeida. **Autoritarismo, repressão e propaganda: A Paraíba de Argemiro de Figueiredo (1937-1940)**. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFPB, João Pessoa, 2017. Ver mais em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/figueiredo-argemiro-de> Acesso: fevereiro de 2019.

¹¹² Nasceu em Pombal (PB), foi interventor da Paraíba entre 1940 e 1945. Com a implantação do bipartidarismo pelos militares de 1964, filiou-se ao MDB onde foi eleito senador para mandato entre 1967-1974 e novamente entre 1975-1977. Sobre Ruy Carneiro, ver: SILVA, Jean Patrício. **A construção de uma nova ordem: análise da interventora de Ruy Carneiro no Estado da Paraíba (1940-1945)**. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFPB, João Pessoa, 2013. Ver mais em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carneiro-ruy-1> Acesso: fevereiro de 2019.

organizado por lideranças vinculadas a Vargas e atuantes dentro do trabalhismo, [...] a legenda localmente não difere ideologicamente das principais forças políticas, ficando a representatividade concreta dos interesses do trabalhismo relegada (CITTADINO, 1998, p.37).

Por fim, tinha-se o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Apresentado por Cittadino (1998, p.39) como uma legenda de pouca identidade ideológica, para onde candidatos de outros partidos migravam em busca de chances de vencer eleições devido ao baixo quociente eleitoral do partido, “sobretudo nas eleições de 62, marcadas por um contexto social de grande efervescência no estado, que o PSB conseguirá eleger alguns representantes ligados à esquerda paraibana”.

Nos anos de 1960, anos finais do chamado período trabalhista¹¹³, o campo político paraibano vivia a emergência de novos nomes, mas não novos perfis políticos. As oligarquias faziam uso de vocabulário mais abrangente e continuavam nas estruturas de poder. Enquanto isso, as classes trabalhadoras exploradas, que eram a maioria esmagadora da população paraibana no período, engajavam-se em mobilizações por melhorias em suas condições de trabalho e de vida.

Assim, no meio rural destaca-se a formação das Ligas Camponesas¹¹⁴, iniciadas na Paraíba com a criação da Liga de Sapé em 1958. Mas, estas acabaram fortemente reprimidas

¹¹³ Conceito utilizado por alguns autores para caracterizar o período da política brasileira compreendido entre 1945 e 1964, objetivando compreender as ações dos trabalhadores e seu apoio ao projeto de atendimento às demandas. O mesmo busca se contrapor ao conceito amplamente utilizado de populismo, que pretende explicar o referido período. Sobre isso, ver: GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.; FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In FERREIRA, Jorge. (Org.) **O populismo e sua história**. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 59-124.

¹¹⁴ As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente em Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade entre 1955 até 1964, com o golpe civil-militar elas foram praticamente dizimadas pelas forças do Estado em parceria com forças privadas locais. A primeira liga formou-se no engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco. O movimento autodenominava-se Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), o nome “liga” foi dado por setores conservadores para relacioná-la com o PCB. A partir de 1959 as ligas camponesas se expandiram não só dentro de Pernambuco, como também para outros estados, como a Paraíba, onde o maior e mais expressivo núcleo foi o de Sapé, chegando a cerca de dez mil membros após o assassinato de seu principal líder, João Pedro Teixeira, a mando de proprietário local em 1962. Ver mais em: AZEVEDO, Fernando Antonio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da experiência democrática**. (O Brasil Republicano, vol. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 5ª Ed. 2013, p. 242- 270. Sobre as Ligas Camponesas na Paraíba, ver: BENEVIDES, Cezar, **Camponeses em Marcha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.; PESSOA, Victor Gadelha. **As Ligas Camponesas da Paraíba: História e Memória**. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFPB, João Pessoa, 2015.; MUNIZ, Roberto Silva. **A Fabricação de João Pedro Teixeira: como o Herói Camponês**. Campina Grande, 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, 2010.; RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da morte e esperança de vida: uma história das Ligas Camponesas na Paraíba**. Campinas: Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, 2000.; RANGEL, Maria do Socorro. Territórios de confronto – Uma história da luta pela terra nas Ligas Camponesas. In: LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

pelas forças particulares das oligarquias rurais e, após o golpe civil-militar de 1964, pelas Forças Armadas. No meio urbano, até meados de 1963, o então governador do estado, Pedro Moreno Gondim¹¹⁵, pertencente ao PSD, mantinha boa relação com a classe trabalhadora. Contudo, entre fins de 1963 e início de 1964, ocorreu um aumento das mobilizações dos trabalhadores e dos grupos de esquerda, em decorrência dos acontecimentos e das atitudes do governo, com destaque para: a repressão policial ao movimento dos estudantes secundaristas e universitários contra o desrespeito à lei da meia passagem; a chamada “chacina de Mari”¹¹⁶; a ocupação da Faculdade de Direito¹¹⁷; e mudanças nos quadros de funcionários de órgãos do governo estadual¹¹⁸.

Tal conjuntura levou a um maior enfrentamento entre as elites e os trabalhadores e, principalmente, aumentou a pressão sobre o governo estadual, acarretando no esgotamento total de sua posição de árbitro entre as disputas e interesses da classe dominante e dos trabalhadores na Paraíba. Assim, tendo em vista as medidas assumidas pelo governo do estado, como a repressão a trabalhadores rurais, urbanos e estudantes, o poder executivo estadual vinculou-se às forças conservadoras paraibanas.

A adoção de um esquema fortemente repressivo através do policiamento ostensivo nas áreas de conflito no campo, o esgotamento de qualquer tentativa de realização de manifestações contestatórias em João Pessoa e em outras localidades, o tratamento dispensado pela Polícia Militar aos estudantes sitiados na Faculdade de Direito e a mudança imposta ao aparelho repressor do estado são claros indicativos do novo direcionamento político adotado pelo governo, voltado agora para as forças sociais mais conservadoras. Muito mais do que apenas o reforço da vinculação com as

¹¹⁵Oriundo de Alagoa Nova (PB), foi governador da Paraíba em dois momentos: ocupava o cargo de vice-governador pelo PSD em 1958 e assumiu em virtude do afastamento do governador Flávio Ribeiro Coutinho (UDN); entre 1961 e 1966 foi governador do estado após vencer as eleições de 1961 pelo partido Democrata Cristão (PDC). Em vários momentos de seu segundo governo, Gondim adotou uma postura próxima das práticas trabalhistas. As chamadas práticas trabalhistas foram formuladas e desenvolvidas pelo PTB especialmente durante o governo de Getúlio Vargas e, após sua morte, empregadas também nos anos de João Goulart como presidente. Mesmo aderindo ao golpe civil-militar, não participou das articulações para o mesmo. Em 1969, teve seu mandato de deputado federal pela Arena/PB cassado. Ver mais em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-moreno-gondim> Acesso: fevereiro de 2019. Sobre o governo de Pedro Gondim, ver: CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba** (1945/1964). João Pessoa: Universitária/UFPB/Ideia, 1998.

¹¹⁶ Conflito armado entre funcionários de usinas, policiais e vigias com camponeses que deixou 11 mortos. Sobre o Conflito de Mari, ver: COELHO, Nelson. **A tragédia de Mari**. João Pessoa: Idéia, 2004.

¹¹⁷ Em 3 de março de 1964, a Faculdade de Direito de João Pessoa, que se localizava na Praça João Pessoa, foi centro do embate entre apoiadores e não apoiadores do então governador da Guanabara, Carlos Lacerda (UDN). No referido dia, ocorreu um protesto de estudantes secundaristas e universitários contra a anunciada presença de Carlos Lacerda na Faculdade para proferir um discurso. Os estudantes ocuparam o prédio da Faculdade de Direito durante todo o dia, sendo ameaçados por outros estudantes de direita que queriam entrar para despejá-los. Sobre isso, ver: CITTADINO, Monique. **Populismo e golpe de Estado na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/Ideia, 1998, p.137.

¹¹⁸ Mudança no comando da Polícia Militar e de outras forças, passaram a ser comandadas por indivíduos que se alinhavam aos grupos conservadores. Sobre isso, ver: CITTADINO, Monique. **Populismo e golpe de Estado na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/Ideia, 1998, p.143.

classes conservadoras, o que se percebe a partir desse posicionamento de Gondim é o estabelecimento, anteriormente ao 31 de março, de franca sintonia do Governo Estadual com os interesses e com o pensamento das Forças Armadas em consequência dos acontecimentos dos primeiros meses do ano (CITTADINO, 1998, p.143).

Percebemos então que o campo político paraibano, nos momentos imediatamente anteriores ao golpe civil-militar de 1 de abril de 1964, foi caracterizado pelo alinhamento dos grupos conservadores civis (as elites latifundiárias e comerciantes agrupadas nas seções estaduais da UDN e do PSD) às ideias e “soluções” defendidas pelos militares conservadores das Forças Armadas que atuaram no golpe. Efetivamente, “a articulação do golpe de 64 na Paraíba contou com a participação conjunta dos setores civis e militares, membros da UDN, do PSD e jornalistas.” (CEVPM-PB, 2017, p.129). Como destaca a narrativa feita pelo então Deputado Estadual Joacil de Brito Pereira (UDN),

Estávamos prontos para enfrentar o pior. Adquirimos armamento e munição em São Paulo. O Coronel Roberto de Pessoa fez nossa ligação com o Governador Ademar – e o auxiliar do Governo paulista, ele nos levou no Governador Ademar – e o resto nós fizemos: eu, Aguinaldo Veloso Borges, Antônio Ribeiro Pessoa, João Batista de Lima Brandão, Sindulfo Guedes Santiago, Marcos Odilon, Flaviano Ribeiro Coutinho e Luiz Ribeiro Coutinho.

A essa altura, não estavam sós os proprietários rurais. Homens de todas as classes passaram a ajudá-lo, a apoiá-los. Jornalistas como Antônio Barroso Pontes, Archimedes Cavalcanti, Antônio de Arruda Brayner, José Leal e Otinaldo Lourenço formavam decididamente conosco. O General reformado do Exército, Renato Ribeiro de Moraes; o dentista Fernando Furtado; o médico João Gonçalves Toscano de Medeiros; o sargento reformado do Exército, Reinaldo de Melo Celani; o Sargento Lira e vários outros, como outro Tenente reformado do Exército, Fontele. Finalmente, uma plêiade de paraibanos de todos os segmentos sociais.

Em Campina Grande, formamos poderoso núcleo. O Juiz aposentado Manoel Casado Nobre, o empresário Juarez Barreto, o advogado Rui Barbosa, o Dr. Ermírio Leite, os irmãos Paulo e Enivaldo Ribeiro, Luismar Resende e tanto outros cidadãos livres ficaram ao nosso lado.

Em Areia, Severino Teixeira de Brito Lira, o Coronel José Maria da Cunha Lima e o seu sobrinho Roberto Cunha Lima, João Barreto e seu filho Haroldo Barreto, o Professor Manoel Gouveia, o proprietário José Rufino de Almeida e muita gente mais (PEREIRA, apud NUNES, 2014a, p. 69).

Nesse sentido, mais um ato de apoio à dita “revolução” foi visto na Paraíba logo nos primeiros dias após o golpe civil-militar de 1964. A Câmara Municipal de João Pessoa e a Assembleia Legislativa do Estado, respectivamente nos dias 3 e 7 de abril, “promoveram cassações de mandatos de parlamentares supostamente envolvidos com atividades e

ideologias consideradas subversivas.” (NUNES, 2014b, p. 288).¹¹⁹. Tal processo se deu antes mesmo da promulgação do Ato Institucional Nº 1 que, em 9 de abril de 1964, permitiu a cassação de mandatos políticos daqueles que porventura representassem “perigo à segurança do País”.

Assim, em 1964 a Assembleia Legislativa da Paraíba cassou os mandatos dos deputados Francisco de Assis Lemos de Sousa e Langstein de Amorim Almeida, bem como, de seus suplentes Antônio Figueiredo Agra e Agassiz de Amorim e Almeida, todos do PSB. Já a Câmara Municipal de João Pessoa cassou o mandato do vereador Antônio Augusto Arroxelas Macêdo, também do PSB e dos suplentes José Gomes da Silva e Leonardo Leal, ambos do PCB. Em outras cidades paraibanas também houve cassações de mandatos: em Sapé, o vereador do PSB João Alfredo Dias, conhecido como Nêgo Fuba; em Rio Tinto, os vereadores Alcides Pereira da Silva, Manoel Pereira Ramos e o suplente Paulo Francisco de Assis; em Mamanguape, os vereadores que perderam o mandato foram José de Oliveira Ramos e João Germano da Silva, e os suplentes José Duarte Figueiredo, Salvador Gomes da Silva e Manoel Trajano Maciel; em Guarabira, o vereador João Francelino da Silva foi cassado, juntamente com o suplente Durval Alves de Moura; em Pedras de Fogo, o vereador Odilon Gomes da Silva perdeu seu mandato¹²⁰. A Paraíba ainda perdeu um representante no Congresso Nacional, o deputado federal e Ministro da Justiça do governo João Goulart, Abelardo de Araújo Jurema (CEVPM-PB, 2017, p. 545).

Em um segundo momento de cassações, após a promulgação do AI-5, foram atingidos os respectivos deputados federais e suplente de deputado federal: Pedro Moreno Gondim (ARENA), Antônio Vital do Rego (MDB) e Osmar de Araújo Aquino (MDB). Os deputados estaduais cassados naquele momento foram: Francisco Souto Neto (ARENA), Robson Duarte Espinola (ARENA), Romeu Gonçalves de Abrantes (ARENA), José Targino Maranhão (MDB), Mário Silveira (MDB); bem como, os suplentes de deputado estadual Ronaldo de Queiroz Fernandes (MDB) e Silvio Pélico Porto (ARENA) (NUNES, 2014b, p.296).

Sobre a cassação de mandatos de deputados e vereadores paraibanos, Nunes (2014b, p.304), assinala que:

se deu num primeiro momento, como vimos, a partir de projetos de resolução dos próprios poderes legislativos, seja estadual ou municipal, e atingiu principalmente parlamentares que tinham fortes ligações com as Ligas Camponesas.

¹¹⁹ Em 1964, foram cassados 19 parlamentares do Estado da Paraíba, entre eleitos e suplentes. Após o Ato Institucional Nº 5, foram cassados 10 mandatos parlamentares paraibanos, entre eleitos e suplentes.

¹²⁰ Infelizmente não foi possível identificar qual os partidos desses políticos que tiveram seus mandatos cassados.

Com a manutenção da ditadura militar, vários setores da sociedade civil brasileira se mobilizaram contra a mesma, esses fatos levaram a um endurecimento do regime, com a promulgação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), que significou para muitos um golpe dentro do golpe. Após a promulgação deste, aconteceram novamente várias cassações de mandatos, desta vez realizadas pelo Conselho de Segurança Nacional e os parlamentares da Paraíba foram atingidos, tanto em nível federal como estadual, tanto do partido da oposição, o MDB, quanto da situação, a Arena, demonstrando, inclusive, que também parlamentares deste partido questionaram o Regime, não sendo sempre o partido do “sim senhor”.

Mas, não apenas o legislativo foi atingido com cassações de mandatos políticos, o executivo municipal também sofreu com o autoritarismo do regime. Em 1964 foram cassados os prefeitos Antônio Fernandes de Andrade (PSB) de Rio Tinto, Geraldo Camilo (PSB) de Mulungu e Newton Vieira Rique (PTB) de Campina Grande. Ainda houve cassações de mandatos em 1966, era o caso de Domingos Mendonça Filho (PSB) prefeito de João Pessoa e, em 1969, de Ronaldo Cunha Lima (MDB) prefeito de Campina Grande (NUNES, 2016).

Guardando grande semelhança com os processos de cassação de vereadores e deputados, os prefeitos foram cassados,

por Projetos de Resoluções das Câmaras de Vereadores locais, por atos do Conselho de Segurança Nacional, através de acusações de adversários políticos locais, por acusação de corrupção e pelo envolvimento em atividades consideradas subversivas pelo regime militar.

Percebemos que a preocupação do regime no estado da Paraíba, inicialmente, se deu na repressão a políticos com atuação junto às Ligas Camponesas e com relações próximas com o governo do presidente João Goulart, mas também com políticos que assinaram manifestos nacionalistas, apoiaram o movimento estudantil ou fizeram oposição sistemática ao regime (NUNES, 2016, p.89).

Boa parte dos parlamentares, suplentes e prefeitos cassados foram denunciados em IPMs por ligações com organizações e grupos considerados “subversivos” pela ditadura. Quando não o foram citados em IPMs, foram referenciados em documentos do SNI, fossem prontuários sobre os indivíduos ou informes sobre participação em situações de “subversão”. Outra questão importante é o fato de que entre os cassados figuraram políticos da ARENA, partido de perfil majoritariamente governista.

Estas duas constatações, os tipos documentais usados para corroborar as cassações (IPMs e documentos do SNI), e o fato de serem cassados políticos de partidos de oposição e de apoio ao regime, já nos indicam duas características da vigilância política praticada pela ditadura que veremos no decorrer deste capítulo: todos são suspeitos e por isso todos são passíveis de vigilância.

Outra questão a se levar em conta ao observarmos as cassações de mandato durante a

ditadura militar é a presença de práticas patrimonialistas na cultura política brasileira. Não sabemos ao certo em quais anulações de mandatos políticos tal prática se fez presente ao longo dos processos, contudo, sabemos é certo, que o patrimonialismo é recorrente em nossa cultura política, a fronteira do entendimento entre o que pertence ao público e o privado é bastante tênue em nossa história. Portanto, é de se imaginar que algumas acusações, se não muitas, foram realizadas baseando-se em caráter pessoal. Assim, desavenças familiares e pessoais podem e devem ter servido como reais motivos para delações e restrições políticas a nível estadual e nacional.

Com o campo político sendo constantemente alterado e controlado pelo regime, o âmbito partidário durante a ditadura militar foi pluripartidário até 1965, ano em que passou a ser bipartidário, retornando ao pluripartidarismo apenas em 1980, contudo, ainda sem os partidos comunistas serem permitidos. Nesse sentido, com a reorganização partidária decorrente do AI-2, a situação político-partidária paraibana seguiu, até certo ponto, o cenário nacional.

Para a ARENA¹²¹ estadual, foram fundamentalmente membros da UDN, mas também, dissidências do PSD, PTB, PSB e PR, que nesse caso, eram “políticos que, integrantes do gondinismo, se mantinham fiéis ao ex-governador Pedro Gondim.” (CITTADINO, 2006, p.306). Já o MDB paraibano, “constituiu-se por políticos vinculados ao antigo PSD que (...) pouco diferiam dos tracionais grupos oligárquicos integrantes da UDN, e, sobretudo, por aqueles que não tiveram espaço para ingresso na ARENA” (CITTADINO, 2006, p.309).

A ARENA paraibana iniciou-se sob a coordenação do recém-eleito governador do estado, João Agripino Filho¹²², conforme havia sido indicado por Castelo Branco, que os governadores recém-eleitos deveriam estar à frente da organização da ARENA em seus estados, visando garantir que a máquina estadual estivesse próxima ao governo federal. Já a coordenação do MDB estadual, segundo José Octávio de Arruda Mello (2010, p.46),

¹²¹ Sobre a ARENA no estado da Paraíba, ver: SOBREIRA, Dmitri Da Silva Bichara. **Para Além Do “Sim, Senhor”**: A Aliança Renovadora Nacional (Arena) E A Ditadura Militar Na Paraíba (1964-1969). Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2016.

¹²² Nasceu em Brejo do Cruz (PB), vindo de família proeminente na política paraibana. Pela UDN foi eleito deputado federal em 1945, 1950, 1954 e 1958; em 1962 foi eleito Senador e em 1965 foi eleito Governador. Em 1982 e 1986, foi eleito deputado federal pelo PMDB. Quando da efetivação do bipartidarismo no Brasil, filiou-se à ARENA e foi governador do estado entre 1966 e 1971. Com o fim do bipartidarismo filiou-se ao Partido Popular (PP) paraibano e, devido a inviabilização do PP no estado em decorrência dos casuísmos eleitorais da ditadura, Agripino acabou indo para o PMDB, partido pelo qual encerrou a vida política como deputado federal em 1987. Ver mais em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/agripino-joao>. Sobre os dados eleitorais de João Agripino, ver: http://inter04.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=1945:2:::NO:RP:P0_HID_MOSTRA:S Acesso: fevereiro de 2019.

inicialmente ficou prejudicada devido à indefinição do senador Ruy Carneiro¹²³ quanto à sua vinculação partidária, cabendo primeiramente ao então deputado federal Humberto Coutinho de Lucena¹²⁴ a organização do partido em municípios paraibanos. Essa situação de indefinição de Ruy Carneiro se manteve até 1966, quando o mesmo assumiu efetivamente o papel de líder do MDB paraibano como candidato ao Senado pela legenda, sendo ele

amigo pessoal de Castelo Branco, tinha trânsito livre entre os políticos “revolucionários”, constituindo-se, portanto, num político capaz de fazer a oposição “responsável e confiável” desejada pelo Estado Autoritário” (CITTADINO, 2006, p.311).

Assim, a filiação de grande parte dos políticos paraibanos à ARENA e ao MDB foi definida muito mais em consequência das disputas locais pelo poder e pela hegemonia pessoal e grupal que pelo apoio ou oposição à ditadura militar. Nesse sentido, vale salientar o relato do próprio Ruy Carneiro sobre o processo de criação do MDB na Paraíba:

Quando houve a destruição dos partidos, no governo do saudoso marechal Castelo Branco, eu não poderia pertencer à ARENA; meu partido teria que ser um Partido que se assemelhasse... Muitos elementos do PSD foram fazer parte da ARENA, mas grande parte ficou no MDB, como eu, por exemplo. Eu não poderia pertencer à ARENA, por maior que fosse a minha consideração pelo presidente Castelo Branco [...] Eu sempre cultivo as minhas amizades com muito carinho, com muito respeito, e Castelo me distinguia muito.

Quando houve a formação dos novos partidos, ele fazia questão de que eu fosse para a ARENA, e Filinto Müller, um dos meus maiores amigos, que era o presidente da ARENA, disse a ele: “Castelo, tenha paciência, mas Rui Carneiro é um chefe político e, na Paraíba, ele não se pode submeter à chefia dos atuais dirigentes da ARENA. Tenha paciência, mas ele terá que ficar no MDB”. E eu fiquei no MDB. Conduzo-me muito bem, porque não vou incomodar o governo. Sou amigo, por exemplo, do presidente Geisel, visito-o... (Entrevista: Ruy Carneiro. Acervo NIDHR, 1977, p. 36).

Uma situação que facilitava a existência de vários líderes políticos locais divididos em apenas dois partidos era a existência das sublegendas, elas

podem ser apontadas como o principal meio de continuísmo das disputas na política local. Logo quando ingressam no partido, os membros não integrantes da antiga coalizão situacionista, mostravam que tinham conhecimento de que não pertenceriam ao governo de Agripino, mas ao partido da “revolução”. As sublegendas seriam o caminho para que houvesse uma conciliação do “futuro com o passado” (...) (SOBREIRA, 2016, p. 92).

¹²³ Com o golpe civil-militar de 1964 e a instauração do bipartidarismo, filiou-se ao MDB, onde foi eleito senador da Paraíba pela terceira vez em 1966 e, foi reeleito novamente em 1975.

¹²⁴ Natural de João Pessoa (PB), oriundo de família importante na política paraibana. Iniciou a vida política no PSD, onde foi deputado estadual (1951-1959); em 1966 filiou-se ao MDB, por deu continuidade ao seu mandato de deputado federal (1959-1971 e 1975-1979); foi ainda senador pelo PMDB da Paraíba entre 1979-1998. Ver mais em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/humberto-coutinho-de-lucena> Acesso: fevereiro de 2019.

Ainda sobre a ARENA e o MDB paraibanos, Paulo Giovani Antonino Nunes (2003) apresenta constatação que corrobora com entendimento de que as disputas das oligarquias locais por poder foram fundamentais quando da filiação dos políticos aos partidos criados pela ditadura. As características e divisões políticas existentes anteriormente ao golpe civil-militar de 1964 permaneceram, sendo de certa maneira, adaptadas para um sistema bipartidário, o que dificultava uma caracterização inicial do MDB como oposição política em termos clássicos.¹²⁵ Como destaca Nunes (2003, p. 126),

a ARENA foi formada, fundamentalmente, por membros da antiga UDN, e subsidiariamente, por pequenos partidos, como o PDC, PL, PSP que, ao longo do governo Pedro Gondim, se aproximaram daquele Partido e dissidências do PSD, PTB, PSB e PR. Quanto ao MDB local, foi fundado, principalmente, por antigas forças “pessedistas”, que pouco diferiam dos grupos oligárquicos “udenistas”. Sendo assim, esta agremiação não aponta para o desempenho concreto de um perfil de oposição.

Analizando a conjuntura eleitoral paraibana após a instalação da ditadura militar, temos que logo no primeiro pleito com a nova configuração partidária imposta pelos militares, as eleições de 1966, a Paraíba espelhou o cenário nacional de vitórias para a ARENA:

O resultado das eleições para o Senado deu a vitória a Ruy Carneiro, do MDB, por 9.791 votos. Entretanto, os resultados favoráveis ao partido oposicionista registrados para o Senado não se repetiram em âmbito da Câmara dos Deputados e da Assembléia Legislativa Estadual, nas quais a ARENA se tornou o partido hegemônico. (...). Paraíba somava-se ao restante do Nordeste, garantindo ao Estado Autoritário, o apoio de que ele necessitava para profundar o seu perfil anti-democrático e excludente (CITTADINO, 2006, p.317).

José Octávio de Arruda Mello (2010, p. 69) destaca que foi fundamental para a vitória da ARENA na Paraíba, o papel das sublegendas que, “conjugaram-se para assegurar ao situacionismo confortável da maioria na Assembleia Legislativa (...) a ARENA totalizou 24 deputados, dos quais 19 da ARENA 1(183.002 votos) e 5 da ARENA 2 (54.130).”. Já o MDB, elegeu apenas 14 deputados estaduais.¹²⁶

No pleito majoritário seguinte, em 1970, o MDB nacional ainda sofria com a onda de cassações decorrentes do AI-5. Assim, em um dos cenários de maior fragilidade político-partidária da oposição, a derrota de Humberto Lucena (MDB/PB) para o Senado foi bastante significativa para a seção estadual do partido. Neste pleito a ARENA elegeu dois senadores, cinco deputados federais e quinze deputados estaduais; já o MDB, elegeu apenas três

¹²⁵ Contudo, para José Otávio de Arruda Mello (1999 apud NUNES, 2003, p. 127-128) existiram alguns momentos de oposição mais direta ao regime militar, vindos de parlamentares do MDB paraibano no período inicial do regime implantado em 1964, como “em alguns pronunciamentos de Argemiro de Figueiredo, Osmar de Aquino, Humberto Lucena e Mirando Freire, fazendo leves críticas à falta de democracia”.

¹²⁶ Foram eleitos ainda para a Câmara dos Deputados 8 deputados da ARENA e 5 do MDB.

deputados federais e nove deputados estaduais.

As eleições de 1974 foram o sinal de virada da oposição político-partidária no cenário nacional e não foi diferente no âmbito estadual. Para o Senado foi eleito um candidato de cada partido, sendo que no MDB, o líder Ruy Carneiro alcançava a reeleição; para a Câmara Federal, foram eleitos 7 da legenda governista e 4 da oposição; para a Assembleia Estadual, 22 da ARENA e 11 do MDB.

Já o pleito seguinte, o de 1978, ocorreu em meio a um impasse de candidaturas na Paraíba, oriundo do desentendimento decorrente do chamado “Acordo de Brasília”. Segundo Jório Machado (1978, p. 8), este

se desenvolveu em duas etapas: a primeira foi a reconciliação do agripinismo com o ernanismo, duas correntes de opinião dentro da Arena que estavam rompidas desde 1974; a segunda consistiu na armação de um esquema que favorecesse o comando partidário do governador Ivan Bichara, começando pelo decidido apoio à sua candidatura ao Senado, por via direta. Ernani Sátiro seria o Senador biônico e o deputado federal Antônio Mariz, o Governador.

Contudo, o acordo não foi aceito facilmente por todos, inclusive pelo próprio governador Ivan Bichara que, sempre ao ser questionado acerca da situação mostrava-se insatisfeito (MACHADO, 1978). Vários nomes importantes do partido, que não haviam sido envolvidos nas indicações de cargos, ficaram ressentidos e passaram a trabalhar por suas indicações. Bichara, que não aceitou o nome de Antônio Mariz para o governo estadual, passou a trabalhar pela candidatura do então senador Milton Cabral. Entretanto, o nome de Mariz não agradava aos militares e o nome de Cabral aos arenistas. Embora não se fizesse aceito por todos, a resolução do conflito se deu quando o então secretário de educação do governo de Bichara, Tarcísio de Miranda Burity, venceu a indicação para o cargo de governador da Paraíba.

Em virtude desta instabilidade no partido governista, apenas o MDB elegeu senador: Humberto Lucena, que foi a única vitória do partido no Nordeste em votação majoritária. O partido elegeu ainda 3 deputados federais e 7 estaduais. Já a ARENA, que teve seu candidato derrotado para o Senado, obteve 7 deputados eleitos para a Câmara Federal e 22 para a Assembleia Estadual.¹²⁷

Sobre a conjuntura política que marcou os anos finais da década de 1970 e o início dos anos 1980 no Estado da Paraíba, Paulo Giovani Antonino Nunes (2003, p. 137), a partir de leitura de Mello (2000) ressalta:

¹²⁷ Dados retirados do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. Disponível em: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antecedentes/eleicoes-antecedentes-1>. Acesso: fevereiro de 2019.

o modelo modernizador do Estado paraibano, que se iniciou no governo de João Pessoa e teve seu auge no governo de João Agripino, “revelou-se esgotado, não só em razão do fraco desempenho da economia estadual, como em face da pressão exercida pelas oligarquias, a rigor não ultrapassadas pela modernização conservadora do período 1966/82, mas a ele crescentemente acopladas”. Setores oligárquicos ligados aos governadores Ernani Sátiro e Ivan Bichara, governantes pouco afeitos a considerações de ordem técnico-econômica; e o apoio dado pelas oligarquias “arenistas” à ascensão, em 1978, de Tarcisio Burity, levaram o Estado paraibano a uma grave crise, devido a uma acentuada prática clientelística.

Com a reformulação partidária de 1979, destaca-se na Paraíba a postura do PMDB e do PT. Segundo Nunes (2003, p. 137), “o PDT e o PTB tentam se organizar, mas não conseguem se legalizar neste primeiro momento.”. O PMDB possuía uma forte presença na Paraíba, visto que herdou a base política do MDB, pois a grande maioria de seus filiados havia pertencido a este último. Também se configurou como uma força no interior do PMDB, os membros da antiga dissidência arenista de 1978, que, no momento da reformulação partidária, haviam fundado uma seção do Partido Popular (PP) na Paraíba, mas, em virtude do chamado “Pacote de Novembro”, que proibia as coligações eleitorais para o pleito de 1982, trataram de seguir o exemplo da direção nacional do partido e incorporaram-se ao PMDB para disputar as eleições por este último.

No período da chamada “abertura política” do regime, foram observadas críticas mais contundentes à ditadura militar por parte de políticos do PMDB, como o senador Humberto Lucena, que se tornara a liderança do partido na Paraíba. Neste mesmo período, merece destaque a atuação dos políticos da chamada ala jovem do PMDB paraibano, considerada a ala mais à esquerda da legenda, sendo muitos de seus representantes, ex-militantes de organizações de esquerda (MELLO, 2010, p. 157-159). A linha feminina do PMDB, em especial a ex-vereadora de João Pessoa, Sônia Maria Germano de Figueiredo, ex-militante do PCR, desempenhou importante papel junto aos movimentos femininos e feministas paraibanos para a promoção de manifestações contra o regime e pela aprovação das eleições diretas.

Com relação ao Partido dos Trabalhadores (PT) na Paraíba, este teve seu processo de criação datado de agosto de 1980, encabeçado pelos “militantes vinculados aos movimentos da Igreja Católica e os militantes das organizações da esquerda clandestina.”. (NUNES, 2003: 142). Em seus anos iniciais, os quadros do partido ainda eram limitados, devido “as próprias condições políticas, econômicas e sociais do Estado da Paraíba, além do discurso radical dos militantes e dirigentes partidários.”. (NUNES, 2003: 151). Contudo, mesmo minoritário, quando comparado às legendas do PDS e do PMDB, o PT se mostrou importante quando da

realização das manifestações pelas eleições diretas para presidente da República organizadas em João Pessoa, devido sua inserção em categorias de caráter classistas no estado, bem como, em razão da entrada de ex-membros da ala mais à esquerda do PMDB entre 1983 e 1986 (MELLO, 2010, p. 170-173).

No acervo do Fundo SNI – Agência Recife identificamos pouquíssimos documentos específicos sobre políticos do PT/PB entre os anos pesquisados, o que é possível entendermos dada a ainda pouca inserção do partido na política paraibana daquele período. A referência a políticos da legenda se fazia mais presente em documentos que abordavam o campo político como um todo, como por exemplo, os relatórios de eleições. Estes ainda figuravam brevemente em documentos que informavam a respeito da “infiltração comunista” em partidos políticos, bem como, nos que comunicavam eventos específicos, como manifestação feminina e campanha das Diretas Já.

Retornando à conjuntura da política paraibana, temos que em 1982, com a exceção da Presidência da República, foram realizadas eleições diretas para todos os cargos políticos eletivos, sendo as últimas eleições com militares no palácio do planalto e a primeira com a volta do pluripartidarismo. Tal pleito representou um marco no crescimento das oposições partidárias que, em conjunto, conquistaram a maioria na Câmara Federal e 10 governadorias. Contudo, nos estados do Nordeste a oposição não teve um bom resultado eleitoral.

O PDS, partido herdeiro da ARENA e com muitos integrantes ligados aos militares, conseguiu eleger todos os governadores na região. Na Paraíba, o vencedor foi o ex-deputado federal pela ARENA, Wilson Braga. O PDS paraibano também conseguiu eleger 1 senador, 7 deputados federais e 20 deputados estaduais. Dos partidos de oposição no estado, apenas o PMDB conseguiu eleger deputados federais e estaduais, respectivamente 1 e 15 representantes. Entre prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, deputados federais, estaduais e senadores, o PDS paraibano elegeu 1.076; já o PMDB elegeu 466 candidatos. O PT, por sua vez, conquistou apenas uma cadeira na câmara municipal de João Pessoa e os demais partidos existentes não obtiveram êxito em candidaturas.¹²⁸ Ou seja, a vitória do PDS na Paraíba foi estrondosa, elegeu mais que o dobro das oposições juntas.

Observado este panorama do campo político paraibano do período próximo ao golpe civil-militar e durante a ditadura militar que dele resultou, nos voltamos agora para a pesquisa documental propriamente dita. Nesse sentido, em nossa pesquisa nos documentos que compõem o Fundo SNI – Agência Recife, tendo como base o período entre 1964 e 1985, nos

¹²⁸ Dados retirados do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. Disponível em: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores-1>. Acesso: fevereiro de 2019.

deparamos com uma expressiva diversidade de documentos e quantidade de informações sobre o campo político paraibano, com destaque para: informes; juízos sintéticos ou fichas sintéticas, onde continha uma avaliação geral sobre o indivíduo; prontuários sobre políticos paraibanos, majoritariamente da ARENA, MDB, PDS e PMDB; relatórios sobre eleições; relatórios de reuniões e acontecimentos; documentos que tratam de partidos políticos legalizados.

Como dito no capítulo anterior, observamos que entre os 5.536 arquivos digitais que compõem o Fundo SNI – Agência Recife, todos são denominados Arquivo Cronológico de Entrada (ACE), uma espécie de dossiê, com variado número de páginas e podendo ser composto por vários tipos documentais informando acerca da mesma temática. Destes ACEs que se inserem no período aqui estudado, 280 tratam direta ou indiretamente do campo político partidário paraibano.

Estes 280 ACEs dividem-se da seguinte forma: 133 possuem os nomes dos políticos como seu assunto, ou seja, os indivíduos são a temática específica dos documentos; outros 51 versam sobre assuntos políticos gerais, informando sobre políticos, mas sem colocá-los como assunto específico dos documentos; e, por fim, 96 deles dividem-se em informações sobre os partidos políticos¹²⁹ e sobre os pleitos eleitorais¹³⁰.

Dos 133 ACEs em que os nomes dos políticos paraibanos aparecem como assunto de seus documentos, ou seja, que foram criados especificamente para informar sobre ações e posicionamentos dos respectivos indivíduos, identificamos que 71 são relativos a políticos da ARENA ou do PDS, enquanto que 62 são relativos a políticos do MDB ou do PMDB.

Desta forma, buscamos expor e analisar estes documentos componentes do Fundo SNI – Agência Recife visando compreender a vigilância do Serviço Nacional de Informações, e porventura dos demais Órgãos de Informações (OIs), aos políticos profissionais paraibanos e suas legendas. Assim, iniciaremos expondo os principais tipos documentais identificados nos ACEs como informando acerca do campo político partidário paraibano, bem como as principais características destes documentos.

Nesse sentido, começamos pelo tipo informe. Este é composto por diversos documentos, com destaque para a presença de prontuários sobre os indivíduos; recortes de

¹²⁹ 72 apresentam como foco a vigilância sobre a organização dos partidos, seus integrantes, as ações e atos desenvolvidos pelos partidos, suas convenções nacionais e regionais; além de documentos que tratam do “aperfeiçoamento do modelo político brasileiro” e que versam basicamente sobre o funcionamento e atuação dos partidos políticos.

¹³⁰ 24 abordam as projeções para as eleições, o decorrer das campanhas, os resultados eleitorais a nível nacional e regional, as tendências para votações no Congresso Nacional.

jornais sobre entrevistas e/ou matérias jornalísticas sobre os políticos e/ou suas ações; ficha registro dos vigiados; e demais documentos informativos sobre ações e posicionamentos políticos. Podiam ser documentos mais robustos no tocante a quantidade de páginas, de anexos e de informações em geral, de forma que observamos que eram utilizados para se encaminhar prontuários e os vários documentos que pudesse existir sobre um indivíduo. Em sua grande maioria são iniciados pelo termo “consta que”, discorrem acerca de um estado de dúvida acerca de algo ou alguém.

Já o tipo documento informação, trata de informações específicas sobre um período ou situação em questão. Quando o mesmo comunica sobre um político, relata, por exemplo: sobre um encontro com determinado indivíduo; uma fala específica em uma reunião, ato público ou entrevista; traz alguns dados sobre ocupação, filiação partidária e número de votos do indivíduo em questão. Enfim, por possuir informações de caráter mais curto, este se configura como um tipo documental de precisão, que expõe a certeza do agente acerca de algo.

O tipo juízo sintético segue um padrão específico de informações e de disposição das mesmas. Eles podem contar ou não com prontuários e currículos em anexo, mas, de forma geral, buscam fornecer dados concisos sobre os vigiados. Apresentam uma estrutura fixa de informações: “dados de qualificação” (composto por filiação, data e local de nascimento e identidade); “atividades atuais”; “antecedentes”; “tendência ideológica”; “atitude quanto às instituições vigentes”; “atividades subversivas”; “probidade administrativa”; “eficiência profissional” e “conduta civil”. Os juízos sintéticos apresentam-se como uma compilação das informações mais importantes sobre os indivíduos ao qual se referem, como se vários outros documentos informação tivessem sido apurados, dando origem ao mesmo. Sua própria estrutura informativa fixa, com pontos específicos a serem respondidos, nos indicam o caráter de documento final e classificatório sobre um indivíduo vigiado.

Outro tipo documental encontrado foi o RB, que infelizmente não conseguimos identificar qual o significado destas letras. Tais documentos apresentam data de produção variando entre os anos de 1984 e 1985 e seguem uma estrutura muito parecida com a dos juízos sintéticos, ou seja, possuindo informações concisas, no estilo de respostas a própria “classificação” presente nos juízos.

Destarte, de forma geral, tais documentos, sejam eles nomeados e caracterizados como informe, documento informação ou juízo sintético, tratam do relato informacional da

vigilância política exercida sobre os políticos tema dos documentos. Afinal, as ações que o SNI desenvolvia eram diversas:

Interceptava correspondências, roubava documentos, fazia escuta telefônica e acompanhava a vida das pessoas, fossem adversários políticos e suspeitos de subversão, fossem integrantes da equipe governamental. Infiltrava pessoas tanto nas organizações clandestinas quando nos organismos legalizados de oposição ao regime, como era o caso do MDB. (ANTUNES, 2008, p. 221).

2.2 Governistas vigiados: políticos da ARENA e do PDS sob os olhos do SNI

Trust, but verify.¹³¹

Adentramos aqui à exposição e análise acerca da vigilância do Serviço Nacional de Informações (SNI) aos políticos paraibanos que integraram as fileiras da ARENA e do PDS, mediante a observação dos documentos do Fundo SNI – Agência Recife que versam sobre políticos de tais legendas. Em tais documentos, o discurso busca informar e relatar sobre algo que o indivíduo vítima da vigilância teria feito ou dito. O objetivo seria de conhecer e classificar suas ações e posições políticas e ideológicas. Mesmo membros importantes da ARENA e do PDS paraibano tiveram suas atividades políticas vigiadas pelo SNI.

O SNI buscava com a vigilância aos políticos de partidos governistas, conhecer suas relações e antecipar possíveis ações de impacto político dos mesmos, fossem elas favoráveis ou contrárias ao governo. Esta nossa percepção decorre da observação da estrutura dos “juízos sintéticos”, que buscam situar o indivíduo no cenário político macro e micro ao informar sobre uma série de questões pertencentes ao campo político do momento presente da escrita do documento e do imediato passado, como “antecedentes”, “tendência ideológica”, “atitude quanto às instituições vigentes”, “atividades subversivas”, “conduta civil”.

Nesse sentido, iniciamos nossa exposição e análise justamente com os ACEs do Fundo SNI – Agência Recife que tratam da vigilância do nome responsável pela coordenação da formação da ARENA na Paraíba, o ex-governador do Estado entre 1966 e 1971, João Agripino Filho. Além de nome importante da política paraibana no período aqui estudado, Agripino protagonizou alguns embates políticos com os militares e, também por isso, acabou transitando – quando da volta do pluripartidarismo ao cenário político brasileiro – da ARENA

¹³¹ Tradução em inglês do provérbio russo “Доверять, но проверять”, que significa: Confie, mas verifique. O provérbio foi bastante utilizado pelo então Presidente norte-americano Ronald Reagan para se referir às negociações políticas com a União Soviética quando da assinatura do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário, também conhecido por Tratado INF, formalmente assinado pelas duas nações em 8 de dezembro de 1987.

para filiar-se em 1981 ao PP paraibano. Mais tarde, quando da incorporação da legenda ao PMDB, elegeu-se deputado federal por este último em 1982.

Entre as nossas fontes do Fundo SNI – Agência Recife, encontramos um total de três ACEs a respeito de João Agripino, contudo, neste tópico trataremos apenas de um destes documentos, pelo motivo deste ser o único que traz informações de Agripino até 04 de janeiro de 1980, ou seja, quando o político ainda não estava formalmente filiado a outra legenda. Os outros ACEs a respeito do ex-governador serão apresentados e discutidos no próximo tópico deste capítulo.

Assim, temos o ACE Nº 3977/82, composto por 69 páginas, cujo documento principal é o INFORME Nº 308/15/ARE/82. Datado de 23 de dezembro de 1982, tal informe de produção da Agência Recife do SNI, apresenta como anexos dois prontuários de João Agripino: o Nº 00676¹³², contendo informações entre os anos de 1966 e 1980; e o Nº 0185¹³³, com informações entre 1965 e 1971 (ARE_ACE_3977_82. Fundo SNI – Agência Recife).

Ainda consta no ACE Nº 3977/82: a INFORMAÇÃO Nº 588/SNI/ARE, de agosto de 1966; o Diário Oficial do Estado da Paraíba de 11 de outubro de 1970; um documento do Superior Tribunal Militar com o título “Recurso Criminal Nº 4184 – Guanabara” e os vários anexos relativos ao mesmo; recortes de jornais em que constam entrevistas de Agripino ou notícias sobre o mesmo; e, por fim, a “FÔLHA REGISTRO” da Agência Recife do SNI sobre João Agripino, com data de 3 de abril de 1968 (ARE_ACE_3977_82. Fundo SNI – Agência Recife).

Retornando ao documento principal do ACE Nº 3977/82, o INFORME Nº 308/15/ARE/82, temos logo em sua primeira página, um breve resumo informacional sobre as supostas ações e posicionamentos de João Agripino:

O nominado, ao participar de um comício pró sua candidatura ao Governo da Paraíba, realizado em 1965, após passeata estudantil, disse; “As baionetas não calaram os estudantes, nem calarão a PARAÍBA”. A referida passeata foi organizada pelo “Comitê Estudantil Secundarista”.

Em 1973, o Presidente da República resolveu admitir, no Grau de Grande Oficial, o Ministro JOÃO AGRIPINO FILHO, Presidente do Tribunal de Contas da União. Ainda, em 1973, foi conferido ao nominado, "A Ordem de Mérito do Trabalho" no grau de GRÃ-CRUZ (ARE_ACE_3977_82. Fundo SNI – Agência Recife).

¹³² Indica difusão de quando Agripino ocupava o posto de Senador da República (ARE_ACE_3977_82. Fundo SNI – Agência Recife).

¹³³ Indica difusão de quando Agripino era governador da Paraíba (ARE_ACE_3977_82. Fundo SNI – Agência Recife).

Dado o tipo do documento, um informe, percebemos que este foi formulado com o intuito de remeter os prontuários existentes sobre a pessoa de João Agripino. Assim, o primeiro prontuário do documento (Nº 00676), caracteriza o político como “subversivo” (ARE_ACE_3977_82. Fundo SNI – Agência Recife). Desta forma, tendo como base a caracterização de “inimigo interno” apontada pela Escola Superior de Guerra e pela Doutrina de Segurança Nacional, temos que a colocação da palavra “subversivo”, já no cabeçalho de um prontuário de João Agripino, caracteriza-o como um “inimigo interno” da dita “Revolução de 1964” e dos seus interesses, situação esta que vemos em outras partes do documento.

Figura 4 – Prontuário do SNI sobre João Agripino

DOSSIÊ Nº 018 - ARMARIO 10 - GAVETA "A".

P. n.º=00676=

3977/82

NOME: JOÃO AGRIPINO FILHO

FILIAÇÃO: JOÃO AGRIPINO WASCONELOS MAIA e ANGELINA MAIA

NATURAL DE: BREJO DO CRUZ - PARAÍBA

PROFISSÃO: Senador, Candidato ao Governo da Paraíba. = SUBVERSIVO = J. PESSOA/Pb.

Fonte: ARE_ACE_3977_82. Fundo SNI – Agência Recife. Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba – Fundação Casa José Américo.

As informações contidas no prontuário Nº 00676 não apresentam muitas fontes, basicamente consta a Agência Recife do SNI (ARE) e a sigla “SNI/NAJP”, que infelizmente não conseguimos apurar o significado. Já dentre as informações constantes no prontuário, merecem destaque as que buscam caracterizar João Agripino como comunista ou esquerdista devido a posicionamentos e pronunciamentos do político ou, por meio da exposição de supostos contatos políticos realizados por ele (ARE_ACE_3977_82. Fundo SNI – Agência Recife).

Em uma informação que apresenta como data de inserção no prontuário o dia 23 de setembro de 1966 e apresenta como fonte a Agência Rio de Janeiro do SNI (SNI/ARJ), contudo, é oriunda de documento com data de 2 de junho de 1965, temos:

- Diz-se democrata porém os fatos indicam que é esquerdista.
- São conhecidas ligações desse candidato com forças políticas heterogêneas em todo o Estado, podendo-se entretanto estimar que forças ponderáveis de Pedro Moreno Gondim e de camponeses, mantêm-se em consonância com ele. A sua principal característica é ser bifronte. O seu indiferentismo pela causa revolucionária é notório, constituindo forte indício de que possui profundas raízes políticas na castigada e subversiva fase que atravessa este país nos Governos de Jânio Quadros e João Goulart.

- Por ocasião da visita à Paraíba da mãe de Che-Guevara e de estudantes russos, que a acompanharam, e, mais ainda, de vários agitadores sulistas de notória atuação comunista o Sr. João Agripino esteve presente a quasi todas reuniões, inclusive na de Sapé, onde um seu amigo perguntou-lhe: “a presença desses agitadora internacionais, no interior paraibano não constituía uma ameaça para o regime democrático?”. - O Sr. João Agripino disse que isso era a evolução social em marcha que não se podia detê-la. - Por ocasião da condecoração do celebre comunista Che-Guevara, feita Presidente Jânio Quadros defendeu, ao receber críticas sôbre esse caso, com veemência os motivos que levaram ao lunático Presidente a conceder tal condecoração a um conhecido escroque internacional (ARE_ACE_3977_82. Fundo SNI – Agência Recife. Grifos nossos.).

Interessante observar que a informação acima é praticamente um veredito sobre João Agripino, primeiro se caracteriza o político como “esquerdista” e contrário ao regime, para em seguida expor os supostos fatos que corroboram este entendimento. Outra questão a se observar é justamente a indicação de que o SNI ou demais OIs, tinham Agripino em seu radar de vigilância: tanto ao se informar que “são conhecidas ligações desse candidato com forças políticas heterogêneas”, ou seja, observar o “fazer política” do mesmo; assim como, ao relatar a suposta presença de João Agripino em “quase todas reuniões” realizadas em virtude da “visita à Paraíba da mãe de Che-Guevara”, nesse caso podemos inferir que não apenas o político paraibano foi vigiado, mas as reuniões em si (ARE_ACE_3977_82. Fundo SNI – Agência Recife).

Em outra informação que demonstra ser oriunda de atividades de vigilância, tem-se que João Agripino “Esteve em contato com Geraldo Sá Nogueira Batista, coordenador da “Ação Popular” em Brasília. (...)”. Este relato apresenta como data de inserção no prontuário o dia 11 de outubro de 1967 e consta como oriunda da Agência Recife do SNI (SNI/ARE) (ARE_ACE_3977_82. Fundo SNI – Agência Recife).

Também consta no prontuário Nº 00676, informações a respeito das discordâncias e dissidências no interior da ARENA paraibana, é o caso da informação abaixo. Inserida no prontuário em 04 de dezembro de 1974, esta apresenta como fonte a Agência Recife do SNI, mas, tem origem em documento do dia 29 do mês anterior:

Conforme pesquisas realizadas por esta Agência sobre a falta de cooperação na última Campanha da ARENA na Paraíba, apurou-se que o nominado, ex-Governador do Estado, face suas divergências políticas com o seu substituto omitiu-se quanto ao Candidato ao Senado pela ARENA e cerrando fileiras em torno do Deputado Federal Antonio Marques da Silva Mariz, com os mesmos propósitos do atual Governador do Estado.

O epigrafado lançou-se como candidato ao Senado em 1968, num Comício realizado em PATOS (ARE_ACE_3977_82. Fundo SNI – Agência Recife. Grifos nossos.).

A indicação que mesmo as ações do partido governista eram alvo de “pesquisas realizadas” por Agência do SNI, repete-se ao se relatar, em informação inserida em 17 de janeiro do ano de 1979 e oriunda de documento da Agência Recife com data de 26 de dezembro de 1978, que João Agripino seria “líder do grupo de arenistas dissidentes da PARAÍBA, da qual pertence LYNALDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE” (ARE_ACE_3977_82. Fundo SNI – Agência Recife).

Por fim, uma informação com data de inserção no prontuário de 23 de julho de 1979, mas, vinda de documento da Agência Recife do dia 3, nos permite entender que por este período, a classe política já sabia ou conjecturava sobre as intenções do governo militar de promover a volta do pluripartidarismo ao sistema político do país, situação que se efetuariaria em dezembro do mesmo ano. A informação contida no prontuário de João Agripino, fruto evidente de atividades de vigilância sobre o político, versa sobre suposta participação do mesmo em conversas para criação de novas legendas, assim, consta que: “Na PARAÍBA, entendimentos estão sendo realizados objetivando a criação de dois novos partidos políticos, onde o epigrafado aparece como um dos articuladores (ARE_ACE_3977_82. Fundo SNI – Agência Recife).

Após este primeiro prontuário, consta a INFORMAÇÃO Nº 588/SNI/ARE, do ano de 1966. Trata-se de um documento constituído por narrativas de supostos casos de corrupção envolvendo João Agripino. O discurso presente nesta informação visa desqualificar a figura do então governador da Paraíba, como por exemplo: “Jacta-se de ser uma vestal e diz ser amigo particular do Presidente da República de quem recebe integral e irrestrito apoio. (...). Mas JOÃO AGRIPINO não é a vestal que diz ser. (...).” (ARE_ACE_3977_82. Fundo SNI – Agência Recife).

No segundo prontuário sobre João Agripino, o Nº 0185, são repetidas algumas informações do prontuário tratado anteriormente, contudo, neste segundo documento os dados relatados são mais completos quanto a algumas narrativas, repetindo novamente um discurso contundente no sentido de caracterizar Agripino como figura de aspecto “subversivo”. Por exemplo, é informado que o político paraibano teria tecido críticas fervorosas à “Revolução de 1964”; apresenta-o como próximo a indivíduos marxistas e recebendo correspondências de países comunistas (ARE_ACE_3977_82. Fundo SNI – Agência Recife). Logo a primeira informação do prontuário, como data de inserção o ano de 1965, relata o seguinte:

AÇÃO: Posição adotada face ao movimento de 31 de Mar 64 – Bifronte e oportunista. (...).
- No dia 02/10/65, às 17:30 horas em pleno ponto Cem Reis, num estribo de um carro improvisou um comício, meio aliás muito usado pelos comunistas.

Declarou no jornal "Correio da Manhã", do dia 13/10/65, que “para conseguir dinheiro para o desenvolvimento da Paraíba, não terei preconceitos ideológicos. Baterei às portas de qualquer país que nos queira ajudar”. Ainda no mesmo jornal: A linha entre os fatores de êxito de sua, campanha a posição nacionalista. "Tive todos os votos na esquerda-democrática, representada sobretudo pelos estudantes e intelectuais.

- Compareceu a um almoço na residência do proprietário da “Casa da Borracha”, em Recife, em companhia de JOSÉ GOMES (Zé Moscou) e FRANCISCO JULIÃO, tendo solicitado dêste último, a interferência em favor de sua candidatura a Governador do Estado da Paraíba, junto aos elementos componentes das chamadas “Ligas Camponesas” (ARE_ACE_3977_82. Fundo SNI – Agência Recife. Grifos nossos.).

Mais uma vez, narrativas que evidenciam atividades de vigilância sobre o paraibano João Agripino. Em outro momento, em informação com data de inserção de 18 de julho de 1968, é apontada uma lista de indivíduos que seriam “comunistas” e que comporiam a equipe de governo de João Agripino:

- OTACÍLIO SILVEIRA - Secretário das Finanças - Fiscal do Consumo, marxista declarado, convidado pelo Governador JOÃO AGRIPINO para assumir tais funções. Antes da Revolução, dividiu terras aos camponeses como prova de lealdade a BRIZOLA, e sua chamada demagogia. Se dizia adepto da Revolução Cubana, etc. Após a Revolução, sempre fez ver em seu ponto de vista, contra revolucionário, ao ponto de convidar para seus assessores e auxiliares, elementos notórios comunistas como: JÓRIO DE LIRA MACHADO, ARTHUR DE TAL, HÉLIO ZENAIDE e outros, frisando que, os chamava não só pela capacidade, mas por serem inimigos da Revolução e fichados no Quartel. Tem ódio aos militares, isso não esconde. Amigo do terrorismo.

- Dr. JOSÉ MEDEIROS VIEIRA - Secretário de Educação e Cultura. Esquerdista discreto, de confiança absoluta dos estudantes vermelhos - uma prova evidente é que o proclamaram candidato da classe estudantil, a Deputado Estadual para o próximo pleito.

- Dr. LUIZ CARLOS FLORE TINO - Discreto comunista, amigo íntimo de LUIZ HUGO GUIMARÃES com quem mantinha ligações do antigo CGT local. Era assim uma espécie de assessor de LUIZ HUGO.

- Dr. JOSÉ MARQUES DE ALMEIDA JÚNIOR – Secretário de Viação e Obras. É desconhecida a sua ideologia, mas é um "cachaceiro" inveterado.

- JOSÉ OTÁVIO DE ARRUDA MELO - Ex-assessor de Imprensa do Palácio - Pessoa de estima e confiança do Governador. Ora ocupa várias funções, inclusive, manipula a orientação Radio Tabelaras. É marxista fez movimentos diversos antes da Revolução. É fichado no 15º RI.

- Ainda sob o beneplácito do Governo JOÃO AGRIPINO, há em CAMPINA GRANDE, um esquerdista chamado EDVALDO DO Ó, que também é pederasta conhecido, desses que faz escândalos de crimes, etc. O mesmo é Reitor da Faculdade local.

- Convidou o Dr. FRANCISCO ESPINOLO para ficar a sua disposição. Este último é marxista, atuante, persistente inimigo do Exército e da Revolução, é Desembargador do Tribunal daquele estado onde já ocupou a sua presidência, sob o "manto" protetor do Governador JOÃO AGRIPINO. Houve época em que o mesmo Desembargador esperava a todo instante a cassação de seus direitos, etc. Posteriormente enfatizou no próprio Tribunal,

que enquanto JOÃO AGRIPINO tivesse forças no Governo, ele jamais seria cassado. É também corrupto conhecido. (...).

- Foi recentemente nomeado Desembargador o Dr. ANTONIO MARIZ MAIA, comunista notório, ex-Juiz de Menores e nomeado para e Secretaria de Educação e Cultura o comunista ANTONIO MARQUES MARIZ, ex-ativista da UNE e do CACO, no RIO DE JANEIRO. Comunista confesso, fichado pela polícia da GUANABARA. Primo do Governador JOÃO AGRIPINO. Em 1964 foi indiciado no IPM/PB-1, não sendo apurado elemento de culpa contra o mesmo. De seu depoimento perante o encarregado do IPM confirmou que no dia 1º de Abr 64, como Perfeito de SOUSA/PB, fez discurso em favor do Presidente deposto JOÃO GOULART. -Na tarde do dia 1º Abr 64 dirigiu telegrama de solidariedade ao Presidente deposto pelo Movimento Revolucionário. - Em 1º Abr 64, após a vitória do Movimento Revolucionário, destruiu a gravação do discurso que havia pronunciado na manhã do mesmo dia. Fichado no DOPS/GB por atividades subversivas. – De uma certidão fornecida pela 7ª RM, consta: "ANTONIO MARQUES DA SILVA MARIZ – Promotor de MARTINS/RN – Fundou em SOUSA/PB o Sindicato dos Construtores Civis. Tem se destacado por suas atividades de agitador e seguidor do credo marxista, insuflando o povo contra os burgueses e procurando desmoralizar as Fôrças Armadas. Desenvolveu grande esforço na coleta de assinaturas pedindo o registro do Partido Comunista (ARE_ACE_3977_82. Fundo SNI – Agência Recife. Grifos nossos.).

A longa informação acima nos permite duas constatações. Primeiramente temos novamente relatos que apontam para a vigilância à política de João Agripino, ou seja, era interesse dos OIs ter conhecimento das relações e ações desempenhadas pelo paraibano em sua vida pública como político. Esta situação acaba refletindo em uma vigilância ao governo de João Agripino, a sua composição, que é justamente o que vemos acima. Inclusive, podemos observar que vários dos nomes citados já eram alvo da vigilância dos OIs por suas atividades e envolvimento com ações “subversivas”. A segunda constatação é que ao se relatar sobre indivíduos “comunistas” que participariam do governo estadual, citando-os de tal maneira em um documento do SNI que provavelmente circulou pela comunidade de informações, quiçá pela de segurança também, esta informação comunica para além da pessoa de João Agripino, ou seja, estes outros indivíduos também eram vítimas de vigilância dos órgãos de repressão e foram vítimas do relato da mesma neste documento.

Finalizando as exposições acerca do prontuário N° 0185, temos que este também informa a respeito de processos de licença requeridos por João Agripino durante seu mandato de governador. São basicamente licenças para participar de inaugurações de obras públicas pelo estado e para a realização de campanha em favor de correligionários arenistas. As fontes para estas informações são os jornais da época, *O Norte*, *Correio da Paraíba*, *A União*, de forma que todos os relatos retirados de jornais são sempre indicados com os advérbios de

tempo “ontem” e “hoje”, sugerindo que as informações eram verificadas e inseridas no prontuário imediatamente ao acontecimento.

A presença de recortes de jornais no ACE Nº 3977/82 e, a presença de informações oriundas destes veículos nos prontuários aqui expostos, evidenciam mais uma atividade realizada pelos OIs: a verificação dos meios de comunicação. Aqui é importante esclarecer que no caso que citamos não se trata de censura, trata-se da verificação ou observação dos meios de comunicação, especificamente jornais, em busca de informações que os Órgãos de Informações julgassem importantes. Ou seja, após a veiculação de um jornal, observava-se o mesmo com o objetivo de se identificar alguma notícia que informasse sobre, por exemplo, um alvo de vigilância, como é o caso de João Agripino. Nesse caso, ao se estabelecer vigilância sobre uma figura pública, até uma matéria jornalística poderia servir como uma informação sobre o indivíduo, inclusive na constituição das informações de modo continuado. Como salienta Carla Reis Longhi (2014, p. 105):

A informação jornalística era parte importante desse processo, pois se mostrava como uma forma de controle, de reverberar ações, mas também, como apontado nesta discussão, uma forma de agilizar a circulação da informação, tornando-se a mídia impressa uma importante fonte documental aos órgãos de informação.

Os pontos aqui destacados sobre o ACE Nº 3977/82 que versa sobre João Agripino, nos auxiliam na compreensão da vigilância do SNI sobre políticos. Agripino era um dos paraibanos de maior prestígio no âmbito nacional e estadual, possuindo muitos dos “atributos” característicos para um político proeminente do período: vinha de família de políticos no Nordeste, ligado a ala nacionalista da UDN, havia sido Ministro de Minas e Energia do Governo de Jânio Quadros, por vários mandatos foi deputado federal, senador por uma legislatura e último governador da Paraíba eleito durante a ditadura por via direta até o ano de 1982. Neste último cargo, inclusive, coordenou ações repressivas da Polícia Militar junto aos estudantes que se manifestaram contrários às ações do governo federal no fatídico ano de 1968 (CITTADINO, 2006, p. 325-335).

Contudo, João Agripino mostrou ser um político complexo na ARENA paraibana. Monique Cittadino (2006, p. 338-339) assinala que principalmente até a decretação do AI-5, João Agripino havia assumido “posições de independência e, até mesmo, de enfrentamento em relação às autoridades militares”, principalmente por não aprovar as interferências do governo federal ou das Forças Armadas no Governo da Paraíba. O então governador que contestava o bipartidarismo, colocou-se, em alguns momentos, disponível a ouvir os estudantes e suas reivindicações, contestou as cassações de mandatos, principalmente de

membros do seu governo¹³⁴. De forma que, como relata Cittadino (2006, p. 341-342), mesmo “cobrindo-se com as vestes de ‘homem da revolução’” e incorporando integralmente o discurso dos setores que haviam se tornando hegemônicos entre os militares”, “Agripino ainda continuou a enfrentar autoridades militares, quando estas significavam interferência na sua administração ou nos seus interesses”.

Talvez a dica para a relação entre João Agripino e os Órgãos de Informações, estivesse justamente em sua posse como Governador. Ao anunciar que promoveria uma administração preocupada “com a modificação da cultura política local”, Agripino não contou com a presença de nenhum representante das Forças Armadas, havia sim “o brigadeiro Eduardo Gomes como representante da Presidência da República” (CITTADINO, 2006, p. 152).

Se naquele momento da posse de Agripino o país estivesse em uma democracia, sem dúvida seria mais que suficiente para demonstrar o prestígio do político a presença de um representante da Presidência da República. Contudo, o país vivia uma ditadura militar e, por mais que o presidente fosse um militar, naquele momento do regime, os representantes do que viria a ser a comunidade de informações, responsável pela vigilância a João Agripino, ainda não haviam alcançado à presidência. Estes ainda atuavam em setores das Forças Armadas, ou nos órgãos de segurança e de informações que estavam em processo de estruturação e expansão. Ou seja, podemos inferir que talvez para o núcleo mais duro do regime, João Agripino não fosse tão confiável e tão digno como era para o então presidente Castelo Branco.

Portanto, mesmo tendo ocupado o posto de líder da ARENA na Paraíba, o ex-udenista João Agripino era visto com suspeição pela comunidade de informações, pois compunha um campo político que deveria ser vigiado e controlado. Devido algumas informações contidas no ACE Nº 3977/82, como falas contrárias ao governo, proximidade e incorporação de indivíduos considerados “subversivos” nos quadros do governo estadual; o discurso que permeia o documento de informação, nos permite inclusive identificar uma certa suspeita do SNI da existência de um “complô comunista” no governo de João Agripino.

O discurso constante nos documentos do ACE em questão também nos demonstram práticas clientelistas e disputas de poder. As primeiras são destacadas em trechos acerca das relações políticas, quando se insinua as preferências e relações de Agripino por/com grupo A ou B. Já as disputas de poder, estas ficam mais evidente ao se comunicar das desavenças do

¹³⁴ Quando do AI-5, foram cassados os mandatos de quatro deputados estaduais vinculados ao governo Agripino: Sílvio Pélico Porto, Francisco Souto Neto, Robson Duarte Espínola e Romeu Gonçalves de Abrantes.

político quando das escolhas de candidatos da ARENA/PB, destacando a posição de Agripino como dissidente do partido governista.

Seguindo a lógica das filiações partidárias durante a ditadura militar discutida no início deste capítulo, onde as adesões partidárias se deram mais por disputas entre oligarquias que por concordância ou não com o projeto dos militares, observaremos a vigilância do SNI a Antônio Marques da Silva Mariz¹³⁵. Antes do golpe civil-militar de 1964 este pertencia ao PTB. Quando ocorreu o AI-2 e os partidos foram extintos, Mariz seguiu o primo João Agripino e filiou-se à ARENA, em oposição aos adversários locais na cidade de Souza, os Gadelha, que se filiaram ao MDB.

No Fundo SNI – Agência Recife, identificamos apenas o ACE Nº 4061/83 informando exclusivamente sobre Antônio Mariz. O documento principal deste ACE é o INFORME Nº 44/15/ARE/83, datado de 6 de janeiro de 1983 e produzido pela Agência Recife do SNI (ARE_ACE_4061_83. Fundo SNI – Agência Recife). Em tal informe constam as seguintes informações acerca de Mariz:

O nominado foi integrado aos princípios da Revolução de 1964 por conveniência, uma vez que adotava posição completamente diversa antes de filiar-se ao partido situacionista.

Pertenceu ao esquema político do ex-Governador JOÃO AGRIPINO.

Foi Deputado Federal mais votado nas eleições de 15 Nov 74.

Foi Secretário de Educação e Cultura da Paraíba. Em 1964, foi indiciado no IPM/PB-1 que apurou atividades subversivas na Paraíba. Não foi pronunciado, por falta de elementos de culpa. Foi fichado na Polícia da GUANABARA, como comunista (ARE_ACE_4061_83. Fundo SNI – Agência Recife).

Os dados acima foram retirados de uma informação constante no prontuário Nº 00839 indicado como anexo do INFORME Nº 44/15/ARE/83. Trata-se de uma informação que cita o envio de um TELEX da Agência Central do SNI em 21 de maio de 1975 à Agência Recife, solicitando o conceito político-social e o conceito ideológico de Antônio Mariz. Assim, observamos que este informe acerca do indivíduo em questão, repete a mesma função que documento de mesmo tipo explicitado anteriormente sobre João Agripino: formulado com o intuito de remeter os prontuários existentes sobre a pessoa de Antônio Marques da Silva Mariz. Os prontuários por sua vez, informam sobre várias questões da vida política e profissional de Mariz, com destaque para os cargos e funções públicas que desempenhou (ARE_ACE_4061_83. Fundo SNI – Agência Recife).

¹³⁵ Eleito deputado federal pela ARENA em 1970, 1974 e 1978; em 1986 foi eleito deputado federal pelo PMDB e em 1990 senador pelo mesmo partido. Em 1994 foi eleito governador da Paraíba, mas faleceu no exercício do mandato. Disponível em: http://inter04.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=1945:2:::NO:RP:P0_HID_MOSTRA:S Acesso: abril de 2019.

Desse modo, temos que o prontuário N° 00839 apresenta informações com data de inserção entre 1966 e 1981 e, com fontes variadas: ARE do SNI, 7° Região Militar (7° RM), NAJP/SNI e 7° Circunscrição Judiciária Militar (7ª CJM). Já no cabeçalho deste documento, há a caracterização do advogado e então prefeito da cidade de Souza/PB, como “comunista”. Em outro prontuário constante no ACE, o N° 0031, são apresentadas informações inseridas entre 1965 e 1970, com fontes como o Estado da Guanabara, o 1º Grupamento de Engenharia (1º Gpt E), o Departamento de Polícia Federal da Paraíba (DPF/PB) e jornais veiculados no Estado (O Norte, Correio da Paraíba, A União). E, por fim, consta a “FICHA REGISTRO”, datada de 23 de junho de 1969 e oriunda da Agência Recife do SNI, com informações retiradas do prontuário N° 0031 (ARE_ACE_4061_83. Fundo SNI – Agência Recife).

Este único documento sobre Antônio Mariz nos revela como o SNI estava atento ao campo político, buscando informações sobre políticos desde o posicionamento que assumiram quando do golpe civil-militar de 1964. Dada a periodicidade abarcada nos prontuários acima expostos, fica evidente que uma vez conhecidos os posicionamentos políticos e ideológicos destas figuras públicas, os mesmos tiveram suas atividades em constante vigilância.

Também observamos pela documentação do Fundo SNI – Agência Recife, que os políticos que fossem considerados pelo Serviço como não alinhados aos princípios da “Revolução de 1964” tiveram suas atividades políticas constantemente informadas não apenas em documentos exclusivamente sobre os mesmos, mas também em documentos coletivos, especificamente documentos que tratassem de assuntos mais gerais do campo político. Dentre os casos específicos dos políticos aqui analisados, identificamos que João Agripino e Antônio Mariz foram citados em pelo menos quatro documentos que versam sobre o campo político de forma mais abrangente.

No caso do ACE N° 594/79, cujo documento principal é a INFORMAÇÃO N° 0049/115/ARE/79, datada de 31 de agosto de 1979, o assunto é o “processo político nacional”. Nesta informação, comunica-se que “O Dep Fed ARENA/PB ANTONIO MARQUES DA SILVA MARIZ e o ex-Ministro JOÃO AGRIPINO formam um grupo com tendência independente ao Governo Estadual e, principalmente, à Oposição.” (ARE_ACE_594_79. Fundo SNI – Agência Recife).

Já no ACE N° 1516/80, constituído pelo documento INFORMAÇÃO N° 3791/115/ARE/80, de 28 de novembro de 1980, cujo assunto abordado foi o “aperfeiçoamento do modelo político brasileiro”, Antônio Mariz, que havia sido eleito deputado federal pela ARENA em 1978, já aparece como filiado ao Partido Popular (PP/PB)

e postulante ao cargo de governador do Estado. Sobre João Agripino, é informado que apoiava Mariz, mas que ainda não havia se decidido quanto a qual partido iria filiar-se, tendo em vista que a nova Lei Orgânica dos Partidos havia sido editada em dezembro de 1979¹³⁶ (ARE_ACE_1516_80. Fundo SNI – Agência Recife).

A efetivação da candidatura de Antônio Mariz ao cargo de Governador da Paraíba foi informada em outro documento, a INFORMAÇÃO Nº 321/115/ARE/81, de 4 de dezembro de 1981, pertencente ao ACE Nº 3076/81. Informou-se que o “PMDB/PB aliou-se ao PP/PB, na indicação de nomes para a composição da chapa às eleições majoritárias”, sendo a chapa para o executivo estadual composta por Antônio Mariz do PP para governador e Mário Silveira para vice-governador (ARE_ACE_3076_81. Fundo SNI – Agência Recife).

Por fim, ainda temos o ACE Nº 3111/81, em que a APRECIÇÃO Nº 001/115/ARE/81, de 16 de dezembro de 1981, trata justamente do processo de incorporação do PP ao PMDB nos Estados da área e, informou-se mais uma vez sobre a candidatura de Mariz ao Governo da Paraíba (ARE_ACE_3111_81. Fundo SNI – Agência Recife).

De forma geral, estes documentos nos apresentam um movimento que se desenvolveu no interior do campo político partidário paraibano: o processo de afastamento de João Agripino e de Antônio Mariz do partido situacionista, constituindo a chamada dissidência arenista. Ou seja, antes mesmo de efetivado o retorno do pluripartidarismo, o SNI já possuía informações de como políticos do partido governista pretendiam atuar no novo cenário partidário. Assim, o que vimos acima foi o relato informacional das atividades de vigilância do SNI aplicadas ao conhecimento prévio do campo político, fornecendo assim à ditadura, todas as informações possíveis para as ações do governo militar e de seus aliados em uma nova configuração do campo político partidário.

Retornando à análise da vigilância individual do SNI a políticos paraibanos governistas, outro nome que chama atenção entre os documentos pesquisados é Joacil de Brito Pereira. Este desempenhou papel bastante importante dentro da ARENA e do PDS paraibanos, sendo apontado por Monique Cittadino (2006, p. 122) como “um dos udenistas mais aguerridos e profundamente vinculado ao esquema “revolucionário”.

Joacil de Brito foi eleito deputado estadual pela UDN por dois mandatos, em 1958 e 1962, neste último, foi o autor do projeto que promoveu em 7 de abril de 1964 a cassação de parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, sob a acusação de serem

¹³⁶ Sobre a nova Lei Orgânica dos Partidos, ver tópico 1.1 do primeiro capítulo.

“subversivos”. Como integrante do chamado “Grupo da Várzea”¹³⁷, Joacil foi um dos organizadores do golpe civil-militar no Estado da Paraíba. Após a instalação da ditadura militar, foi eleito deputado federal em 1978 pela ARENA e em 1982 pelo PDS, mandatos nos quais desempenhou importante papel votando a favor de projetos do governo federal na Câmara Nacional.¹³⁸

Dentre os políticos situacionistas identificados no Fundo SNI – Agência Recife, Joacil de Brito Pereira é o que constatamos possuir o maior número de ACEs, ao todo identificamos cinco que informam especificamente sobre o político: ACE Nº 085/79, ACE Nº 4045/83, ACE Nº 4455/83, ACE Nº 4560/83, ACE Nº 5446/83. Destes, quatro merecem exposição individual e detalhada.

É o caso do ACE Nº 4045/83 formado pelo INFORME Nº 23/15/ARE/83 de 3 de janeiro de 1983. O dado mais importante deste documento é o prontuário que comunica como seu anexo, o Nº 00885. Este é constituído por informações com datas de inserção entre 1966 e 1979, com fontes diversas: a ARE do SNI, o DPF da Paraíba e a 7ª CJM, além de notificar a existência e encaminhar um segundo prontuário (Nº 0209) e uma “Fôlha Registro” da ARE/SNI (ARE_ACE_4045_83. Fundo SNI – Agência Recife).

Os dados mais interessantes informados acerca de Joacil de Brito no ACE Nº 4045/83, dão conta do político como

rebelde e acomodadício, ataca e ao mesmo tempo elogia seus adversários, isto para usufruir vantagens. Tentou demagógicamente obter a maioria dos votos para decretar o impeachment contra o Governador Pedro Moreno Gondim, a fim de impressionar as autoridades militares revolucionárias (1964) (ARE_ACE_4045_83. Fundo SNI – Agência Recife).

No prontuário Nº 00885, as informações versam acerca de três assuntos principais: os cargos ocupados por Joacil na vida pública; seus desentendimentos com políticos e membros das forças policiais locais; e entrevistas e falas de Joacil contra ações da polícia paraibana. Merece destaque uma informação de agosto de 1978, oriunda da ARE do SNI, onde consta que o político “faz parte de um grupo de arenistas que pretende criar um novo Partido, que

¹³⁷ Grupo composto por grandes latifundiários paraibanos que tinham suas terras destinadas principalmente para o plantio da cana de açúcar, localizadas ao longo do rio Paraíba. Tal conjunto de proprietários rurais dominava o cenário econômico na Paraíba e era uma importante força política na região que atuavam. Com a criação das Ligas Camponesas, entre o final dos anos 1950 e início dos 1960, os conflitos entre os camponeses e os latifundiários do Grupo da Várzea se agravam, gerando conflitos físicos entre os mesmos. Sobre o Grupo da Várzea, ver: TARGINO, Ivan; MOREIRA Emilia; MENEZAS, Marilda. As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas. **Revista Ruris**, v. 5, nº 01, março 2011.

¹³⁸ Eleito deputado estadual pela UDN em 1958 e 1962; deputado federal pela ARENA em 1978 e reeleito para o cargo em 1982 pelo PDS. Disponível em: http://inter04.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=1945:2:::NO:RP:P0_HID_MOSTRA:S Acesso: abril de 2019.

terá orientação centrista (...)” (ARE_ACE_4045_83. Fundo SNI – Agência Recife). Este documento expõe a existência de uma suspeita quanto às reais intenções políticas de Joacil de Brito Pereira, haja vista que, como vimos, ele era considerado um “rebelde”.

O ACE Nº 4455/83, por sua vez, é constituído pelo JUÍZO SINTÉTICO Nº 044/15/ARE/83 de 7 de abril de 1983, este último, criado em referência a um TELEX da Agência Central do SNI de 13 de janeiro do mesmo ano (TX Nº 07/15/AC/83). No juízo sintético, Joacil de Brito é caracterizado da seguinte forma: “integrado às instituições vigentes”, de “tendência ideológica governista” e sem possuir “antecedentes de atividades subversivas” (ARE_ACE_4455_83. Fundo SNI – Agência Recife).

Cabe esclarecer que todo juízo sintético é composto por um item específico de “antecedentes”, onde são informadas as principais ações, envolvimento e cargos políticos da pessoa sobre quem o documento se refere, trata-se de um resumo do que se sabe sobre as atividades políticas do indivíduo. No caso de Joacil de Brito, identificamos que as informações dispostas neste item de seu juízo sintético, foram retiradas do prontuário presente no ACE Nº 4045/83 apresentado acima, ou seja, trata-se da circulação de relatos informacionais em mais de um tipo documental.

Outro documento a ser destacado é o ACE Nº 4560/83, formado apenas pelo INFORME Nº 323/15/ARE/83 de 15 de abril de 1983. No referido informe, comunica-se a respeito de um pronunciamento de Joacil, então deputado federal do PDS/PB, no qual este teria defendido a legalização do PCB e o ressurgimento da UNE, “por achar que “esta representa a classe estudantil brasileira e, por isso, deve ser restaurada, sem que isso implique em movimentos de violência ou revanchismo que ensejem a perturbação da ordem pública.” (ARE_ACE_4560_83. Fundo SNI – Agência Recife). Com relação ao PCB, consta que Joacil de Brito teria declarado o seguinte:

“a abertura política não pode discriminar ideologias de esquerda ou de direita.” E continuou “legalizar o PCB é um ato de justiça, porque as idéias devem ser respeitadas e o que deve ser proibido pelo Governo é a subversão e a desordem pública existentes.” Para ele, “a normalização das atividades dos chamados partidos clandestinos, os conduzirá à prática institucional tornando-os mais aptos à convivência democrática.” (ARE_ACE_4560_83. Fundo SNI – Agência Recife).

Finalizando a exposição dos ACEs específicos sobre Joacil de Brito, temos o Nº 5446/83, constituído pelo ENCAMINHAMENTO Nº 1038/15/ARE/83 de 24 de agosto de 1983. Tal documento trata de uma entrevista concedida por Joacil no “seminário O MOMENTO, edição de 25 de FEV à 03 de MAR 79, do Estado da Paraíba.”

(ARE_ACE_5446_83. Fundo SNI – Agência Recife).

A referida entrevista é exposta neste ACE na íntegra, de forma que pudemos identificar que partes específicas da mesma constam grifadas, trechos em que Joacil declara posicionamento frente alguns temas políticos importantes do período, como veremos nas citações. Assim, temos que os entrevistadores “Miranda Sá, Jurema Filho e Jório Machado”¹³⁹, questionaram Joacil acerca de questões tanto da política nacional quanto estadual. Foram abordados temas delicados para políticos governistas, como por exemplo: anistia, bipartidarismo, apoio à “revolução”, cassações de mandatos políticos, conflitos de terras, ação da Igreja Católica, etc (ARE_ACE_5446_83. Fundo SNI – Agência Recife).

Em geral, Joacil se posiciona em defesa da “Revolução de 1964”, inclusive, quando questionado se participaria novamente da mesma, afirmou que sim e completou: “Todos os que fizeram a revolução, sejam civis ou militares, naquela primeira hora, entenderam que a revolução foi um mal necessário para salvar o país de uma anarquia reinante (...)” (ARE_ACE_5446_83. Fundo SNI – Agência Recife). Contudo, em alguns trechos Joacil menciona que no caminho da “Revolução” ocorreram alguns “desvios”, citando como exemplos o destino dado à Carlos Lacerda e a decretação do AI-5. Sobre estas questões, consta o seguinte trecho:

Mas não se pode negar os desvios, por exemplo, o AI-5. O AI-5 foi uma coisa terrível! Foi uma revolução feita dentro da própria revolução, radicalizando cada vez mais aquelas linhas... Por que o Castelo Branco queria reconstitucionalizar o país, a promover todas as diligências necessárias para dar uma Constituição ao país e no final das contas veio o imprevisível... Veio também uma radicalização muito grande dos anti-revolucionários, dos contestadores, isso tudo precipitou os acontecimentos e às vezes os acontecimentos levam o indivíduo ou os indivíduos a cometer atos que jamais esperariam cometer! Então houve desvios, mas a obra da revolução, eu quero exaltar isso, a abertura é uma obra da revolução! A abertura que tem se fazendo no país... Então, se criticar a revolução, e eu critiquei a revolução enquanto tive um mandato critiquei diversas vezes... Quando o ex-prefeito Newton Rique foi cassado, a única voz que se levantou na Assembléia para manifestar um protesto um protesto pálido, é verdade, mas um protesto de um homem de província sem grandes repercussões lá fora... Eu achei que era meu dever protestar contra aquilo. Quis até pedir explicação ao comando revolucionário... Porque eu não entendia que esse homem fosse comunista nem corrupto, e achava que a Paraíba não tinha como receber, como entender aquele ato. (...) (ARE_ACE_5446_83. Fundo SNI – Agência Recife).

O posicionamento assumido acima por Joacil é compreensível se lembrarmos de sua

¹³⁹ Trabalhavam no chamado seminário O MOMENTO, que foi fundado por Jório de Lira Machado em 1973, tendo lançado seu primeiro número em 31 de dezembro daquele ano. Sobre O MOMENTO, ver: ARAÚJO, Fátima. **História e ideologia da imprensa na Paraíba**. João Pessoa: A União Editora, 1983, p. 126-131.

trajetória política iniciada na UDN. Por mais que o político fosse fielmente favorável ao golpe civil-militar em 1964, sendo inclusive um dos mais fervorosos participantes e apoiadores dos acontecimentos repressivos praticados na Paraíba contra os camponeses e os políticos de vinculação com a esquerda, Joacil era um seguidor de Carlos Lacerda, como deixa claro ao dizer: “sempre fui Lacerdista” (ARE_ACE_5446_83. Fundo SNI – Agência Recife). Ou seja, Joacil compunha um grupo de políticos que acreditava que a presença dos militares no poder era necessária para se realizar a “limpeza dos comunistas” e, após este processo, o poder deveria ser devolvido aos civis, aos políticos profissionais, entendendo que a figura de Carlos Lacerda era o mais preparado para liderar estes políticos, de sua maioria da UDN.

Contudo, políticos, sejam da oposição ou não, não eram vistos com bons olhos pelos militares que compunham os órgãos de repressão, tanto de segurança quanto de informações. Em 1983, já havia iniciado o processo de “abertura” e, como vimos no capítulo anterior, os militares “duros”, alocados em sua maioria na comunidade de informações, estavam receosos sobre qual seria o seu destino e buscavam toda oportunidade possível para demonstrar que o “comunismo”, “o inimigo interno” ainda estava atuando no país e por isso ainda era um perigo.

Nesse sentido, podemos compreender que o pronunciamento de um político do PDS como Joacil de Brito Pereira, que como vimos já era alvo de suspeição, também fosse observado pelo Serviço, ainda mais se levarmos em conta os temas presentes nesta entrevista, como por exemplo, a questão da anistia, sobre a qual consta:

JUREMA FILHO - Assim, você é favorável à anistia?

JOACIL PEREIRA - Sim, a anistia ampla. Não irrestrita.

JÓRIO - Como?

JOACIL PEREIRA - Se é com relação aos políticos, eu acredito que a anistia deve ser abrangente, ampla nesse sentido... Não deve contemplar, por exemplo, um terrorista, o homem que praticou um crime...

JÓRIO - Más se foram punidos por atos de excessão?

JOACIL PEREIRA - Mas praticou um crime comum, não um crime político.

JÓRIO - Mas ele não respondeu o seu ato na justiça comum onde seria dado um tratamento de criminoso comum...

JOACIL PEREIRA - Mas ele praticou um crime contra a segurança nacional... Então já não é aquele negócio do processo sumário ele foi processado regularmente e condenado. Teve direito à defesa, teve advogado, teve tudo. Porque o indivíduo, por ser comunista ou revoltado contra a sociedade, invade a minha casa para destruí-la, ou matar os meus filhos, porque eu progredi um pouco na vida, nós não podemos coonestar esse processo. Então eu defendo a anistia que então será a anarquia generalizada. Ampla, mas para os presos políticos, os exilados políticos, os cassados pelos instrumentos de excessão quer dizer, temos que por uma limitação na própria palavra ampla. A anistia é um instituto eminentemente de perdão político, então se vocês me perguntarem, a anistia deve alcançar Arraes, sim, Brizola,

sim, Abelardo Jurema, sim, José Joffily, sim, Seixas Dória, sim, Luiz Carlos Prestes, sim, esses são criminosos políticos.... Considerados criminosos políticos, ou punidos em função de seu ideal político. Estes devem ser alcançados pela anistia (ARE_ACE_5446_83. Fundo SNI – Agência Recife).

Assim, o entendimento de Joacil de Brito a respeito da anistia política é correspondente ao dos militares. Compreende como crime político atos de protesto praticados por políticos profissionais contra o regime estabelecido pelos militares, assim, aqueles que porventura fossem “comunistas” e tivessem praticado “crime contra a segurança nacional”, não deveriam ser anistiados. Ou seja, o regime impunha repressão por caráter político e ideológico a indivíduos, contudo, este mesmo regime não podia/deveria lhe conceder a anistia política. Como sabemos, para os militares e seus apoiadores a política de uns valia mais que a de outros.

Outro tema presente na entrevista e que merece destaque é a questão do bipartidarismo, sobre a qual Joacil ponderou o seguinte:

Eu acho que a democracia só se verifica com a existência dos partidos, e o pluripartidarismo. Onde houver um partido só não há democracia... pode haver democracia com o bipartidarismo, mas isso tem sido muito difícil. Mesmo os estados mais civilizados... (...) Eu defendo a idéia da extinção dos atuais partidos por uma razão muito simples, são forças heterogêneas, miscelâneas, um verdadeiro saco de gatos... para a Arena foram os udenistas, muitos pessedistas, que quiseram continuar a sombra do poder, alguns trabalhistas, uma minoria de trabalhistas que também ficaram bafejados pelo poder, não quiseram ficar por baixo... foram revolucionários e indivíduos que diante do fato consumado, se disseram revolucionários e, vamos ficar no poder. Para o MDB foram os anti-revolucionários ou aqueles até que aceitaram a revolução como um mal necessário, mas que por constrangimento, não aderiram... Então temos essa miscelânea, contestadores, radicais, revolucionários, e anti-revolucionários... são forças heterogêneas. Esses partidos foram criados de cima para baixo, por decreto, e os partidos não devem ser criados assim. Os partidos não devem ser nem aglomerados de áulicos, de bajuladores, de aproveitadores, nem tampouco de contestadores radicais. Devem se constituir de homens que se afinem pelas mesmas idéias, pelos princípios e até pelas incompatibilidades regionais... (...). Ninguém é obrigado a entrar num partido, mas quando entre deve se submeter à linha do partido, divergir dentro do partido, melhorar o programa do partido, ir à rua unido. Nas últimas eleições eu fiquei dentro da Arena com sérias incompatibilidades, mas eu fiquei porque aceitei a decisão da maioria do partido. É difícil a gente se situar quando há só dois partidos... (ARE_ACE_5446_83. Fundo SNI – Agência Recife).

Pelos trechos citados da entrevista concedida por Joacil de Brito em 1979, percebemos que o político apresentava um discurso de certa forma em consonância com as grandes questões da ditadura, como o apoio à “Revolução de 64” e a anistia proposta pelo governo federal. Contudo, em relação a temas mais restritos ao campo político, como a questão do

sistema político partidário e as próprias legendas, o discurso de Joacil deixa transparecer um certo descontentamento com a situação, frisando inclusive, suas “sérias incompatibilidades” com o partido governista, sem que seja matéria de nossa análise reconhecermos estas possíveis “incompatibilidades” em suas ações políticas práticas.

De maneira geral, o que os ACEs sobre Joacil de Brito Pereira aqui discutidos nos permitem identificar é justamente o alcance da suspeição do SNI e demais OIs. Mesmo um político que desempenhou papel tão importante em favor do golpe civil-militar de 1964 como Joacil, estava no radar de vigilância do SNI. Assim, Joacil é um clássico exemplo de uma relação baseada no ditado “*Trust, but verify*”.

Seguindo nossa exposição dos documentos que nos relatam a vigilância do Serviço Nacional de Informações, temos que o segundo político governista com maior número de ACEs no Fundo SNI – Agência Recife, é Tarcísio de Miranda Burity¹⁴⁰, sobre o qual temos: ACE Nº 1208/80, ACE Nº 4453/83, ACE Nº 4561/83 e ACE Nº 5601/83.

A carreira de Burity em cargos eletivos iniciou-se em 1979, quando foi eleito indiretamente pela ARENA para o seu primeiro mandato como governador da Paraíba até 1982, ano em que ainda elegeu-se deputado federal pelo PDS. Em 1987 retornou ao executivo do estado, agora pelo PMDB, permanecendo no cargo até o ano de 1991.¹⁴¹

Assim, temos que o ACE Nº 1208/80, é constituído por um documento tipo encaminhamento datado de 14 de agosto de 1980 e com difusão para a Agência Central do SNI. Versando acerca de uma entrevista¹⁴² do “governador Tarcísio de Miranda Buriti ao “Diário de Pernambuco” (ARE_ACE_1208_80. Fundo SNI – Agência Recife), o documento comunica um resumo do que Burity teria declarado:

1. Crítico a realidade do federalismo brasileiro, relativa as dificuldades encontradas pelos Estados e Municípios face a legislação tributária.
2. Opinião pessoal do Governador sobre o relacionamento entre a Igreja e o Governo da Paraíba, em desacordo com a realidade, dotadamente no que se refere a solução do problema de Alagamar (ARE_ACE_1208_80. Fundo SNI – Agência Recife).

Já no ACE Nº 4453/83, repete-se uma estrutura documental idêntica ao ACE Nº 4455/83 que vimos acima informando sobre Joacil de Brito Pereira: juízo sintético enviado a Agência Central em referência a um TELEX¹⁴³ da mesma. No caso agora, trata-se do

¹⁴⁰ A grafia do nome Burity aparece as vezes com y ao final e as vezes com i, Buriti.

¹⁴¹ Dados do Tribunal Regional Eleitoral. Disponível em: http://inter04.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=1945:2:::NO:RP:P0_HID_MOSTRA:S Acesso: abril de 2019.

¹⁴² O recorde de jornal com a entrevista encontra-se em estado ilegível.

¹⁴³ Mesmo TELEX referenciado no juízo sintético de Joacil de Brito Pereira.

documento JUÍZO SINTÉTICO Nº 042/15/ARE/83 de 7 de abril de 1983, com prontuário de Tarcísio de Miranda Burity em anexo. No “juízo sintético”, Burity é caracterizado com “tendência ideológica democrata”, “integrado quanto às instituições vigentes” e “não registra antecedentes de atividades subversivas” (ARE_ACE_4453_83. Fundo SNI – Agência Recife).

Seu prontuário, constituído por informações com datas de inserção desde 1973, destaca os cargos assumidos por Burity e entrevistas e pronunciamentos seus à imprensa. Em informação com data de inserção 28 de abril de 1975, comunica-se que consta em anexo ao prontuário o “Curriculum Vitae e coleta de dados para confecção da Ficha Conceito do nominado”, dados estes que teriam sido “colhidos pela Agência Recife do SNI” (ARE_ACE_4453_83. Fundo SNI – Agência Recife). Ou seja, já em 1975, quando Tarcísio Burity ainda era apenas advogado e professor universitário, figurando também em cargo da Secretaria de Educação do Estado, o SNI considerou importante elaborar um “conceito” sobre o mesmo, ou seja, conhecê-lo e interpretá-lo.

Segundo informação inserida no prontuário em 16 de dezembro de 1977, o conhecimento da Agência Recife do SNI acerca de Tarcísio Burity, permitiu que a referida agência respondesse ao TELEX Nº 19.926/74/AC/77 de 18 de novembro daquele mesmo ano, informando que “o nominado não registra antecedentes negativos na área” (ARE_ACE_4453_83. Fundo SNI – Agência Recife). Assim, observando estas duas últimas informações, podemos inferir que OIs já exerciam uma certa vigilância sobre Burity desde 1975, tendo em vista que já existia inclusive uma “Ficha Conceito” acerca do mesmo. Provavelmente esta situação facilitou o comunicado de ausência de registros negativos sobre Burity.

Como já dissemos, em 1979 Tarcísio Burity venceu eleição para governador do Estado da Paraíba pela ARENA e, nem mesmo ocupando este cargo, o advogado esteve livre da vigilância do SNI. Seu prontuário ainda apresenta dez informações inseridas entre anos que Burity estava à frente do executivo estadual, especificamente informações com datas de 1979 a 1981. Estas comunicam tanto sobre outros documentos em que o governador seria abordado, como também relatam situações específicas da Paraíba, por exemplo: desaprovação de Burity à postura da Arquidiocese do Estado quanto aos conflitos de terra no interior; relação entre o governador e a SUDENE; criação da Secretaria de Comunicação Social no governo estadual; e novamente entrevistas e pronunciamentos de Tarcísio Burity (ARE_ACE_4453_83. Fundo SNI – Agência Recife).

Um terceiro documento sobre Tarcísio de Miranda Burity, é o ACE Nº 4561/83, constituído pela INFORMAÇÃO Nº 054/15/ARE/83 de abril de 1983. Tal documento é formado por cinco tópicos de informações a respeito de supostas ações e discursos de Burity, quando nos cargos de governador da Paraíba (ARENA) e posteriormente deputado federal (PDS/PB). Trata-se de ações e discursos que de alguma forma não eram positivados pelo SNI, por exemplo, críticas do então ex-governador a posições do governo federal; indicações de apoio a causas democráticas e sociais. O documento também faz novamente referência à entrevista concedida por Burity ao “Diário de Pernambuco” (ARE_ACE_4561_83. Fundo SNI – Agência Recife).

O teor das informações que compõem o documento e a difusão do mesmo para a Agência Central do SNI, nos indicam que a função deste documento seria informar sobre uma série de posicionamentos de Tarcísio Burity que não seriam de concordância com a visão do Serviço, e que poderiam significar problemas para com futuras ações do político. Nesse sentido, vale destacarmos alguns trechos do documento:

- No dia 6 MAR 83 declarou a "O NORTE", de JOÃO PESSOA-PB, que o futuro Presidente da República deve ser uma pessoa profundamente comprometida com as causas democráticas e populares. Disse ainda que as reivindicações da Região Nordeste devem ser feitas através dos parlamentares, independente de vinculação partidária. É favorável a criação do Grupo Parlamentar Nordestino, como fórmula de se prestigiar os políticos. É seu propósito desencadear um movimento em defesa do Nordeste, na Câmara, porque não aceita o tratamento ora dispensado pelo Governo Federal à Região.
- Em recentes declarações à imprensa ("O NORTE", dia 7 ABR 83) declarou que o Governo Federal não pode estar preocupado apenas com o pagamento da dívida externa, esquecendo os problemas sociais do País (referindo-se aos últimos acontecimentos verificados em SÃO PAULO-SP), acrescentando que a situação nacional, socialmente, é insustentável (ARE_ACE_4561_83. Fundo SNI – Agência Recife. Grifos nossos.).

Vemos acima que o documento chama atenção para discordâncias de Burity com políticas implementadas pelo governo federal, seja no campo político ou econômico. Em outro momento, o discurso do documento configura-se claramente como uma crítica do SNI às indicações de Tarcísio Burity para cargos no governo, como podemos observar pelo trecho abaixo:

3. Ainda em 1980, nomeou para o cargo de Secretário de Planejamento e Coordenação Geral do Estado, o comunista GERALDO DE JESUS MUNIZ DE MEDEIROS, que fora indiciado em IPM/PB como pertencente ao Comité Estadual do PCB, com base em documentação apreendida na sede do CE/PCB/PB.
- Por ocasião da escolha do secretariado do atual governo estadual, BURITY impôs o aproveitamento de GERALDO MEDEIROS na Secretaria de

Finanças, o que não se concretizou, mas conseguiu sua nomeação para a Presidência do BANCO DO ESTADO DA PARAÍBA – PARAIBAN.

- Contratou ALFREDO FERRETTI LUGO, nicaraguense, lotando-o na Secretaria de Planejamento, com apoio de GERALDO MEDEIROS, colocando-o no entanto a disposição do SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO SINE/PB. No desempenho de suas funções, LUGO participou de reuniões da ORGANIZACAO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT, em GENEVRA – SUIÇA, e visitou a GUINÉ-BISSAU.

4. Em 30 ABR 81 designou o comunista SÍLVIO PÉLICO PORTO para o cargo de desembargador do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA. SÍLVIO PÉLICO acompanhou LUIZ CARLOS PRESTES a uma audiência com o ex-Governador PEDRO MORENO GONDIM, e anos antes tomou parte numa reunião em RIO TINTO-PB, com líderes comunistas, na qual foi aprovada moção ao TSE, pedindo o registro do PCB (ARE_ACE_4561_83. Fundo SNI – Agência Recife. Grifos nossos.).

Por fim, observamos o ACE Nº 5601/83, constituído pela INFORMAÇÃO Nº 216/15/ARE/83 de 27 de outubro de 1983, comunicando à Agência Central do SNI acerca do assunto: “Tarcísio de Miranda Burity sempre contrário à linha do governo federal”. O documento inicia-se informando que o “ex-Governador da PARAÍBA e atual Deputado Federal TARCÍSIO DE MIRANDA BURITY, ao longo de sua carreira política, vem-se posicionando contrário à linha adotada pelo Governo Federal” (ARE_ACE_5601_83. Fundo SNI – Agência Recife).

O documento elenca narrativas de fatos que o Serviço entende como contrários ao executivo federal, a maioria deles inclusive, são repetidos do documento que expomos anteriormente, mas agora são acrescidos de novas informações, como por exemplo, pronunciamentos de Burity à imprensa onde este teria “criticado sistematicamente a política do Governo Federal” no que tange o tratamento ao Nordeste. Também informa que quando ocupava o cargo de deputado federal da Paraíba pelo PDS, Tarcísio de Miranda Burity, “Nas recentes decisões do Congresso Nacional, destacou-se na articulação da resistência à aprovação dos projetos do Governo” (ARE_ACE_5601_83. Fundo SNI – Agência Recife).

Desta forma, entendemos que este ACE Nº 5601/83, representa a conclusão de uma linha interpretativa do SNI sobre Tarcísio de Miranda Burity. Vimos que a vigilância ou a busca por informações sobre o advogado iniciou-se quando o mesmo ainda não ocupava cargos eletivos, naquele momento constituía-se uma “Ficha conceito” sobre Burity e informava-se que ele não possuía registros negativos. Em um segundo momento, mantendo-se as atividades de vigilância, agora sobre um representante político, informava-se acerca de suas ações e posicionamentos no campo político, alertando sobre críticas pontuais ao governo federal. Por fim, vimos a compilação interpretativa destas críticas de modo a criar um discurso de que Burity colocava-se sempre contrário ao executivo federal.

Assim, o que observamos nestes documentos foi a narrativa do afastamento de Tarcísio Burity do partido governista. Afastamento este, que foi comunicado pelo SNI no ACE Nº 6371/84, constituído pelo documento APRECIACÃO Nº 022/15/ARE/84, de 30 de agosto de 1984, que versa sobre as “tendências de votação dos integrantes do colégio eleitoral”. Neste documento, informa-se que no período da convenção nacional do PDS, o então deputado teria formalizado seu “pedido de desligamento do Diretório Nacional do PDS” (ARE_ACE_6371_84. Fundo SNI – Agência Recife) – Vide Figura 3.

Este documento citado acima também é importante porque demonstra uma preocupação do SNI com a organização futura do campo político brasileiro, especialmente no que se refere ao comando do executivo federal. Assim, é citado como observação no documento, que “por sua constante mobilidade, os dados dos Quadros em Anexo não devem ser implantados” (ARE_ACE_6371_84. Fundo SNI – Agência Recife).

Figura 5 – Quadro de tendência de votação dos prováveis representantes da Paraíba no colégio eleitoral

COMPOSIÇÃO DO COLÉGIO ELEITORAL	CARGO POLÍTICO	SIGLA PART.	TENDÊNCIAS	OBSERVAÇÕES
- HUMBERTO LUCENA	SEN	PMDB	TANCREDO(2)(3)	1. Dado obtido do próprio representante do Colégio.
- MARCONDES GADIELHA	SEN	PDS	INDEFINIDO	2. Dado obtido da imprensa
- MILTON CABRAL	SEN	PDS	MALUF(3)	3. Dado obtido de terceiros
- ADAUTO PEREIRA	DEP FED	PDS	MALUF(1)(2)(3)	4. Integra a FRENTE LIBRE
- ALUIZIO CAMPOS	DEP FED	PMDB	TANCREDO(2)(3)	
- ALVARO GAUDÊNCIO	DEP FED	PDS	MALUF(2)(3)	
- ANTONIO OMES	DEP FED	PDS	MALUF(1)(2)(3)	
- CARNEIRO ARNAUD	DEP FED	PMDB	TANCREDO(3)	
- EDME TAVARES	DEP FED	PDS	MALUF(3)	
- ERNANI SÁTYRO	DEP FED	PDS	MALUF(1)(2)(3)	
- JOACIL PEREIRA	DEP FED	PDS	MALUF(1)(2)(3)	
- JOÃO AGRIPINO	DEP FED	PMDB	TANCREDO(2)(3)	
- JOSÉ MARANHÃO	DEP FED	PMDB	TANCREDO(3)	
- RAYMUNDO ASFORA	DEP FED	PMDB	TANCREDO(2)(3)	
- TARCÍSIO BURITY (4)	DEP FED	PDS	TANCREDO(3)	
- AFRÂNIO ATHAIDE	DEP EST	PDS	MALUF(3)	
- EGÍDIO MADRUGA	DEP EST	PDS	MALUF(3)	
- JOÃO RIBEIRO	DEP EST	PDS	MALUF(3)	
- JOSÉ MADRUGA	DEP EST	PDS	MALUF(3)	
- NILO FEITOSA	DEP EST	PDS	MALUF(3)	
- VANI LEITE BRAGA	DEP EST	PDS	MALUF(3)	

SINOPSE

MALUF	13
TANCREDO	7
INDEF.	1
SOMA	21

CONFIDENCIAL

Fonte: ARE_ACE_6371_84. Fundo SNI – Agência Recife. Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba – Fundação Casa José Américo.

Podemos inferir que a conclusão apresentada pelo SNI, de que Tarcísio Burity teria somado críticas ao governo ao longo dos anos, decorre justamente das informações obtidas mediante a continuidade das atividades de vigilância ao político. Vigilância esta, que teve

início ainda na época de professor universitário e lhe rendeu a produção de um prontuário no Serviço Nacional de Informações. De tal modo, novamente podemos perceber que a vigilância do SNI originou discursos de suspeição em seus documentos. No caso de Tarcísio Burity, não necessariamente a suspeita ideológica, mas principalmente a dúvida quanto às suas ações político-administrativas quando no exercício do mandato como governador da Paraíba, e suas opiniões quanto às políticas do executivo federal.

Ao longo de seu período à frente do Estado da Paraíba, Burity não foi blindado da vigilância do SNI, seu governo foi observado e suas ações foram, assim como no caso de João Agripino, observadas sob o prisma das suspeições estudadas e instrumentalizadas pelo/no Serviço. Se compararmos os discursos dos ACEs expostos acima acerca de Tarcísio Burity, vemos que ocorreu uma mudança nos relatos: de “integrado quanto às instituições vigentes”, em juízo sintético de 7 de abril de 1983, as informações sobre Burity mudaram para “Tarcísio de Miranda Burity sempre contrário à linha do governo federal”, em documento de 27 de outubro de 1983. Ou seja, em um curto espaço de tempo ocorreu uma mudança de entendimento do SNI acerca do significado dos posicionamentos de Burity. Assim, o último documento destacado por citar Tarcísio Burity, o “Quatro de tendência de votação dos prováveis representantes da Paraíba no colégio eleitoral”, evidencia justamente um dos usos das informações obtidas mediante vigilância, o conhecimento prévio das ações e intenções de integrantes do campo político.

Finalizamos nossa exposição e análise sobre a vigilância do Serviço Nacional de Informações à políticos de partidos governistas com dois Arquivos Cronológicos de Entrada que informam sobre uma coletividade, neste caso, comunicam sobre mais de um político da ARENA. Trata-se dos ACEs Nº 815/80 e Nº 976/80, onde em ambos seus documentos principais são encaminhamentos formulados em resposta a um TELEX da Agência Central do SNI datado de 13 de dezembro de 1978 (TLX CIRC Nº 094/15/AC/78), solicitando juízo sintético de políticos da ARENA/PB eleitos para a Câmara Federal em 15 de novembro de 1978. Ou seja, a Agência do SNI na capital federal solicitou informações sintetizadas sobre políticos do partido situacionista que passaram a legislar no Congresso Nacional.

Assim, no ACE Nº 815/80, seu documento principal ENCAMINHAMENTO Nº 0531/115/ARE/80, de 15 de fevereiro de 1980, comunica os juízos sintéticos e prontuários de

Ademar Pereira Vieira¹⁴⁴ e Álvaro Gaudêncio de Queiroz Filho¹⁴⁵ (ARE_ACE_815_80. Fundo SNI – Agência Recife).

Dentre as informações contidas no juízo sintético de Ademar Pereira, consta a seguinte caracterização do político: posição ideológica democrata; integrado à “Revolução de 31 de março de 1964”; não possui registros de atividades subversivas; há registros positivos de sua probidade administrativa; apresenta boa conduta civil (ARE_ACE_815_80. Fundo SNI – Agência Recife).

No que se refere ao prontuário de Ademar, este apresenta informações com datas de inserção entre 1974 e 1979, destacando-se os seguintes dados: segundo o 1º Grupamento de Engenharia, em informação de 11 de novembro de 1974, Ademar seria ligado ao “Grupo Ernaniista”; no tocante ao chamado “conceito político-social” do deputado, a Agência Recife do SNI, em 02 de julho de 1975, “ainda não se tem o conceito formado pelo nominado, em virtude de ser a sua primeira atividade política”; em informação de 14 de setembro de 1978, consta que “o nominado faz parte de um grupo de arenistas que pretende criar um novo Partido, que terá orientação centrista” (ARE_ACE_815_80. Fundo SNI – Agência Recife).

No caso do juízo sintético de Álvaro Gaudêncio de Queiroz Filho, o político é caracterizado da seguinte forma: posição ideológica indefinida; os registros não permitem opinião conclusiva quanto sua atitude frente à “Revolução de 31 de março de 1964”; não apresenta registros de atividades subversivas; apresenta registros negativos quanto a probidade administrativa; deputado sem grande atuação profissional; existência de registros negativos quanto a sua conduta civil, sendo acusado de fraudes eleitorais. Com relação ao prontuário de Álvaro Gaudêncio, este conta com informações inseridas entre 1967 e 1979 e, já em seu cabeçalho, o político é classificado como “corrupto”. Ao longo do prontuário constam informações do envolvimento do político em possíveis fraudes eleitorais e desvio de verbas (ARE_ACE_815_80. Fundo SNI – Agência Recife).

Já no ACE Nº 976/80¹⁴⁶, seu documento principal ENCAMINHAMENTO Nº 1457/115/ARE/80 de 06 de maio de 1980, comunica os juízos sintéticos e prontuários dos

¹⁴⁴ Documento JUÍZO SINTÉTICO Nº 0536/115/ARE/80 e prontuário Nº 23719 (ARE_ACE_815_80. Fundo SNI – Agência Recife). Ademar Pereira Vieira foi eleito deputado federal pela ARENA em 1974 e 1978. Disponível em: http://inter04.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=1945:2:::NO:RP:P0_HID_MOSTRA:S Acesso: abril de 2019.

¹⁴⁵ Documento JUÍZO SINTÉTICO Nº 0538/115/ARE/80 e prontuário Nº 03196 (ARE_ACE_815_80. Fundo SNI – Agência Recife). Álvaro Gaudêncio foi eleito deputado estadual pelo PDC em 1962; na década de 70 elegeu-se deputado federal pela ARENA no ano de 1970 e de 1978. Disponível em: http://inter04.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=1945:2:::NO:RP:P0_HID_MOSTRA:S Acesso: abril de 2019.

¹⁴⁶ Este documento informa sobre paraibanos e pernambucanos. Infelizmente ele se encontra com alguns dados ilegíveis.

paraibanos: Antônio da Costa Gomes¹⁴⁷, Antônio Marques da Silva Mariz¹⁴⁸, Ernani Ayres Sátyro Souza¹⁴⁹ e Wilson Leite Braga¹⁵⁰. Identificamos que todos os documentos tipo juízo sintético presentes neste encaminhamento, foram produzidos em 30 de abril de 1980.

Assim, o paraibano Antônio da Costa Gomes é caracterizado em juízo sintético da seguinte forma: posição ideológica democrata; integrado face à “Revolução de 31 de março de 1964”; sem registros de atividades subversivas; com registros negativos de probidade administrativa e de proficiência profissional (ARE_ACE_976_80. Fundo SNI – Agência Recife). Em seu prontuário, que conta com informações inseridas entre 1972 e 1979, é citado como corrupto e, segundo informação de dois de julho de 1975, oriunda da ARE/SNI:

Esta Agência remeteu a AC/SNI o conceito político-social e ideológico abaixo, referente ao nominado em cumprimento à solicitação contida no Telex Nº 101/15/AC/75, de 21.5.75:

“I) – Conceito político-social: Pertencia ao esquema político do ex-Governador Ernani Sátyro. Atua politicamente em Campina Grande e na região do Cariri. Em 1954, esteve envolvido num processo-crime por falsificação de licença para importação de automóveis, tendo sido julgada improcedente a denúncia e absolvido da acusação. É comerciante, agricultor e industrial. Não goza de bom conceito na sociedade, particularmente em Campina Grande/PB.

2) Não há registro negativo quanto a sua conduta ideológica (ARE_ACE_976_80. Fundo SNI – Agência Recife).

No juízo sintético do deputado Antônio Marques da Silva Mariz, consta que o mesmo seria da “linha ideológica marxista-leninista, um esquerdista convicto”. Com relação a “Revolução de 1964” seria um “contestador, que diz ter posição irreconciliável com o sistema vigente”, “estaria ligado a organizações camponesas, tendo sido indiciado em 1964 em IPM/PB que apurou atividades subversivas, nada sendo verificado sobre o mesmo”. Constatam ainda afirmações sobre situações que caracterizam Mariz como comunista, como por exemplo, sua participação em movimentos de contestação ao regime vigente, inclusive

¹⁴⁷ Documento JUÍZO SINTÉTICO Nº 1415/115/ARE/80 e prontuário Nº 16011 (ARE_ACE_976_80. Fundo SNI – Agência Recife). Eleito deputado federal pela ARENA em 1974 e pelo PDS em 1982. Disponível em: http://inter04.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=1945:2:::NO:RP:P0_HID_MOSTRA:S Acesso: abril de 2019.

¹⁴⁸ Documento JUÍZO SINTÉTICO Nº 1416/115/ARE/80 e prontuário Nº 006639 (ARE_ACE_976_80. Fundo SNI – Agência Recife). Eleito deputado federal pela ARENA em 1970, 1974 e 1978; em 1986 foi eleito deputado federal pelo PMDB e em 1990 senador pelo mesmo partido. Disponível em: http://inter04.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=1945:2:::NO:RP:P0_HID_MOSTRA:S Acesso: abril de 2019.

¹⁴⁹ Documento JUÍZO SINTÉTICO Nº 1417/115/ARE/80 e prontuário Nº 02987 (ARE_ACE_976_80. Fundo SNI – Agência Recife). Em 1945, 1950, 1954, 1958 e 1962 foi eleito deputado federal pela UDN; em 1966 e 1978 elegeu-se deputado federal pela ARENA. Disponível em: http://inter04.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=1945:2:::NO:RP:P0_HID_MOSTRA:S Acesso: abril de 2019.

¹⁵⁰ Documento JUÍZO SINTÉTICO Nº 1418/115/ARE/80 e prontuário Nº 00501 (ARE_ACE_976_80. Fundo SNI – Agência Recife). Em 1954 foi eleito deputado estadual pela UDN, em 1962 elegeu-se novamente para o mesmo cargo, agora pelo PSB; com a ditadura militar filiou-se a ARENA, por onde foi eleito deputado federal em quatro oportunidades: 1966, 1970, 1974 e 1978. Em 1982 foi eleito governador pelo PDS. Disponível em: http://inter04.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=1945:2:::NO:RP:P0_HID_MOSTRA:S Acesso: abril de 2019.

proferindo discursos; bem como, informa sobre seu suposto apoio a legalização do PCB e a movimentos camponeses. Por fim, consta que “sua adesão a ARENA foi um ato de conveniência política, considerando seu passado” (ARE_ACE_976_80. Fundo SNI – Agência Recife).

O prontuário de Antônio Mariz é bastante extenso, e constituído por informações com data de inserção entre os anos de 1966 e 1980. Seguindo a linha do discurso do juízo sintético, logo no cabeçalho do prontuário, temos a classificação de Mariz como “comunista”, classificação esta que se repete em várias informações ao longo do prontuário (ARE_ACE_976_80. Fundo SNI – Agência Recife).

Especificamente uma das informações presentes no prontuário de Antônio Mariz é bastante interessante, pois diz respeito às próprias ações da Agência Recife. Nesse sentido, em 4 de dezembro de 1974, a ARE/SNI relatou que:

Conforme pesquisas realizadas por esta Agência sobre a falta de cooperação na última campanha da ARENA/PB, apurou-se que o nominado foi acusado de venal pelos seus colegas de Partido, que inclusive acusam de ter sido “comprado” pelo Senador/MDB, Ruy Carneiro (ARE_ACE_976_80. Fundo SNI – Agência Recife).

O que temos acima é uma indicação direta de que o Serviço observava o campo político partidário paraibano. Por se tratar do SNI, inferimos que se tratava da realização de vigilância política da ARE às atividades da ARENA/PB e, como vemos, cumpria uma dupla função: ao mesmo tempo que observava o partido como agremiação coletiva, mantendo mesmo o partido do governo sob vigilância, observava também as ações de seus integrantes.

Este prontuário de Antônio Mariz ainda nos confirma uma análise que havíamos exposto na exposição do ACE Nº 7977/82 sobre João Agripino, quando em um dos prontuários do ex-governador informa-se sobre a presença de comunistas em seu governo. Antônio Mariz é um dos citados como tal, especificamente “comunista confesso”, constando inclusive texto informativo idêntico ao deste prontuário. Assim, temos que a mesma informação sobre Mariz consta tanto em seu prontuário como no de João Agripino. Ou seja, temos evidenciadas duas situações: novamente a vigilância aos dois indivíduos políticos e, a utilização dos relatos informacionais oriundos desta vigilância em documentos de terceiros. Deste modo, vemos que uma vez necessária a criação de documentos comunicando acerca de determinado indivíduo, o Serviço recorria tanto às suas diversas agências e demais órgãos das comunidades de informações e de segurança, como também aos seus arquivos.

Passando ao juízo sintético de Ernani Ayres Sátyro Souza, temos que este é apresentado com posição ideológica democrata; “integrado face à Revolução de 1964” e sem

registros de “atividades subversivas”. Seu prontuário, por sua vez, classifica-o como “político corrupto comprador de votos”. Tal documento, composto por informações com data de inserção entre 1967 e 1979, comunica sobre conflitos de Sátyro com outros integrantes da ARENA paraibana, além de narrativas sobre casos de corrupção em que o político estaria envolvido (ARE_ACE_976_80. Fundo SNI – Agência Recife).

O último político paraibano citado no ACE Nº 976/80 é o então deputado federal pelo PDS, Wilson Leite Braga. Em seu juízo sintético Braga é classificado com posição ideológica democrata; como “oportunista face à Revolução de 1964, sendo até junho de 1975 contrário a mesma”, contudo, informa-se que “não há registros de atividades subversivas” do político. É informado ainda que “há registros negativos de probidade administrativa, inclusive de prática de corrupção e aliciamento, bem como de tráfico de influência”; informa-se também, que “teve sua ficha individual e coletiva processada para possível aplicação do AI-5” e que, “seu nível de atuação no Estado, coloca-o na posição centro-esquerda, mas atualmente dá apoio integral a Revolução de 64” (ARE_ACE_976_80. Fundo SNI – Agência Recife).

O prontuário de Wilson Braga, constituído por informações inseridas entre 1965 e 1980, o apresenta como “subversivo”. Assim, em informação com data de doze de novembro de 1965, alega que “o nominado é suspeito de ser esquerdista” e em informação de 07 de maio de 1969, consta que “é tido como suspeito de exercer dissimuladamente a pregação marxista” (ARE_ACE_976_80. Fundo SNI – Agência Recife).

Também merece destaque o conceito político-social e ideológico de Wilson Braga, comunicado em informação com data de 07 de junho de 1975:

1) Conceito político-social

Goza de grande prestígio político na região ao Vale do Piancó, tendo como principal reduto o município de Conceição, onde já se elegeu por várias vezes a custa de corrupção eleitoral. Por isto a CAI/PB (Comissão de Apuração e Investigação/PB utilizada internamente pelo 1º Gpt E Cnst) organizou um Processo de Investigação Sumária contra o mesmo, propondo ao Escalão Superior a cassação do seu mandato e suspensão dos seus direitos políticos.

2) Conceito ideológico

Foi considerado esquerdista, corrupto e contrário aos interesses da Revolução de 64. Sua ficha Individual e Coletiva foi remetida à AC, pela ARE, processada para fins de aplicação do AI-5 (ARE_ACE_976_80. Fundo SNI – Agência Recife).

Os dois ACEs expostos acima, o Nº 815/80 e o Nº 976/80, nos permitem observar que o SNI tinha conhecimento acerca dos meandros do campo político paraibano, ao ponto de compreender as disputas oligárquicas que caracterizaram as filiações partidárias dos políticos paraibanos durante a ditadura militar. O próprio Serviço realizava uma distinção ou

categorização dos políticos que estavam distribuídos nos partidos governistas, tal procedimento é evidente nos juízos sintéticos, principalmente pelos itens “atitude face à Revolução de 31 de março de 1964” (ou “atitude quanto às instituições vigentes”) e “posição ideológica”.

Assim, a categorização dos indivíduos poderia variar entre os seguintes aspectos: “integrado à Revolução” e “democrata”, “não integrado” e “democrata”, “oportunista” e “democrata”, “oportunista” e “subversivo”, “esquerdista” e “subversivo”. O embasamento para tal classificação decorria das informações colhidas mediante as atividades de vigilância aos políticos, ou seja, a observação das ações, relações políticas (e até pessoais), discursos, posicionamentos políticos, participações em eventos, etc. Tais informações poderiam ser coletadas tanto pelo SNI como por outros órgãos¹⁵¹, sendo dispostas principalmente nos prontuários dos indivíduos.

As atividades de vigilância política se completavam com a criação de tipos documentais que podiam apresentar, ao mesmo tempo, informação, análise e julgamento sobre um indivíduo. No caso específico dos políticos aqui expostos, o mais interessante é justamente a própria existência de documentos da comunidade de informações sobre os mesmos. Como vimos, trata-se de documentos complexos que comunicam situações, discursos, relações políticas, enfim, dados que são entendidos pelos OIs como importantes para se conhecer política e ideologicamente os indivíduos.

Como assinala Carla Reis Longhi (2014, p 97),

Prontuários, Solicitações de Atestados de Antecedentes, Pedidos de Busca, Encaminhamentos e Informes referiam-se ao mesmo tipo de intencionalidade – a coleta de informações sobre indivíduos, grupos ou instituições, com o intuito de formar culpa para viabilizar estratégia de controle ou excluir riscos. A diferença entre eles estava no modo de registro e catalogação (...).

Desta forma, tendo como base estes documentos analisados do Fundo SNI – Agência Recife, que se configuram como o relato informacional das atividades de vigilância política a aqueles que compunham a base partidária da ditadura, entendemos que a existência dos mesmos e a constante inserção de novas informações sobre estes indivíduos alvos da vigilância, os configura como políticos sobre os quais era necessário conhecer previamente seus posicionamentos.

¹⁵¹ Identificamos informações que tinham como fontes a Agência Central do SNI (AC/SNI), a Agência Recife do SNI (ARE/SNI), a 7ª Região Militar do Exército Brasileiro (7ª RM) que fica em Recife, o Quarto Exército (IV Ex) que também se localiza em Recife, o Departamento da Polícia Federal na Paraíba (DPF/PB), Núcleo Área de João Pessoa do SNI (NAJP/SNI) e o 1º Grupamento de Engenharia de João Pessoa (1º GPT. Eng.).

Nesse sentido, entendemos que a vigilância a estes políticos era utilizada como um instrumento para o controle deste espaço do campo político paraibano. Tendo em vista que saber (no sentido de conhecer) as ações e predisposições de políticos que figuravam na base partidária do governo, era uma forma de inferir de que maneira eles atuariam em seu exercício político legislativo ou executivo. Assim, mesmo sendo indicado pelo pesquisador Dmitri Bichara Sobreira (2016, p. 217) que a relação da ARENA paraibana “com o regime militar foi marcada pela fidelidade”, vimos aqui que o SNI não abriu mão da vigilância aos componentes deste partido e seu herdeiro, o PDS. De forma que podemos dizer que o lema dos militares para os políticos governistas era: confie, mas verifique!

2.3 Oposição vigiada: políticos do MDB e do PMDB sob os olhos do SNI

Tendo visto acima a vigilância do SNI aos políticos de partidos governistas, cabe agora analisarmos a vigilância do Serviço a políticos dos partidos que estiveram na oposição a ditadura militar, seja ela entendida como “consentida” ou não. Nesse sentido, partimos da pesquisa nos documentos do Fundo SNI – Agência Recife para analisarmos a vigilância aos políticos do MDB e do PMDB¹⁵² da Paraíba.

Observando o discurso presente nos 62 ACES do Fundo SNI – Agência Recife referentes aos políticos da oposição partidária, observamos que de forma geral, o objetivo era agrupar informações que corroborassem com o entendimento prévio dos militares de que estes políticos eram “esquerdistas”. Alguns, sobre os quais se identificava ligações com comunistas e camponeses, a classificação podia reunir também “subversivo” ou “comunista”, sendo este último o pior dos termos a ser rotulado pelos militares daquele período.

Assim, iniciamos nossas exposições e análises acerca da vigilância do SNI a políticos oposicionistas por dois ACES da Agência Recife que informam de forma coletiva, sobre políticos do MDB paraibano eleitos em 15 de novembro de 1978: trata-se do ACE Nº 798/80, constituído pelo ENCAMINHAMENTO Nº 0492/115/ARE/80, de 8 de fevereiro de 1980, que informa os juízos sintéticos e prontuários de três deputados federais; e do ACE Nº 817/80, formado pelo ENCAMINHAMENTO Nº 0547/115/ARE/80, de 15 de fevereiro de 1980, que comunica os juízos sintéticos e prontuários de dois senadores paraibanos.

Estes encaminhamentos são apresentados como resposta a um TELEX da Agência Central do SNI, de 13 de dezembro de 1978 (TLX CIRC Nº 094/15/AC/78), o mesmo

¹⁵² Alguns políticos transitaram entre outros partidos de oposição durante entre 1980 e 1985, contudo, nos anos que constam como de produção dos documentos analisados, tais políticos pertenciam aos quadros do PMDB, por este motivo, analisamos os mesmos como filiados a tal partido.

documento referenciado nos ACEs vistos ao fim do tópico anterior sobre os políticos situacionistas. Podemos entender então, que o Serviço estava em busca de abastecer sua Agência Brasília com informações sobre aqueles que legislavam na capital federal.

Nesse sentido, o ACE Nº 798/80 comunica sobre os deputados paraibanos Antônio Carneiro Arnaud¹⁵³, Arnaldo Bezerra Lafayette¹⁵⁴ e Marcondes Iran Benevides Gadelha¹⁵⁵. Já o ACE Nº 817/80, versa sobre Humberto Coutinho de Lucena¹⁵⁶ e Ivandro Moura Cunha

¹⁵³ Documento JUÍZO SINTÉTICO Nº 0449/115/ARE/80 e prontuário Nº 25398 (ARE_ACE_798_80. Fundo SNI – Agência Recife). Pertencente a família de destaque do sertão do Estado, sendo sobrinho do ex-interventor varguista na Paraíba, Ruy Carneiro. Arnaud, era médico e professor universitário, na vida política foi eleito deputado federal pelo MDB/PB em 1978. Com a reformulação partidária de 1979 foi um dos que encabeçou o lançamento do Partido Popular na Paraíba, contudo, em virtude dos empecilhos causados pelo chamado “pacote de novembro”, integra-se ao PMDB visando disputar o pleito eleitoral de 1982, no qual foi reeleito para a Câmara Federal por esta legenda. Em pleito de 1985 saiu-se vitorioso de campanha para a prefeitura de João Pessoa, que ocupou até 1989, quando renunciou para concorrer mais uma vez a mandato na Câmara que não chegou a conquistar. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arnaud-carneiro> Acesso: maio de 2019.

¹⁵⁴ Documento JUÍZO SINTÉTICO Nº 0450/115/ARE/80 e prontuário Nº 03142 (ARE_ACE_798_80. Fundo SNI – Agência Recife). Proprietário agrícola da cidade de Monteiro (PB), elegeu-se deputado federal pelo PTB em 1962 e, com o golpe de 1964, ingressou no MDB. Foi nomeado prefeito de Monteiro, cargo que exerceu entre 1969 e 1973. Retornou à Câmara Federal mais uma vez em 1975, por meio de suplência, foi reeleito no pleito de 1978 e com o fim do bipartidarismo filiou-se ao PMDB/PB, terminando sua legislatura sem uma nova reeleição em 1983. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arnaldo-bezerra-lafayette> Acesso: maio de 2019.

¹⁵⁵ Documento JUÍZO SINTÉTICO Nº 0451/115/ARE/80 e prontuário Nº 14459 (ARE_ACE_798_80. Fundo SNI – Agência Recife). Integrante de família tradicional da cidade de Souza no sertão da Paraíba, os Gadelha. Ingressou na política em 1968, pelo MDB/PB, partido que se filiou em virtude das disputas entre sua família e os Agripino, que figuravam na ARENA/PB. Alcançou a vitória eleitoral apenas em 1970, elegendo-se deputado federal, cargo para o qual seria reeleito em 1974 e 1978. Fez parte do grupo dos chamados “autênticos” do MDB no Estado da Paraíba e quando da volta do pluripartidarismo, ingressou no PMDB/PB. Ocupou a vice-liderança de seu partido na Câmara entre 1973 e 1975 e, entre 1976 e 1977 e novamente em 1979. Com a incorporação do PP/PB no PMDB e a escolha de Antônio Mariz, de oligarquia inimiga de Souza, como candidato ao governo do Estado, Gadelha ingressa no PDS ainda em fevereiro de 1982 e vence disputa para o Senado por este partido. Em seu período como senador da República pelo PDS/PB, foi líder do partido no Senado. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcondes-iran-benevides-gadelha> Acesso: maio de 2019.

¹⁵⁶ Documento JUÍZO SINTÉTICO Nº 0535/115/ARE/80 e prontuário Nº 01505 (ARE_ACE_817_80. Fundo SNI – Agência Recife). Bacharel em direito pela Faculdade de Pernambuco, Humberto Lucena é neto do ex-presidente da Paraíba Solon Barbosa de Lucena. Ingressou na política pelo PSD, legenda pela qual foi eleito deputado estadual em 1950 e reeleito em 1954; sendo ainda eleito e reeleito deputado federal pelo PSD, respectivamente em 1958 e 1962. Com o exercício do AI-2 durante a ditadura militar, filiou-se ao MDB, partido pelo qual continuou na câmara dos deputados após vencer pleito em 1966 e exerceu a liderança do partido na casa de 1969 a 1971. Após este último mandato, ficou até o ano de 1974 sem assumir cargos eletivos, quando no ano seguinte, assumiu mais uma legislatura na Câmara dos Deputados pelo MDB, e em 1978 foi eleito Senador da República. No Senado exerceu a vice-liderança do MDB e apresentou ao Congresso Nacional uma proposta que previa a extinção do SNI, proposta esta que foi rejeitada pela ARENA. Com o retorno do pluripartidarismo em 1979, filiou-se ao PMDB, atuando em 1980, como presidente da comissão que observou a emenda constitucional do governo federal, que reestabelecia eleições diretas para o executivo estadual e extinguiu os senadores biônicos. Em 1983 assumiu a liderança do PMDB no Senado e participou da campanha pelas Diretas Já. Derrotada a emenda das diretas, restando apenas a eleição presidencial indireta, Humberto Lucena votou como deliberado por seu partido, Tancredo Neves e José Sarney para presidente e vice. Reelegeu-se senador pelo PMDB/PB em 1986, ocupando em 1987 o cargo de presidente do Senado Federal. Faleceu em abril de 1998. Disponível: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/humberto-coutinho-de-lucena> Acesso: maio de 2019.

Lima¹⁵⁷, senadores do MDB/PB. Os dois encaminhamentos informam que nos juízos sintéticos neles contidos, estariam “consolidados, individualmente, os antecedentes e respectiva caracterização” dos políticos citados.

Desta forma, o juízo sintético do então deputado federal Antônio Carneiro Arnaud, apresenta que sobre sua “posição ideológica” “os registros não permitem opinião conclusiva”, já sua “atitude face à Revolução de 31 de Março de 1964” seria contrária. Consta também que o deputado não possuiria registros de “atividades subversivas” e de “probidade administrativa”; sendo apontado como liderando, “juntamente com o Sen IVANDRO CUNHA LIMA, o Grupo Moderado na PARAÍBA.” (ARE_ACE_798_80. Fundo SNI – Agência Recife).

O prontuário de Antônio Carneiro Arnaud apresenta informações com datas de inserção entre os anos de 1975 e 1979, todas com a Agência Recife do SNI como fonte. Os relatos do prontuário são curtos e informam mais sobre a trajetória do deputado dentro do MDB, que sobre posicionamentos do político. Nesse sentido, a única informação que aborda opiniões políticas de Carneiro Arnaud, versa sobre a participação deste em comício do MDB em João Pessoa (na data de 8 de setembro de 1978), quando o deputado teria “pronunciado veemente discurso de contestação ao regime vigente no País”. Consta também, que Arnaud teria participado da recepção ao Gen Euler Bentes Monteiro¹⁵⁸ na capital paraibana (ARE_ACE_798_80. Fundo SNI – Agência Recife).

Sobre o deputado Arnaldo Bezerra Lafayette, seu juízo sintético também discorre que sobre sua “posição ideológica” e “atividades subversivas”, “os registros não permitem opinião conclusiva”, contudo, teria atitude contestatória frente à “Revolução de 1964”. Seu prontuário, com informações inseridas entre 1976 e 1979, e tendo como fontes a ARE/SNI e o 15º RI, o caracteriza como “comunista”. Bem como, em informação inserida em 1967, mas datada de 1965, Lafayette é classificado como “agitador comunista”. As demais informações, versam sobre o percurso do deputado no interior do MDB, como cargos assumidos e eleições disputadas (ARE_ACE_798_80. Fundo SNI – Agência Recife).

¹⁵⁷ Documento JUÍZO SINTÉTICO Nº 0536/115/ARE/80 e prontuário Nº 16212 (ARE_ACE_817_80. Fundo SNI – Agência Recife). Ingressou na política em 1966, filiando-se ao MDB, em 1973 foi eleito presidente do diretório do partido em Campina Grande (PB). Em 1974 tornou-se suplente do senador Ruy Carneiro e, com a morte do mesmo em 1977, assumiu este mandato. Em 1979 ingressou no PMDB, partido pelo qual continuou sua carreira política até fins da década de 1990. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ivandro-moura-cunha-lima> Acesso: maio de 2019.

¹⁵⁸ Ex-superintendente da SUDENE, ex-comandante da Guarnição Federal da Paraíba e I Grupamento de Engenharia que, em 1978, foi o candidato a presidência da República do MDB com o apoio da chamada Frente Nacional pela Redemocratização (MELLO, 2010, p. 138).

Finalizando o ENCAMINHAMENTO Nº 0492/115/ARE/80, temos o juízo sintético e prontuário de Marcondes Iran Benevides Gadelha. No juízo sintético o político é caracterizado como apresentando atitude “contestatória” à “Revolução de 1964” e, discorre que sobre sua “posição ideológica” e “atividades subversivas”, “os registros não permitem opinião conclusiva”. No item “proficiência profissional ou funcional”, consta que seria “pertencente ao Grupo dos Moderados” e que “pauta seus pronunciamentos em crítica ao Governo Federal” (ARE_ACE_798_80. Fundo SNI – Agência Recife).

O prontuário de Gadelha por sua vez, apresenta o maior volume de informações dentre os demais documentos deste tipo contidos no encaminhamento. As informações possuem data de inserção entre 1970 e 1979, e apresentam como fontes o SNI e o IV EX. Ao longo do prontuário são datadas e informadas as participações e discursos de Marcondes Gadelha em comícios e convenções do MDB; pronunciamentos e palestras em reuniões e encontros; além de entrevistas proferidas pelo político. As informações destacam críticas de Gadelha ao governo federal, principalmente, no tocante ao sistema político e eleitoral vigente no país, bem como, críticas à ausência de liberdade política, às cassações e à situação econômica do país (ARE_ACE_798_80. Fundo SNI – Agência Recife).

Em nenhum momento ao longo do prontuário, são citadas relações ou aproximações de Gadelha com comunistas. O grupo social apontado como mais próximo ao deputado, era o movimento estudantil, como destacado na informação abaixo:

O nominado está envolvido no "Movimento Estudantil - ME". Sua participação atual e efetiva junto ao meio estudantil tem se evidenciado pela atuação na tribuna parlamentar, pela divulgação na imprensa das suas ações e entrevistas, e pelo contato direto com estudantes, dentro e fora das Faculdades e Universidades. No dia 15 out 75, leu, da tribuna da Câmara, a "carta aberta" dos estudantes da UNB, fazendo a divulgação do Movimento Estudantil naquela Universidade e dando a notícia, ao mesmo tempo, da criação do Diretório Universitário. Na oportunidade, encontravam-se presentes, nas galerias da Câmara, 127 (cento e vinte e sete) estudantes da UNB, que aplaudiram aquele parlamentar no final da leitura do documento, isto contrariando as normas da Casa, que proíbe manifestações das galerias (ARE_ACE_798_80. Fundo SNI – Agência Recife).

Provavelmente, mesmo esta ausência de informações a respeito de relações de Marcondes Gadelha com movimentos, grupos e indivíduos notoriamente comunistas ou considerados “subversivos”, não foi suficiente para o SNI “esquecer” os constantes discursos e pronunciamentos do paraibano, contra a política do governo federal. Figurando Gadelha, na visão dos agentes do SNI, como indivíduo “suspeito”.

Figura 4 – Cabeçalho do prontuário de Marcondes Iran Benevides Gadelha

F. n.º 14.455
0738/80 12

NOME - MARCONDES IRAN BENEVIDES GADELHA
FILIAÇÃO - José de Paiva Gadelha e Miriam Benevides Gadelha
NATURAL DE - Souza/PB
PROFISSÃO - Médico
= SUSPEITO =

Fonte: ARE_ACE_798_80. Fundo SNI – Agência Recife. Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba – Fundação Casa José Américo.

Marcondes Gadelha ainda é citado em dois ACEs do Fundo SNI – Agência Recife, ambos com documentos do ano de 1984, ou seja, quando ele já era Senador da República pelo partido governista PDS. Tais documentos informam sobre as “tendências de votação dos integrantes do colégio eleitoral” que elegeriam o presidente da República em 1985. Sobre Marcondes Gadelha, é informado que este alterou seu voto para Tancredo Neves, contrariando a indicação nacional do PDS (ARE_ACE_6371_84. Fundo SNI – Agência Recife).

No que concerne ao ENCAMINHAMENTO Nº 0547/115/ARE/80 constante ao ACE Nº 817/80, temos que o juízo sintético de Humberto Coutinho de Lucena, o apresenta com “posição ideológica esquerdista” e não integrado à “Revolução de 1964”, tendo inclusive proferido “pronunciamentos contestatórios ao regime político vigente”. No item “atividades subversivas”, destaca que Lucena teria mantido “contatos políticos” com militante do comando central do PCB na Paraíba. Quanto a sua “proficiência profissional ou funcional”, consta que lideraria “o Grupo Radical, sendo considerado um dos líderes da oposição no Estado da Paraíba”. Por fim, comunica que Lucena “luta mais por seus interesses pessoais do que pelos do Partido, podendo, assim, aliar-se a qualquer facção, desde que dessa aliança lhe advenha benefícios.” (ARE_ACE_817_80. Fundo SNI – Agência Recife).

Em prontuário relativo a Humberto Lucena constam informações com data de inserção entre 1966 e 1979, sendo as principais fontes o SNI e o IV Exército. De forma geral, o prontuário informa sobre discursos e declarações de Lucena em diversos eventos, sendo destacada sua aproximação com grupos e indivíduos considerados “subversivos”, bem como, o tom crítico ao regime e suas medidas no plano político, social e econômico. Constam também decisões do MDB paraibano que envolveriam Humberto Lucena e cargos ocupados pelo mesmo, além de sua presença em reuniões e encontros partidários. Ainda é informado sobre a existência de outros documentos que abordam o político, apresentando apenas a referência dos documentos, como por exemplo:

Em atenção ao OF 361/115/ARE/78, foram enviados a AR os dados qualificativos do nominado, candidato registrado no TRE/PB, com vistas ao pleito majoritário de 15.11.78. Ref. OF 178/TRE/PB/78, de 06 Out – PRG 5574/78. Difusão: ARE/SNI (ARE_ACE_817_80. Fundo SNI – Agência Recife).

Merece destacarmos a primeira informação contida no prontuário de Humberto Lucena. Com data de inserção de setembro de 1966, mas, oriunda de um documento datado de junho de 1965, a informação apresenta-se como um apanhado resumido dos dados sobre o político até o ano de 1965 (ARE_ACE_817_80. Fundo SNI – Agência Recife). Vejamos abaixo:

-Tem feito críticas a política do Presidente Mal. Castelo Branco, na Câmara Federal, onde, nos primeiros dias da Revolução, fez veementes ataques a nova ordem implantada. Recebeu propina como Deputado Federal, em época que não se pode precisar, de funcionários dos Correios e telégrafos e do IPASE para tratar de seus interesses na Câmara Federal, no valor de cerca de dois milhões de cruzeiros. É bastante sabedora desse fato, a senhora Nina Guedes Pereira, residente na rua Duque de Caxias em João Pessoa-PB. Na fase pré-revolucionária, quando reinava grande agitação camponesa, na zona canavial paraibana em um comício: previamente marcado pelo perigoso agitador comunista João Alfredo Dias, vulgo João Fubá, foi divulgado por este o nome de Humberto Lucena como sendo incondicional amigo da causa que ele João Fubá representava. No decorrer do comício, onde se encontrava cerca de mil camponeses, frenéticos agitadores gritavam por reforma radical e pediam a morte para os latifundiários: o Sr. Humberto Lucena delirantemente aplaudido por esses já mencionados agitadores, prometeu-lhes, em seu inflamado discurso inteira solidariedade e apoio às suas reivindicações. Impassível, nessa ocasião, o Sr. Humberto Lucena, recebeu a notícia de que os camponeses, sob a criminosa direção de agitadores, praticavam incêndios nos canaviais da região e massacravam pessoas indefesas por discordarem dos seus ideais subversivos. O massacre referido foi praticado na propriedade “MIRIRI” em Sapé (ARE_ACE_817_80. Fundo SNI – Agência Recife. Grifos nossos).

Assim, é mencionado desde a participação de Lucena em comício das Ligas Camponesas no período pré-golpe, onde teria proferido discurso em favor dos camponeses, até o envolvimento do político em caso de corrupção. Especificamente sobre esta última situação, que consta destacada na citação acima, não podemos afirmar se a informação é verdadeira ou não, contudo, era comum os órgãos de informações se utilizarem de acusações de corrupção buscando desqualificar os opositores do regime.

Nesse prontuário de Humberto Lucena é possível observarmos a difusão das informações elencadas no documento. Assim, percebemos que as informações que abordam a importância e a atuação de Lucena no campo político paraibano, como por exemplo: seu papel de “líder natural da Oposição no Estado da Paraíba”, “líder de Campanha Contestatória na Paraíba”, “líder estadual da Frente Nacional de Redemocratização” e, claro ligações com

indivíduos “subversivos”, estas apresentam indicação de difusão para a Agência Central do SNI. O mesmo acontece com as informações que envolvem o MDB enquanto agremiação coletiva como por exemplo, convenções, reuniões e composição de colégio eleitoral. Desta forma, verificamos que foi comunicado à AC do SNI não “apenas” o resultado das atividades de vigilância sobre Humberto Lucena, mas também sobre sua legenda, ou seja, o MDB enquanto componente atuante no campo político paraibano era alvo da vigilância da ditadura militar.

Com relação ao outro senador do MDB/PB relatado no ENCAMINHAMENTO Nº 0547/115/ARE/80, Ivandro Moura Cunha Lima, este assumiu o mandato após a morte de Ruy Carneiro em 1977. José Octávio de Arruda Mello (2010, p. 133) assinala que Cunha Lima “tornou-se fundamental na articulação do novo eixo de poder emedebista na Paraíba”, “sem o prestígio nacional e o carisma de Ruy, Ivandro fazia-se politicamente mais dinâmico”.

Assim, no tocante ao juízo sintético de Ivandro Cunha Lima, o item “posição ideológica” apresenta que o político “considera-se democrata, mas os registros existentes não permitem opinião conclusiva”. Sua “atitude face à Revolução de 31 de março de 1964” é apontada como “contestatória”, contudo, “não registra atividades subversivas”. Com relação a sua “probidade administrativa”, consta que Ivandro “pertence ao Grupo dos Moderados, sendo considerado um dos líderes da Oposição” e “um dos articuladores, na Paraíba, da criação de dois novos partidos políticos” (ARE_ACE_817_80. Fundo SNI – Agência Recife).

O prontuário de Ivandro por sua vez, é constituído por informações com data de inserção entre 1972 e 1979, e tendo como fontes a AC e ARE do SNI. Além das informações que embasam o conteúdo do juízo sintético, a maioria dos dados comunicados são relativas à trajetória do político dentro do MDB, como indicações e cargos eletivos, além de informes sobre o comparecimento de Ivandro em eventos partidários. Abaixo temos um trecho que consta no prontuário, mas que é oriundo de outro documento juízo sintético sobre Ivandro (ARE_ACE_817_80. Fundo SNI – Agência Recife). Assim, diz-se que:

Em atenção ao Telex nº 108/15/AC/77, foi informado o seguinte, referente ao nominado:

- atualmente, é Senador da República (MDB/PB), em substituição ao ex-Senador Rui Vieira Carneiro (falecido), com mandato assumido em agosto do corrente ano;
- é ligado ao grupo do ex-Sen. Rui Vieira Carneiro e Argemiro Figueiredo;
- é contrário aos princípios filosóficos do movimento revolucionário de 1964;
- possui conduta civil ilibada;
- defende a Revogação do AI-5, do Dec-Lei 477 e a anistia para todos os brasileiros atingidos injustamente por atos revolucionários;

- em 1976, quando candidato a Prefeito de Campina Grande/PB, fundamentou sua campanha política em críticas ao Gov. Revolucionário (ARE_ACE_817_80. Fundo SNI – Agência Recife).

O trecho acima trata-se de uma resposta de 16 de setembro de 1977 da Agência Recife, a um TELEX enviado pela Agência Central do SNI em 9 de setembro de 1977, solicitando “a remessa do Prontuário e Juízo Sintético atualizado, do nominado”, sendo esta informação um resumo do que foi enviado a AC (ARE_ACE_817_80. Fundo SNI – Agência Recife). Assim, vemos que as atividades de vigilância dos OIs já haviam possibilitado anteriormente a produção de outro juízo sintético e prontuário sobre Ivandro Cunha Lima.

A constituição do ACE Nº 798/80 e do ACE Nº 817/80, os tipos documentais e as informações que os compõem, nos confirmam que os indivíduos objetos de tais documentos eram alvo da vigilância do SNI e/ou outros OIs do regime. Nesse sentido, além da vigilância aos indivíduos é interessante o fato de o Serviço demonstrar conhecimento acerca de discussões internas ao MDB, o que nos indica a presença de indivíduos ligados aos Órgãos de Informações em reuniões e encontros do partido, configurando também, vigilância do SNI ao partido enquanto coletividade.

Partindo para a exposição e análise dos documentos do Fundo SNI – Agência Recife que abordam os políticos dos partidos oposicionistas de forma individual, identificamos ACEs sobre um político que já foi tratado no tópico anterior, o ex-governador João Agripino. Agora, entretanto, analisamos os documentos identificados com data de produção do período em que João Agripino não mais pertencia à ARENA, mas sim ao Partido Popular (PP/PB), uma das legendas de oposição ao governo militar que surgiu após o retorno do pluripartidarismo em fins de 1979.

Deste modo, temos o ACE Nº 1745/81, constituído pela INFORMAÇÃO Nº 118/115/ARE/81, de 29 de maio de 1981 e com difusão para a AC do SNI. Tal documento comunica justamente sobre o pronunciamento de Agripino na Convenção Regional do Partido Popular paraibano (PP/PB), que teria ocorrido “dia três do andante, no edifício da ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA (AL/PB)” (ARE_ACE_1745_81. Fundo SNI – Agência Recife).

O documento da Agência Recife comunica os trechos que se sobressaem do “violento discurso” proferido por João Agripino na ocasião, destacando que a fala do ex-ministro “teve repercussão nos meios políticos paraibanos” (ARE_ACE_1745_81. Fundo SNI – Agência Recife):

-Afirmou que a Paraíba está precisando de um Governo de coragem e lembrou um áspero diálogo que tivera: “Em conversa com o comandante da Guarnição Federal, disse a ele que aqui eu não permitiria tortura e que os presos políticos ficariam no quartel da Polícia Militar e não nas prisões do Exército”. (...)

- “A Paraíba precisa de um homem que, como eu, teve a coragem de dizer ao Comandante do I Grupamento de Engenharia, que era eu que governava o Estado, e mais ninguém. Precisa de um homem como eu, que não suprimiu o jogo-do-bicho. E por isso fui convocado pelo Comandante do IV Exército, que havia recebido ordens do Ministro do Exército, neste sentido. Eu disse, na oportunidade, que ele era subordinado ao Ministério do Exército, mas eu, que fui eleito pelo povo, não era subordinado nem ao Ministério da Justiça e tão pouco ao Presidente da República, razão porque não iria deixar na miséria centenas de pais de família.”

- “O Governo aí está procurando preterir, com jogo sujo, o direito das oposições reunidas. Vamos às ruas, todos os partidos de oposição reunidos, numa força de união que esteja à altura da Paraíba e dos paraibanos.”

- “A vida pública está degradada, mas quem a degrada é quem está no Poder. Com as ações de barganha, compra de votos somente para vencer, ... estabeleceu-se o fisiologismo oficial, ou seja, políticos agora querem cargos públicos ... nem sempre estão interessados em servir...”
(ARE_ACE_1745_81. Fundo SNI – Agência Recife. Grifos nossos).

Assim, o documento comunica trechos de um pronunciamento que, se de fato assim transcorreu, retratam situações de enfrentamento aos militares situados na Paraíba. Do ponto de vista político, o discurso presente nos trechos acima evidencia a busca de Agripino por se colocar como homem público de oposição às políticas e métodos do regime, evidenciando também a tensão existente entre alguns políticos e os militares. Os enfrentamentos políticos entre Agripino e o poder militar na Paraíba marcaram seu mandato.

Para além do discurso que informa intencionalmente, a existência deste documento comunicando acerca da Convecção Regional do PP/PB, nos indica a presença de Órgãos de Informações neste evento, caracterizando assim, não apenas uma vigilância ao indivíduo destacado no documento, mas também ao conjunto do partido político.

João Agripino também é o personagem do ACE Nº 4465/83, constituído pelo JUÍZO SINTÉTICO Nº 048/15/ARE/83 de 08 de abril de 1983 (ARE_ACE_4465_83. Fundo SNI – Agência Recife). Neste período o PP/PB já havia ingressado no PMDB/PB com o objetivo de que seus integrantes pudessem concorrer ao pleito de 1982. Este foi o caso de Agripino, que se candidatou e venceu a disputa para deputado federal pelo PMDB naquele ano.

Sobre o documento juízo sintético de João Agripino, temos que se tratava de uma resposta a um TELEX da Agência Central do SNI datado de 13 de janeiro de 1983 (TX Nº 07/15/AC/83). No item “antecedentes” do juízo sintético, percebemos que constam resumos de informações que já apareceram ACE Nº 3977/82 analisado no tópico anterior, como por

exemplo, a informação de Agripino como “líder do grupo de arenistas dissidentes da Paraíba e, em 1979, apareceria como um dos articuladores da criação de dois novos partidos políticos”. O ex-governador também é apresentado como “reconhecido homem da oposição”, tendo sido “radicalmente contrário à candidatura do Marechal Arthur da Costa e Silva à Presidência da República”. Ao final deste item informa-se novamente sobre o pronunciamento de Agripino na Convenção Regional do PP/PB em 1981 e, assinala que em 1982, o político seria membro do diretório regional do PMDB/PB (ARE_ACE_4465_83. Fundo SNI – Agência Recife).

Em face destas informações, contidas no item “antecedentes” do juízo sintético, João Agripino foi caracterizado com “tendência ideológica esquerdista” e de atitude contestatória quanto as instituições vigentes, “tendo-se declarado contrário à Revolução e os militares” (ARE_ACE_4465_83. Fundo SNI – Agência Recife). Por fim, no item “atividades subversivas”, resume-se o que seriam relações de Agripino com indivíduos “subversivos”, informando-se novamente sobre os eventos decorrentes da vinda da mãe de Ernesto Che Guevara à Paraíba, informação esta que já consta no prontuário de João Agripino presente no ACE Nº 3977/82 visto anteriormente. Assim, podemos inferir que, mesmo este prontuário não estando presente no conjunto do ACE Nº 4465/83, ele foi utilizado para se formular o juízo sintético que tal ACE comunica.

Deste modo, estes documentos que versam sobre João Agripino, nos evidenciam a continuidade da vigilância do SNI aos políticos ao longo de suas vidas públicas, tendo em vista que, como vimos no tópico anterior, o Serviço possuía informações sobre Agripino desde o período inicial da ditadura militar. A vigilância sob João Agripino é um exemplo da importância que o SNI dava aos posicionamentos, relações e discursos do político ao longo de toda sua carreira, analisando e informando sobre os mesmos regularmente.

Evidentemente, os políticos que tinham ligações diretas e notoriamente conhecidas com aqueles considerados pelos militares como “comunistas” e “subversivos”, seriam mais fortemente vigiados, pois eram considerados “perigosos” à segurança do país. Esse era o caso dos irmãos Langstein de Amorim Almeida¹⁵⁹ e Agassiz de Amorim Almeida¹⁶⁰,

¹⁵⁹ Advogado natural de Campina Grande (PB), ingressou na vida política em 1959, quando foi eleito vereador de Campina pelo PSD; em 1962 foi eleito Deputado Estadual pelo PSB. Após ter retomado seus direitos políticos em 1979, só regressou a figurar no cenário político partidário em 1986 quando foi suplente de deputado federal pelo Partido Trabalhista Renovador (PTR).

¹⁶⁰ Advogado, promotor de justiça e professor universitário. Iniciou sua carreira política em 1958, quando elegeu-se vereador em Campina Grande pelo PSB; em 1961, assumiu uma cadeira na Assembleia Legislativa paraibana no lugar de João Agripino, permaneceu até o retorno do titular, em agosto de 1961. Em 1962, concorreu a uma cadeira na Assembleia, obtendo a suplência, que lhe seria cassada em decorrência da eclosão do

respectivamente deputado estadual e suplente do PSB/PB, cassados com perda de direitos políticos pela Assembleia Legislativa da Paraíba em 11 de abril de 1964 e presos diversas vezes pelos órgãos da ditadura, inclusive, em presídio localizado na ilha de Fernando de Noronha (Pernambuco), que ficou conhecido como destino de presos políticos do regime no Nordeste¹⁶¹.

Os irmãos de Amorim Almeida, além de pertencerem ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) eram favoráveis às reformas propostas por João Goulart e, na figura de advogados, eram bastante próximos das Ligas Camponesas de Campina Grande e de Sapé, como eles mesmos relataram em seus depoimentos concedidos em audiências públicas à Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM/PB)¹⁶². Após serem vítimas da repressão da ditadura militar, os irmãos foram anistiados pela Lei Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, e com isso reconquistaram seus direitos políticos.

Segundo o Projeto de Resolução da Assembleia Legislativa que viabilizou a cassação de Langstein e Agassiz, estes tiveram aprovada a perda de seus mandatos políticos pois,

Para os efeitos da presente Resolução, entende-se por procedimento incompatível com o decoro parlamentar a prática pelos aludidos deputados e suplentes de incitamento ao ódio de classe, a tentativa, por meios violentos, de subversão do regime democrático, para implantação da ditadura, no País, o que constitui crimes previstos na Lei de Segurança (Lei no. 1.802, de janeiro de 1953) (IPM apud CEVPM-PB, 2017, p. 537).

Assim, na perspectiva dos militares e de seus apoiadores civis, Langstein e Agassiz preenchiam todas as “características” de indivíduos “subversivos” e, por isso, eram um perigo iminente ao regime. De maneira que em nossas pesquisas nos documentos que compõem o Fundo SNI – Agência Recife, identificamos um documento cuja o assunto era restritamente informar acerca de Langstein e outros três que informam exclusivamente sobre Agassiz.

golpe civil-militar de 1964. Neste ano, também foi demitido de suas funções de promotor de Justiça e professor universitário, além de ficar preso na ilha de Fernando de Noronha até maio, quando foi solto e se exilou no Uruguai. Retornou ao Brasil apenas em 1966, mas não à Paraíba, a esta, só retornou em 1978. Neste ano então, reassumiu suas funções de promotor de justiça e sua cadeira de professor universitário, além de filiar-se ao MDB, partido pelo qual concorreu ainda em 1978 a uma cadeira na Câmara dos Deputados, conseguindo apenas uma suplência. Com o retorno do pluripartidarismo, ingressou em 1980 no PP e, ainda naquele ano, assumiu uma cadeira de deputado federal na vaga de Antônio Carneiro Arnaud, mandato que exerceu até 1981, quando Arnaud retornou. Com a incorporação do PP ao PMDB em fevereiro de 1982, filiou-se a essa agremiação, sendo por ela eleito deputado federal constituinte em 1986 e vindo a encerrar suas atividades políticas no início da década de 1990. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/agassiz-de-amorim-e-almeida> Acesso: junho de 2019.

¹⁶¹ Como por exemplo, o ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes.

¹⁶² Audiências realizadas em 27 de novembro de 2014 e 02 de junho de 2015, Disponíveis no Acervo da CEVPM-PB, na Fundação Casa José Américo em João Pessoa (PB).

Nesse sentido, temos que o ACE Nº 4767/83, constituído pelo INFORME Nº476/16/ARE/83, comunica sobre Langstein de Amorim e Almeida¹⁶³ e apresenta como data de produção 31 de maio de 1983. Este documento informa que Langstein, “ex-deputado cassado à época da Revolução foi indiciado no Processo nº 70/64, envolvido no movimento esquerdista na Paraíba” (ARE_ACE_4767_83. Fundo SNI – Agência Recife).

Em anexo ao INFORME Nº476/16/ARE/83 consta o prontuário Nº 08660 sobre Langstein de Amorim, tal prontuário cita e encaminha outros documentos como seus anexos: “recortes dos jornais O Norte e o Correio do Estado da Paraíba”, datados de 1970; um documento INFORMAÇÃO Nº 032/70-SPS/SDR/PB-DPF, da Subdelegacia Regional na Paraíba e um prontuário Nº 0723. Este último, apresenta como anexos o Relatório Nº 43/70/SPS/SDR/PB também da Subdelegacia Regional do DPF na Paraíba e outro prontuário, o Nº 0064 de Langstein (ARE_ACE_4767_83. Fundo SNI – Agência Recife).

Analisando os três documentos com características de prontuários, acreditamos que o documento Nº 0064 é o mais antigo dos três, tendo em vista que as informações contidas no mesmo apresentam datas mais antigas, inclusive anteriores ao golpe civil-militar de 1964. Destaque também para as fontes destas informações, segmentos do exército e IPMs, o que nos leva a crer que este documento é de autoria de um órgão das Forças Armadas, inclusive por apresentar aparência e características gráficas diferentes dos documentos do SNI. Como podemos ver pela figura abaixo, o documento indica “atualização permanente”, uma possível característica e evidência de uma vigilância constante (ARE_ACE_4767_83. Fundo SNI – Agência Recife).

¹⁶³ No decorrer do documento, a escrita do nome de Langstein varia entre: “Langstein de Amorim Almeida”, “Langstein de Amorim e Almeida”, “Langstein de Almeida e Amorim”, Langstein de Almeida Amorim”.

Figura 5 – Prontuário das Forças Armadas sobre Langstein de Amorim Almeida

NOME : LANGSTEIN DE AMORIM E ALMEIDA		Nº 0064	
FILIAÇÃO: Antonio Pereira de Almeida e Josita Almeida			
Profissão: Advogado - Endereço: Av. Getúlio Vargas, 828-C. Grande-PB Conj. Resid. Dr. Fluzza Chaves- Alto Branco- C. Grande-PB			
CLASSIFICAÇÃO: :::::::::: MEIO ONDE ATUA : ::::::::::			
OBSERVAÇÕES : Natural de C. Grande-PB, 31 anos (1968)			
 H Á B I T O S (atualização permanente)			
 EXTRATO DO PRONTUÁRIO			
D A T A	FONTE E CLASSIFICAÇÃO	REF ARQ	HISTÓRICO

Fonte: ARE_ACE_4767_83. Fundo SNI – Agência Recife. Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba – Fundação Casa José Américo.

Já o prontuário Nº 08660, nos parece ser o mais recente. Tal conclusão deriva das datas apresentadas no mesmo, entre 1968 e 1978, bem como, em virtude da caracterização de Langstein como “suspeito”. Assim, tendo em vista as informações contidas neste prontuário, acreditamos que esta caracterização é um resultado direto da interpretação feita pelos agentes formuladores do referido prontuário, com base tanto nas informações passadas existentes sobre Langstein, onde é informado sobre a participação do mesmo junto às Ligas Camponesas e como “subversivo”, quanto nas informações mais recentes, que dão conta de um Langstein de Amorim afastado da vida política. Ou seja, mesmo que a vigilância mais recente não informe sobre envolvimento em atos políticos de grande relevância, a procedência de Langstein ainda influi para caracterizá-lo como “suspeito” (ARE_ACE_4767_83. Fundo SNI – Agência Recife).

Outro documento a ser destacado no INFORME Nº476/16/ARE/83, é o Relatório Nº 43/70/SPS/SDR/PB de autoria da Subdelegacia Regional do Departamento de Polícia Federal na Paraíba. Datado de 30 de novembro de 1970, o relatório informa:

Senhor Chefe,

Cumprindo determinação de V. S^a., e em companhia do Agente João Mauricio e o motorista Eliseu Gomes Pereira, desloquei-me a residência e propriedade do Sr. LANGSTEIN DE ALMEIDA E AMORIM, a fim de ser efetuado Busca e apreensão, conforme Pedido de Busca nº 31/NAJP/SNI.

Relato a V. S^a., que efetuamos Busca e Apreensão na residência do marginado à rua Referendo Santiago nº 96, no Bairro de Alto Branco, em

Campina Grande – PB, como também na Fazenda Sapucaia, município de Sapé e Fazenda Urubu, no distrito de Boa Vista, neste Estado.

Após minuciosa busca nas citadas propriedades não encontramos qualquer tipo de arma, munição e explosivo.

Quanto o que consta a respeito do referido cidadão, segue anexo o termo de declaração que o mesmo prestou nesta Subdelegacia Regional do DPF, na Paraíba.

Era o que tinha a relatar

João Pessoa, 30 de novembro de 1970

Edezio Bispo da Silva

(ARE_ACE_4767_83. Fundo SNI – Agência Recife).

Assim, temos que este documento informa acerca do cumprimento de atividade de busca e apreensão em residências de Langstein de Amorim, atividade esta, solicitada pelo Serviço Nacional de Informações por meio do envio de documento tipo Pedido de Busca. Este relatório nos apresenta um dos caminhos possíveis das informações presentes nos documentos do Serviço: o próprio SNI solicita aos órgãos de repressão dados acerca de certos indivíduos, tais órgãos por sua vez, realizavam as buscas e posteriormente remetiam ao Serviço o resultado. Tal processo remete a uma situação destacada por Carlos Fico (2001, p. 83): “as informações serviam para manter os diversos órgãos integrantes da comunidade em constante comunicação, numa atividade que tinha muito de autoconvencimento por retroalimentação”.

No caso de Agassiz de Amorim Almeida, identificamos três ACEs no Fundo SNI – Agência Recife que informam exclusivamente sobre ele. O primeiro é o ACE Nº 1488/80, composto por um documento tipo informe que, devido a má condição não podemos precisar sua numeração e data de produção, sabendo apenas que se trata de documento de autoria do IV Exército e remetido a Agência Recife do SNI (ARE_ACE_1488_80_MF_ALT_1. Fundo SNI – Agência Recife).

Pelas informações que foram possíveis de se compreender do documento, observamos que Agassiz é apresentado como “suplente de Deputado Federal pelo Partido Popular”, consta também que ele “teve seu mandato de deputado cassado pela Revolução de 31 de Março de 1964, por falta de decoro parlamentar”. No período do documento Agassiz atuaria como “presidente do Partido Popular na cidade de Campina Grande/PB, onde recentemente assinou panfletos referentes à marcha contra a carestia e em protesto ao despejo dos feirantes da Rua Quebra Quilos, no Mercado Central”. O documento ainda informa que Agassiz demonstraria “interesse em circunstanciar, através da publicação de um livro, sua passagem pela Ilha de Fernando de Noronha, onde ficou detido por ocasião da Revolução de 64.” (ARE_ACE_1488_80_MF_ALT_1. Fundo SNI – Agência Recife).

Desta forma, este ACE Nº 1488/80 configura-se como um dossiê formado por um documento de um órgão das Forças Armadas informando acerca da vigilância sobre um político de oposição na Paraíba. Este ACE torna visível que não era apenas o SNI que realizava atividades de vigilância política, outros órgãos da comunidade de informações ou de segurança também exerciam tais atividades, devendo repassar os dados obtidos ao Serviço para a devida circulação das informações.

Outro ACE a comunicar sobre Agassiz de Amorim Almeida é o Nº 1529/80. Seu documento principal é ENCAMINHAMENTO Nº 3837/115/ARE/80, datado de 05 de dezembro de 1980, que tem como função remeter a Agência Central do SNI o JUÍZO SINTÉTICO Nº 3826/115/ARE/80 do então “Deputado Federal pelo PP/PB, AGASSIS DE AMORIM ALMEIDA” (ERE_ACE_1529_80. Fundo SNI – Agência Recife).

Neste juízo sintético, Agassiz é caracterizado com “posição ideológica indefinida, variando de acordo com seus interesses pessoais; oportunista”; seria “contrário aos princípios revolucionários” de 1964; com relação a sua “probidade profissional ou funcional”, “destaca-se pelos pronunciamentos voltados exclusivamente para o combate ao regime vigente e os programas governamentais” (ERE_ACE_1529_80. Fundo SNI – Agência Recife). No item sobre os “antecedentes” de Agassiz, consta que:

- Tomou parte em comícios e concentrações no Interior da PARAÍBA em apoio à candidatura de elementos nitidamente comunistas.
- Esteve envolvido, na *greve* dos estudantes, juntamente com JOSÉ JOFFILY e ASSIS LEMOS, que culminou com a morte a tiros de um soldado da Guarda do Palácio do Governo.
- Teve atuação preponderante nas anarquias e invasões praticadas pelas LIGAS CAMPONESAS, em CAMPINA GRANDE/PB.
- Esteve preso quando da Revolução de 1964. Pronunciou-se pela legalização do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB) em vários discursos proferidos na ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA/PB, inclusive assinando listas pela referida legalização.
- Em 1964, teve o mandato de Deputado Estadual cassado por ato do Presidente da Assembleia Legislativa da PARAÍBA, por falta de decoro parlamentar.
- Demitido do cargo do Promotor Público da comarca de BONITO DE SANTA FÉ/PB, por ato do Governo da PARAÍBA, baseado no Ato Institucional nº 1, de 09 ABR 64.
- Foi demitido do cargo de Professor Catedrático da FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE CAMPINA GRANDE/PB, de acordo com o Artigo 7º, do ATO INSTITUCIONAL, publicado no DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO de 28 Set 64.
- Foi indiciado no IPM/PB - I (Subversão na PARAÍBA).
- Foi denunciado pelo Promotor Auditor da 7ª RM-IPM/RURAL – IV EX, como infrator do Art. 2º, inciso III e IV, Art. 2º, Art. 9º, Art. II da letra a, da Lei 1.802/53.

- O SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (STM) concedeu "Habeas-Corpus", por inépcia da denúncia ao inominado (Processo Rural), cujo Inquérito tomou nº 33/65 – 7ª RM.
- Foi indiciado no IPM do "GRUPO DOS ONZE".
- Em 1969, durante a realização de um ocorrido em GUARABIRA/PB, atacou de forma veemente a Revolução de 1964 e a Justiça, declarando, ainda, que "a reviravolta teria que vir".
- Na Convenção do MDB/PB, realizado em 23 JUL 78, foi escolhido para concorrer ao Cargo do Deputado Federal pelo Partido.
- Nas eleições realizadas em NOV 78, ficou na suplência de Deputado Federal.
- Assumiu a vaga deixada pelo Deputado Federal ANTÔNIO CARNEIRO ARNAUD, do Partido Popular/PB.
- Foi reintegrado ao MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC/PB), do acordo com a lei de Anistia.
- É o elemento de ligação da ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA, na CÂMARA FEDERAL (ERE_ACE_1529_80. Fundo SNI – Agência Recife).

Os dados acima comunicados são oriundos do prontuário Nº 00954 de Agassiz de Amorim presente em anexo ao juízo sintético. Com informações inseridas entre 1966 e 1980, e com fontes diversas (IPM, SNI/ARE, SSP/PB, IV EX, SSP/PE, 7ª CJM, UFPB), o prontuário caracteriza Agassiz como “comunista” já em seus dados de qualificação (ERE_ACE_1529_80. Fundo SNI – Agência Recife). Composto pelas narrativas dos resumos citados acima como antecedentes, o documento detalha situações e pronunciamentos dos quais Agassiz teria participado, bem como apresenta análises sobre o político, como podemos ver abaixo:

No dia 15 do mês passado, na cidade Guarabira-Paraíba, realizou-se uma sessão do júri popular, onde funcionou como advogado da defesa o Bel. Agassiz de Almeida, elemento ligado ao partido comunista, agitador barato, deputado estadual com o seu mandato cessado, bem como direitos políticos, escória da sociedade campinense, fichado no DOPSE.
Durante a sua oratória fez grosseiros e infames ataques a Revolução de 1964, ofendendo-a por todos os meios e de toda a forma que lhe foi possível, bem como as autoridades constituídas, a Justiça, chegando ao ponto de declarar que reviravolta teria que vir. O Promotor Público da Comarca protestou veementemente, determinando imediata abertura de inquérito rigoroso, tendo sido estes fatos presenciados pelo Dr. Juiz da Comarca, autoridades e pessoas outras que estavam presentes. O Agassiz é um elemento sem princípios, de baixa categoria, capaz de tudo, teve atuação preponderante na anarquia e invasões praticadas pelas ligas camponesas em Campina Grande PB (ERE_ACE_1529_80. Fundo SNI – Agência Recife. Grifos nossos).

Neste trecho específico, percebemos que o agente encarregado de escrever a narrativa externou a caracterização mais comum feita pelo SNI e pelo regime aos seus opositores considerados “subversivos” e “comunistas”. Assim, era prática comum dos OIs buscar desqualificar este indivíduo em seus documentos informativos, não apenas taxando-o

pejorativamente de “comunista”, mas também o depreciando e inabilitando-o em sua profissão e no convívio social, muitas vezes colocando o indivíduo como “perigoso”, “imoral”, “sem princípios”.

Por fim, ainda há no Fundo SNI – Agência Recife, o ACE Nº 4033/83 que informa acerca de Agassiz. Este, é composto pelo documento INFORME Nº 11/16/ARE/83, datado de 03 de janeiro de 1983. Contudo, identificamos que este documento apenas repete as informações já comunicadas pelo ACE exposto acima, contando inclusive com o mesmo prontuário Nº 00954 de Agassiz de Amorim Almeida, acrescido apenas de duas novas informações. A primeira delas comunica justamente sobre a existência do ACE Nº 1529/80 com “JUÍZO SINTÉTICO sobre o epigrafado, Dep Fed (PP/PB), com base em diversos registros de arquivo, comprometedores de sua vida pública”. Já a segunda informação, versa sobre concessão de Habeas Corpus à Agassiz no processo Nº 70/64, “por falta de justa causa” (ARE_ACE_4033_83. Fundo SNI – Agência Recife). Assim, observando estes dois últimos ACEs que comunicam sobre Agassiz, vemos mais um exemplo da retroalimentação dos prontuários e demais documentos do SNI.

Após analisar os documentos acerca de Langstein de Amorim Almeida e Agassiz de Amorim Almeida compreendemos que os irmãos foram vítimas da vigilância política dos Órgãos de Informações. Mesmo estando livres para atuarem no campo político partidário, eles ainda foram vigiados pelos OIs em suas atividades na advocacia, em universidades e na política. A título de exemplo, Langstein teve suas propriedades alvo de pedido de busca e apreensão e Agassiz teve suas atividades enquanto deputado federal pelo PP/PB observadas. Ou seja, o entendimento da comunidade de informações de que os de Amorim Almeida eram um perigo ao regime perdurou por todo o período da “abertura política” da ditadura, eles obtiveram seus direitos políticos de volta, contudo não ficaram livres da suspeição e vigilância do SNI.

Como sabemos, a Lei de Anistia de agosto de 1979 permitiu a volta dos exilados e os restituiu de direitos políticos, contudo, como vimos pelas datas contidas nos documentos acima, tal lei não impediu os órgãos de repressão de realizar vigilância política. Esses documentos nos dizem muito acerca do projeto da ditadura para o campo político, visto que os militares buscaram até o fim controlar tal campo, impondo, por meio de práticas autoritárias e de arranjos conciliatórios com elites políticas, desde aqueles que poderiam atuar legalmente no campo político, perpassando pela manutenção da vigilância sobre todo o campo.

Outro político que não teve sua vida pregressa facilmente esquecida pelo Serviço foi Ivan Figueiredo de Albuquerque. Ivan havia sido integrante da Liga Camponesa de Sapé e do sindicato rural daquela cidade, filiou-se ao MDB e posteriormente ao PMDB da Paraíba¹⁶⁴.

De forma que identificamos no Fundo SNI – Agência Recife, três ACEs que versam sobre Ivan Figueiredo. O primeiro deles é o ACE Nº 2715/81, constituído pela INFORMAÇÃO Nº 367-E/2, de autoria do QG do IV Exército em João Pessoa, o 1º Grupamento de Engenharia e Construção (1º Gpt E Cnst). Datado de 18 de junho de 1974, este documento coloca-se como resposta à solicitação de um Pedido de Busca da Agência Recife do SNI (PB Nº 048/03/ARE, de 04 de junho do mesmo ano), ao qual consta remetido (ARE_ACE_2715_81. Fundo SNI – Agência Recife).

Assim, o 1º Gpt E Cnst, por meio de um documento informação, remeteu a ARE do SNI uma “cópia de extrato do prontuário” de Ivan Figueiredo que consta em anexo. Este prontuário é constituído por informações com datas entre 1962 e 1966, tendo como fontes o próprio 1º Gpt E Cnst, o 15º RI, a 7ª RM e o IPM/Rural. No referido documento consta a atuação política de Ivan Figueiredo na cidade de Sapé, destacando-se que “Entre os elementos que agitavam aquele município, está indicado e acusado como pessoa da cúpula do processo subversivo. Ligado à política das Ligas Camponesas (...).”; relata-se também a relação de Ivan com indivíduos como Assis Lemos, João Alfredo Dias e Pedro Fazendeiro; além de indicar aproximações do paraibano com países comunistas (ARE_ACE_2715_81. Fundo SNI – Agência Recife). Abaixo temos um recorte do prontuário de Ivan.

¹⁶⁴ Segundo documentos sob posse da CEVPM-PB, foi líder da Liga Camponesa de Sapé e primeiro presidente do Sindicato Rural da cidade, sendo por isso citado no “IPM da Subversão” e no “IPM Rural”.

Figura 6 – Prontuário das Forças Armadas sobre Ivan Figueiredo Albuquerque

NOME IVAN FIGUEIREDO DE ALBUQUERQUE		Nº...0165		FOTOGRAFIA
FILIAÇÃO...Luiz Figueiredo de Albuquerque e Jélia Dutra de Figueiredo				
PROFISSÃO...Agricultor		ENDEREÇO...Faz. São Rocário - Sapé/PB		
CLASSIFICAÇÃO		MEIO ONDE ATUA		
OBSERVAÇÕES...Nascido em 05 Nov 24 - Natural de SAPE/PB - Identidade nº 23.599/PB, emitida em 18 Dez 46.				
TÍTULO CIENTE Nº 17.310 - 4º SGT/PAPE		HÁBITOS (atualização permanente)		
				
EXTRATO DO PRONTUÁRIO				
DATA	FONTE E CLASSIFICAÇÃO	REF. AFQ	HISTÓRICO	
1962 29 Out	15º RI RPI nº 10	Pasta nº 8 PI 108	Do RPI consta que a região de MINERI/PB está transformada por uma malta de im-terra de crimes. O principal responsável por esse clima é IVAN FIGUEIREDO, de-anga de ASSIS LEMOS. No dia 11 Out 62 mandou executar um morador do Sr JOSE M-querer a LIMA e ser favorável ao patrão. Não conseguiu seu intento visto o-ador lavar o rosto.	
1963 22 Nov	15º RI RPI nº 8	Pasta nº 2 PI 51	Conforme noticiou a imprensa local (JORNAL DA PARAIBA), é candidato a Prefe-ri.	
1963 14 Jun	15º RI 1ª Opt B Gr 51-E/2-E/3	Pasta nº 13 PI 185 1-003/63 PI 67	Do Ofício consta que tem viajado a CUBA em companhia de outros elementos como-riado de LIGAS CAMPONESAS.	

Fonte: ARE_ACE_2715_81. Fundo SNI – Agência Recife. Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba – Fundação Casa José Américo.

Outro dossiê a informar sobre Ivan Figueiredo é o ACE Nº 2047/81, composto pelo documento INFORMAÇÃO Nº 601/115/ARE/81 de 11 de julho de 1981. Este também se constitui como uma resposta a Pedido de Busca, neste caso, da Agência Central do SNI (PB Nº 034/15/AC/78 de 03 de maio). O documento informa sobre Ivan Figueiredo no tocante a quatro temas: pretensões políticas, destacando seu desejo de lançar-se candidato para a Assembleia Legislativa da Paraíba no pleito de 15 de novembro de 1978, contudo, sendo “apurado que reúne poucas chances de eleger-se”; atos políticos, sobre os quais informa-se que era ligado às Ligas Camponesas em Sapé/PB, envolvendo-se em comícios nos quais proferia discursos de “teor subversivo”, “insuflando a massa camponesa (...) a não respeitar o destacamento policial local”; relações políticas, informando que “antes da Revolução viajou a CUBA em companhia de ASSIS LEMOS”, com quem sempre se encontra; e por fim, a questão do Sindicato Patronal Rural, sobre o qual é comunicado que “encontra-se acéfalo”, não sendo “possível contato com os demais líderes sindicais da área de atuação do epigrafado” (ARE_ACE_2047_81. Fundo SNI – Agência Recife).

Por fim, observamos ainda o ACE Nº 4178/83, constituído pelo INFORME Nº 119/15/ARE/83, datado de 07 de fevereiro de 1983. Trata-se de um documento bastante

resumido das informações que o SNI possuía sobre Ivan Figueiredo de Albuquerque, algumas inclusive repetidas dos documentos expostos anteriormente, como por exemplo: a ligação de Ivan com as Ligas Camponesas e com o PCB, “acusado como pessoa de cúpula do processo subversivo” na cidade de Sapé; e a conexão mais recente com o então Deputado Federal Marcondes Gadelha. Enfatiza-se que Ivan “possuía grande capacidade de liderança política, conseguindo transmitir tudo o que lhe convinha devido a facilidade que dispunha para se comunicar.” (ARE_ACE_4178_83. Fundo SNI – Agência Recife).

Em conformidade com o discurso do restante do documento, caracteriza-se Ivan Figueiredo como “elemento esquerdista, contestador e contrário à Revolução de 1964. (...) pregava a implantação do comunismo como única forma de resolver o problema do homem do campo.”. Comunica ainda que Ivan Figueiredo “Mantinha em sua residência farta documentação de propaganda comunista, de procedência cubana e chinesa”, informação esta que podemos entender como oriunda de atividades de vigilância a própria residência do indivíduo em questão (ARE_ACE_4178_83. Fundo SNI – Agência Recife).

Assim, o principal dado para a caracterização de Ivan Figueiredo de Albuquerque da forma que vimos nos três ACEs expostos acima, decorre de sua atuação junto às Ligas Camponesas, baseiam-se, portanto, em informações oriundas de período imediatamente anterior ao golpe de 1 de abril de 1964. Os documentos expostos, datados respectivamente de 1974, 1981 e 1983, constituem-se majoritariamente como a repetição destas informações pré-golpe de 1 de abril, acrescidas, porém, de novos relatos sobre a continuidade das atividades políticas de Ivan, além de suas novas relações e pretensões políticas no período dos referidos documentos. Ou seja, o relato informacional da vigilância seguiu repetindo uma certa caracterização de Ivan e, os OIs seguiram suas atividades de vigilância em busca de novos dados que continuassem a corroborar com esta caracterização de “esquerdista e contestador”, portanto, “perigoso” e necessário de vigilância.

Outro político sobre o qual identificamos três ACEs no Fundo SNI – Agência Recife, foi Octacílio Nóbrega de Queiroz¹⁶⁵, que, segundo José Octávio de Arruda Mello (2010, p. 69), “de ex-integralista, (...), transitara para o outro lado da barricada, isto é, das trincheiras da

¹⁶⁵ Utilizamos esta grafia de seu nome em decorrência de nossas fontes bibliográficas, contudo, seu nome também aparece como Octacílio Nóbrega de Queirós e Otacílio Nóbrega de Queiroz. Foi deputado estadual constituinte pelo PSD/PB em 1947, regeu-se em 1950. Filiou-se ao PSB em 1962 e, quando do golpe militar de 1964 e a seguinte extinção dos partidos existentes, ingressou no MDB, onde assumiu cadeira na Câmara Federal em decorrência de suplência em 1975, foi eleito para o mesmo cargo em 1979. No ano seguinte seguiu para PMDB/PB, legenda por onde continuou na Câmara até 1984. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/queiros-otacilio-nobrega-de> Acesso: maio de 2019.

ordem, para a fraternidade do socialismo (cristão).”. José Octávio também argumenta que Octacílio teria sido “o parlamentar paraibano que, na segunda metade dos anos setenta, firmou oratória mais articulada”, abordando problemas locais e nacionais, “repeliu as prisões cautelares e por motivos ideológicos, assim como invocou a anistia (...)” (MELLO, 2010, p. 128).

Analisando os documentos do SNI, nos parece que o Serviço concordaria com esta classificação de José Octávio a respeito de Octacílio de Queiroz. No ACE Nº 258/79, composto por um TELEX do SNI de 1979, consta o juízo sintético do político paraibano, que, já ocupando o cargo de Deputado Federal do MDB da Paraíba, foi caracterizado com “posição ideológica esquerdista”, com “atitude contestatória face a Revolução de 31 de março de 1964” e desenvolvedor de “atividades subversivas esquerdistas” (ARE_ACE_258_79. Fundo SNI – Agência Recife).

Em outro dossiê informativo, o ACE Nº 1616/81, composto pela INFORMAÇÃO Nº 045/115/ARE/81, de 06 de março de 1981, o assunto é “SEPARATISMO – DEP FED OCTACÍLIO QUEIROZ (PMDB/PB)”. De forma resumida, o documento versa sobre uma suposta “conversa informal” que o deputado teria tido com jornalistas do jornal Correio da Paraíba, onde o político teria abordado a temática do separatismo do Nordeste (ARE_ACE_1616_81. Fundo SNI – Agência Recife).

O documento comunica uma análise a respeito da matéria de jornal originada desta conversa entre os jornalistas e o então deputado federal. Assim, consta no documento informação que “o responsável pela apresentação do texto é o jornalista CARLOS CÉSAR, que atribui ao nominado uma série de declarações (...)”, o documento também apresenta conclusão “que a quase totalidade da matéria publicada (...) é de autoria do próprio jornalista, que introduz a seu modo os assuntos tratados na “conversa” e em seguida seleciona algumas frases de efeito duvidoso e de escasso valor” (ARE_ACE_1616_81. Fundo SNI – Agência Recife). Por fim, ainda é comunicado que “o tema do separatismo continua sendo objeto, apenas, de extrojeção muito pessoal de raríssimas vozes que se têm levantado, cuja mensagem não vem conseguindo sensibilizar o grande público residente na área.” (ARE_ACE_1616_81. Fundo SNI – Agência Recife).

Este ACE Nº 1616/81 é especialmente interessante porque ele realiza o uso de informações jornalísticas de maneira ainda não vista neste trabalho. Vimos até aqui o uso de matérias jornalísticas em prontuários e demais tipos documentais apenas como fontes de informações para os OIs, ou seja, partindo do pressuposto de que seriam dados corretos.

Como assinala Carla Reis Longhi (2014, p. 105), “as informações retiradas da imprensa confeccionavam relatórios, boletins e os prontuários, que auxiliavam no controle social.”. Contudo, no caso exposto acima, temos justamente o contrário, a matéria torna-se análise do agente do SNI que desacredita as informações nela expressas.

O último arquivo a tratar individualmente de Octacílio Queiroz, é o ACE Nº 4046/83, um dossiê composto por vários documentos sobre o político, sendo principal o INFORME Nº 25/15/ARE/83, datado de 03 de janeiro de 1983 e com indicação do prontuário Nº 00938 em anexo. Este informe inicia-se citando um pequeno resumo oriundo das informações constantes ao prontuário em anexo, assim, comunica-se que em períodos passados Octacílio Queiroz “fazia pregação do Credo Moscovita, em plena aula. Homem de esquerda. Escreveu carta aberta ao Governador do Estado/PB, condenando as violências policiais. Escreveu artigos apoiando o movimento estudantil” (ARE_ACE_4046_83. Fundo SNI – Agência Recife).

O prontuário Nº 00938 por sua vez, apresenta caracterização do “Professor da Faculdade de Engenharia da Universidade da Paraíba” como “subversivo”, já em seus dados de qualificação. De forma que este documento, constituído por informações com datas de inserção entre 1966 e 1978, relata que Octacílio teria orientação política de esquerda; comunica sobre sua trajetória política; dados de seu trabalho como professor e de seu afastamento do magistério por ser alvo de processos e realizar críticas ao governo; informa sobre discursos críticos proferidos por Octacílio ao governo federal e aos militares em diversas ocasiões (reuniões, entrevistas e no exercício do magistério); narrativas sobre a sua presença em reuniões e encontros do MDB; além de comunicar a existência de outros documentos sobre Octacílio que constam em anexo a este prontuário (ARE_ACE_4046_83. Fundo SNI – Agência Recife).

Assim, indicado como anexo deste documento Nº 00938, consta no ACE um segundo prontuário, desta vez de produção de setor das Forças Armadas. Com informações que apresentam datas de inserção entre 1963 e 1977, este documento relata como fontes setores militares (como o 1º Gpt E Cnst e o 15º RI) e jornais da imprensa paraibana. Em algumas informações comunica-se o então professor universitário como “esquerdista corrupto”, “esquerdistas simpatizante”, “subversivo”, como um indivíduo comunista no meio universitário (ARE_ACE_4046_83. Fundo SNI – Agência Recife).

No prontuário são detalhados artigos de Octacílio publicados em jornais, bem como críticas feitas por ele a publicações de outros; relata-se sobre cartas de Octacílio à Ruy Carneiro e à João Agripino, a este último, consta que se tratava de “violenta carta (...) de

forma irada e cheia de rancor” devido a violenta ação policial em manifestação dos estudantes de João Pessoa em virtude da morte do jovem Edson Luiz no Rio de Janeiro. Informa também sobre o envolvimento de Octacílio em manifestações estudantis contra o regime, detalhando especialmente sua suposta presença em “pregação subversiva no meio universitário, promovendo em 17 Out 68, uma Assembleia Geral na Faculdade de Filosofia, de que resultou em uma greve parcial de advertência”, bem como, consta que “esteve presente à concentração ocorrida em 23 Out 68, com discursos inflamados contra o regime e as Forças Armadas”, de forma que, “de um modo geral, teve atuação destacada no movimento, compactuando com a baderna estudantil.” (ARE_ACE_4046_83. Fundo SNI – Agência Recife).

Também consta no ACE Nº 4046/83 um processo de 1969 do 1º Grupamento de Engenharia, a respeito do indicado Octacílio Nóbrega de Queiroz. Neste documento são listados novamente os antecedentes do referido e consta o seguinte “Parecer Final”:

Examinando o que do presente "dossier" consta, verifica-se que o Sr OTACILIO NOBREGA DE QUEIROZ utilizou-se seguidamente dos jornais; comícios e passeatas para pregar o comunismo e combater frontalmente o governo através da calúnia, da mentira e da deturpação dos fatos.

Após a Revolução de 31 de março de 1964, vem se destacando pelos seus ataques ao Governo e ao Regime, aproveitando-se da sua condição de Professor Universitário e ainda contar com o filho, também esquerdista, na presidência do Diretório Central dos Estudantes.

Coroando a sua posição anti-revolucionária, e de comunista militante, dirigiu as agitações de outubro de 1968, que terminaram com o choque com a Polícia local e a saída do Exército as ruas; desta feita, provocou a polícia e do atrito resultante saiu ferido, juntamente com familiares, comprovando a sua presença nas badernas.

Considerando que seus artigos publicados no "Correio da Paraíba"; são altamente perigosos, pregando seguidamente o regime marxista e o combate ao governo Revolucionário;

Considerando que o mesmo, pelas suas palavras e atos, pode ser enquadrado no grupo anti-revolucionário que contra a Revolução trabalha, trama e age;

Esta Comissão é de parecer que o Sr Otacilio Nóbrega de Queiroz deverá ter os seus direitos políticos suspensos, de acôrdo com o Art 4º do ATO INSTITUCIONAL Nº 5 e ser demitido do cargo de professor da Universidade Federal da Paraíba, de acôrdo com o Art 6º do mesmo ATO (ARE_ACE_4046_83. Fundo SNI – Agência Recife).

O mais interessante neste conjunto documental sobre Octacílio de Queiroz, é perceber como as informações circularam pelos órgãos da ditadura. Assim, os dois prontuários, um do SNI e outro das Forças Armadas e o processo do 1º Gpt E, apresentam informações semelhantes, quando não idênticas, sendo o prontuário Nº 00938 do SNI mais completo, a ponto que além das atividades de Octacílio como professor, também comunica sua participação no MDB/PB. Mas, este ACE Nº 4046/83 revela não “apenas” a circulação das

informações obtidas mediante atividades de vigilância, mas também, indica o uso destes dados em processos e em punições aos indivíduos entendidos como inimigos do regime.

Assim, dos três ACEs observados a respeito de Octacílio Nóbrega de Queiroz, o que mais se ressalta são as críticas feitas pelo mesmo ao governo federal, tanto quando ocupava o cargo de professor, com relatos de falas em eventos universitários, discursos, ocorridos em comícios, reuniões e entrevistas; quando ocupando a posição de deputado federal. Podemos inferir, então, que a vigilância sobre Octacílio se desenvolveu em vários espaços, salas de aula e auditórios da universidade, onde a responsabilidade direta era da ASI da UFPB; ambientes eminentemente políticos, como nas reuniões partidárias; e até ambientes públicos, como em comícios.

Visando encerrar nossas exposições acerca da vigilância do SNI sobre políticos filiados a partidos da oposição à ditadura militar, abordaremos o único ACE encontrado no Fundo SNI – Agência Recife, que versa individualmente sobre Humberto Coutinho de Lucena, ex-senador do PMDB paraibano e líder do partido no estado. Trata-se do ACE Nº 6032/84, composto pelo JUÍZO SINTÉTICO Nº 007/15/ARE/84, este datado de 07 de fevereiro de 1984 e apresentado como em referência a um TELEX da Agência Central do SNI (TX Nº 180/15/AC/83, de 28 de dezembro) e um outro Juízo Sintético da Agência Recife (JS Nº 535/15/ARE/80, de 15 de fevereiro) (ARE_ ACE_6032_84. Fundo SNI – Agência Recife).

Assim, no item “antecedentes” do juízo sintético, constam as seguintes informações sobre Humberto Lucena:

- Advogado. Curso concluído em 1951.
- Foi líder do PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO - PSD.
- Em 1963, visitou a UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS - URSS, como Membro da Delegação do Congresso Nacional.
- Em 1964, visitou os ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, como convidado oficial do Governo daquele País.
- Em 1967, foi observador parlamentar, como integrante da delegação do BRASIL à Assembléia Geral da ONU, em NOVA YORK.
- Em 1975, era um dos contatos do soviético VIKTOR NIKOLAYEVICH ROJINEV, Ministro Conselheiro da Embaixada da RÚSSIA, em BRASÍLIA-DF.
- Em 1979, como integrante do grupo radical do então MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - MDB, na PARAÍBA, se posicionou contra a Reforma Partidária.
- Posicionou-se, em 1983, contrário à “tese de um amplo consenso nacional”, proposta pelo Gov/MG TANCREDO NEVES.
- Esteve presente, no dia 17 JUL 83, em GUARABIRA/PB, à inauguração da FUNDAÇÃO OSMAR DE AQUINO, juntamente com o líder comunista LUÍS CARLOS PRESTES, entre outros.

- Reconduzido ao cargo de Presidente da Comissão Executiva do Diretório Regional do PMDB/PB, no dia 20 NOV 83 (ARE_ACE_6032_84. Fundo SNI – Agência Recife).

Ainda segundo o juízo sintético, tem-se que Humberto Lucena revela tendência ideológica “esquerdista”; não estando “integrado às instituições vigentes”, proferindo pronunciamentos “com críticas à política do Presidente Figueiredo e ao regime vigente, tem se caracterizado como um oportunista radical.”. No item “atividades subversivas”, consta que “já manteve contatos políticos, na PARAÍBA, com o militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO - PCB, LUIZ INÁCIO MARANHÃO FILHO e com o líder comunista, LUÍS CARLOS PRESTES.”. Por fim, no item “outros dados julgados úteis”, informa-se que Humberto Lucena seria “defensor da revogação da LEI DE SEGURANCA NACIONAL - LSN”, bem como, que teria “participado de comícios pró-diretas realizados na Paraíba.” (ARE_ACE_6032_84. Fundo SNI – Agência Recife).

Com base nas informações comunicadas neste juízo sintético, podemos inferir que este não era o único documento existente sobre Humberto Lucena no acervo do SNI. Em decorrência deste ACE, podemos verificar que o paraibano era vítima de vigilância política do regime, tendo em vista a presença de informações a respeito de viagens, contatos e posicionamentos políticos do mesmo. É provável que, por apresentar data de produção já dos anos finais da ditadura e, claramente ser composto por resumos e entendimentos de informações mais antigas, este juízo sintético seja um dos documentos a apresentar análise mais sólida sobre Lucena, tendo em vista que a constante atualização das informações em seus arquivos era uma prática do Serviço.

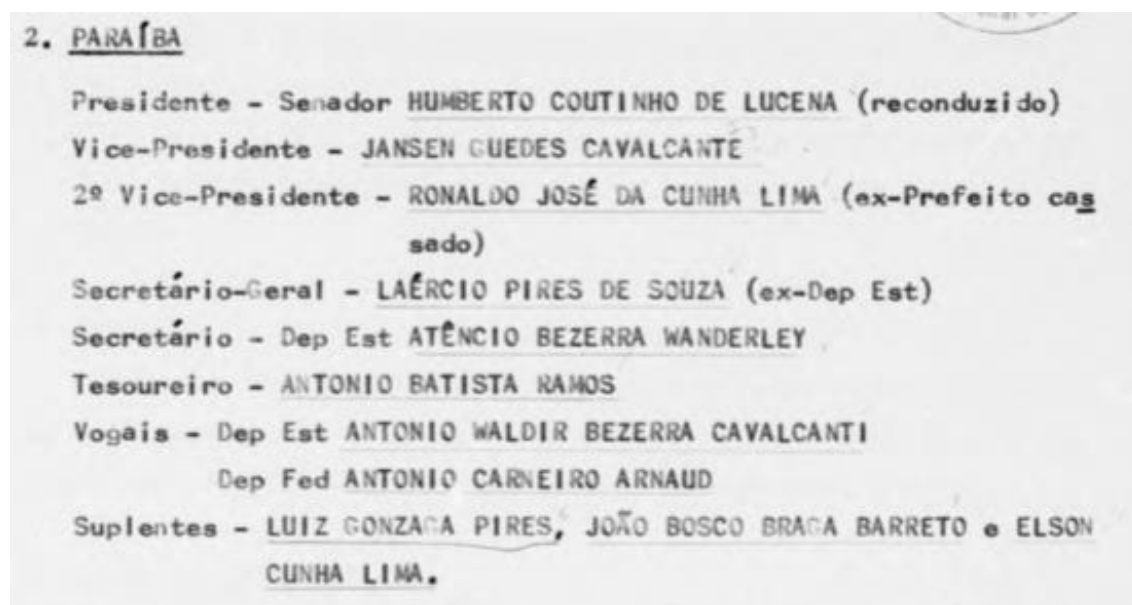
Como já foi dito e observado anteriormente, o resultado documental da vigilância aos políticos não se encerra nos documentos que informam individualmente sobre os mesmos. Tal resultado também aparece em outros sobre a coletividade política, que versam sobre os partidos políticos e suas ações, ou mesmo, os que informam sobre resultados eleitorais. Nestes casos, a vigilância adentra ainda mais ao campo político, tendo em vista que além de informar acerca de um indivíduo, informa também sobre as ações dos partidos como conjuntos.

Assim, a vigilância ou o fornecimento de informações acerca de políticos e suas legendas partidárias ao SNI pode ser observada pelo ACE Nº 550/79. O documento principal deste ACE é a INFORMAÇÃO Nº 389/115/ARE/79, de produção da Agência Recife e com difusão para a Agência Central do SNI. A informação apresenta data de 16 de outubro de 1979 e comunica sobre as “convenções regionais do MDB em Pernambuco, Paraíba e Rio

Grande do Norte” realizadas no dia 14 de outubro de 1979. (ARE_ACE_550_79. Fundo SNI – Agência Recife).

No que se refere à Paraíba, consta que em convenção “realizada na Assembleia Legislativa”, “votaram, por uma chapa única, convencionais de 30 municípios, sem anormalidades e com pouco entusiasmo”, elegendo assim, a comissão executiva do MDB/PB, informada nominalmente no documento (ARE_ACE_550_79. Fundo SNI – Agência Recife).

Figura 7 – Composição do Diretório Regional do MDB/PB



Fonte: ARE_ACE_550_79. Fundo SNI – Agência Recife. Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba – Fundação Casa José Américo.

Por fim, também consta no ACE, o Ofício Nº 1.011/79 de 01 de novembro de 1979, de autoria do diretor geral do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba. Trata-se do encaminhamento do “Registro do Diretório Regional do Movimento Democrático Brasileiro, Secção da Paraíba”, ao “Ilmo. Sr. Chefe do S.N.I. – Ed. Correios e Telégrafos – 6º andar – Recife/PE” (ARE_ACE_550_79. Fundo SNI – Agência Recife).

Portanto, vemos que Agência Recife do SNI recebeu de órgão da justiça eleitoral e difundiu para a Central em Brasília, um documento que em tese deveria interessar apenas, ou pelo menos primordialmente, ao Tribunal Superior Eleitoral e ao próprio TRE da Paraíba. Trata-se de informação estritamente de caráter político, em nada a composição do diretório regional do MDB/PB põe em risco a Segurança Nacional, visto que auxiliar a preservar a Segurança Nacional, se tornou a justificativa do regime para as ações do SNI.

Contudo, tendo em vista a perspectiva do regime de controlar o campo político, certamente era fundamental que o SNI identificasse os políticos que estavam no comando do partido de oposição na Paraíba. Essa informação poderia servir de diversas formas ao Serviço, desde possibilitar um maior entendimento sobre as lideranças políticas no estado, auxiliar a ponderar quais políticos deveriam ser vigiados por suas atividades individuais e/ou para se alcançar informações do próprio partido enquanto coletividade. Assim, ainda cabe expormos que de todos os políticos da oposição citados em documentos analisados até aqui, apenas o nome de Ivan Figueiredo de Albuquerque não aparece no ACE Nº 550/79, pois, no período do documento ele não integrava o diretório do MDB/PB.

A vigilância conjunta a partidos e políticos também pode ser observada no documento constante no ACE Nº 3353/82. Trata-se de um informe da Secretaria de Segurança Pública da Paraíba (SSP-PB), especificamente do Centro de Informações Policiais e de Segurança (CIPS), órgão que substituiu a DOPS a partir de 1980, mas permaneceu com as mesmas atribuições. Tal documento, o INFORME Nº 031/82/CIPS/SSP/PB, que apresenta data de 10 de maio de 1982 e difusão para a Agência Recife do SNI e para o 1º Gpt E Cnst em João Pessoa, possui como assunto o “movimento trabalhista do PMDB” (ARE_ACE_3352_82. Fundo SNI – Agência Recife).

Assim, o documento informa que em 15 de abril de 1982, realizou-se na Câmara Municipal da capital paraibana, a Convenção Municipal do Movimento Trabalhista do PMDB, que teria contato com a presença de Antônio Mariz, José Rodrigues da Costa, José de Anchieta Maia, Wladimir Dantas, Cristiano Zenaide de Paiva, além de outros indivíduos indicados como não identificados. Também são comunicados os resumos dos pronunciamentos dos citados, todos com críticas ao governo federal; e é informada a composição da diretoria provisória do movimento (ARE_ACE_3352_82. Fundo SNI – Agência Recife).

Este ACE Nº 3353/82 corrobora com explicação presente na bibliografia consultada e com o entendimento resultante de nossas pesquisas nos documentos do Fundo SNI – Agência Recife. Ou seja, vemos por este ACE que mesmo que nem todas as informações oriundas das atividades da comunidade de segurança fossem repassadas à comunidade de informações, estes setores mantinham estreitas relações quanto a troca dos dados resultantes de suas atividades de repressão; sendo o SNI, devido ao seu papel de difusor e produtor de informações previsto em lei, e de certa forma realizado na prática, um “órgão ponte” entre as comunidades responsáveis pela repressão política da ditadura.

Finalizando a exposição e análise de documentos do Fundo SNI – Agência Recife acerca dos políticos das oposições partidárias, constatamos que a vigilância e o relato informacional da mesma variavam não apenas entre situação e oposição enquanto grupos diferenciados, mas também dentro da própria oposição. O discurso presente em documentos sobre indivíduos que eram conhecidas relações com o movimento camponês, partidos comunistas ou movimento estudantil, exibia tom depreciativo, doloso, claramente permeado pelo linguajar decorrente dos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional.

Contudo, diferentemente dos políticos pertencentes aos partidos da situação, aqui o relato da vigilância não demonstra uma busca por justificção de caráter político, como um confiar desconfiando. No caso dos políticos filiados às oposições não se buscava justificar a vigilância pois já se tinha a perspectiva de que estes eram perigosos ao governo, tanto o é, que o discurso dos documentos procura a todo momento basear-se em fatos incisivos para classifica-los como “esquerdistas”.

A lógica da suspeição com relação aos políticos da oposição não parte “apenas” da observação de seus atos e trajetória política, mas também, e talvez primordialmente, de sua própria situação de filiado a partido de oposição. Este dado tornava um indivíduo “apto” a ser vítima da vigilância política do regime, seja esta individual ou coletiva, quando se vigiava o partido e conseqüentemente obtinha-se informações sobre seus quadros.

De forma geral, percebemos que os documentos destacam duas questões principais que se entrelaçam: a trajetória política dos indivíduos e as relações políticas estabelecidas ao longo desta trajetória. Assim, por estes documentos do Fundo SNI – Agência Recife que abordam às oposições políticas partidárias, observamos que a vigilância servia a procura por controle do campo político partidário, tanto do regime como da comunidade de informações, especificamente o SNI.

A existência de tais documentos de vigilância também nos evidencia mais uma vez a influência de práticas da cultura política brasileira no período ditatorial, visto que, após muitas pressões e lutas da sociedade civil organizada, possibilitava-se a existência de oposições políticas organizadas, contudo, proibia-se os partidos com denominações comunistas, ou seja, tratava-se de um aceno de conciliação com setores das elites políticas do país. Ao mesmo tempo, a atuação dos órgãos de informações mantinha o regime constantemente e fortemente informado sobre as oposições e aqueles que as compunham. Na prática, era vigilância e repressão política, autoritarismo a serviço do projeto político, econômico e social da ditadura e de seus aliados.

CAPÍTULO 3 – MILITÂNCIA POLÍTICA DE ESQUERDA NA PARAÍBA SOB A VIGILÂNCIA DO SNI

Militante: termo que designava um indivíduo que participava ativamente de um partido político ou organização de esquerda. Foi definido pelo *Dicionário da Subversão* do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa), transcrito do estatuto da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares): “é militante da organização todo aquele que é: marxista-leninista e capaz de aplicar criativamente os seus princípios em todos os momentos de sua militância; concorda com o Programa da organização e a estratégia nele expressa e aceita as suas diretrizes táticas; milita num de seus organismos, observando a disciplina; aceita e cumpre rigorosamente as normas expressas nesses estatutos; e tenha nível político ideológico.” (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p. 205-206).

3.1 Organizações de esquerda na Paraíba e documentos do SNI

Em sua grande maioria, as organizações de esquerda presentes no Estado da Paraíba durante o período da ditadura militar foram formadas por indivíduos oriundos de movimentos reivindicatórios e progressistas da sociedade civil local do início dos anos 1960. Destes, destacam-se o movimento operário/sindical de cidades como João Pessoa, Cabedelo, Santa Rita e Mamanguape; as Ligas Camponesas, principalmente a de Sapé; movimento estudantil secundarista e universitário de João Pessoa e Campina Grande; além de profissionais como professores universitários e membros da imprensa paraibana, etc. O relatório final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (2017, p. 123) explica a respeito destes movimentos e grupos atuantes na Paraíba que:

Na década de 1960 foi criada a Comissão Intersindical (COSINTRA), a partir da atuação de vários presidentes de sindicatos, que teve como finalidade as reivindicações básicas dos trabalhadores. A partir desta entidade sindical, foi formado o núcleo local do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que passou a acompanhar e dar apoio aos diversos movimentos reivindicatórios e grevistas surgidos no período. Também foi constituído o Pacto de Unidade e Ação (PUA), tendo como base os sindicatos dos portuários e ferroviários de Cabedelo. Além desse avanço do movimento sindical, outras entidades da sociedade civil passaram a atuar de forma mais reivindicativa, principalmente o movimento estudantil secundarista e universitário, bem como a Associação Paraibana de Imprensa (API). Esta, a partir do momento que passou a ter uma direção mais progressista, sob a presidência do jornalista Adalberto Barreto. Outro campo de atuação das forças nacionalistas e de esquerda foi a Campanha de Educação Popular (CEPLAR), fundada em 1961, inspirada no método Paulo Freire, com o objetivo de promover atividades de educação/conscientização junto às camadas populares. Inicialmente, atuou na cidade de João Pessoa e, posteriormente, expandiu-se para outras cidades do interior do Estado. Foi idealizada por estudantes e profissionais da área de educação e assistentes sociais ligadas à Juventude Universitária Católica (JUC). No seu Conselho Deliberativo estavam representados o movimento sindical, o estudantil, a

Igreja Católica, a API, dentre outras entidades. Os comunistas também participavam diretamente, principalmente, o teatrólogo Paulo Pontes, que produziu peças, músicas e folhetos para suas atividades.

Dos movimentos e entidades acima citados saíram muitos dos indivíduos que ao longo da ditadura militar tornaram-se militantes de organizações de esquerda. Contudo, é importante atentar que antes mesmo do golpe civil-militar de 1964, alguns dos movimentos apontados já se relacionavam com a esquerda, tendo em vista que assim como o restante do país, a Paraíba experimentava um período de efervescência social. “A eclosão do golpe tomou de surpresa as forças de esquerda na Paraíba, interrompendo a ocorrência de novas manifestações reivindicatórias que já haviam sido agendadas...” (CITTADINO, 1998, p. 153-154).

Mesmo em meio a surpresa pelo golpe, alguns grupos tentaram organizar resistências, mas a força repressiva dos golpistas imediatamente se abateu sobre os movimentos e organizações vinculados à esquerda:

após as notícias da eclosão do golpe, chegou a ser iniciado um comício no bairro de Cruz das Armas, promovido por entidades ligadas à esquerda – PCB, CGT, PUA e Federação das Ligas Camponesas – que foi dissolvido pelas tropas federais.

Outra tentativa de reação se deu na cidade de Rio Tinto, onde camponeses e operários, através do sindicato e das Ligas Camponesas, contando com o apoio do prefeito e presidente do Sindicato dos Têxteis, Antônio Fernandes de Andrade, e do advogado José Gomes da Silva, Zé Moscou, tomaram a fábrica de tecidos, paralisando suas atividades e isolando os pontos estratégicos da cidade com arame farpado. Mas a Polícia Militar e o exército reprimiram o movimento, o prefeito fugiu e posteriormente se entregou no Quartel do 15º Regimento de Infantaria onde ficou preso por seis meses.

[...]

Na Paraíba, a API foi invadida pelo Exército; a CEPLAR foi invadida por civis engajados no golpe. Foram registradas várias prisões, efetuadas tanto no setor urbano como na zona rural. A repressão no meio rural, além de ser feita pela Polícia Militar e pelo Exército, contou com a colaboração de capangas e das milícias particulares dos proprietários rurais.

O setor estudantil também foi muito perseguido. As direções das entidades estudantis, tanto secundaristas como universitárias, sofreram intervenções. Também houve perseguição a professores universitários e expurgos no aparelho estatal. (...)

Apesar da repressão ter se estendido a vários setores da sociedade, ela se fez mais forte sobre as Ligas Camponesas, que eram consideradas uma afronta aos grandes proprietários de terra e uma ameaça de subversão da ordem (CEVPM-PB, 2017, p. 131-133).

Além das Ligas Camponesas, outro que também sofreu grandes estragos com o golpe de 1 de abril, foi a seção paraibana do PCB. Como destaca Rodrigo Freire de Carvalho e Silva (2014, p. 74): “O golpe civil-militar de 1964 dizimou o PCB na Paraíba (...). Logo após o golpe, diversos militantes comunistas foram presos ou obrigados a fugir do estado (...).”.

A origem do PCB na Paraíba remete aos anos de 1930, mas sua integração plena à vida política paraibana de forma legal ou semilegal se deu após 1945. Já em 1947 o partido conseguiu eleger um deputado estadual com votação expressiva em João Pessoa, Santa Rita e Mamanguape, era o líder da legenda no Estado, João Santa Cruz de Oliveira. Nestes anos anteriores ao golpe de 1964, a influência do PCB na Paraíba localizava-se entre a classe média urbana (estudantes, intelectuais e profissionais liberais); o movimento operário e o movimento camponês (SILVA, 2014, p. 66-69).

Mesmo o PCB paraibano tendo sofrido várias perdas no imediato pós golpe, ainda figurou como uma das organizações de esquerda que desenvolveram maior penetração na sociedade paraibana durante a ditadura militar. Merece destaque a inserção do PCB em movimentos dos trabalhadores rurais da Paraíba, muito devido a sua influência junto às Ligas; já o contato com os trabalhadores urbanos intensificou-se novamente nos anos 1970 com o jornal clandestino ‘Voz Operária’; além da presença do PCB paraibano no meio estudantil, tendo em vista que muitos jovens do período foram formados na política do partido e posteriormente acabaram discordando das chamadas teses reformistas da legenda e ingressando em outras organizações de esquerda que pregavam uma postura mais radical contra a ditadura.

Também não se pode esquecer que já na década de 1970, mesmo o partido estando na ilegalidade e seus participantes sendo perseguidos pelos órgãos de repressão, o PCB buscou atuar junto ao MDB, lançando candidatos e eventualmente elegendo-os pela legenda emedebista, como em São Paulo e Pernambuco. No caso da Paraíba, especialmente a ala jovem do PCB buscou operar com o MDB, contudo, apenas em 1982 logrou o êxito de apresentar e eleger candidatos pelo partido oposicionista (SILVA, 2014, p. 75).

Outra organização de esquerda com grande influência na Paraíba durante a ditadura militar foi o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), organizado no Estado logo após a criação nacional do partido em 1968, por jovens dissidentes das chamadas “teses reformistas” do PCB. Na Paraíba o PCBR teve sua base no movimento secundarista de João Pessoa, Campina Grande e Catolé do Rocha; não tendo logrado o mesmo nível de inserção no meio universitário, apesar de ter enviado representantes para congresso da UNE em 1968 (NUNES, 2015).

O PCBR no estado da Paraíba, como a maioria das Organizações da esquerda revolucionária no Brasil, realizou “expropriações” para sua manutenção e para montar a estrutura da tão sonhada e nunca realizada guerrilha rural. Na Paraíba, as primeiras ações foram os “furtos” do mimeógrafo do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina, em João

Pessoa e outro da Faculdade de Agronomia, na cidade de Areia. Noutra ação, militantes do PCBR levaram os cálices da Catedral de João Pessoa, imaginando que fossem de ouro, com o objetivo de vendê-los para obterem recursos. Depois constatou-se que os cálices não tinham valor comercial (NUNES, 2015, p. 7).

O desenvolvimento do PCBR na Paraíba se deu primeiramente na capital João Pessoa, formou-se um grupo de estudantes secundaristas que foi a base inicial do partido: Eduardo Ferreira Lima (Batata), Rômulo de Araújo Lima, Eraldo Fernandes dos Santos, Eric Jenner Rosas e José Emilsin Ribeiro. Estes aliaram-se a seção pernambucana em um plano para assaltar a Companhia de Cigarros Souza Cruz localizada em João Pessoa. Após desentendimentos entre as duas seções, os paraibanos prepararam-se por duas vezes para realizar o assalto sozinhos, não obtendo sucesso em nenhuma delas. Acabou que o assalto foi realizado pelo PCBR de Pernambuco, “sem a participação dos paraibanos – que já estavam em processo de rompimento com o partido para ingressar na ALN” (NUNES, 2015, p. 8).

Na cidade de Catolé do Rocha, localizada no semiárido paraibano, na segunda metade dos anos de 1960, despontou um importante movimento secundarista. As lideranças desse movimento, como Ubiratan Cortez Costa e Ariosvaldo Diniz, desenvolveram contato com o PCB ao ponto de se criar uma célula do partido na cidade. Posteriormente, as lideranças acabaram por se deslocar para a capital do estado para continuar os estudos, lá tiveram contato com o PCBR. Já descontentes com as teses “reformistas” do “partidão”, aderiram ao tom mais radical da sigla revolucionária (NUNES, 2015, p. 7-8).

Em 1969, o grupo decorrente de Catolé do Rocha retornou à cidade com o intuito de subir a Serra do Capim Açu “para discutir política e fazer treinamento guerrilheiro”. No total foram duas idas ao local, a última contabilizou 19 jovens e desta vez realizou-se de fato treinamento militar. Contudo, em 22 de outubro daquele ano todos os envolvidos na “Guerrilha de Catolé do Rocha” foram presos, como a grande maioria eram menores, apenas três dos jovens foram condenados (NUNES, 2015, p. 9-10).

O acontecimento com mais consequências negativas para o PCBR paraibano foi certamente a descoberta de um aparelho¹⁶⁶ da organização na Avenida Olinda localizada no bairro de Tambaú da capital João Pessoa. Lá foram encontrados diversos documentos e materiais da organização com nomes e endereços, o que causou a fuga imediata de vários

¹⁶⁶ “Local destinado a reuniões de um grupo político clandestino, guarda de material, esconderijo ou moradia de seus membros. Base de operações temporárias, poderia ser situado dentro do perímetro urbano ou em área rural, possuindo uma série de requisitos para sua utilização (...). Fonte do verbete: Divisão de Inteligência do Departamento de Política Federal, BRANBSBZD, caixa 22-A, p. 1-15.” (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p. 58).

militantes, enquanto outros não conseguiram fugir e acabaram presos pela repressão. No Fundo SNI – Agência Recife identificamos um ACE que aborda a queda deste aparelho, trataremos dele no próximo tópico deste capítulo.

Além do PCB e do PCBR, também houve paraibanos militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), da Ação Libertadora Nacional (ALN), da Ação Popular (AP), da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) (CEVPM-PB, 2017). Contudo, infelizmente não conseguimos identificar na bibliografia dados relativos à constituição destas organizações na Paraíba.

Sabemos, porém, que muitos paraibanos acabaram indiciados em Inquéritos Policiais Militares (IPMs) devido sua militância em organizações de esquerda. No período inicial da ditadura, logo após o golpe, dois IPMs se destacaram: o chamado IPM da subversão e o IPM sobre o Grupo dos Onze¹⁶⁷. Contudo, ainda existiram IPMs instaurados na Paraíba no decorrer da ditadura militar, como o IMP Rural, IPM do PORT, de Ibiúna, PCR, PCBR, UNE/UBES e IPM da Ação Popular (CEVPM-PB, 2017).

Assim, o IPM da subversão versa sobre atividades de movimentos sociais na Paraíba como a CEPLAR, o Movimento de Ação Popular (MAP), a Frente de Mobilização Popular (FMP), as Ligas Camponesas; sobre entidades representativas como a API, a UNE e a UBES; versa também sobre o PCB, sua organização e suas ações no Estado. Neste IPM destaca-se a ação dos identificados como envolvidos em todos os movimentos e organizações citadas, sendo indiciados 103 paraibanos. Ainda foram apontados casos diferentes entre o total dos indiciados: 3 pessoas sobre as quais “julgou-se a necessidade de dar “prosseguimento das investigações”; 8 paraibanos sobre os quais constam “informações e depoimentos que aconselham o procedimento de averiguações” por não terem sido localizadas; por fim, um militar que teria se recusado a participar do golpe de 1964 (CEVPM-PB, 2017, p. 740-744).

Já o IPM criado para apurar as atividades do Grupo dos Onze, tratava além da Paraíba, de Alagoas e Pernambuco, apurando sobre a articulação de “comandos nacionalistas” brizolistas nestes Estados. Segundo o relatório final da CEVPM-PB (2017, p. 745), foram indiciados 83 paraibanos neste IPM, sendo 53 apontados com “alguma ligação com o

¹⁶⁷ “Os Grupos dos Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas foram um movimento de esquerda organizado pelo então deputado federal do estado da Guanabara, Leonel de Moura Brizola em outubro de 1963. Esses grupos tinham o objetivo de pressionar o presidente João Goulart para a realização das Reformas de Base. Os Grupos de Onze Companheiros tiveram vida curta e se desmobilizaram com o golpe civil/militar em 1a de abril de 1964” (TAVARES, 2015, p. 1).

movimento, aparecendo seus nomes nas atas de fundação de algum G-11, ou por ouvirem os programas radiofônicos de Leonel de Moura Brizola e trocarem correspondências com ele”.

Tanto o IPM da subversão quanto o IPM do Grupo dos Onze foram citados em documentos do Fundo SNI – Agência Recife que tratam de indivíduos paraibanos alvos da vigilância do Serviço. Estes indivíduos são identificados nos ACEs como militantes de organizações de esquerda, comunistas, subversivos, simpatizantes. Alguns possuem ACEs inteiros apenas sobre sua vida política e privada, outros são citados em documentos acerca de organizações de esquerda ou nos que informam sobre a chamada “infiltração comunista”.

É importante destacarmos que durante a ditadura militar muitos militantes de organizações de esquerda acabaram por deixar seus estados de origem ou de residência devido ao receio de serem descobertos pelos órgãos de repressão, muitas vezes deixando seus nomes, suas famílias e empregos para trás. Outra situação comum durante a ditadura, é a militância por diversos estados da federação, o que dificulta identificar a origem do indivíduo. Por estes motivos, é possível que no Fundo SNI – Agência Recife existam documentos acerca de paraibanos que não fomos capazes de identificar como tais.

Alguns dos indicados nos ACEs do Fundo SNI – Agência Recife como militantes de organizações de esquerda ou comunistas, eram estudantes ou professores universitários. Isso porque, “Na visão dos vitoriosos de 1964, as universidades haviam se tornado ninhos de proselitismo das propostas revolucionárias e de recrutamento de quadros para as esquerdas.” (MOTTA, 2014, p. 23). Assim, era necessário primeiramente “limpar” a área dos eminentes “perigosos comunistas” mediante os expurgos efetuados imediatamente após o golpe de 1964 e, posteriormente com o desenvolvimento do SNI e do SISNI, estabelecer a vigilância sobre o campo educacional para que se pudesse monitorar caso alguém ou algo (militante ou organização) surgisse para ocupar o espaço que fora “limpo” pelas forças repressivas.

Os documentos identificados no Fundo SNI como de indivíduos da educação universitária (estudantes e professores) correspondem a essas situações, isso porque a hoje Universidade Federal da Paraíba (UFPB), antiga Universidade da Paraíba (UPB), foi um dos alvos pioneiros da repressão no meio universitário. Já em 14 de abril de 1964 o exército local baixou ato decretando a intervenção na universidade, afastou o reitor Mário Moacyr Porto, suspeito de envolvimento com a esquerda, e em seu lugar foi nomeado como interventor o professor de medicina e oficial do exército Guilardo Martins Alves. O afastamento de Mário Moacyr foi um dos seis casos de afastamento de reitores universitários realizados diretamente por representantes do regime militar (MOTTA, 2014, p. 43).

Logo em 22 de julho daquele ano, Guilardo Martins foi propriamente efetivado como reitor da Universidade da Paraíba, em uma eleição do Conselho Universitário (CONSUNI) que apenas referendou a nomeação já indicada em avisos do governo federal. Após essa primeira administração, Guilardo ainda foi reeleito, ocupando o cargo de reitor até julho de 1971, o mais longo reitorado que a universidade paraibana havia visto (CITTADINO, 1993, p. 13).

Guilardo Alves se mostrou atento às demandas repressivas, mas também hábil para angariar apoios, inclusive externos à universidade, e com isso conseguiu garantir sua eleição pelo Conselho Universitário. (...) Guilardo foi reconduzido ao cargo em 1967 e, no total, ficou sete anos à frente da UPB, numa gestão pródiga em obras e investimentos, mas também em expurgos políticos, sobretudo depois de 1968 (MOTTA, 2014, p. 43).

Assim como no restante do país, o ano de 1968 foi um marco nas movimentações estudantis na Paraíba, principalmente após a morte do estudante Edson Luís Souto, no Rio de Janeiro, em repressão policial às manifestações nas ruas da cidade. Os protestos contra a violência da ditadura que matou o jovem carioca tomaram o país. Na Paraíba o governador do Estado proibiu manifestações em protesto pela morte de Edson Luís, ordem que não foi seguida pelos estudantes da capital paraibana.

No dia 4 de abril o Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, realizou uma missa na Catedral Nossa Senhora das Neves pelo estudante assassinado no Rio de Janeiro, ao final da missa os presentes saíram em passeata com destino ao Ponto de Cem Réis, lá se depararam com a violência do forte aparato da Polícia Militar. No dia posterior, em comício relâmpago no então restaurante universitário (atual Restaurante Cassino da Lagoa), estudantes universitários decidiram pela continuidade do movimento, que passou a contar com o apoio de alguns setores da sociedade civil paraibana, em decorrência da tamanha violência empregada pela Polícia Militar na manifestação do dia anterior (NASCIMENTO, 2015, p. 27-28).

A partir dali o clima entre Polícia Militar e estudantes se tornou cada vez mais bélico. Além da luta contra a ditadura militar, o movimento estudantil se empenhou em manifestações constantes por pautas próprias da categoria, como melhores condições no restaurante universitário e contratação de novos professores (tanto para a universidade quanto para as escolas estaduais). As agitações sociais não se fizeram presente apenas na Paraíba, o país inteiro estava envolto em manifestações estudantis que eram violentamente reprimidas pelas forças militares. Como sabemos, o golpe final veio com a promulgação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968.

Mas, não bastasse aquele ato, os estudantes ainda teriam que conviver com o Decreto nº 477¹⁶⁸. Promulgado em 26 de fevereiro de 1969, este baseava-se no AI-5 para definir infrações disciplinares de cunho político ou reivindicatório de professores, alunos e funcionários de estabelecimentos de ensino, bem como as penas a eles aplicáveis. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2014, p. 154), “o 477 foi concebido para dismantelar o movimento estudantil considerado perigoso adversário do governo no contexto dos eventos de 1968”.

Na Paraíba as normas estabelecidas pelo Decreto 477 começaram a serem exercidas um dia antes de sua promulgação:

pelo Ofício Reservado Nº05, do Gabinete do reitor, (...), diversos alunos e ex-alunos da UFPB foram punidos pelo Reitor, *ad referendum* do Conselho Universitário. As punições decorriam de informações prestadas pelos órgãos federais de Segurança, “tendo em vista suas atividades julgadas incompatíveis com a ordem pública e o bom funcionamento da vida universitária”, (...). As punições variavam do impedimento da matrícula por um ou dois anos à impossibilidade definitiva de matrícula nas diversas unidades da UFPB. (...) (CITTADINO, 1993, p. 19).

Nesse sentido, Motta (2014, p. 158) ainda destaca que a Paraíba, juntamente com Pernambuco, foram os Estados do Nordeste mais afetados pelos expurgos universitários pós-AI-5 e Decreto 477, ocorrendo na UFPB o maior expurgo de professores da região.

Outra situação que demonstra o pioneirismo da UFPB nas práticas de repressão ao campo educacional, é justamente referente às informações sobre os indivíduos vinculados à universidade (como estudantes ou profissionais) e suas atividades. A partir de 1970, com a ampliação das atividades de informações e contrainformações mediante o estabelecimento do Sistema Nacional de Informações, os militares buscaram aumentar a eficiência dos Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis, ou seja, de suas Divisões de Segurança e Informações (DSI). Nesse processo de ampliação das DSIs, estimulou-se a criação das chamadas Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) nas instituições subordinadas aos ministérios civis, como por exemplo, as universidades públicas. O objetivo era aumentar e melhorar a vigilância por meio da diminuição do espaço observado, ou melhor, por meio de esforços específicos de vigilância sob uma única instituição. Em 1975 as AESIs passaram a se denominar apenas Assessorias de Segurança e Informações (ASI), contudo suas funções continuaram as mesmas.

O elemento de ligação entre a UFPB e a DSI do Ministério da Educação, foi oficialmente criado em março de 1971 com a Assessoria Especial de Segurança e Informação

¹⁶⁸ Decreto-Lei Nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/De10477.htm Acesso: setembro de 2019.

(AESI) da universidade, a segunda a ser criada no Brasil, atrás apenas da AESI da Universidade de Brasília (UNB). Entretanto, em 1969, antes mesmo da fundação deste órgão na UFPB, o reitor Guilardo Martins Alves já havia criado na instituição um Serviço de Segurança e Informação. Segundo Motta (2014, p. 196), “Graças a seu pioneirismo, a AESI/UFPB foi uma das mais bem-organizadas e atuantes na primeira metade dos anos 1970, quando seu regimento interno servia de modelo para agências congêneres.”.

As informações colhidas pelas atividades de vigilância da AESI e posteriormente da ASI da UFPB percorria mais ou menos o mesmo caminho que as demais colhidas por outras Assessorias de Informações de outros ministérios civis: da acessória de segurança e informações da UFPB para a DSI/MEC e, em seguida para o SNI. Vários ACEs do Fundo SNI – Agência Recife possuem documentos com informações oriundas desta assessoria, sendo inclusive alguns documentos de autoria ou da AESI ou da ASI da universidade. Como ocorria com os políticos profissionais e as legendas partidárias, os estudantes, professores e suas entidades representativas tinham suas atividades vigiadas, principalmente aquelas desenvolvidas dentro do campus, onde a vigilância cabia especificamente a ASI/UFPB¹⁶⁹.

Assim, o que trazemos neste capítulo são dados e documentos do Fundo SNI – Agência Recife que observamos como sendo referentes a indivíduos indicados pela repressão como paraibanos atuantes em organizações de esquerda no Estado da Paraíba, tendo em vista que nosso foco de análise é a vigilância ao campo político paraibano. Nesse sentido, identificamos pelo menos 297 ACEs que buscam informar sobre três questões/situações: paraibanos indicados como militantes de organizações de esquerda; as próprias organizações e suas ações; informar sobre “infiltração comunista”.

A maioria destes documentos dividem-se entre os tipos “informe” (121) e “informação” (114), sendo que, alguns dos ACEs que tratam de indivíduos indicados como militantes comunistas, apresentam também “prontuários” com informações de vários anos de suas vidas. Assim, entre os 297 documentos com referências a paraibanos, selecionamos alguns para serem trabalhados na sequência do capítulo. A escolha foi feita levando-se em conta duas questões: a situação do documento, ou seja, se era possível compreender a totalidade do que era comunicado (tendo em vista que muitos encontram-se com partes ilegíveis) e, a existência de outras fontes acerca dos indivíduos ou organizações citadas.

¹⁶⁹ Sobre a vigilância da ASI/UFPB e do SNI, especialmente a dirigentes universitários, ver: NUNES, Paulo Giovanni Antonino. A atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB): a vigilância sobre os dirigentes universitários (1976-1985). *Saeculum* – Revista de História, 2018, p.19-35.

3.2 Militantes e organizações de esquerda vigiados pelo SNI

Minha casa, na rua Borja Peregrino, foi posta sob vigilância dos órgãos de repressão; carros suspeitos rondavam a área e agentes noturnos acampavam nas esquinas (ROCHA; DIAS, 2017, p. 29).

O testemunho acima é de Washington Alves Rocha, militante do PCBR paraibano durante a ditadura militar. Como muitos jovens do período, Rocha participou do movimento estudantil secundarista, inicialmente no Colégio Estadual do Roger (1967) e em seguida no Lyceu Paraibano (1968), onde foi “recrutado” para o PCBR. Nessa organização Rocha afirma que não participou de ações armadas, esteve na “Guerrilha de Catolé do Rocha”, mas como sabemos esta foi desbaratada antes mesmo que pudesse propor alguma intervenção à sociedade.

Em seu testemunho à audiência pública da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB), realizado no dia 19 de setembro 2013 no auditório da Associação Paraibana de Imprensa (API-PB), Washington Rocha narrou que como representante da União Paraibana de Estudantes Secundaristas (UPES), viajou a Salvador em dezembro de 1968 para o congresso da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES): “eu não posso esquecer nunca que no meio da viagem, dentro do ônibus, nós ouvimos o anúncio do AI-5, descemos em Salvador já na clandestinidade” (ARQUIVO CEVPM-PB, 19/09/2013, p. 17).

Rocha narra ainda que entrou verdadeiramente para a clandestinidade após a “queda do aparelho” do PCBR na Avenida Olinda em 1969, quando vários dos militantes do partido foram descobertos e ele mesmo teve seu rosto estampado nas páginas dos jornais, a solução foi fugir para Recife e depois Fortaleza, só retornaria a João Pessoa por pressão da família. Não pôde concluir os estudos no Lyceu Paraibano porque teve sua matrícula suspensa, apenas após supletivo conquistou vaga na UFPB, mas seu registro foi dado como indeferido (ARQUIVO CEVPM-PB, 19/09/2013).

Já no período da chamada “abertura”, quando havia finalmente conseguido adentrar à UFPB no curso de medicina e, segundo Washington Rocha, “não tinha nenhuma ligação militante mais”, “foi sequestrado em João Pessoa e levado para a polícia no Recife [por volta de 1974]. Sofreu várias sessões de tortura (...)” (CEVPM-PB, 2017, p. 285).

Washington Rocha foi solto ainda em 1974, abatido psicologicamente não pôde dar continuidade ao curso de medicina, abandonou a universidade e viajou pelo país. Em São Paulo fez contato ainda com grupos trotskistas, stalinistas e outros, retornou a João Pessoa para fundar o Comitê Brasileiro pela Anistia na cidade. Na função de primeiro presidente da

entidade organizou manifestações pela anistia e após conquistá-la, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) na Paraíba (ARQUIVO CEVPM-PB, 19/09/2013).

Entre a documentação que compõe o Fundo SNI – Agência Recife, foi possível identificar alguns ACEs em que o nome Washington Alves Rocha é citado, observaremos aqui dois casos. O primeiro deles é o ACE Nº 329/79, cujo documento principal, o INFORME Nº 0029/119/ARE/79 de 25 de maio de 1979, comunica sobre os estudantes e as entidades (dos estados da área da agência) que deveriam participar do congresso de reconstrução da UNE, a ser realizado entre os dias 29 e 30 de maio de 1979 na cidade de Salvador (ARE_ACE_329_79. Fundo SNI – Agência Recife).

Neste documento, são citados os paraibanos Washington Alves Rocha e Sônia Maria Germano de Figueiredo, em uma “relação de estudantes da Paraíba que deverão participar do congresso em questão”. Rocha é indicado como “estudante de engenharia da UFPB e Presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia, seção de João Pessoa/PB”; já Sônia Germano, consta como então presidente do DCE da UFPB (ARE_ACE_329_79. Fundo SNI – Agência Recife).

Em todo o ACE Nº 329/79 esta é a única menção feita aos paraibanos. O restante do documento foca nos estudantes e entidades dos demais estados; anexos de material da UNE, como o programa do congresso; e relatórios de agentes infiltrados na UNE de Natal-RN. O referido ACE constitui-se como um dossiê acerca das movimentações dos estudantes universitários dos estados da área da Agência Recife que estavam se preparando para o Congresso da UNE em Salvador. Por se tratar de informações acerca do meio universitário, podemos inferir que muitos dos dados constantes no documento foram obtidos por meio das atividades das ASI das universidades, tendo em vista que uma das funções das assessorias era monitorar os movimentos estudantis.

Outro ACE a citar Washington Alves Rocha é o Nº 444/79, composto pela INFORMAÇÃO Nº 744, datada de 09 de agosto de 1979. A autoria deste documento é indicada como do IV Exército em Recife/PE, contudo, a origem da informação que comunica seria o 1º Grupamento E Construção em João Pessoa/PB. O objetivo do documento é informar à Agência Recife do SNI e ao Centro de Informações do Exército (CIE), acerca de um ato público pela anistia organizado pelo núcleo de João Pessoa do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-PB), no dia 20 de junho daquele ano (ARE_ACE_444_79. Fundo SNI – Agência Recife).

Realizado no centro da cidade de João Pessoa, no chamado “Ponto de Cem Réis”, o

ato foi narrado em detalhes no documento do IV Exército. Constan trechos dos discursos dos principais nomes que se pronunciaram: como o ex-vereador cassado Antônio Augusto de Arroxelas Macedo (PSB-PB); o presidente do MDB/PE, Jarbas Vasconcelos; e o próprio Washington Rocha, que teria proferido a fala abaixo (ARE_ACE_444_79. Fundo SNI – Agência Recife).

Esse ato público pela anistia ampla, geral, irrestrita, que tem como eixo de mobilização, a libertação dos presos políticos de ITAMARACÁ, deverá transformar-se numa posição política dos vários segmentos sociais – agricultores, camponeses, professores e estudantes – que hoje lutam contra a opressão e a exploração. Isso é muito importante, porque a luta pela anistia, só encontrará seu verdadeiro sentido, quando conjugar-se às demais lutas do povo (ARE_ACE_444_79. Fundo SNI – Agência Recife).

Assim, duas questões merecem destaque neste ACE Nº 444/79. Primeiramente o órgão indicado como origem da informação, o 1º Gpt E Cnst, sendo provavelmente ele o responsável pela própria criação da informação, seja por meio de agentes no local do evento, seja recolhendo dados da imprensa. O segundo aspecto a ser destacado é justamente o percurso da informação: originada em órgão militar na Paraíba, repassada a órgão militar superior e em seguida, enviada ao SNI e ao CIE. Ou seja, a vigilância não era exercida apenas pelo SNI e o seu relato circulava pelos órgãos das comunidades de informação e de segurança, fora as inúmeras vezes em que as informações originavam-se em salas de prisão e tortura pelo país afora.

Tanto a documentação do Fundo SNI – Agência Recife, quanto a bibliografia acerca do período na Paraíba, atestam que houve outras manifestações pró-anistia em João Pessoa. O próprio Washington Rocha rememorou em seu testemunho à CEVPM-PB algumas destas manifestações, citando inclusive, que em uma dessas manifestações organizadas pelo CBA da capital paraibana – acreditamos ser o ato alvo do documento acima explicitado – ele teria sido intimado pela Polícia Federal a prestar esclarecimento acerca do discurso proferido por um dos participantes (ARQUIVO CEVPM-PB, 19/09/2013).

A trajetória político-social de Washington Alves Rocha, iniciada em sua juventude, o manteve próximo dos debates das esquerdas durante a ditadura militar. Sua militância política nascida no movimento estudantil secundarista, ampliou-se em um partido comunista revolucionário onde, devido à ditadura militar, atuava na clandestinidade e foi alvo da repressão política do regime. Percorrendo um caminho comum a muitos membros da esquerda, Washington Rocha passou a atuar politicamente em um comitê pelos direitos dos perseguidos pela ditadura. Os círculos de amizade continuaram os mesmos e, na visão do

regime, sua luta política continuava a ser um “perigo”.

Como vimos pelos dois ACEs do SNI expostos, o ex-militante do PCBR não saiu do “radar” do Serviço. Como um integrante de outra coletividade, esta não clandestina, suas ações continuaram a ser observadas, considerava-se esta sua nova atuação tão perigosa quanto as organizações de esquerda, uma vez que o CBA lutava pelos direitos dos castigados pela ditadura por crimes políticos, sendo a grande maioria destes punidos integrantes das esquerdas.

Martinho Leal Campos é outro indivíduo militante de organização de esquerda identificado em documentos do Fundo SNI – Agência Recife. Em seu testemunho à CEVPM-PB, Martinho Campos narra o seguinte:

eu ingressei, eu informalmente fazia parte da juventude comunista e fui cooptado por alguns companheiros que vieram de Pernambuco a ingressar num movimento chamado Vanguarda Leninista. A Vanguarda Leninista era, na verdade, um agrupamento pró-trotskista, era do interesse do Partido Operário Revolucionário Trotskista de sair do Centro-Sul, onde estavam enraizados e havia crescido para se desenvolver no Nordeste do Brasil, tendo como foco principal as lutas camponesas (...) (ARQUIVO CEVPM-PB, 19/09/2013, p.4).

Ainda segundo o próprio Martinho, após o assassinato de um companheiro dirigente rural do sindicato de uma cidade paraibana onde atuavam, a Vanguarda Leninista formalizou sua incorporação ao Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), ainda no período anterior à eclosão do golpe de 1 de abril de 1964 (CEVPM-PB, 19/09/2013, p.4). Em documentação da Comissão Nacional de Anistia do Ministério da Justiça (CNA-MJ), um dos documentos do processo de Anistia Política de Martinho Leal Campos, precisamente uma Certidão da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)¹⁷⁰ com os registros de Martinho no órgão, consta que o mesmo

foi fundador da Seção Paraibana do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), sendo o secretário de Finanças do Comitê Estadual. Atuou com eficiência nos meios estudantil e operário; redigia e distribuía boletins, jornais e manifestos subversivos (CNA-MJ, Martinho Leal Campos).

Quando houve o golpe civil-militar, Martinho, então estudante do curso de economia em João Pessoa, atuava em célula do PORT na Paraíba, mas recorda-se que fugiu para

¹⁷⁰ Criado em 7 de dezembro de 1999, por meio da Lei Nº 9.883. Na prática, era o novo órgão de inteligência do Brasil, criado em substituição ao SNI, mediante debates e propostas do Congresso Nacional e da Presidência da República. Em virtude de as atividades de inteligência abrangerem as atividades de informações, a ABIN herdou boa parte dos arquivos do extinto SNI. Sobre a ABIN, ver: ANTUNES, Priscila Brandão. ABIN: debate político e implementação. In: **SNI e ABIN**. Uma leitura dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 144-188.

Pernambuco com receio de ser preso pela repressão. No Estado vizinho morava na Praia dos Prazeres na cidade de Jaboatão dos Guararapes, lá acabou sendo pego, narrando da seguinte maneira sua prisão: “Uma noite fomos cercados. Tentamos fugir, mas não conseguimos. Recebi um tiro na perna, aquela coisa toda... Fomos levados para o DOPS de Pernambuco. Eu e mais três camaradas” (ROCHA; FERNANDES, 2018, p. 330).

Identificamos o nome de Martinho Leal Campos em pelo menos dois ACEs do Fundo SNI – Agência Recife. No ACE Nº 2840/81, o documento principal, a INFORMAÇÃO Nº 467/16/ARE/72, que apresenta como data apenas o dia 30 de junho, busca informar acerca de três indivíduos indicados como militantes trotskistas, entre eles, Martinho Campos. O documento é bastante objetivo, constando os dados de qualificação dos três indivíduos, seus prontuários e dados concisos da “sentença condenatória e prisão”. Em decorrência das informações contidas neste documento, acreditamos que os dois outros indivíduos citados podem ser aqueles que foram presos juntamente com Martinho em 1964 (ARE_ACE_2850_81. Fundo SNI – Agência Recife).

Assim, no prontuário Nº 00667 de Martinho Campos, temos que juntamente ao seu nome constam os supostos codinomes que o SNI acreditava referir-se à Martinho: “Ramiro e Augusto”. Todas as informações constantes neste prontuário fazem referência a militância de Martinho no PORT, precisamente sua trajetória e função no partido, posteriormente sua prisão e informações sobre os processos que passou a responder. Nesse sentido, o prontuário do SNI é composto por informações inseridas entre os anos de 1966 e 1981, tendo como fontes o próprio SNI, IPMs, e a 7ª Região Militar.

A prisão de Martinho Campos em Pernambuco consta em seu prontuário nos seguintes termos: “No dia 2 de novembro de 1964, foi preso pela polícia com outros quando se reunia em uma casa da Vila da Caixa Econômica Federal, no Distrito de Prazeres, município de Jaboatão. Foi preso farto material subversivo.” (ARE_ACE_2850_81. Fundo SNI – Agência Recife). Já a militância política de Martinho é mais detalhada em informação inserida no prontuário em 20 de setembro de 1966 e oriunda de um IPM – relativo ao PORT –, onde, além de informar que ele foi denunciado para sanções penais do Código Penal Militar e da Lei de Crimes Contra o Estado e a Ordem Política e Social¹⁷¹, identifica Martinho da seguinte

¹⁷¹ “suruiu em 5 de janeiro de 1953, a Lei nº 1.802, definindo os crimes contra o Estado e a ordem política e social. Essa lei estabelecia a competência da Justiça Militar para julgamento dos crimes contra a segurança externa e alguns outros. Os crimes contra a segurança interna, em geral, eram julgados pela justiça ordinária, com recurso para o Supremo Tribunal Federal. Esse sistema foi alterado pelo Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, que estabeleceu a competência da Justiça Militar para todos os crimes políticos (art. 8º).”.

forma:

Elemento de cúpula do movimento trotskista do NE, atuando com o intuito de mudar a ordem política do país, através de luta armada para implantar um estado socialista. Fundador da Secção da Paraíba do PORT, que agia paralelamente ao PC, PS e Ligas Camponesas. Como Secretário de Finanças pernambucano do PORT, agia com muito desembaraço na pregação das idéias trotskistas aliciando civis e militares para a prática das atividades subversivas, incitando-os à indisciplina e desobediência. (Ref. D.O. nº 192 de 30-08-66) (ARE_ACE_2850_81. Fundo SNI – Agência Recife. Grifos nossos.).

Interessante perceber aqui a escolha de palavras para se caracterizar Martinho Campos. O trecho destacado da citação acima configura-se como uma narrativa bastante comum da ditadura acerca da atuação e interação de militantes de organizações de esquerda com o restante da sociedade não militante. Recorrentemente membros das esquerdas organizadas eram identificados pelos militares como indivíduos aliciadores que fomentavam desordem e agitação social, propriedades que na visão deles, não seria próprias dos brasileiros¹⁷², mas sim, que seriam fomentadas pelos “subversivos” com o objetivo de alterar a ordem política do país.

Em outra informação inserida ainda no ano de 1966, especificamente em 26 de dezembro, a fonte foi novamente um Inquérito Policial Militar, desta vez o chamado “IPM Trotskista da Paraíba” (ARE_ACE_2850_81. Fundo SNI – Agência Recife). Nesta informação relata-se que Martinho Campos foi indiciado no referido inquérito como integrante do Partido Trotskista do Nordeste,

usando o pseudônimo de Ramiro. Foi elemento de cúpula ativa e ativista. Aliciou várias pessoas para o Partido. Participou de reuniões do Partido inclusive com elementos estrangeiros onde foram tratados assuntos de organização e de ações do mesmo. Tomou parte em inúmeras missões de pixamento na Paraíba e em Recife. Redigiu manifesto, tirou jornais e colaborou financeiramente para o Partido, fazendo a venda dos mesmos nas fabricas. Atuou no Nordeste (Paraíba e Pernambuco) de modo eficiente (ARE_ACE_2850_81. Fundo SNI – Agência Recife).

Estas duas últimas citações retiradas do prontuário de Martinho Campos merecem destaque não apenas pelo seu conteúdo, mas também por serem oriundas de Inquéritos

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-seguranca-nacional> Acesso: setembro de 2019.

¹⁷² Também observamos discurso semelhante em documentos do Fundo SNI – Agência Recife que informam acerca do Movimento Negro. Neste caso específico, além de caracterizações do movimento como “perturbador da ordem social”, os documentos são marcados pela presença de um discurso em consonância com a clássica ideia de democracia racial. Sobre a vigilância do SNI ao Movimento Negro, ver: SOARES, Maria Tereza Dantas B.. A vigilância do SNI sobre o movimento negro brasileiro (1978-1985). In: **VIII Encontro de Pesquisa em História da UFMG** - História em tempos sombrios: estudar pesquisar ensinar, 2019, Belo Horizonte. Anais do VIII Encontro de Pesquisa em História da UFMG (EPHIS-UFMG), 2019. v. 1. p. 2219-2228.

Policiais Militares. Estes “constituíam o mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e a eliminação do “inimigo interno”, de forma que, “a simples acusação num IPM bastava para desencadear uma série de perseguições que podiam incluir prisão e tortura.” (ALVES, 1984, p. 56-58).

O estabelecimento de IPMs não estava vinculado às atividades do SNI, contudo, uma vez instalados o Serviço podia fazer uso do que havia sido apurado nos inquéritos. O SNI construía sua documentação informacional e repressiva não apenas com aquilo obtido por sua própria estrutura de vigilância, utilizava-se todos os recursos que a ditadura possuía, inclusive os IPMs, além dos depoimentos e informações colhidos pelas forças de segurança em suas atividades de prisão e tortura.

Em 1966, após ser condenado pelo Conselho Permanente do Exército a 8 anos de prisão, Martinho Leal Campos fugiu para São Paulo, onde passou a trabalhar na General Motors de São Caetano do Sul. Em abril de 1972 foi preso em seu local de trabalho e levado para o DOI-COI paulista onde foi torturado. Na cidade de São Paulo Martinho ainda passou pelo DOPS e pelos presídios Tiradentes e Carandiru, só saiu da prisão em janeiro de 1975, por meio de liberdade condicional (ROCHA; DIAS, 2018, p. 330-350).

Visando encerrar nossa exposição acerca da vigilância do SNI ao militante Martinho Leal Campos, temos o ACE Nº 6119/84. O documento em questão apresenta uma dinâmica diferente do que já apresentamos, isso porque se trata de uma informação que primeiramente foi remetida pelo Gabinete do Ministro do Exército à Agência Central do SNI e, em seguida, remetida por esta à Agência Recife (ARE_ACE_6119_84. Fundo SNI – Agência Recife).

Assim, o documento principal deste ACE é o INFORME Nº 037/16/AC/84, datado de 20 de março de 1984, de produção da Agência Central do SNI, com assunto “Atividades de Martinho Leal Campos – Paraíba”. Enquanto o documento oriundo do Gabinete do Ministro do Exército é o INFORME Nº 0382-S/102-A6-CIE, datado de 12 de março de 1984 e com o assunto “Deslocamento de integrante do secretariado nacional do Partido Operário Revolucionário Trotskista-Posadista (PORT-P) para a Paraíba – Martinho Leal Campos” (ARE_ACE_6119_84. Fundo SNI – Agência Recife).

Como podemos perceber, trata-se do encaminhamento da informação acerca do retorno de Martinho Campos à Paraíba. Além deste dado, informa-se ainda sobre os codinomes referentes à Martinho: além de “Ramiro” e “Augusto”, “Heitor” e “Samuel”; bem como é citada sua prisão e condenação em São Paulo no ano de 1972. Comunica-se também que sua esposa, Maria do Socorro Cunha Campos, seria militante do PORT-P e responderia

aos codinomes “Marisa”, “Raquel” e “Sofia” (ARE_ACE_6119_84. Fundo SNI – Agência Recife).

Este ACE apresenta mais uma situação em que a informação não parte do SNI, mas de setor do Ministério do Exército. Mais uma vez vemos que as atividades de vigilância e de produção de informações não estavam restritas ao SNI, contudo, a este as informações deveriam ser enviadas, para que se efetivasse a completa análise, complementação de dados, arquivamento das novas informações e seguinte redistribuição dos documentos caso necessário atualização. Assim, neste ACE Nº 6119/84 tem-se a prática de duas das responsabilidades do SNI: “proceder, no mais alto nível, a coleta, avaliação e integração das informações; promover, no âmbito governamental, a difusão adequada das informações e das estimativas decorrentes” (BRASIL, 1964, LEI Nº 4.341).

Outro nome de militante de organização de esquerda identificado no acervo do Fundo SNI – Agência Recife, é Simão de Almeida Neto. Em seu testemunho à CEVPM-PB, no dia 19 de dezembro de 2013, Simão narrou que sua militância política teve início da década de 1960 no movimento secundarista da cidade de Campina Grande, onde, atuando no Centro Estudantil Campinense¹⁷³ (que, segundo Simão, tinha este nome porque “estudantil” era subversivo), conheceu “a JEC, procurando o partido comunista” (ARQUIVO CEVPM-PB, 19/09/2013, p. 3).

Terminado os estudos secundários, Simão de Almeida Neto ingressou na Escola Politécnica de Campina Grande, lá teria o primeiro contato com a repressão da ditadura militar. Após firmada greve dos estudantes da instituição, tentando reeditar o Movimento pela Legalidade de 1961, Simão, que era um dos líderes daquele movimento estudantil, “foi intimado a comparecer ao Quartel do Exército, onde prestou depoimento e foi fichado como ‘subversivo’, sendo liberado no mesmo dia.” (CNA-MJ, Simão de Almeida Neto).

Seguindo o caminho comum de muitos jovens que iniciaram a militância política pela Juventude Estudantil Católica (JEC), Simão de Almeida ingressou na Juventude Universitária Católica (JUC) e posteriormente na Ação Popular (AP). Assim, segundo consta em documento do Requerimento de Anistia de Simão:

Quando eclodiu o movimento estudantil em 1968, antes mesmo da edição do Ato Institucional nº 5 de dezembro daquele ano, o Requerente, nessa época já pertencendo à organização Ação Popular e fazendo parte do Centro Acadêmico da Escola Politécnica, teve que se afastar dos estudos, ainda em agosto desse ano, e ir morar em Recife, já que sua vida corria risco se

¹⁷³ Sobre o Centro Estudantil Campinense, ver: SANTANA, Ajanar Michelly Sobral. **O centro estudantil campinense: espaço de práticas políticas e de memórias (1950-1962)**. Dissertação de Mestrado (PPGH-UFCG). Campina Grande 2015.

continuasse residindo e trabalhando em Campina Grande (CNA-MJ, Simão de Almeida Neto).

Mas, ele ainda sofreria com outras consequências da repressão política da ditadura em sua vida. No ano de 1969, uma série de represálias se abateram sobre ele e sua família: “foi impedido definitivamente, por razões de natureza política, de efetuar sua matrícula nas diversas unidades da UFPB, por ato do reitor”; já residindo em Recife, teve “sua casa invadida por membros da Polícia Política, fazendo prisioneira sua esposa, com mais de oito meses de gravidez”¹⁷⁴, não sendo Simão preso porque estava ausente; por fim, foi “processado com base na Lei de Segurança Nacional e condenado a 16 meses de prisão (...). Fato que o levou a foragir-se em definitivo, tendo que assumir vida clandestina”. Entre “fevereiro de 1969 e setembro de 1979, deslocou-se por diversos Estados da Federação” acompanhado de sua esposa e filha, todos com identidades falsas (CNA-MJ, Simão de Almeida Neto).

Simão de Almeida só retornou ao seu Estado natal em 1980, após ter recebido anistia em agosto do ano anterior. Assim, consta em documento do Requerimento de Anistia que:

solicitou, junto ao Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade Federal da Paraíba, a conclusão do curso de Engenharia Elétrica, interrompido em 1968, sendo o pedido acatado e, em agosto de 1980, concluiu a referida graduação (...) (CNA-MJ, Simão de Almeida Neto).

No período em que esteve na clandestinidade, sua organização de militância política, a Ação Popular (AP), passou por grandes transformações, que já estavam em curso quando de sua fuga. Entre 1967 e 1968 a AP aderiu à linha maoísta do Partido Comunista Chinês, posteriormente, como um amadurecimento desta posição e em detrimento das resistências internas, a organização aproximou-se do Partido Comunista do Brasil (PC do B), que também assumia uma perspectiva próxima ao PC Chinês. Visando a construção de um campo político marxista-leninista, uma maior aproximação entre AP e PC do B iniciou-se oficialmente em 1971, quando a primeira organização passou a denominar-se Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil (APML). Após um processo conturbado, marcado por disputas de oposições internas, a APML incorporou-se ao PC do B em maio de 1973 (RIDENTI, 2007, p. 265-269).

Assim, uma parte da militância de Simão de Almeida Neto, pelo menos oficialmente a partir de 1973, foi como membro do PC do B. Talvez por este motivo, no ACE Nº 4799/83,

¹⁷⁴ Sobre a invasão da casa de Simão de Almeida Neto e a prisão de sua esposa, ver: SILVA, Waldir Porfírio da. **Um sonho afogado: ditadura militar e movimento estudantil no estado da Paraíba – o caso de João Roberto Borges de Souza (1958-1969)**. Dissertação de Mestrado (PPGDH-UFPB). João Pessoa: 2017.

seu documento principal, o INFORME Nº 509/16/ARE/83 de 9 de junho de 1983 de produção da Agência Recife, o caracterize como “ex-militante do PC do B”. Além desta caracterização, também consta no informe os codinomes que se referiam a Simão – “Camilo, Chico, Francisco, Ciço, Miguel ou Cândido” –, e a informação de que “em 1968 esteve envolvido em Inquérito instaurado pela Polícia Federal para apurar as agitações ocorridas em João Pessoa/PB, nos meses de Março e Abril” (ARE_ACE_4799_83. Fundo SNI – Agência Recife).

No caso do prontuário Nº 09005 de Simão de Almeida, o documento é formado por informações inseridas entre os anos de 1968 e 1974, apresentando como fontes as agências Central e Recife do SNI, o IV Exército, a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, o Departamento de Polícia Federal da Paraíba e o 15º Batalhão de Infantaria localizado em João Pessoa. Boa parte dos dados contidos no prontuário são indicações de anexos: documento da SSP/PE (em condição ilegível); folha registro do militante produzida pela ARE/SNI; documento informação de 9 de março de 1972; documento “avaliação”, encontra-se com conteúdo ilegível (segundo dados do prontuário, teria sido escrito por Simão); um segundo prontuário de Simão de Almeida Castro Neto (Nº 0395); e, por fim, um documento intitulado “Procurado pelo DOI/NE” (ARE_ACE_4799_83. Fundo SNI – Agência Recife).

Das informações contidas no prontuário Nº 09005, algumas dizem respeito a atuação de Simão de Almeida ainda enquanto estudante na cidade de Campina Grande, como por exemplo: “estudante da Escola Politécnica de Campina Grande-PB. Faz parte da base de Ação Popular do Partido Comunista na escola”. Nesse sentido, informa acerca de sua participação em comícios em Campina Grande; comunica a presença de seu nome em inquéritos sob acusação em casos de subversão; e notifica acerca de seu impedimento de ser matriculado na UFPB (ARE_ACE_4799_83. Fundo SNI – Agência Recife).

Duas informações apresentam mais dados e avaliações acerca da militância política de Simão de Almeida. Primeiramente, em informação inserida em fevereiro de 1972 e oriunda do IV Exército, relata-se que:

Usa codinomes: “Camilo” ou “Chico”; Possui documentos falsos de identidade, cujo primeiro nome é Francisco; - É militante clandestino da APML, sendo profissional da subversão mantido pela organização; - Está indiciado em IPM instaurado no CMP, em virtude de sua condição de dirigente da Seccional daquela organização subversiva que em Brasília – DF funciona; - É casado, sua esposa também é nordestina e da organização e teria regressado para o NE. É possível que o epigrafado também tenha acompanhado, face ao desbaratamento da organização na área, com a prisão da maioria de seus integrantes. (...) (ARE_ACE_4799_83. Fundo SNI – Agência Recife).

Já em informação inserida em março daquele mesmo ano e oriunda da AC do Serviço, comunica-se o seguinte:

É profissional da subversão. Procedia, mensalmente, ao recolhimento das contribuições de militantes, simpatizantes e aliados da “Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil – APML do B” no “Movimento Operário-MO” e “Movimento Bancário-MB”, de Anápolis e Goiânia/GO, entregando cerca de Cr\$ 225,00 mensais ao “Comando Seccional nº 2-CS/2”; recebia e distribuía o jornal subversivo “Libertação” e participou de pichações e panfletagem Brasília. Está indiciado no IPM/APML do B, por prática de atividade subversivas em Brasília e Goiás. O nominado encontra-se foragido (ARE_ACE_4799_83. Fundo SNI – Agência Recife).

As informações relatadas nas citações acima são resultado das atividades de vigilância a Simão de Almeida Neto quando este se encontrava na clandestinidade e residindo fora do Estado da Paraíba. Nesse sentido, percebemos que apesar dos esforços de Simão em se esconder da repressão da ditadura, ela o “alcançou”, na medida em que os militares possuíam dados importantes para a “camuflagem” do militante, como por exemplo: os codinomes assumidos por Simão, organização à qual era vinculado, seu deslocamento pelo país ou de pessoas próximas, entre outras informações.

Sua atuação como um militante de organização de esquerda no Estado da Paraíba e, sua condição de foragido do regime, foi comunicado à outras agências do SNI e demais órgãos de informação, pela distribuição do documento intitulado “Procurado pelo DOI/NE”. Neste documento, que infelizmente não podemos precisar a data de autoria, constam dados como nome completo, codinomes (“Camilo, Chico, Francisco, Ciço, Miguel, Candido”), organização (“APML – PCdoB/PB”), foto e “sinais característicos”, para facilitar a identificação física do procurado. Bem como, informa-se que Simão de Almeida seria “dirigente nacional da APML do B. Condenado a um (01) ano e dois (02) meses de reclusão, pela Auditoria da 7ª CJM (...)” (ARE_ACE_4799_83. Fundo SNI – Agência Recife).

Figura 8 – Documento do Destacamento de Operações e Informações

**PROCURADO PELO
DOI/NE**

9005

Nome SIMÃO DE ALMEIDA CASTRO NETO

Codônimo "Jesús" "Unico" "Francisco" "Cipo" "Miguel" "Jandido"

Organização APAL - PCCoB/PB Setor C.M.

Filiação Salomão Pereira de Almeida
Alaide Coutinho de Almeida

Data de Nascimento 09 Jan 1944

Naturalidade Catapéiras/PB (Campina/PB)

Estado Civil Casado Profissão Engenheiro

Sinais Característicos 1,65m altura; branca; cabelos
claros.

Sinais Particulares _____

Identidade 97.731 - IPT/PB

Residência Campina Grande/PB



- Dirigente Nacional da APAL do B .

Condenado a um (01) ano e dois (02) meses de reclusão, pela au-
ditoria da 7ª CJM .

Contactava com MADAMEIRA PRATA SOARES, RUIRO DE FARIAS RAIOS e /
outros .

Nível ideológico MUITO BOM .

Fonte: ARE_ACE_4799_83. Fundo SNI – Agência Recife. Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba – Fundação Casa José Américo.

Buscava-se, com documentos como este, manter o sistema de informações e de segurança alerta para que, uma vez identificado um militante em alguma localidade, atualizar e difundir suas atividades e seu prontuário com os novos dados obtidos. Nesse sentido, podemos observar que a vida e militância política de Simão de Almeida Neto, na Paraíba e fora do Estado, foram alvo da vigilância do SNI.

Além dos documentos que informam acerca da vigilância sobre um militante de forma individual, ou seja, quando o sujeito em questão é o assunto do documento, o Fundo SNI – Agência Recife também é composto por documentos que relatam a vigilância às organizações de esquerda enquanto grupos políticos. É importante entendermos que vigilância individual e

coletiva se complementavam. Muitas vezes a vigilância sob um militante conduzia o sistema de informações e de segurança à organização de esquerda, seja a aparelhos utilizados pela mesma, onde eventualmente podiam ser apreendidos material com informações do grupo político, nomes e endereços, planejamento de ações futuras entre outras, ou a outros militantes da organização.

Algumas das situações descritas acima podem ser observadas no ACE Nº 2952/81, que comunica a INFORMAÇÃO Nº 213-E/2, um documento de autoria do 1º Grupamento de Engenharia, com data de 20 de agosto de 1969, onde se é informado que dez dias antes “agentes da Secretaria de Segurança Pública do Estado da PB, descobriram um “APARELHO” do PCBR na Avenida Olinda nº 400 – Tambaú – JPessoa (Residência de veraneio) (...)”. A casa em questão seria do avô de Marcus Guilherme de Miranda Batista, estudante secundarista que foi preso no local, juntamente com “grande quantidade de material e vasta literatura subversiva” (ARE_ACE_2952_81. Fundo SNI – Agência Recife).

Este documento de informação traz uma lista de nomes identificados como “pertencentes ao Comitê de Zona (CZ) do PCBR – Seção de João Pessoa”, sendo informado seus codinomes (quando identificados), dados de qualificação e antecedentes registrados na 2ª Sec/1º Gpt E. Assim, na condição de indivíduos foragidos constam os nomes de: Eduardo Ferreira Lima; José Emilson Ribeiro da Silva, Eraldo Fernandes dos Santos, Eric Janner Rosas, Washington Alves Rocha, Antonio Soares de Lima Filho, José Erivalder Guimarães de Oliveira, Carlos Aranha Macêdo, José Maria Gomes da Silva, Ronaldo J. Tenório de Carvalho e Frederico Guilherme de Araújo Lopes. Já como indivíduos presos, constam: Marcus Guilherme de Miranda Batista, Mônica Lúcia Rique de Carvalho, Rômulo de Araújo Lima, Severino Gomes da Silva e José Nilton da Silva (ARE_ACE_2952_81. Fundo SNI – Agência Recife).

Ao final da INFORMAÇÃO Nº 213-E/2, comunica-se que:

Foi instaurado inquérito policial (nº 14/69) pela SDR/DPF PB, a cargo do Bel MOACYR FRAGA. Pelos depoimentos dos indiciados presos, e documentação apreendida constata-se que o PCBR era responsável pelos pichamentos e lançamentos de panfletos subversivos nesta capital, notando-se ainda perfeito entrosamento entre o PCBR e o movimento estudantil, notadamente as entidades extintas pela Revolução: UNE – UEB – UEP – UEEP – UPES, etc. Constatou-se ainda que o PCBR possui sede regional em RECIFE, com denominação PCBR/NE de onde emanam as ordens para outros Estados nordestinos. Estamos ainda em fase de levantamento de dados, pelo que solicita-se a todas as agências o empenho no sentido de localizar e prender os elementos foragidos. Esta informação será complementada posteriormente (ARE_ACE_2952_81. Fundo SNI – Agência Recife).

O trecho acima nos permite ao menos três observações. Primeiramente, temos que a descoberta desta casa utilizada pelo PCBR/PB rendeu aos órgãos de repressão uma série de informações sobre a atuação da organização não apenas na Paraíba, mas também em outros estados do Nordeste. Possibilitou a confirmação da relação entre o PCBR/PB e o movimento estudantil. E, por fim, o próprio documento solicita auxílio para identificar os indivíduos vinculados a organização, indicando que o documento será distribuído a outras “agências”, bem como, que o mesmo será complementado à medida que a investigação evoluir.

O documento ainda apresenta relação nominal de 13 páginas com todo o material que teria sido apreendido no “aparelho” do PCBR, de grampo de papel à granada de mão; livros, revistas, jornais, panfletos, informes, poemas, etc., entre os quais o documento põe em destaque:

- Armamento, fardamento e equipamento privativos do Exército e da Polícia militar
- Blocos com timbres de repartições oficiais, tais como: Polícia Militar – Secretaria de Segurança Pública – Casa Civil do Governador – Secretaria de Viação e Obras Públicas, Departamento de Polícia Federal, etc.
- Carimbos com o emblema da República e do Estado
- Máquina de escrever e mimeógrafos
- Mapas do litoral paraibano, bacia do S. Francisco, litoral nordeste e Vale do Jaguaribe
- Planta da Vila dos Oficiais do 1º Gpt E, e estando assinalados: Residência do Gen Cmt, do E/2 e Clube dos Oficiais e ainda horário de rendição da guarda, horário habitual em que o rondante passa pelo posto, indicando o horário compreendido entre 0200 e 0400 hs como o mais favorável para a prática de atos de terrorismo
- Coleta de dados sobre o movimento nos bancos desta capital
- Plano de assalto a residência do Sr PRAXERES DA SILVA PITANGA, para obtenção de armas
- Resoluções e tarefas do partido, etc. (ARE_ACE_2952_81. Fundo SNI – Agência Recife).

Além daquilo que é intenção e objetivo do documento comunicar, é interessante observarmos as informações que sua construção nos permite identificar e analisar. Assim, destacamos a difusão indicada pelo documento INFORMAÇÃO Nº 213-E/2: além de diversos setores das Forças Armadas, Secretaria de Segurança Pública/PB, Política Militar/PB, o próprio SNI e a então Secretaria de Segurança e Informação da UFPB (SSI/UFPB) (ARE_ACE_2952_81. Fundo SNI – Agência Recife). Desta forma, temos indicado pelo próprio documento que a descoberta deste “aparelho” do PCBR rendeu muitas informações aos órgãos de segurança e de informações da ditadura, de forma que podemos inferir que posteriormente a este evento muitos militantes do partido, na Paraíba e em outros estados do Nordeste, que não foram imediatamente presos tiveram que adentrar na

clandestinidade visando escapar dos órgãos de repressão, contudo, no fim, a queda deste “aparelho” na Paraíba significou um verdadeiro desmonte do PCBR no Nordeste.

A temporada de “caça” dos órgãos de repressão aos militantes do PCBR identificados com a descoberta do “aparelho” da Avenida Olinda, fica evidente pelo ACE Nº 2951/81. Consta neste dossiê o ENCAMINHAMENTO Nº 452/SNI/ARE, datado de 25 de novembro de 1969 e com o assunto “Subversão”. Este documento, que é oriundo da Agência Recife, encaminha à Agência Central do SNI uma “cópia do Relatório referente a um inquérito instaurado pela Política Federal, a fim de elucidar a atuação de elementos subversivos que vêm agindo na área do Estado da PARAÍBA.” (ARE_ACE_2951_81. Fundo SNI – Agência Recife).

O inquérito em questão consta como instaurado em de 12 de agosto de 1969 e constitui-se justamente como um resultado imediato do que foi apurado nas apreensões efetuadas na casa do PCBR da Avenida Olinda. Já o documento encaminhado pela ARE à AC do SNI, é um “Relatório” da Subdelegacia Regional da Paraíba, datado de 30 de outubro do mesmo ano, relatando o que foi apurado no referido inquérito, as infrações, os principais pontos e os indiciados citados abaixo (ARE_ACE_2951_81. Fundo SNI – Agência Recife).

Rômulo de Araújo Lima, Eraldo Fernandes dos Santos, Eduardo Ferreira Lima, Eric Jenner Rosas, José Emilson Ribeiro da Silva, Newton Veloso Pimentel, Ronaldo Dutra Machado, Juliano Homem de Siqueira, Antonio Soares de Lima Filho, Marcos Guilherme de Miranda Batista, José Maria Gomes da Silva, Adauto Trigueiro Bezerra, Alberto Magno Gondim de Vasconcelos, Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho, João Baltar, Severino Gomes da Silva, Mário Alves, Francisco de Paula Barreto Filho, “Lucas”, “Fred” e José Vasconcelos (ARE_ACE_2951_81. Fundo SNI – Agência Recife. Grifos nossos).

Os nomes em destaque são os mesmos citados no ACE Nº 2952/81 que primeiro descreve a ação do policial na casa do PCBR, sendo os demais nomes de novos identificados como militantes da organização. Assim, este “Relatório” presente no ENCAMINHAMENTO Nº 452/SNI/ARE, por se referir a um inquérito com investigação em andamento, apresenta além de novos militantes, dados mais completos acerca do PCBR na Paraíba, como por exemplo os locais já identificados como de funcionamento do partido na capital paraibana e informações sobre o *modus operandi* da organização, dados estes indicados como oriundos de “depoimentos” dos militantes já presos (ARE_ACE_2951_81. Fundo SNI – Agência Recife).

Também constam informações detalhadas sobre cada um dos indiciados que foram identificados: codinomes, histórico de atuação, função no partido, etc. Afirma-se inclusive, que muitos dos militantes

integraram não só o PCB - PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, como também a CORRENTE, que deu origem ao PCBR - PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO e à ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA ou ESQUERDA INDEPENDENTE, sendo que esta última se enquadra como ala da FRENTE GUERRILHEIRA (ARE_ACE_2951_81. Fundo SNI – Agência Recife).

Assim, entendemos que o encaminhamento deste relatório à Agência Central do SNI, com tantas informações detalhadas acerca do PCBR e de seus militantes na Paraíba, servia a três funções: primeiramente o encaminhamento rotineiro de informações consideradas de Segurança Nacional à AC; em segundo lugar, o trabalho desenvolvido pela polícia política na Paraíba podia auxiliar em outros casos semelhantes; e por fim, estabelecer e divulgar a “caça” nacional aos indiciados foragidos. Nesse sentido, o SNI repete neste documento a mesma “atuação” que teve no anteriormente apresentado, ele opera como distribuidor das informações oriundas de atividades de repressão que, por sua vez, possibilitaram mais repressão aos militantes citados no documento, uma vez que o Serviço e demais órgãos de informações se empenharam em alcançá-los.

Além do PCBR, outra organização de esquerda alvo da vigilância do SNI na Paraíba foi o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Identificamos no Fundo SNI – Agência Recife, documentos que informavam a respeito de comemoração do aniversário do partido, levantamento de simpatizantes e prisão de militantes no Estado. A respeito desta última situação, destaca-se o ACE Nº 4718/83, cujo documento principal é a INFORMAÇÃO Nº 097/16/ARE/83 datada de 25 de maio de 1983 e produzida pela Agência Recife com difusão para a Agência Central do Serviço (ARE_ACE_4718_83_001. Fundo SNI – Agência Recife).

Segundo consta no documento, suas informações foram originadas na Delegacia de Polícia Federal da Paraíba da cidade de Campinha Grande, visto que relata a prisão realizada em 17 de maio de 1983, de cinco indivíduos que seriam pertencentes ao Comitê Regional do Partido Comunista do Brasil (CR/PC DO B/PB). Assim, no documento constam os nomes, dados de filiação, profissão, documentos de identificação e endereço de: Francisco Carlos Brasileiro, José de Anchieta Ferreira Lopes, Luciano Romero Soares de Lima, Manoel Donato de Almeida e Maria Marly de Castro Costa (ARE_ACE_4718_83_001. Fundo SNI – Agência Recife).

O documento apresenta uma breve análise acerca do resultado das prisões perante a sociedade civil, relatando que

a ação policial (...) teve ampla repercussão local, ensejando, por parte de vários segmentos da sociedade, tais como a CÂMARA DE VEREADORES, a ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE DA PARAÍBA

(ADUFPB/CAMPINA GRANDE) e a COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ DA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA, a divulgação, através da imprensa, de várias moções de apoio e solidariedade aos indiciados, acrescidas de veemente protestos contra a LEI DE SEGURANÇA NACIONAL (LSN) (ARE_ACE_4718_83_001. Fundo SNI – Agência Recife).

A informação também destaca a presença do PC do B na Paraíba, apontando-o como “uma das principais organizações subversivas atuantes (...), com maior incidência na cidade de Campina Grande/PB, onde os órgãos de segurança não se encontram bem aparelhados para o acompanhamento sistemático das atividades da citada organização”. É comunicado que o “incessante trabalho das organizações de base” do PC do B, proporcionam “uma crescente mobilização da opinião pública em torno de suas bandeiras de luta, principalmente no que tange a campanha pela legalização do partido” (ARE_ACE_4718_83_001. Fundo SNI – Agência Recife).

Por fim, consta uma relação com os 19 itens que foram apreendidos em buscas nas casas dos indiciados:

- 01) Princípios fundamentais do Partido Marxista-Leninista.
- 02) Documento intitulado “Fortalecer a Imprensa Operária de Massas”, do CC/PC do B.
- 03) Publicação intitulada “O movimento Popular e as eleições de 1982”.
- 04) Dados da Agenda de Manoel Donato de Almeida.
- 05) Panfleto intitulado “Questões sobre a Constituinte”, Haroldo Lima.
- 06) Publicação nº 2 “Avante”, do CR/PC do B/PB.
- 07) Publicação intitulada “Resolução sobre a Construção do PC do Brasil na Região”, do CR/PC do B/PB.
- 08) Cronograma resumido das Atividades para Lançamento Público das Candidaturas Populares.
- 09) Documento intitulado “informe Político do Estado”, do PC do B.
- 10) Documento intitulado “Convocação a Conferência Regional (Paraíba) do Partido Comunista do Brasil”, datado de 05 DEZ 81.
- 11) Documento intitulado “Informe de Organização”.
- 12) Documento intitulado “Resolução sobre a atuação do PC do Brasil na Frente Parlamentar”, do CR/PC do B/PB.
- 13) Publicação intitulada “Avante”, do CR/PC do B/PB, datado de JUN 82.
- 14) Dados da Agenda de José de Anchieta Ferreira Lopes.
- 15) Cópia da Agenda de José de Anchieta Ferreira Lopes.
- 16) Publicação intitulada “Por um Partido...” do Secretariado do CR/PC do B/PB.
- 17) Carta e manuscritos.
- 18) Relatório da Reunião do CR/PB do B/PB, de 12 DEZ 82.
- 19) Panfleto intitulado “Mensagem do Congresso do PC do Brasil à Classe Operária” (ARE_ACE_4718_83_001. Fundo SNI – Agência Recife).

Como podemos ver, a ação policial que resultou na prisão de cinco militantes do PC do B em Campina Grande/PB, resultou também na apreensão de farto material informativo acerca do partido e de seus militantes. Além de resoluções e informativos gerais da

organização, destacamos como importantes alguns anexos em particular. É o caso das agendas de Manoel Donato de Almeida e de José de Anchieta Ferreira Lopes (respectivamente anexos número 4, 14 e 15). Nelas constam telefones e endereços de várias pessoas, sendo possível que alguns destes indivíduos fossem militantes de organizações de esquerda, que com a apreensão passaram a ter dados seus sob o domínio das forças de repressão. Esse também é o caso de alguns manuscritos que constam em anexo (número 17), itens que claramente tratam de resoluções de atividades do PC do B local (ARE_ACE_4718_83_001. Fundo SNI – Agência Recife).

Ainda merece destaque o anexo 18 do documento, um relatório de reunião do Comitê Regional do PC do B na Paraíba, onde são relatados entendimentos e estratégias a serem seguidas pela organização após as eleições de 1982. Entre as várias resoluções, enfatiza-se o PMDB como “principal frente de trabalho no plano político-institucional” e que, por esse motivo, “atenção especial deve ser dada ao trabalho nas localidades onde o PMDB conquistou governos municipais”, cabendo ao PC do B o papel de “procurar influir ao máximo junto a esses governos, fazendo com que eles venham a contribuir efetivamente para a organização das massas” (ARE_ACE_4718_83_001. Fundo SNI – Agência Recife).

Deste modo, talvez as principais informações do ACE Nº 4718/83 sejam sobre o *modus operandi* do PC do B na Paraíba, com dados que podiam desde possibilitar alcance a outros integrantes da organização, a permitir o conhecimento de como o partido atuava no campo político paraibano. Contudo, não podemos deixar passar despercebido o fato relatado no documento de 17 de maio de 1983, a prisão de indivíduos identificados como integrantes do PC do B no estado. O que temos neste documento é o relato de prisões por motivos políticos/ideológicos ocorridas em plena “abertura” política. Este fato nos remete a duas situações conhecidas acerca do contexto: primeiramente a manutenção da repressão, evidenciando a permanência de práticas autoritárias e conciliatórias “pelo alto”, mesmo durante a “distensão e a abertura”, as elites políticas experimentaram um processo diferente que as organizações de esquerda e seus militantes; em decorrência desta constatação factual, temos evidenciado também a atuação das comunidades de segurança e de informações durante este período, de forma que é conhecido pela historiografia que os sistemas se opuseram fortemente, e até o final da ditadura, à entrega das instituições aos civis.

Ainda sobre militantes do PC do B na Paraíba, identificamos o ACE Nº 3299/82. Trata-se de um dossiê que reúne uma sequência de documentos intitulados “Levantamento de Militantes e/ou simpatizantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), na área”. No total

este ACE é constituído por cinco documentos informação, todos de produção da Agência Recife e com difusão para a Agência Central do SNI (ARE_ACE_3299_82. Fundo SNI – Agência Recife).

Tabela 4 – Documentos constantes no ACE Nº 3299/82

NOME	DATA	REFERÊNCIA	ANEXO
INFORMAÇÃO Nº 075/116/ARE/82	20/04/1982	a) PB Nº 031/16/AC/82, de 19/03/1982	Relação nominal: PE e PB
INFORMAÇÃO Nº 284/16/ARE/82	16/11/1982	a) PB Nº 031/16/AC/82, de 19/03/1982 b) INFÃO Nº 075/116/ARE/82, de 20/04/1982	Relação nominal: PE e RN
INFORMAÇÃO Nº 032/16/ARE/83	10/03/1983	a) PB Nº 031/16/AC/82, de 19/03/1982 b) INFÃO Nº 075/116/ARE/82, de 20/04/1982	Relação nominal: AL e PB
INFORMAÇÃO Nº 082/16/ARE/83	11/05/1983	a) PB Nº 031/16/AC/82, de 19/03/1982 b) INFÃO Nº 284/16/ARE/82, de 16/11/1982	Relação nominal: RN
INFORMAÇÃO Nº 055/16/ARE/84	16/03/1984	a) PB Nº 031/16/AC/82, de 19/03/1982 b) INFÃO Nº 082/16/ARE/83, de 11/05/1983	Relação nominal: PE, PB, AL, RN

Fonte: ARE_ACE_3299_82. Fundo SNI – Agência Recife. Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba – Fundação Casa José Américo. Elaboração nossa.

É importante esclarecermos três dados técnicos expostos pela tabela acima. Primeiramente, temos que o documento indicado como o principal do ACE é a INFORMAÇÃO Nº 075/116/ARE/82 que, assim como os demais documentos, têm como referência um Pedido de Busca (PB) da Agência Central do Serviço, de 19 de março de 1982. Em segundo lugar e também com relação à referência, cada documento de informação seguinte apresenta-se como complementação “ao inserto na referência b)”. Por fim, acerca dos indivíduos citados nos documentos constam os seguimentos: “função no partido”, “órgão ou movimento que atua” e “outros dados”. (ARE_ACE_3299_82. Fundo SNI – Agência Recife).

Como indicado pela **Tabela 1**, vemos que três documentos do ACE Nº 3299/82 informam acerca de “militantes e/ou simpatizantes do PC do B, no Estado da Paraíba”. Assim, na INFORMAÇÃO Nº 075/116/ARE/82, são citados os nomes de Aluisio Vital Policarpo de Souza, Cândido Alexandrino dos Santos, Cláudio Roberto Alves Costa, Dário

Ferreira Nunes Neto, Flamarion Tavares Leite, João Batista Machado Pereira, José Valtércio Brandão, Josino Renault Ferreira, Luciano Romero Alves de Lima, Miguel Osselete Filho, Normando de Araújo Amorim, Rosemberg Correia, Simão de Almeida Neto, Walter Oliveira Dantas, William Capim de Miranda. No quesito “função no partido”, 11 dos indivíduos são indicados como simpatizantes do PC do B, sendo alguns citados também como “representante do Jornal Tribuna da Luta Operária”, e apenas 3 constam como militantes do partido. Com relação ao “órgão ou movimento”, todos são citados como atuantes no movimento estudantil de Campina Grande, seja da UFPB ou da URNE (ARE_ACE_3299_82. Fundo SNI – Agência Recife).

Já no caso da INFORMAÇÃO Nº 032/16/ARE/83, 16 paraibanos constam como “militantes”, enquanto 5 são citados como “Membro do Comitê Municipal/Campina Grande/PB”. Com relação ao movimento de atuação dos militantes, além do movimento estudantil e do Jornal Tribuna da Luta Operária, também consta o Movimento Contra a Carestia. Nesse sentido, consta no documento os nomes de: Charles Michel Marie Joseph Beylieur, Emília Correia Lima, Francisco Hélio Bezerra Lavor, Hermano Nepomuceno de Araújo, Iêdo Leite Fontes, João Fernandes da Silva, Jonas Marques de Araújo Neto, Márcio Tarradt Rocha, Mário de Souza Araújo Filho, Sibeles Padilha de Castro, Ana Rita de Castro Almeida, Antonio Felinto Neto, Carlos Alberto da Silva, Carlos David de Carvalho Lobão, Félix de Souza Araújo Sobrinho, Italo Oriente, José Bolívar Vieira da Rocha, José Mário Fernandes dos Nascimento, Noaldo de Souza Ribeiro, Robert Dagon da Silva, Terezinha Braga Capim de Miranda (ARE_ACE_3299_82. Fundo SNI – Agência Recife).

Por fim, na INFORMAÇÃO Nº 055/16/ARE/84, constam os “militantes e/ou simpatizantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), ora radicados e/ou atuantes na área”, sendo identificados como da Paraíba: novamente Cândido Alexandrino Neto, Elisabeth Cristina de Araújo, Everaldo Alves Lira, Francisco Carlos Brasileiro, Jander Cavalcanti de Lira, José de Anchieta Ferreira Lopes, Luciano Romero Soares de Lima, Luciene de Melo Paz, Manoel Donato de Almeida, Maria Marly de Castro Costa, Vânia Rodrigues de Almeida. Neste documento, a principal diferença com relação aos dois anteriores é a presença de mais informações no item “outros dados”, principalmente a respeito de prisões e processos aos quais os citados estariam respondendo. Dos paraibanos que constam no documento, 4 são indicados como simpatizantes do PC do B, cinco como militantes e um como “colaborador”; no item “órgão ou movimento que atua”, destaca-se o movimento estudantil (ARE_ACE_3299_82. Fundo SNI – Agência Recife).

Este último documento relata dados de cinco militantes cuja prisão já foi informada pelo ACE Nº 4718/83 exposto anteriormente. Nesse sentido, consta na INFORMAÇÃO Nº 055/16/ARE/84 que Francisco Carlos Brasileiro, José de Anchieta Ferreira Lopes, Luciano Romero Soares de Lima, Manoel Donato de Almeida e Maria Marly de Castro Costa, foram presos em 17 de maio de 1983 e indiciados “em inquérito pela SR/DPF/PB” por estarem realizando pichações e fixando cartazes do PC do B, sendo enquadrados (...) na Lei de Segurança Nacional (LSN)” (ARE_ACE_3299_82. Fundo SNI – Agência Recife). Portanto, relacionando os dois documentos aqui citados, que apresentam datas distintas, mas que informam acerca de militantes do PC do B na Paraíba, percebemos que o SNI criava novos documentos ou atualizava documentos já existentes na medida que era comunicado sobre a identificação de militantes.

Partindo do que os documentos do ACE Nº 3299/82 informam acerca do PC do B na Paraíba e que expomos aqui, percebemos que este ACE comunicou a Agência Central do SNI um resumo do pessoal e da atuação da organização nos Estados de responsabilidade da Agência Recife. Assim, os cinco documentos informação difundidos para AC, continham o resultado das atividades de vigilância desenvolvidas, pela própria ARE e por seus subordinados, em busca de “simpatizantes e/ou militantes do PC do B” na área de atuação desta agência.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) e seus militantes também foram alvo da vigilância do SNI, como é demonstrado pelo ACE Nº 3496/82, que informa sobre “levantamento de militantes e/ou simpatizantes” da organização nos “Estados da área”. O principal documento deste ACE é a INFORMAÇÃO Nº 173/116/ARE/82, datada de 30 de julho de 1982 e posta como resposta a um Pedido de Busca de 16 de junho daquele mesmo ano, feito pela Agência Central do SNI (ERE_ACE_3496_82. Fundo SNI – Agência Recife).

O documento é constituído por anexos que informam nominalmente os “militantes e/ou simpatizantes do PCB, radicados e/ou atuantes (...), bem como ressaltam as funções desempenhadas pelos mesmos no Partido e respectivas áreas de atuação” (ERE_ACE_3496_82. Fundo SNI – Agência Recife).

Tabela 5 – “Militantes e/ou simpatizantes” do PCB na Paraíba

NOME	FUNÇÃO NO PARTIDO	ÓRGÃO OU MOVIMENTO QUE ATUA	OUTROS DADOS
Júlio César Ramalho Ramos	Militante	Movimento Trabalhista	É advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alhandra, Pitimbu e Caaporã/PB e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba. Atua, juntamente com o clero progressista, nas áreas com problemas fundiários naquele Estado.
Lenilda Moura Costa	Ignorada	-	Em 1975, cursava a Universidade da Amizade dos povos Patrice Lumumba (UAPPL), em Moscou/URSS.
Tereza de Brito Braga (“Tereza Braga”)	Membro do Comitê Municipal do PCB/Campina Grande/PB	Comissão de Justiça e paz da Arquidiocese de Campina Grande/PB	É casada com William Capim de Miranda, militante do PC do B. Atua junto aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande/PB.
Agildo de Sá e Benevides	Simpatizante	-	Integra a Frente Democrática da Paraíba, atualmente liderada por Antônio Augusto de Arroxelas Macedo, militante do PCB.
Antônio Augusto de Arroxelas Macedo	Militante	Frente Democrática da Paraíba	É defensor da legalização do PCB.
Emílio Correia Lima ¹⁷⁵	Militante	-	Estudante do curso de engenharia da UFPB/campus II.
João Fernandes da Silva	Militante	PMDB/PB e movimento estudantil	É vereador pelo PMDB/PB, na cidade de Campina Grande/PB e aluno do curso de comunicação da URNE.
José Joffily Bezerra de Melo	Militante	Frente Democrática da Paraíba, organização de frente do PCB	É membro do diretório regional do PMDB/PB.

Fonte: ERE_ACE_3496_82. Fundo SNI – Agência Recife. Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba – Fundação Casa José Américo. Elaboração nossa.

¹⁷⁵ Neste documento o nome consta no masculino, contudo, em outros documentos do Fundo SNI – Agência Recife, o mesmo nome aparece como feminino: “Emília Correia Lima” (ARE_ACE_3569_82; Fundo SNI Fundo SNI – Agência Recife). Identificada esta dúvida quanto ao gênero do nome do indivíduo, recorremos ao Relatório da CEVPM-PB, lá consta que o nome correto é no gênero feminino (CEVPM-PB, 2017, p. 660).

Como sabemos, as atividades de vigilância do SNI produziam informações que podiam ser utilizadas de várias formas e em diversos tipos de documentos. No caso deste ACE Nº 3496/82, temos o agrupamento de informações oriundas de atividades de vigilância individual e coletiva em prol da comunicação de identificação dos membros de uma organização de esquerda, ficando evidente a presença da vigilância em vários meios, como universidades, sindicatos, partidos.

Estes últimos ACEs acerca de militantes do PC do B e do PCB, apresentam uma mensagem simples e objetiva: identificação do indivíduo, de sua função e de seu meio de atuação. Podemos inferir que para se chegar à efetivação de documentos como estes, as informações acerca de cada indivíduo foram derivadas de outros tantos documentos do Serviço, sejam sobre os militantes em si, sobre às organizações de esquerda ou mesmo sobre movimentos sociais.

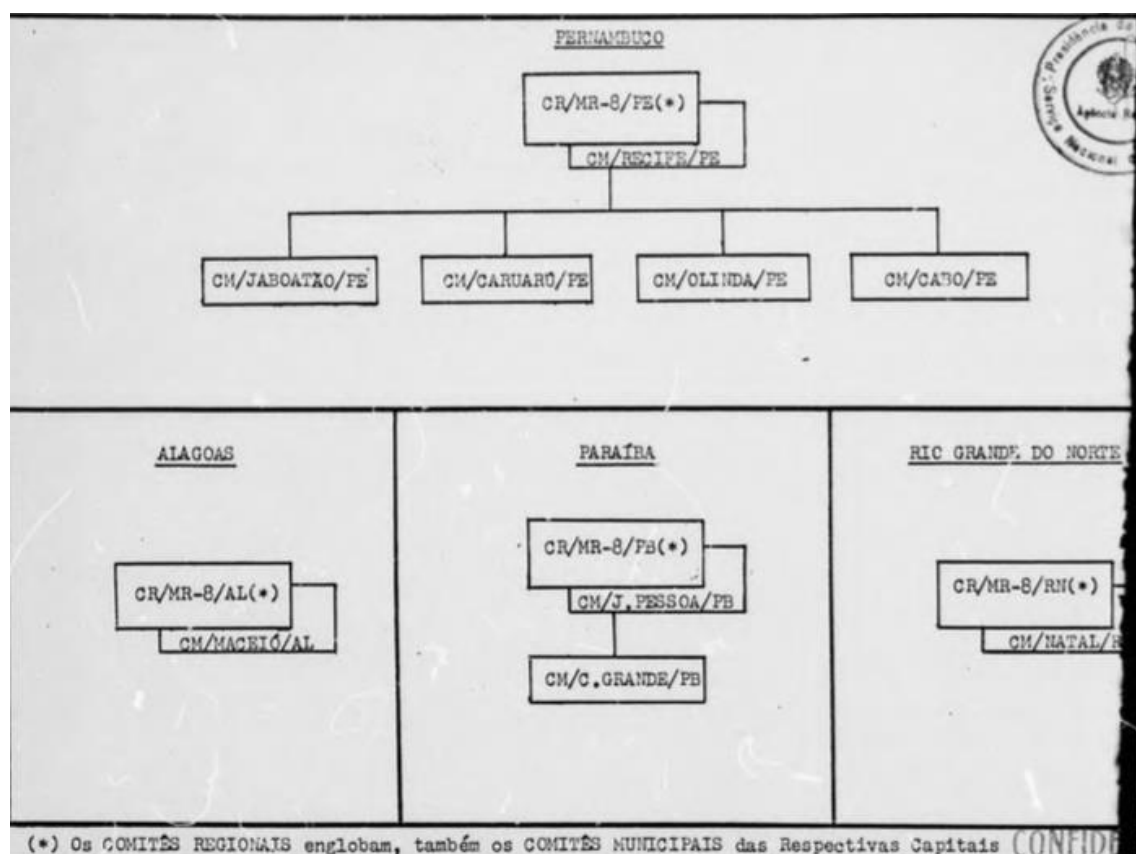
Os últimos documentos informaram mais do que os nomes dos indivíduos que, além da vigilância política, muito provavelmente sofriam outros tipos de repressão. Observando detalhadamente estes documentos, vemos que se informou sobre os movimentos sociais com os quais os militantes e suas organizações possuíam ligações e atuavam, como o movimento estudantil e sindical por exemplo. Assim, o que vemos nestes documentos é apenas uma pequena parte do trabalho de identificação e comunicação acerca do *modus operandi* de organizações de esquerda que o SNI e demais órgãos de informações e de segurança realizaram ao longo de toda a ditadura militar.

Visando encerrar a exposição de documentos que focam exclusivamente em comunicar sobre as organizações de esquerda e seus militantes, temos o ACE Nº 4715/83. Este dossiê versa sobre o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) nos “Estados da área” da Agência Recife, sendo constituído por alguns documentos que têm por objetivo manter o SNI atualizado acerca da estrutura do MR-8 (ARE_ACE_4715_83. Fundo SNI – Agência Recife).

O Estado da Paraíba é citado em três documentos do ACE Nº 4715/83, mas de forma a se destacar, apenas em dois, visto que o terceiro apenas repete informações. Assim, temos a INFORMAÇÃO Nº 096/15/ARE/83, datada de 24 de maio de 1983 e oriunda da Agência Recife cujo assunto é a “estrutura organizacional do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte”. Nesta informação constam as localidades dos comitês regionais e municipais da organização e os nomes dos supostos integrantes. Na Paraíba existiria o Comitê Regional; o Comitê da cidade

de João Pessoa (composto por Wanderly Farias de Souza, João de Souza Costa, Flora Margolis, José Adeildo Ramos, Aurélio Aquino Gusmão, Lúcio Mario Pereira de Oliveira, Claudenilson Leocádio da Silva, Francisco de Assis Araújo Neto); e o Comitê da cidade de Campina Grande (formado por Luiz Teodoro Gonçalves do Prado, Nilson Araújo de Souza, Oliver Adriano Von Shten) (ARE_ACE_4715_83. Fundo SNI – Agência Recife).

Figura 9 – Estrutura do MR-8 nos Estados da área da Agência Recife



Fonte: ARE_ACE_4715_83. Fundo SNI – Agência Recife. Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba – Fundação Casa José Américo.

Já a INFORMAÇÃO Nº 324/83-E2, datada de 05 de julho de 1983, é oriunda do 1º Gpt E Cnst do Ministério do Exército com difusão para a Agência Recife do SNI. Esta informa que na Paraíba “o MR-8 não está bem estruturado”, citando os indivíduos abaixo como “simpatizantes do referido movimento” (ARE_ACE_4715_83. Fundo SNI – Agência Recife).

- a. José Adeildo Ramos, ex-preso político, atuante do Movimento Estudantil e Movimentos Populares;
- b. Sônia Maria Germano de Figueiredo, vereadora em João Pessoa/PB eleita pelo PMDB no dia 15 de Nov 82;
- c. José Rodrigues da Costa, Presidente do Setor Trabalhista do PMDB e atuante na área sindical;

- d. Wanderley Farias de Souza, atual representante do jornal “Hora do Povo” na Paraíba;
- e. Lúcio Mário Pereira de Oliveira, atua nos movimentos populares e vende jornais alternativos;
- f. Aurélio Ozório Aquino de Gusmão, atuante do Movimento Contra a Carestia (MCC) e Movimentos Populares (ARE_ACE_4715_83. Fundo SNI – Agência Recife).

Mais uma vez, o que temos nestes documentos do ACE Nº 4715/83, é o resultado das atividades de vigilância desenvolvidas em vários âmbitos, mas, apresentando o mesmo objetivo: informar sobre militantes de organizações de esquerda e seus meios de atuação. A realização deste objetivo pelos OIs, serve ao quadro maior de conhecer e informar acerca da estrutura e organização do MR-8 nos Estados da área, para que assim fosse possível neutralizá-lo. Portanto, em documentos como este, o SNI alcançava novamente o individual e o coletivo. De forma que,

Os documentos revelam duas principais estratégias dos órgãos de repressão para as organizações de esquerda e para os partidos clandestinos: a meta do SisNI era identificar para prender os militantes e, por meio dos depoimentos colhidos, chegar até os seus líderes, desbaratando, assim, toda a organização (ISHAQ; FRANCO; SOUZA, 2012, p. 24).

De maneira geral, entendemos que a vigilância dos órgãos de repressão, que resultou nos documentos aqui apresentados, tinha objetivos que se complementavam: propiciar a identificação dos inimigos mais diretos da ditadura militar, as organizações de esquerda; e propiciar o controle de todos os aspectos do campo político, tanto institucional (como no caso da legislação eleitoral), como a política realizada na ilegalidade, que naquele momento estabelecia maiores relações com os movimentos sociais de base, como o estudantil e o sindical.

3.3 Vigilância sobre a “infiltração comunista”

O inimigo opera subterraneamente, clandestinamente; versátil, inapreensível, capaz de infiltrar-se em todos os meios, sua habilidade suprema é a da manipulação; suas tropas, invisíveis mas presentes em toda parte, são submetidas a uma obediência sem protestos. Apenas uma organização que corresponda às mesmas características, secreta, disciplinada, hierarquizada, treinada para manobrar na sombra, é capaz, portanto, de lhe ser vitoriosamente oposta. (...) (GIRARDET, 1987, p. 59).

No trecho acima, Raoul Girardet explica o que chama de “santa associação”, ou melhor, “o mecanismo quase irrevogável pelo qual o modelo de uma organização maléfica encontra-se substituído pela imagem de uma outra organização, réplica da primeira, mas consagrada ao serviço do bem.” (GIRARDET, 1987, p. 59). Esse mecanismo participa da

mitologia do complô, na medida em que “todo Complô, todo empreendimento de manipulação clandestina tende a assegurar sua legitimidade apresentando-se como um contracomplô, um contra-empreendimento de manipulação clandestina.” (GIRARDET, 1987, p. 60).

Trazendo este entendimento para a realidade da ditadura militar brasileira, compreendemos que aliado aos embates da luta de classes e, derivante deles, a alegação da existência de um complô comunista no Brasil orientou boa parte das ações do SNI, e da ditadura como um todo. Sabemos que uma das obrigações do Serviço era atuar na coleta, avaliação e integração das informações em proveito da Segurança Nacional e que, para o regime, o “inimigo interno”, tido como principal inimigo da nação, assim o era devido sua relação com o comunismo. Dito isto, observamos na produção de documentos dos Órgãos de Informações (OIs) da ditadura, a respeito de uma “infiltração comunista” em setores da sociedade brasileira, um bom exemplo da busca pelas “tropas invisíveis presentes em toda parte”, na medida em que para os OIs, a “infiltração” seria mais uma forma de ação do “inimigo interno” comunista, do subversivo militante das organizações de esquerda.

De tal modo, identificamos no Fundo SNI – Agência Recife, 27 Arquivos Cronológicos de Entrada com documentos que inseridos na temporalidade aqui trabalhada, trazem como assunto a “infiltração comunista” e citam “infiltrados” atuantes no Estado da Paraíba. Contudo, destes 27 ACEs apenas 16 apresentam condições suficientes para a análise.

De forma geral, a grande maioria dos documentos que informam acerca da “infiltração comunista”, apresentam os supostos “infiltrados” observando os chamados “diversos setores de atividade” em que estes atuavam ou pretendiam atuar: “sindicatos, federações, confederações, associações de classe, particularmente nos órgãos de direção”, “meios e movimentos religiosos, particularmente católicos”, “órgãos de comunicação social”, “estabelecimentos de ensino”, “poderes Executivo, Judiciário e Legislativo”, “órgãos de segurança e informações” e, “organizações de segurança privada” (Fundo SNI – Agência Recife).

Observando os 16 ACEs admissíveis de total compreensão, identificamos três estruturas informacionais distintas (ou formas diferentes de notificar) acerca da “infiltração comunista”. A maioria dos documentos partem da divisão setorial exposta acima para comunicar sobre os “infiltrados” em cada setor, são listas com vários nomes apresentados de maneira objetiva: apresenta-se dados da vida política dos indivíduos que os caracterizam como “infiltrados”, com destaque para os itens “atividades subversivas”, “cargo ou função

que exerce”, “ligações com grupos e/ou elementos subversivos”, bem como, se é militante de alguma organização de esquerda. Também partindo da divisão setorial, há documentos sucintos que, por meio de tabelas, informam apenas o nome do suposto infiltrado e o “órgão ou entidade infiltrada”. E, por fim, há documentos que apresentam um informe mais minucioso acerca daqueles julgados como infiltrados, ao contrário dos outros ACEs que versam sobre o assunto, estes documentos focam em poucos indivíduos.

Visando exemplificar nossas compreensões acerca da vigilância sobre a chamada “infiltração comunista” e, tendo em vista a extensão destes ACEs apresentamos aqui apenas documentos síntese. Ou seja, aqueles que possuem o maior número de características comuns aos demais e que por isso, entendemos que melhor exemplificam como o SNI agia com a chamada “infiltração comunista”. Bem como, também compreendemos ser necessário apresentar aqueles documentos que trazem certos dados incomuns.

Assim, temos que os maiores ACEs a informar sobre “infiltração comunista”, são justamente aqueles que seguem a forma de exposição objetiva, com destaque para as informações que, na visão dos OIs, tornam os indivíduos “aptos” a serem “infiltrados comunistas”. Este é o caso do ACE Nº 539/79 que é constituído por 108 páginas e cinco documentos informação, dos quais dois deles tratam da Paraíba.

Um destes documentos é INFORMAÇÃO Nº 419/E2, datada de 19 de julho de 1978 e de produção da 7ª Região Militar em Recife, que comunica acerca da “infiltração em órgãos da administração pública”. Este foi difundido ainda em 1978 para todo o IV Exército e, no ano seguinte foi encaminhado à Agência Recife do SNI (juntamente com outros acerca dos demais estados da área), em resposta a um Pedido de Busca da mesma, datado de 29 de agosto de 1979. Contudo, a origem dos dados comunicados na INFORMAÇÃO Nº 419/E2, seria um documento do 1º GPT E CNST em João Pessoa/PB, de 22 de maio daquele mesmo ano (ARE_ACE_539_79. Fundo SNI – Agência Recife).

No que concerne ao conteúdo da INFORMAÇÃO Nº 419/E2, temos que esta comunica sobre os indivíduos identificados “infiltrados” na Paraíba nas seguintes áreas: “professores da UFPB com registro por participação em atividades subversivas”; “servidores com registros por participação em atividades subversivas”; “servidores municipais de Campina Grande/PB”; “juizes de direito”. Sobre cada um dos citados consta, juntamente com os dados de filiação e de nascimento, pequenos resumos acerca de participações ou envolvimento dos indivíduos no que é identificado como “subversão”. Assim, constam participações em movimento estudantil, em manifestações públicas, relações com

organizações de esquerda, prisões e processos, bem como, em alguns casos, consta a indicação de que “não há registro de qualquer atividade subversiva, (...), nos últimos anos” (ARE_ACE_539_79. Fundo SNI – Agência Recife).

Especificamente no caso de alguns professores, é informado se a Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação (DSI/MEC) indica ou contraindica o aproveitamento dos indivíduos listados no documento, como também, em outros consta se a DSI/MEC permite ou não sua contratação (ARE_ACE_539_79. Fundo SNI – Agência Recife). Podemos inferir então, que os nomes presentes no documento são tanto de pessoas já empregadas em órgãos públicos quanto de indivíduos que pleiteavam cargos em tais órgãos, ou mesmo uma mudança de cargo, e estavam sob observação dos OIs.

Por exemplo, sobre Altimar de Alencar Pimentel, que figura na lista de “professores da UFPB com registro por participação em atividades subversivas”, é citado que “em 1977 a DSI/MEC informou que existem restrições quando ao seu aproveitamento”. Contudo, como uma evidência que Altimar de Alencar encontrava-se sob vigilância dos órgãos de repressão, consta que “não há registro de qualquer atividade subversiva, de sua parte, nos últimos anos” (ARE_ACE_539_79. Fundo SNI – Agência Recife). Esse mesmo discurso se repete com outros indivíduos, alterando-se apenas as datas.

Existe também o caso de algumas pessoas em que se indica claramente que já pertencem aos quadros públicos, mas que não se recomenda mudança de cargo. Um exemplo é o caso de Maria Alves Rocha de Oliveira, sobre quem se informa tanto que “não há registro negativo a seu respeito neste OI”, quanto que uma informação de setembro de 1977, “julga não haver conveniência no seu aproveitamento para o cargo que está sendo cogitado, ou seja, o de professor assistente, desde que já ocupava o de professor colaborador” (ARE_ACE_539_79. Fundo SNI – Agência Recife).

De tal modo, consta na INFORMAÇÃO Nº 419/E2, os seguintes nomes de “professores da UFPB com registro por participação em atividades subversivas”: Cláudio Santa Cruz Costa, José Arnaldo Tavares de Melo, Juarez de Paiva Macêdo, Antônio de Pádua Câmara, Francisco Floriano da Nóbrega Espínola, Octávio de Sá Leitão Filho, Franciraldo Loureiro Cavalcante, Altimar de Alencar Pimentel, José Loureiro Lopes, José Octávio de Arruda Mello, Maria Alves Rocha de Oliveira, Roosevelt de Carvalho Wanderley, Humberto Vicente de Araújo, Ignácio Tavares de Araújo, Carlos Alberto Pinto Manguiera, Luís de Albuquerque Couto, Jackson Dantas Maia, Maria Tereza de Melo Barreto Campelo, Evandro Conforti, Francisco Pontes da Silva, Mário de Souza Araújo Filho, Luiz Dias Rodrigues,

Antônio Serafim Rêgo Filho, Simone Dantas Carneiro (ARE_ACE_539_79. Fundo SNI – Agência Recife).

Os “servidores com registros por participação em atividades subversivas” seriam: Potengi Holanda de Lucena, Reginaldo Fernandes de Carvalho, Evaldo de Góes, Luiz Lindberg de Farias. E, por fim, como “servidores municipais de Campina Grande/PB”, consta os nomes de: Pedro Coutinho de Almeida, Marconi Cezar de Arruda, Inácio de Loiôla Monteiro de Souza, Oliveiros Cavalcante de Oliveira. E, por fim, consta os nomes dos “juizes de direito” Antônio Elias de Queiroga, Firmo Justino de Oliveira e Plínio Leite Fontes (ARE_ACE_539_79. Fundo SNI – Agência Recife).

Alguns dos nomes citados acima também aparecem no documento principal do ACE Nº 539, a INFORMAÇÃO Nº 057/16/ARE/79. Esta, que tem como assunto a “infiltração comunista nos diversos setores de atividade”, é datada de 30 de outubro de 1979. Tal documento informação apresenta difusão para a Agência Central do SNI e, assim como o anterior, apresenta como referência um Pedido de Busca da AC, de 20 de julho de 1979 (ARE_ACE_539_79. Fundo SNI – Agência Recife).

Ao informar sobre os supostos “infiltrados comunistas”, o documento apresenta breves apontamentos sobre os mesmos, com destaque para as informações acerca do “cargo ou função que exerce”, se possuem “ligações com grupos e/ou elementos subversivos” e as “atividades subversivas” entendidas como praticadas por estes indivíduos ao longo de suas vidas. As informações apresentadas neste último item seguem a mesma linha do documento anterior, destaca-se o envolvimento dos indivíduos em movimentos sociais (estudantil, operário, Ligas Camponesas, etc.), vinculação a organização de esquerda, se já foi indiciado, preso ou processado, etc. (ARE_ACE_539_79. Fundo SNI – Agência Recife).

Interessante perceber que a disposição das informações na INFORMAÇÃO Nº 057/16/ARE/79 parece bastante com um juízo sintético ou uma ficha-conceito, que dentre os tipos documentais utilizados pelos Órgãos de Informação, são as formas mais objetivas de comunicar acerca de alguém. Este tipo de organização do documento, informando sobre o cargo ou função desempenhada, existência de ligação com elementos de esquerda e as supostas “atividades subversivas” que o indivíduo possa ter participado ou se envolvido, se repete nos outros ACEs que partem dos setores de atuação na sociedade para informar sobre “infiltração comunista”: ACE Nº 1693/81¹⁷⁶, ACE Nº 3025/81, ACE Nº 3318/82¹⁷⁷, ACE Nº

¹⁷⁶ São citados neste ACE como “comunistas infiltrados” na Paraíba: Manoel Pereira da Costa, Adauto Trigueiro Bezerra, Alberto Magno Gondin de Vasconcelos, Alberto Nunes de Oliveira, Berthonio Job de Meira, Carlos Alberto Dantas Bezerra, Dora Isabel Paiva da Costa, Elisa Bezerra Mineiros, Evandro Conforti, José Alves da

3733/82¹⁷⁸, ACE Nº 4621/83¹⁷⁹, ACE Nº 5605/83¹⁸⁰, ACE Nº 6161/84¹⁸¹.

Todos os documentos constantes nos ACEs citados acima apresentam-se como complementos aos documentos que fazem referência, assim, geralmente contam com novos nomes identificados, contudo, também ocorre a repetição de alguns indivíduos. Tendo em vista que se trata de documentos que informam sobre muitas pessoas, os dados precisavam ser concisos e objetivos, afinal, para o SNI bastava uma única atitude considerada “subversiva”, para que o indivíduo estivesse “apto” a figurar como um “infiltrado comunista”.

Assim, na INFORMAÇÃO Nº 057/16/ARE/79 do ACE Nº 539, constam como “infiltrados nos meios e movimentos religiosos” da Paraíba: Dom José Maria Pires, Dom Marcelo Pinto Carvalheira e Wanderley Caixe. Como “infiltrados nos estabelecimentos de ensino”, têm-se: Antonio Felino Neto, Carlos Alberto Pinto Manguiera, Cláudio Santa Cruz Costa, Edvaldo Góes, Franciraldo Loureiro Cavalcante, Humberto Vicente de Araújo, Inácio Tavares de Araújo, Jackson Dantas Maia, José Arnaldo Tavares de Melo, Luiz Lindeberg Farias, Maria do Socorro Cunha Campos, Martinho Leal Campos, Evandro Gonçalves Chaves, Rubens Pinto Lyra, Wagner Braga Batista, Washington Alves da Rocha, William

Silva, José Chasin, Manoel Ferreira Campos, Maria Tereza de Mello Barreto Campelo, Maurício Roriz, Neiliane Maia, Paulo Henrique Campos Fernandes, Paulo Ignácio Fonseca de Almeida, Paulo José Adissi, Roberto Paiva Pereira da Silva, Sandra Maria Craveiro de Albuquerque, Sérgio Mário Botelho de Araújo, Ubiratan Cavalcante Vieira, Vanderlei Américo Amado, Walter Oliveira Dantas (ARE_ACE_1693_81. Fundo SNI – Agência Recife).

¹⁷⁷ São citados neste ACE como “comunistas infiltrados” na Paraíba: Agamenon Travassos Sobrinho, Aluisio Vital Policarpo de Souza, cândido Alexandrino dos Santos, Cláudio Roberto Alves Costa, Cristiano Zenaide Paiva, Dário Ferreira Nunes Neto, João Batista Machado Pereira, José Valtércio Brandão, Luciano Romero Alves da Lima, Luiz Teodoro Correia do Prado, Miguel Ossolete Filho, Normando de Araújo Amorim, Rozemberg Correia, Simão de Almeida Castro Neto, Flamarion tavares Leite (ARE_ACE_3318_82. Fundo SNI – Agência Recife).

¹⁷⁸ São citados neste ACE como “comunistas infiltrados” na Paraíba: Júlio César Ramalho Ramos, Erivaldo de Medeiros Nóbrega, Genival Veloso de França, Isabel Maria de Lucena Costa, José Arlindo Soares, José Iremar Alves Bonzeado, Lucrécio José Rocha de Souza, Renê Louis Laugery de Carvalho (ou Renê Louis de Carvalho), Carlos Henrique Souza Vasconcelos, Josino Reinauth Ferreira (ARE_ACE_3733_82. Fundo SNI – Agência Recife).

¹⁷⁹ São citados neste ACE como “comunistas infiltrados” na Paraíba: Edgar Afonso Malagodi, Iedo Leite Fontes, Jomard José Muniz de Brito, Jurandir Antônio de Souza, Michael Zaidan Filho, Nilson Araújo de Souza, Wladimir Ricardo Alves Dantas, Antônio Augusto de Arroxelas Macedo, Jório de Lira Machado, Roberto Dagon da Silva, Sônia Maria Germano de Figueiredo (ARE_ACE_4621_83. Fundo SNI – Agência Recife).

¹⁸⁰ São citados neste ACE como “comunistas infiltrados” na Paraíba: Ademir Alves de Brito, Claudet Coelho Guedes de Mix Toro, Constantino Soares Souto, Élbio Troccoli Pakman, Fernando Garcia de Oliveira, Francisco José da Costa Alves, Iolanda Casagrande, Ivony Lidia Monteiro Saraiva, José Heleno Rotta, José Rpberto Pereira Novaes, Lenilda do Nascimento Melo, Louide de Moraes Martins, Paulo Nakatani (Nakatami), Paulo Ortiz Rocha de Aragão, Raimundo Nonato Santos, Ramon Penham Castro, Regina Célia Reyes Noavaes, Rômulo de Araújo Lima, Waldomiro Cavalcanti da Silva, Antonio Felinto Neto, Felix de Souza Araújo Sobrinho, Iêdo Leite Fontes, Ronaldo Cunha Lima, Tereza de Brito Braga (ARE_ACE_5605_83. Fundo SNI – Agência Recife).

¹⁸¹ São citados neste ACE como “comunistas infiltrados” na Paraíba: Martinho Leal Campos, José de Anchieta Ferreira Lopes, Luciano Romero Soares de Lima, Maria Marly de Castro Costa, Francisco de Assis Araújo Neto (ARE_ACE_6161_84. Fundo SNI – Agência Recife).

Capim de Miranda e Ieda Maria Cabral da Costa. E, por fim, constam como infiltrados “nos poderes, executivo, legislativo e judiciário”: Adalberto de Araújo Barreto, Aurélio Osório Aquino de Gusmão, Geraldo Medeiros, José Florentino Duarte, Marconi Cezar de Arruda, Paulo José de Souto, Pedro Coutinho de Almeida, Ronald de Queiroz Fernandes, Severino Pedro da Silva, Willis Leal, Oliveiros Cavalcanti de Oliveira, Antonio Marques da Silva Mariz, Otacílio Nóbrega de Queiroz, Firmo Justino de Oliveira e Plínio Leite Fontes (ARE_ACE_539_79. Fundo SNI – Agência Recife).

Outra questão a ser destacada neste documento INFORMAÇÃO Nº 057/16/ARE/79, diz respeito aos nomes que se repetem da INFORMAÇÃO Nº 419/E2, situação esta que é bastante comum nos documentos que abordam a “infiltração comunista”. No caso específico dos documentos citados, são 14 nomes que se repetem, inclusive com as mesmas informações: Carlos Alberto Pinto Mangueira, Cláudio Santa Cruz Costa, Edvaldo Góes, Franciraldo Loureiro Cavalcante, Humberto Vicente de Araújo, Inácio Tavares de Araújo, Jackson Dantas Maia, José Arnaldo Tavares de Melo, Luiz Lindeberg Farias, Marconi Cezar de Arruda, Pedro Coutinho de Almeida, Oliveiros Cavalcanti de Oliveira, Firmo Justino de Oliveira e Plínio Leite Fontes.

Contudo, mais do que nomes que se repetem, repete-se o ato de informar acerca da vigilância sobre cidadãos brasileiros no exercício de suas atividades como funcionários públicos. Vigilância esta que, em alguns casos, se fez presente já nos dias iniciais do próprio golpe civil-militar de 1964, neste momento ainda não exercida pelo SNI que só seria criado em junho e, não necessariamente uma vigilância sobre os indivíduos em si, mas sobre as manifestações e organizações sociais e políticas. Este é o caso de Humberto Vicente de Araújo e de Inácio Tavares de Araújo, em que sobre ambos são informadas suas atividades como integrantes respectivamente do movimento estudantil e comunista, anteriormente e logo após o golpe, não porque os órgãos de repressão observavam unicamente estes indivíduos, mas também e talvez principalmente, porque vigiavam os movimentos em que atuavam (ARE_ACE_539_79. Fundo SNI – Agência Recife).

Cabe lembrarmos que Luís Reznik (2004) nos apresenta que a atividade de polícia política no Brasil, orientada na década de 1940 pela Divisão de Polícia Política e Social (DPS), instruía as polícias estaduais na busca por informações de temas diversos que eram entendidos como comprometedores da ordem política e social. Reznik (2004, p. 149) destaca que:

Vastíssima correspondência foi trocada entre as polícias políticas, abordado todos os temas atinentes às suas funções: comunistas (preocupação maior),

integralistas (seus possíveis herdeiros), sindicatos, greves, “infiltração” no funcionalismo público e entre militares, controle de estrangeiros, viagens de autoridades, pedidos de antecedentes sobre os mais diversos indivíduos etc. Os ofícios, telegramas, boletins e principalmente, extensos relatórios detalhavam a situação da “subversão” em cada região do país e os procedimentos que vinha sendo adotados pela agência local.

Assim, a bibliografia nos apresenta que a observação e acompanhamento de atividades políticas e sociais de certos segmentos da sociedade já era uma prática anterior ao golpe civil-militar, tanto com as polícias políticas como com o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), órgão de informações anterior ao SNI. Ou seja, já existia uma estrutura de vigilância montada no país, contudo, os poderes dos órgãos existentes não eram tão abrangentes quanto o poderio do Serviço criado pelos militares e demais órgãos de informações da ditadura militar.

Muitas das informações presentes nos dois documentos apresentados do ACE Nº 539/79 tiveram origem em setores das Forças Armadas. Como é o caso do próprio documento INFORMAÇÃO Nº 419/E2, produzido em 1978 pelo 7º Regimento Militar. Assim, este ACE Nº 539 evidencia um trabalho conjunto entre os Órgãos de Informações (OIs) da ditadura militar, civis e militares, sendo, na estrutura do SISNI, o SNI o órgão central da difusão das informações e dos documentos.

Dentre os demais documentos que identificam “infiltrados comunistas” atuando em setores na Paraíba e informam aspectos da vida política dos mesmos, o ACE Nº 3025/81 merece destaque especial por apresentar informações incomuns. Composto pela INFORMAÇÃO Nº 299/116/ARE/81, de 3 de novembro de 1981, o documento utiliza os termos “golpe militar de 1964” e “torturado” ao informar sobre um suposto “infiltrado comunista” na UFPB (ARE_ACE_3025_81. Fundo SNI – Agência Recife).

O indivíduo em questão é José Adeildo Ramos, sobre o qual se informa, entre outras coisas, que seria “estudante de engenharia mecânica da UFPB” e “antigo militante do PCBR”. Ao se informar acerca das “atividades subversivas” de José Adeildo, diz-se que ele teria sido “expulso da marinha por não ter concordado com o golpe militar de 1964” e que após uma fuga em 1969, “ao ser capturado foi torturado” (ARE_ACE_3025_81. Fundo SNI – Agência Recife).

Figura 10 – Informação sobre suposto “infiltrado comunista” na UFPB

4) JOSÉ ADEILDO RAMOS
Filiação: MANOEL RAMOS GALVÃO e JUDITE PATRIOTA RAMOS
DLN: 06 JUN 42 - SUMÉ/PB.
Identidade: 668.376 - SSP/PB.

Atividades Subversivas

- No dia 17 FEV 81, na Sede do CDDH/AEP, foi eleito Presidente do PMDB/JOVEM.
- Ex-praço político, passou 10 anos em prisões de ITANARACÁ e RIO DE JANEIRO; ex-marinheiro, expulso da Marinha por não ter concordado com o golpe militar de 1964, foi enquadrado na LSN; também acusado de tentativa de organizar partidos políticos na clandestinidade. Fugiu, em 1969, da penitenciária LEMOS DE BRILHANTE.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL 3025/81 16

Cont.da INFÃO Nº 299/116/ARE/81. - Fls. 16 -

TO, NO RIO DE JANEIRO e, ao ser capturado foi torturado.

- Nos dias 13 e 14 AGO 81, promoveu agitação no centro da cidade de JP/PB, durante a venda do jornaleco "HORA DO POVO", onde denegriu a honra e a dignidade do Presidente da República e do Ministro do Planejamento, anunciando frases ofensivas em altos brados. Promoveu agitação idêntica no terminal rodoviário dessa cidade, juntamente com outros dois elementos, LÚCIO MÁRIO PEREIRA DE OLIVEIRA e AGAMENOR TRAVASSOS SARINHO.
- Tem, através da imprensa, divulgado campanha contra os Órgãos de Segurança, na qual procura apresentá-los, diante da opinião pública, como meros instrumentos desencadeadores de violências e desmandos.

Fonte: ARE_ACE_3025_81. Fundo SNI – Agência Recife. Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba – Fundação Casa José Américo.

O documento acima merece destaque porque foi a primeira vez que identificamos esse tipo de informação em todo o acervo do Fundo SNI – Agência Recife, onde a tida pelos militares como “Revolução de 31 de março de 1964” é posta em documentos do SNI como golpe militar de 1964, e é a primeira vez também, que se faz menção à tortura, sem aspas e sem indicar que se trata de uma referência a fala de alguém contrário ao regime. Essa situação pode ter ocorrido devido a um simples erro de datilografia, ou a outras questões não intencionais ou mesmo intencionais do agente que escreveu o documento. Contudo, mesmo não podendo saber ao certo porque estes termos aparecem na informação de tal maneira, a presença deles deve ser destacada justamente devido a sua unicidade e ao fato de se tratar de documento formulado pelo principal órgão de informações e contrainformações da ditadura militar.

Devemos lembrar que para os militares o golpe no Presidente João Goulart em 1 de abril de 1964 sempre foi exaltado como uma “Revolução” para impedir a instalação do comunismo no Brasil. Assim como, de forma alguma era do interesse do SNI e de demais órgãos da ditadura, inserir em seus documentos indicações de existência de práticas de tortura, visto que estas eram constantemente negadas pelo regime.

A respeito do envolvimento prático do SNI em atos de repressão física, Carlos Fico (2001, p. 81) destaca que o Serviço “produzia e mandava produzir informações. Entretanto, é provável que tenha se envolvido em operações de segurança (...)”, mesmo “não sendo o SNI o órgão de segurança por excelência”.¹⁸² Assim, nos documentos pesquisados do Fundo SNI – Agência Recife, a INFORMAÇÃO Nº 299/116/ARE/81 foi o único onde identificamos citação a tortura do modo que vimos acima, ainda que sem indicar a participação do Serviço na ação.

Justamente pelo fato de ser o SNI um órgão primordialmente de informações, era do conhecimento do Serviço como se dava a obtenção de informações por parte dos órgãos de segurança, bem como é bastante possível que seus agentes estivessem presentes em algumas das ações interrogativas da comunidade de segurança, ações estas que como sabemos eram permeadas por torturas das mais diversas.

Destarte, retornado ao conteúdo da INFORMAÇÃO Nº 299/116/ARE/81, cabe especificar os demais indivíduos identificados na mesma como sendo “comunistas

¹⁸² No Relatório Final da CNV é relatado o envolvimento de dois agentes do SNI na prisão dos irmãos Rogério e Ronaldo Duarte Guimarães, após saírem de homenagem ao estudante Edson Luís de Lima Souto, em 4 de abril de 1968, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo consta no relatório, os agentes do Serviço foram os responsáveis pela ordem de detenção dos irmãos, que ficaram presos por 10 dias sofrendo torturas físicas e psicológicas (CNV, 2014, p. 364-367, v. 2).

infiltrados”. Deste modo, como “infiltrados na UFPB” constam: Aurélio Osório de Aquino Gusmão, Edson Verber da Silva, Emília Correia Lima, José Carlos de Sousa Gomes, José Ubirajara Rodrigues de Siqueira, Josino Renauth Ferreira, Luciano Bezerra Vieira, Maria dos Anjos Mendes Gomes, Mário Soares de Oliveira, Regina Célia Gonçalves, Rosânia de Lourdes Araújo, Valéria Serra Cordeiro, Wandrick Hauss de Sousa, Antônio Edson Cadengue, Antônio Moacyr Madruga, Thomas Joseph Marie Van Dijick, Alarico Correia Neto. E, como “infiltrada na URNE”, consta apenas o nome de Ana Rita de Castro Almeida (ARE_ ACE_3025_81. Fundo SNI – Agência Recife).

Partindo agora para os documentos que informam acerca da vigilância aos supostos “infiltrados comunistas” por meio de tabelas sucintas, temos que nestas consta apenas o nome, “órgão ou entidade infiltrada” e, em alguns casos, informações adicionais no item “observações”, como por exemplo: se ainda é atuante, indicação de documentos do SNI sobre o indivíduo, se é simpatizante ou militante de organização de esquerda. Os documentos identificados com esta estrutura informacional são o ACE Nº 3940/82¹⁸³ e os dois ACEs que

¹⁸³São citados como “comunistas infiltrados” na Paraíba: Júlio Cesar ramalho Ramos (citado em duas ocupações), José Maria Pires, Marcelo Pinto Carvalheira, Wanderley Caixe, Antonia Maria Van Han, Helena Wilhelmina Silvestre Burgers, José Diácono Macedo, Manoel Pereira da Costa, Adalberto de Araújo Barreto (citado em duas ocupações), Jório de Lira Machado (citado em duas ocupações), Antonio Felino Neto, Carlos Alberto Pinto Mangueira, Cláudio Santa Cruz Costa, Edvaldo de Goes, Francisco Loureiro Cavalcante, Humberto Vicente de Araújo, Inácio Tavares de Araújo, Jackson Dantas Maia, José Arnaldo Tavares de Melo, Luiz Lindberg Farias (citado em duas ocupações), Maria do Socorro Cunha Campos (citada em duas ocupações, sendo que em uma delas o nome está riscado), Martinho Leal Campos, Evandro Gonçalves Chaves, Rubens Pinto Lyra, Wagner Braga Batista, Washington Alves da Rocha, William Capim de Miranda, Ieda Maria Cabral da Costa, Alarico Correia Neto, Antonio Augusto de Almeida, Antônio de Pádua Câmara, Antônio Fausto Neto, Charles Michel Marie Joseph, Cláudio Antônio Gonçalves Egler, Clóvis Peppe, Eleonora de Oliveira Soares, Francisco Muniz Medeiros, Francisco Pereira Nobrega, Hermano Nepomuceno de Araújo, Jonas Marques de Araújo Neto, José Bolival Vieira Machado, José Luiz Warren Jardim Gomes Beaga, José Nilton da Silva, Luiz Dias Rodrigues, Luiz Hugo Guimarães, Maria Salete Van Der Poel, Rômulo Raimundo Maranhão do Vale, Sebastian Sanches Martin, Silvio Pélico Porto, Silvio Frank Alem, Ronald de Queiroz Fernandes (citado em duas ocupações), Joana Neves, José Eugênio Leal, Joarez Benício Xavier, Pedro Pereira dos Santos, Rosa Maria Godoy da Silveira, Ruy Gomes Dantas, Sônia Maria Germano de Figueiredo, Antonio Augusto de Arroxelas Macedo, Walter Oliveira Dantas, Cristiano Zenaide Paiva, Edson Verber da Silva, Emília Correia Lima, José Adelino Ramos, José Carlos de Souza Gomes, José Ubirajara Rodrigues de Siqueira, Josino Renauth Ferreira, Luciano Bezerra Vieira, Rosânea de Lurdes Araújo, Valéria Serra Cordeiro, Wandrick Hauss de Sousa, Antônio Edson Cadengue, Ana Rita de Castro Almeida, Marcos Aurélio Batista, Alberto Magno Gondim de Vasconcelos, Adauto Trigueiro Bezerra, Alberto Nunes de Oliveira, Berthonino Job e Meira, Carlos Alberto Dantas Bezerra, Dora Isabel Paiva da Costa, Elisa Bezerra Mineiros, Evandro Conforto, José Alves da Silva, José Chasin, Manoel Ferreira Campos, Maria Tereza de Mello Barreto Campelo, Maurício Roriz, Neiliane Maia, Paulo Henrique Campos Fernandes, Paulo Ignácio Fonseca de Almeida, Paulo José Adissi, Roberto Paiva Pereira da Silva, Sandra Maria Craveiro de Albuquerque, Sérgio Mário Botelho de Araújo, Ubiratan Cavalcante Vieira, Vanderlei Américo Amado, Walter Oliveira Dantas (nomes está riscado), Flamarion Tavares Leite (citado em duas ocupações), Simão de Almeida Castro Neto, Rozemberg Correia, Normando de Araújo Amorim, Miguel Osselete Filho, Luiz Teodoro Correia do Prado, Luciano Romero Alves de Lima, José Valtércio Brandão, Dário Ferreira Nunes Neto, Cristiano Zenaide Paiva (o nome está riscado), Cláudio Roberto Alves Costa, Aluísio Vital Policarpo de Souza, Agamenon Travassos Sarinho, Pedro Moreno Gondim, Agassiz de Amorim Almeida (citado em duas ocupações), Antônio Moacyr Madruga, Aurélio Osório Aquino de Gusmão (citado em duas ocupações), Cândido Alexandrino dos Santos, Firmo Justino de Oliveira (citado em duas ocupações), João Batista Machado

abordaremos a seguir, o Nº 3569/82 e Nº 6139/84.

De tal modo, no ACE Nº 3569/82 o documento principal é a INFORMAÇÃO Nº 215/116/ARE/82, datada de 14 de setembro de 1982 e em resposta a um Pedido de Busca da Agência Central de 11 de junho daquele ano. Nesta informação comunica-se que, além dos dados constantes no documento e confirmados pela Agência Recife, “o assunto continua sendo objeto de processamento”. Indicando 21 folhas de “relação de elementos infiltrados”, dispostos pelas respectivas áreas de atividades expostas anteriormente, o documento cita nomes de 115 indivíduos “infiltrados” atuando em áreas da Paraíba, estando o maior número alocado na Universidade Federal da Paraíba, seja como professor ou estudante¹⁸⁴ (ARE_ACE_3569_82. Fundo SNI – Agência Recife).

Pereira, José Florentino Duarte, Maria dos Anjos Mendes Gomes, Maria Soares de Oliveira, Neusa Galvão, Regina Célia Gonçalves, Thomas Joseph Maire Van Dijck, Erivaldo de Medeiros Nobrega, Genival Veloso de França, Isabel Maria de Lucena Costa, José Arlindo Soares, José Iremar Alves Bronzeado, Lucrecio José Rocha de Souza, Renê Louis Laugery de Carvalho, Ivo Tonet, Carlos Henrique Souza Vasconcelos (citado em duas ocupações), Wandilson Lopes de Lima, Marcos Ubiratan Guedes Pereira, Carlos Roberto Alves de Oliveira, João Manoel de Carvalho Costa, Humberto de Araújo Cavalcante, Marconi César de Arruda, Paulo José Souto, Pedro Coutinho de Almeida, Severino Pedro da Silva, Willis Leal, Oliveiros Cavalcanti de Oliveira (citado em duas ocupações, sendo que em uma delas o nome está riscado), Geraldo de Jesus Muniz de Medeiros, Wilson Leite Braga, José Assis Pedrosa, Antonio Marques da Silva Mariz, Otacílio Nobrega de Queiroz, Plínio Leite Fontes (ARE_ACE_3940_82. Fundo SNI – Agência Recife).

¹⁸⁴ Adauto Trigueiro Bezerra, Agamenon Travassos Sarinho, Alarico Correia Neto, Alberto Magno Gondim de Vasconcelos, Alberto Nunes de Oliveira (Gregório), Aluísio Vital Policarpo de Souza, Antônio Augusto de Almeida, Antônio Edson Cadengue, Antônio Fausto Neto, Antônio Felino Neto (Pombal), Antônio de Pádua Câmara, Berthonio Job de Maira, Carlos Alberto Dantas Bezerra, Charles Michel Marie Joseph Beylieur, Cláudio Antônio Gonçalves Egler, Cláudio Roberto Alves Costa, Cláudio Santa Cruz Costa, Clóvis Peppe, Cristiano Zenaide Paiva, Dário Ferreira Nunes Neto, Dora Isabel Paiva da Costa, Edson Verber da Silva, Edvaldo de Goes, Eleonora de Oliveira Soares, Elisa Bezerra Mineiros, Emília Correia Lima, Evandro Conforti, Evandro Gonçalves Chaves, Franciraldo Loureiro Cavalcante, Francisco Muniz de Medeiros, Francisco Pereira Nóbrega, Hermano Nepomuceno de Araújo, Humberto Vicente de Araújo, Ieda Maria Cabral da Costa, Inácio Tavares de Araújo, Jackson Dantas Maia, Joana Neves, Jonas Marques de Araújo Neto, Jório de Lira Machado, José Adelino Ramos, José Alves da Silva, José Arnaldo Tavares de Melo, José Bolivar Vieira da Rocha, José Carlos de Sousa Gomes, José Chasin, José Eugênio Leal, José Luiz Warren Jardim Gomes Braga, José Nilton da Silva, José Ubirajara Rodrigues de Siqueira, José Valtércio Brandão, Josino Renauth Ferreira, Juarez Benício Xavier, Luciano Bezerra Vieira, Luciano Romero Alves Lima, Luiz Dias Rodrigues, Luiz Hugo Guimarães, Luiz Lindeberg Farias, Luiz Teodoro Correia do Prado, Manuel Ferreira Campos (Pereira), Maria Salete Van Der Poel, Maria Tereza de Mello Barreto Campelo, Martinho Leal Campos, Maurício Roriz, Miguel Ossolete Filho, Neiliane Maia, Normando de Araújo Amorim, Paulo Henrique Campos Fernandes, Paulo Ignácio Fonseca de Almeida, Paulo José Adissi, Pedro Moreira Gondim, Pedro Pereira dos Santos, Roberto Paiva Pereira da Silva, Rômulo Raimundo Maranhão do Vale, Rosa Maria Godoy da Silveira, Rosália de Lourdes Araújo, Rozemberg Correia, Ruy Gomes Dantas, Sandra Maria Craveiro de Albuquerque, Sebastian Sanches Martin, Sérgio Mário Botelho de Araújo, Sílvio Frank Álem, Sílvio Pélico Porto, Simão de Almeida Castro Neto, Sônia Maria Germano de Figueiredo, Ubiratan Cavalcante Vieira, Valério Serra Cordeiro, Vanderlei Américo Amado, Wagner Braga Batista, Walter Oliveira Dantas, Wandrick Hauss de Sousa, Washington Alves da Rocha, William Capim de Miranda, Ana Rita de Castro Miranda, Rubens Pinto Lyra (ARE_ACE_3569_82. Fundo SNI – Agência Recife).

Figura 11 – Tabela indicando “comunistas infiltrados”

AGÊNCIA DE RECIFE CONFIDENCIAL			
INFILTRAÇÃO NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO			
Nº DE ORDEM	NOME	ÓRGÃO OU ENTIDADE INFILTRADA	OBSERVAÇÕES
89	FRANCISCO PEREIRA NÓBREGA	UFPE - PROFESSOR	
90	HERMÃO NEPOMUCENO DE ARAÚJO	UFPE - PROFESSOR	
91	HUBERTO VICENTE DE ARAÚJO	UFPE - PROFESSOR	
92	IEDA MARIA CABRAL DA COSTA	UFPE - ESTUDANTE	
93	INÁCIO TAVARES DE ARAÚJO	UFPE - PROFESSOR	
94	JACSON DANTAS MAIA	UFPE - PROFESSOR	
95	JOANA NEVES	UFPE - PROFESSORA	
96	JONAS MARQUES DE ARAÚJO NETO	UFPE - PROFESSOR	
97	JÓRIO DE LIRA MACHADO	UFPE - PROFESSOR	
98	JOSÉ ADEILDO RAMOS	UFPE - ESTUDANTE	
99	JOSÉ ALVES DA SILVA	UFPE - ESTUDANTE	
100	JOSÉ ARNALDO TAVARES DE MELO	UFPE - PROFESSOR	
101	JOSÉ BOLIVAR VIEIRA DA ROCHA	UFPE - PROFESSOR	
102	JOSÉ CARLOS DE SOUSA GOMES	UFPE - ESTUDANTE	
103	JOSÉ CHASIN	UFPE - PROFESSOR	
104	JOSÉ EUGÊNIO LEAL	UFPE - PROFESSOR	
105	JOSÉ LUIZ WARREN JARDIM GOMES BRAGA	UFPE - PROFESSOR	
106	JOSÉ NILTON DA SILVA	UFPE - PROFESSOR	
107	JOSÉ UBIRAJARA RODRIGUES DE SIQUEIRA	UFPE - ESTUDANTE	
108	JOSÉ VALTÉRCIO BRANDEÃO	UFPE - ESTUDANTE	
109	JOSINO HERMATH FERREIRA	UFPE - ESTUDANTE	
110	JUAREZ BENÍCIO XAVIER	UFPE - PROFESSOR	
111	LUCIANO BEZERRA VIEIRA	UFPE - ESTUDANTE	
112	LUCIANO ROMERO ALVES DE LIMA	UFPE - ESTUDANTE	

Fonte: ARE_ACE_3569_82. Fundo SNI – Agência Recife. Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba – Fundação Casa José Américo.

Segundo o documento, na Paraíba ainda existiriam “comunistas infiltrados” “nos meios religiosos”, como a freira Helena Wilhelmina Silvestre Burgers, o padre José Diácono de Macedo, o bispo da cidade de Campina Grande, Manoel Pereira da Costa, o próprio arcebispo do Estado, Dom José Maria Pires, e Wanderley Caixe, com ligações com a Arquidiocese paraibana através do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH/PB). A “infiltração nos órgãos de comunicação social” se deveria aos nomes de Adalberto de Araújo Barreto, do Jornal Correio da Paraíba, e Jório de Lira Machado, do Jornal O Momento. Já os “infiltrados” em algum segmento dos três poderes seriam: Aurélio Osório Aquino de Gusmão (IBGE/PB); Carlos Roberto Alves de Oliveira (Sec. de Comunicação Social/PB); Humberto de Araújo Cavalcanti (Gab. Civil Gov/PB); João Manoel de Carvalho Costa (IAA/PB); Marconi Cezar de Arruda (Prefeito de Campina Grande/PB)¹⁸⁵; Marcus Ubiratan Guedes Pereira (Sec. Finanças/PB); Paulo José de Souto (Sec. Trabalho e Serviço Social/PB); Pedro Coutinho de Almeida (Prefeitura Municipal de Campina Grande/PB); Severino Pedro da Silva

¹⁸⁵ No documento consta como prefeito, contudo, não identificamos no endereço eletrônico do Supremo Tribunal Superior Eleitoral nenhum eleito para o cargo de prefeito de Campina Grande/PB com este nome.

(Ex-prefeito de João Pessoa/PB); Wandilson Lopes de Lima (CIA Industrialização do Estado da Paraíba); Willis Leal (Emp. Paraibana de Turismo); Antônio Marques da Silva Mariz (Dep. Fed. PMDB/PB); José de Assis Pedrosa (Dep. Est. PMDB/PB); Wilson Leite Braga (Dep. Fed. PDS/PB, então candidato ao governo do Estado); Plínio Leite Fontes (juiz de direito em Souza/PB) (ARE_ACE_3569_82. Fundo SNI – Agência Recife).

O segundo documento que o ACE Nº 3569/82 comunica, a INFORMAÇÃO Nº 241/16/ARE/82 de 13 de outubro de 1982, apresenta-se como um complemento ao documento informação exposto acima. De modo que nesta INFORMAÇÃO Nº 241/16/ARE/82, “as relações nominais anexas complementam” a INFORMAÇÃO Nº 215/116/ARE/82 e, “se reportam aos nomes de elementos infiltrados já levantados por esta Agência, em documentos anteriores”. Assim, comunica-se os nomes de 21 indivíduos que atuariam como “infiltrados” em áreas na Paraíba (ARE_ACE_3569_82. Fundo SNI – Agência Recife).

Como “infiltrada” “nos meios religiosos” consta Antonia Maria Van Han, da Arquidiocese da Paraíba; “nos órgãos de comunicação social” repete-se a informação sobre Adalberto de Araújo Barreto do documento anterior; como “infiltrados” em algum dos órgãos dos três poderes, informa-se os nomes de Geraldo de Jesus Muniz de Medeiros (Sec. do Planejamento/PB), novamente Adalberto de Araújo Barreto (agora no Gov. do Estado da Paraíba), Oliveiros Cavalcanti de Oliveira (Câmara Municipal de Campina Grande/PB), Otacílio Nóbrega de Queiroz (Dep. Fed. PMDB/PB), repete-se a informação do documento anterior sobre Aurélio Osório Aquino de Gusmão, Flamarion Tavares Leite (Sec. da Fazenda/PB), José Florentino Duarte (Procuradoria Geral do Estado/PB), Ronaldo de Queiroz Fernandes (Cia Industrial do Estado/PB); e por fim, como “infiltrados nos estabelecimentos de ensino”, consta Agassiz de Amorim Almeida, Antônio Moacyr Madruga, Aurélio Osório Aquino de Gusmão, Cândido Alexandrino dos Santos, Carlos Alberto Pinto Manguiera, Firmo Justino de Oliveira, João Batista Machado Pereira, José Florentino Duarte, Maria dos Anjos Mendes Gomes, Mário Soares de Oliveira, Neusa Galvão, Regina Célia Gonçalves, Ronaldo de Queiroz Fernandes, Thomas Joseph Marie Van Dijick, Maria do Socorro Cunha Campos e Flamarion Tavares Leite (ARE_ACE_3569_82. Fundo SNI – Agência Recife).

Além dos outros nomes de supostos “comunistas infiltrados” que são comunicados na INFORMAÇÃO Nº 241/16/ARE/82, esta ainda apresenta outro diferencial em relação o documento ao qual é complemento. Trata-se da indicação nominal dos ACEs que possuem mais informações sobre os citados. Assim, percebemos que dois ACEs que constam no

documento como informando sobre indivíduos que atuam na Paraíba, já foram expostos neste tópico: o ACE Nº 539/79 e o Nº 3035/81. Já outros Arquivos Cronológicos de Entrada que também aparecem na INFORMAÇÃO Nº 241/16/ARE/82, como o Nº 979/80 e o Nº 1464/80 constam no Fundo SNI – Agência Recife, mas não apresentam condições de total compreensão de seu texto.

Figura 12 – Relação de “infiltrados”

CONFIDENCIAL 3569/82

AGÊNCIA DE RECIFE
INFILTRAÇÃO NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO



NOME	ÓRGÃO OU ENTIDADE INFILTRADA	OBSERVAÇÕES
GUILHERME JOSÉ ROBALINHO DE OLIVEIRA CAVALCANTI /	UPFE - PROFESSOR	ACE Nº 539/79
JOSÉ NIVALDO BARBOSA DE SOUZA JUNIOR /	UPFE - PROFESSOR	ACE Nº 1464/80
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA DE BARROS /	UNICAP - ESTUDANTE	ACE Nº 1464/80
AGASSIZ DE AMORIM ALMEIDA /	UPFB - PROFESSOR	ACE Nº 1464/80
ANTÔNIO MOACYR MADRUGA /	UPFB - PROFESSOR	ACE Nº 3025/81
AURÉLIO OSÓRIO AQUINO DE CUSMÃO	UPFB - ESTUDANTE	ACE Nº 3025/81
CÂNDIDO ALEXANDRINO DOS SANTOS /	UPFB - ESTUDANTE	ACE Nº 3318/82
CARLOS ALBERTO PINTO MANGUEIRA /	UPFB - PROFESSOR	ACE Nº 539/79
PIRMO JUSTINO DE OLIVEIRA /	UPFB - PROFESSOR	ACE Nº 539/79
JOÃO BATISTA MACHADO PEREIRA /	UPFB - ESTUDANTE	ACE Nº 3318/82
JOSÉ FLORENTINO DUARTE /	UPFB - PROFESSOR	ACE Nº 539/79
MARIA DOS ANJOS MENDES GOMES /	UPFB - ESTUDANTE	ACE Nº 3025/81
MÁRIO SOARES DE OLIVEIRA /	UPFB - ESTUDANTE	ACE Nº 3025/81
NEUSA GALVÃO /	UPFB - PROFESSORA	ACE Nº 979/80
REGINA CÉLIA GONÇALVES /	UPFB - ESTUDANTE	ACE Nº 3025/81
RONALD DE QUEIROZ FERNANDES /	UPFB - PROFESSOR	ACE Nº 979/80
THOMAS JOSEPH MARIE VAN DIJCK /	UPFB - PROFESSOR	ACE Nº 3025/81
MARIA DO SOCORRO CUNHA CAMPOS /	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/PB-PROFESSORA	ACE Nº 539/79
FLAMARIOM TAVARES LEITE /	UPFE - PROFESSOR	ACE Nº 3318/82
HECTOR BERNARDO DUVIDOVICH /	UPFE - PROFESSOR	ACE Nº 979/80
JOSÉ EDUARDO ALMEIDA MOURA /	UPFE - PROFESSOR	ACE Nº 1464/80
LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA MENEZES /	UPFE - ESTUDANTE	ACE Nº 539/79
SÉRGIO DE OLIVEIRA DIEB /	UPFE - ESTUDANTE	ACE Nº 539/79

CONFIDENCIAL

Fonte: ARE_ACE_3569_82. Fundo SNI – Agência Recife. Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba – Fundação Casa José Américo.

Deste modo, o ACE Nº 3569 nos permite realizar ao menos duas observações acerca do relato informacional da vigilância do SNI aos casos entendidos como de “infiltração comunista”. Primeiramente, temos que a investigação era contínua. Uma vez identificados nomes de “infiltrados” atuando em setores de atividades, a investigação ou vigilância não cessava, buscava-se tanto atualizar os dados destes indivíduos como identificar novos nomes, haja vista a existência dos dois documentos com datas distintas que indicam continuidade das investigações.

Uma segunda observação possível a partir do ACE Nº 3569, é que ocorria um certo encaminhamento indireto de documentos e, conseqüentemente, das informações contidas nos mesmos. Isso porque, ao informar o ACE origem de uma dada informação, indiretamente comunicava-se mais uma vez sobre este documento e os dados nele constantes. Ou seja, informava-se mais do que “apenas” o “órgão ou entidade infiltrada”, notificava-se sobre a existência de outro documento que poderia conter outras informações acerca dos indivíduos citados. Era mais uma forma de retroalimentação da comunidade de informações, onde talvez “mais importante que o conteúdo, foi a garantia da circulação intensiva das informações selecionadas, num discurso unívoco, para a intensificação dos ideários circulantes” (LONGHI, 2014, p. 97).

Um outro Arquivo Cronológico de Entrada que informa sobre “infiltração comunista” nos chamou atenção, trata-se do ACE Nº 6139/84. Este é constituído pela INFORMAÇÃO Nº 078/16/ARE/84 que busca informar acerca da “infiltração comunista nos partidos políticos na área”. Datado de 10 de abril de 1984, o documento apresenta-se como resposta a um TELEX da Agência Central do SNI, de 20 de março do mesmo ano (ARE_ACE_6139_84. Fundo SNI – Agência Recife).

A INFORMAÇÃO Nº 078/16/ARE/84 é composta por três anexos acerca das legendas partidárias e dos políticos de oposição atuantes nos estados da área da Agência Recife. Os dois primeiros anexos merecem destaque, sendo o terceiro é apenas um “quadro resumo” contabilizando todos os políticos dos estados da área identificados como “infiltrados comunistas” de “organizações subversivas” atuantes em legendas de oposição ao regime (ARE_ACE_6139_84. Fundo SNI – Agência Recife).

Assim, o primeiro anexo informa quais são os documentos relativos à “composição dos diretórios regionais, comissões executivas e delegados à convenção nacional (com respectivos suplentes)”, de cada um dos partidos de oposição instalados em Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte (ARE_ACE_6139_84. Fundo SNI – Agência Recife). Trata-se de mais um caso de retroalimentação.

Figura 13 – Relação de documentos por Estado e partido

CONFIDENCIAL				
COMPOSIÇÃO DE DIRETÓRIOS REGIONAIS, COMISSÕES EXECUTIVAS E DELEGADOS À CONVENÇÃO NACIONAL				
PARTIDOS POLÍTICOS	E S T A D O S			
	PE	AL	PB	RN
PDS	ENC 062/15/ARE/83, de 19 MAI ENC 082/15/ARE/83, de 22 JUL TX 2143/15/ARE/83, de 21 OUT	ENC 062/15/ARE/83, de 26 MAI ENC 082/15/ARE/83, de 22 JUL	ENC 061/15/ARE/83, de 19 MAI	ENC 062/15/A de 26 MAI
PMDB	APREC 012/15/ARE/83, de 02 DEZ ENC 003/15/ARE/84, de 03 JAN APREC 003/15/ARE/84, de 08 MAR ACE 5673/83	APREC 012/15/ARE/83, de 02 DEZ ENC 003/15/ARE/84, de 03 JAN APREC 008/15/ARE/84, de 08 MAR ACE 5673/83	APREC 012/15/ARE/83, de 02 DEZ ENC 003/15/ARE/84, de 03 JAN APREC 008/15/ARE/84, de 08 MAR ACE 5673/83	APREC 012/15/ de 02 DEZ ENC 003/15/A de 03 JAN APREC 003/15/ de 08 MAR ACE 5673/83
PDT	INFÃO 029/15/ARE/84, de 15 FEV	INFÃO 029/15/ARE/84, de 15 FEV (*)	-	-
PTB	ENC 101/15/ARE/83, de 23 AGO ACE 5432/83	INFÃO 029/15/ARE/84, de 15 FEV (*)	ENC 101/15/ARE/83, de 23 AGO ACE 5432/83	ENC 101/15/A de 23 AGO ACE 5432/83
PT	INFÃO 214/15/ARE/83, de 21 OUT ACE 5594/83	INFÃO 029/15/ARE/84, de 15 FEV (*)	INFÃO 214/15/ARE/83, de 21 OUT ACE 5594/83	ENC 148/15/A de 23 NOV ACE 5726/83
(*) COMISSÕES PROVISÓRIAS				
CONFIDENCIAL				

Fonte: ARE_ACE_6139_84. Fundo SNI – Agência Recife. Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba – Fundação Casa José Américo.

O segundo anexo, por sua vez, informa nominalmente os indivíduos citados como “infiltrados” “por possuírem vinculação com organizações subversivas atuantes naqueles Estados”. São apresentadas listas nominais por cada estado, comunicando em quais partidos foram identificados políticos de “organização subversiva”, e se este era “militante” ou “simpatizante”, como podemos ver pela tabela abaixo (ARE_ACE_6139_84. Fundo SNI – Agência Recife).

Tabela 6 – Paraibanos citados como “infiltrados” em partidos políticos

NOMES	PARTIDO POLÍTICO	ORGANIZAÇÃO SUBVERSIVA	ATUAÇÃO
Felix de Souza Araujo Sobrinho	PMDB	PC do B	Simpatizante
João Fernandes da Silva	PMDB	PCB	Militante
Jório de Lira Machado	PMDB	PCB	Militante
José Joffily Bezerra de Melo	PMDB	PCB	Militante
Wanderley Caixe	PMDB	Ex-FLN	-
Wladimir Ricardo Alves Dantas	PMDB	PC do B	Militante
Anísio Soares Maia	PT	Ex-PCR	-
Rubens Pinto Lyra	PT	PCB	Simpatizante
Wagner Braga Batista	PT	AJS	Simpatizante

Fonte: ARE_ACE_6139_84. Fundo SNI – Agência Recife. Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba – Fundação Casa José Américo. Elaboração nossa.

De tal modo, neste ACE Nº 6139/84 temos mais uma vez o relato informacional de atividades de vigilância coletiva e individual. Constam os documentos resultado da vigilância aos partidos políticos e, por sua vez, aos seus filiados. De forma que, uma vez analisadas as informações dos documentos que abordam a coletividade, o SNI identificou e classificou indivíduos que possuiriam relações com “organizações subversivas”. Possivelmente, para este processo de identificação e classificação, tenham utilizado também outros documentos do Serviço para se chegar aos nomes informados.

Visando finalizar a exposição das estruturas informacionais dos documentos que versam sobre “infiltração comunista”, temos os ACEs que informam de maneira mais minuciosa acerca da atuação de indivíduos identificados como “infiltrados comunistas”: ACE Nº 1917/81¹⁸⁶, ACE Nº 2201/81¹⁸⁷ e ACE Nº 3762/82. Destes três, o último merece destaque especial.

Assim, o documento principal do ACE Nº 3762/82 é a INFORMAÇÃO Nº 19/82/ASI/UFPB datada da 14 de abril de 1982 e de autoria da Assessoria de Segurança e

¹⁸⁶ Informa que João Manoel de Carvalho Costa seria “infiltrado comunista” no “setor da administração pública” (ARE_ACE_1917_81. Fundo SNI – Agência Recife).

¹⁸⁷ Informa que José Florentino Duarte seria um “comunista infiltrado” na Acessória Jurídica da Sociedade de Eletricidade da Paraíba (Saelpa) (ARE_ACE_2201_81. Fundo SNI – Agência Recife).

Informações (ASI) da Universidade Federal da Paraíba¹⁸⁸, em referência a um Pedido de Busca da Agência Recife de 17 de maio daquele ano (ARE_ACE_3762_82. Fundo SNI – Agência Recife).

Esta informação trata da identificação de três supostos “militantes de organizações subversivas infiltrados em Associação dos Funcionários da UFPB (AFUFPB), a partir de 1º de novembro de 1981”: Simão de Almeida Neto, Cristiano Zenaide Paiva e Agamenon Travassos Sarinho (ARE_ACE_3762_82. Fundo SNI – Agência Recife). Para informar acerca das atividades dos identificados, consta em anexo ao documento principal os prontuários da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) referente a cada um dos indivíduos, ou seja, prontuários que foram iniciados antes de 1975, quando houve a alteração de AESI para ASI.

No caso do prontuário de Simão de Almeida Neto, indivíduo sobre o qual já observamos no tópico anterior a existência de outros documentos do Fundo SNI – Agência Recife, temos informações com datas de inserção de 1969 a 1982 e, como fontes consta além da própria AESI da universidade, o 1º Grupamento de Engenharia e Construção, o Departamento de Polícia Federal/PB e a Secretaria de Segurança Pública da Paraíba. As informações deste prontuário dividem-se entre aspectos da vida profissional de Simão de Almeida, como dados sobre sua admissão como funcionário da UFPB e eleição para chapa da AFUFPB; referências acerca de sua vida política, a exemplo de sua caracterização como “elemento comprometido com a subversão no meio universitário, na área da PB. (...). Líder máximo estudantil na cidade de Campina Grande”; e, dados sobre a solicitação e envio de outros documentos acerca de Simão (ARE_ACE_3762_82. Fundo SNI – Agência Recife).

Cristiano Zenaide Paiva, por sua vez, possui prontuário da AESI com informações inseridas entre 1979 e 1982, e tendo como fonte apenas a ASI/UFPB. Sobre Cristiano também são informados aspectos da vida profissional e de sua atuação política em movimentos classistas e no “Movimento Travessia – partidário do Partido dos Trabalhadores (PT), de caráter esquerdista (...)”. Consta ainda que “o nominado foi preso no dia 27.02.82, por volta de 01:30 horas, quando estava pichando muros na AV. Epitácio Pessoa, com divulgação do “I Encontro da Mulher Paraibana” (ARE_ACE_3762_82. Fundo SNI – Agência Recife).

¹⁸⁸ As Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), criadas em 1970 nas instituições subordinadas aos ministérios civis, entre elas as universidades públicas, sofreram alteração em sua nomenclatura em 1975, passando a se chamar apenas Assessorias de Segurança e Informações (ASI), mas mantendo as mesmas funções de sua antecessora. Assim, nos documentos do Fundo SNI – Agência Recife constam informações oriundas tanto da AESI, quanto da ASI da Universidade Federal da Paraíba, inclusive neste ACE Nº 3762/82.

E por fim, no prontuário de Agamenon Travassos Sarinho, constam informações com datas de inserção entre 1971 e 1981, sendo fontes a ASI/UFPB, a SSP/PB e o Colégio Estadual Central, segundo o qual, o supracitado “participou do movimento grevista de 1968 do Colégio Estadual do Roger”. As informações constantes no prontuário são relativas à participação de Agamenon no movimento estudantil: greves de estudantes na UFPB, encontros regionais, congresso da UNE e outros eventos estudantis. Ainda é informado que seria “líder do Movimento Estudantil “Alternativa”, que pertenceria “ao Movimento Travessia”, assim como, que seria “membro da sucursal em João Pessoa do jornal alternativo “Tribuna da Luta Operária” (ARE_ACE_3762_82. Fundo SNI – Agência Recife).

A existência destes prontuários evidencia uma vigilância contínua dos Órgãos de Informações da ditadura militar, aqui especificamente a AESI e posteriormente a ASI da UFPB aos estudantes, professores e funcionários da instituição. Contudo, as datas e fontes constantes nos prontuários nos fazem inferir que a vigilância aos indivíduos abordados nesta INFORMAÇÃO Nº 19/82/ASI/UFPB, foi iniciada antes mesmo de adentrarem à UFPB. Como sabemos, uma vez que um “suspeito de subversão” adentrava a um espaço como uma universidade pública, os OIs ajustavam-se para mantê-los sob o seu radar, seja por meio da prática de infiltração de agentes em movimentos sociais (como o movimento estudantil), seja pelas informações oriundas de delação de civis, visto que existiam casos de reitores, dirigentes e professores universitários que “também auxiliaram nas campanhas repressivas, principalmente denunciando colegas e estudantes” (MOTTA, 2014, p. 302).

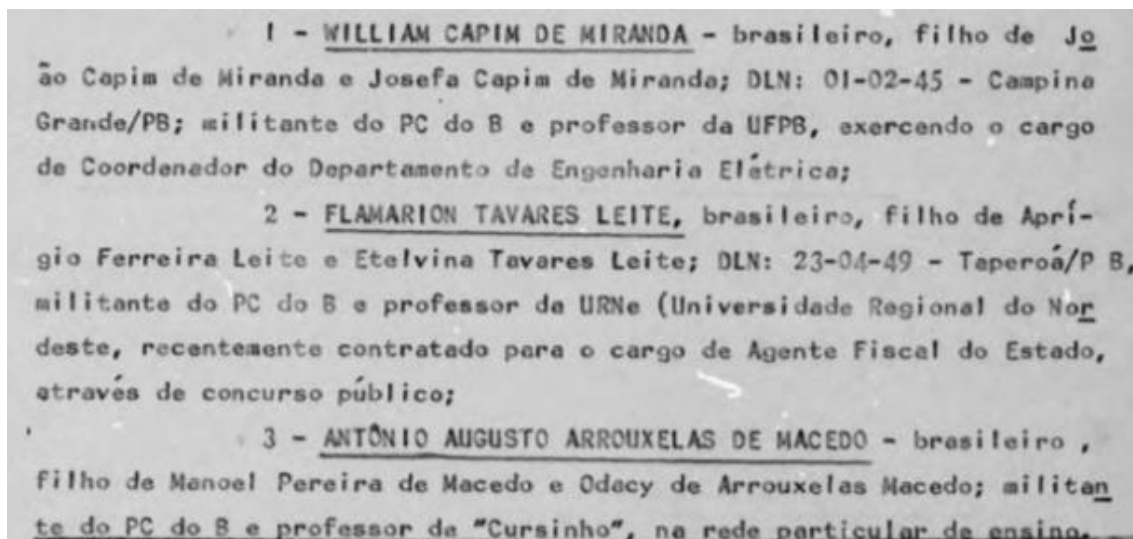
O ACE Nº 3762/82 ainda conta com mais dois documentos: um TELEX da Agência Central do SNI, que não podemos precisar a data; e o INFORME Nº 080/82-SI/SR/DPF/PB, do Serviço de Informações do Departamento de Polícia Federal do Estado da Paraíba. O primeiro comunica que teria sido “constatada a infiltração de elementos esquerdistas e/ou militantes de organizações subversivas”: Wagner Braga Batista, “diretor secretário da ADUFPB/CG”; José Edilson de Amorim, “presidente da AMPEP”; Ana Rita de Castro Almeida (esposa de Simão de Almeida), “secretária da ADURNE”; Cristiano Zenaide Paiva e Simão de Almeida Neto, respectivamente “membro da diretoria provisória da ADUFPB/JP” e “diretor executivo da ADUFPB/CG” (ARE_ACE_3762_82. Fundo SNI – Agência Recife).

Neste TELEX da AC/SNI, além de se informar as entidades que possuíam “infiltrados” em seus quadros, consta também os nomes dos presidentes e a tendência política das associações. Assim, segundo tal documento: a ADUFPB/CG “apoia movimentos contestatórios realizados em Campina Grande/PB”; já a AMPEP teria “destacada atuação nos

movimentos contestatórios realizados em João Pessoa/PB”; a ADURNE “tem apoiado movimentos reivindicatórios deflagrados pela classe estudantil em Campina Grande/PB”; e a ADUFPB teria tendência “não definida, em face curta existência do órgão, ainda em fase de estruturação” (ARE_ACE_3762_82. Fundo SNI – Agência Recife).

No caso do INFORME Nº 080/82-SI/SR/DPF/PB de 6 de abril de 1982, o assunto são os “militantes ou ex-militantes e org. subversivas que atuam no magistério oficial e/ou particular”. Colocando-se em resposta a um TELEX da Agência Recife do SNI, de 24 de março de 1982, o documento do Serviço de Informações do DPF da Paraíba, “informa que está em processo de levantamento em torno do assunto, coligindo, no momento”, os nomes constantes na figura abaixo (ARE_ACE_3762_82. Fundo SNI – Agência Recife).

Figura 14 – “Infiltrados” em meios de educação particulares



Fonte: ARE_ACE_3762_82. Fundo SNI – Agência Recife. Acervo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba – Fundação Casa José Américo.

Deste modo, o que vemos exposto em todo o ACE Nº 3762/82, é o alcance da vigilância da ditadura militar, de forma que identificamos documentos produzidos por vários Órgãos de Informações do regime: TELEX do SNI, informação da ASI/UFPB, informe do Serviço de Informações do DPF/PB, além das informações constantes nos prontuários e oriundas de outros órgãos. A vigilância política da ditadura não era efetuada apenas pelo SNI, contudo, o Serviço deveria ser informado dos dados colhidos, seja por meio do repasse previsto pela estruturação do SISNI, seja pela busca direta de informações do SNI junto aos demais OIs.

Assim, em conformidade com o que analisamos sobre este ACE Nº 3762/82, Rodrigo Patto Sá Motta (2014, p. 200-201) expõe o seguinte acerca do trabalho das ASIs universitárias:

O mais elementar era a coleta de informes, por solicitação superior ou iniciativa própria, e o atendimento dos inúmeros Pedidos de Busca (PB) e Pedidos de Informação (PI) recebidos das instancias superiores. Nos arquivos há milhares de exemplos dessa atividade, em geral para triagem ideológica de estudantes, funcionários, professores e pessoas cogitadas para cargos de confiança. O procedimento-padrão era que a ASI do órgão interessado disseminasse entre os OIs da área um PB sobre a pessoa em questão, com os dados mínimos para facilitar a identificação – nome completo, data e local de nascimento, às vezes os nomes dos pais. Outra atividade regular dessas agências era atender aos requisitos do Plano Setorial de Informações da DSI/MEC, que incluía o preenchimento periódico do Plano Setorial de Busca, que consistia, basicamente, em questionário a ser respondido pelas ASIs com as mesmas perguntas-padrão. Por isso, às vezes os responsáveis simplesmente repetiam informações já enviadas no período anterior. (...). Algumas ASIs universitárias resumiam sua contribuição à “segurança nacional” ao trabalho de fazer circular esses papéis. Entretanto, certas agências foram ativas também na produção de informações sobre o movimento estudantil, principalmente depois de 1975, quando ele voltou a ter atuação mais intensa. (...).

A ameaça da vigilância política do regime militar recaía tanto sobre os funcionários, professores e estudantes de instituições públicas, quanto naqueles que atuavam no setor privado. Como já observamos várias vezes ao longo deste trabalho, bastava uma única suspeição de participação ou envolvimento em atividade considerada “subversiva”, ou seja, contestatória aos ideais do regime, para se caracterizar o indivíduo como “subversivo”, “comunista”, apto a ser um “militante” de organização de esquerda ou um “infiltrado comunista”.

Boa parte das pessoas citadas nos ACEs aqui observados, foram alvo de vigilância política por quase duas décadas, tanto em suas atividades estudantis, na política clandestina e/ou no meio de trabalho. Ao ingressarem no funcionalismo público e seguirem sendo vigiadas ao ponto de serem elencadas em documentos de “infiltração comunista”, essas pessoas permaneciam em constante estado de insegurança e de repressão política, mesmo que porventura não soubessem.

Os indivíduos envolvidos de alguma forma com atividades entendidas como “subversivas”, eram vistos como parte de um plano de “infiltração comunista” em setores importantes da sociedade. Aqueles que em algum momento de suas vidas tiveram contato com a ideologia comunista, mesmo mínimo que fosse este contato, lhes era negado pelos órgãos da ditadura militar o direito a uma vida sem a vigilância do governo, sem a vigilância

fruto da repressão política e ideológica, por ter este indivíduo pensado ou ainda pensar diferente do regime.

Assim, a lógica da suspeição, a serviço de uma ideologia anticomunista e instrumentalizada mediante os preceitos autoritários da Doutrina de Segurança Nacional, marcou vários brasileiros como “infiltrados”. Nesse sentido, concordamos com a análise estabelecida por Carla Reis Longhi (2009, p. 133), sobre os documentos do SNI:

Sua condução discursiva constitui-se de um caráter de denúncia, numa perspectiva educativa, ao mesmo tempo em que formaliza um pensamento fortemente anticomunista. Esta perspectiva justificava, ainda, a necessidade de um aprimoramento do braço repressivo dos órgãos de Informação e sua leitura buscava o convencimento sobre o perigo que o comunismo representava, por comprovar a existência de um projeto político social, cuidadosamente pensado e arquitetado.

Eram as “teletelas” do Serviço Nacional de Informações (SNI) a cargo de destruir o “grande complô comunista” que queria “dominar” o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos expor ao longo deste trabalho um conhecimento histórico pautado na análise científica dos vestígios do passado. Desbravamos uma bibliografia, estabelecemos aspectos teóricos, observamos uma metodologia e verificamos as fontes com o auxílio destas. Assim, nosso intento principal de identificar, analisar e compreender a vigilância do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre aqueles que compunham o campo político paraibano durante o período da ditadura militar no Brasil, nos rendeu algumas conclusões gerais.

Nesse sentido, mediante pesquisa empírica nos documentos do Fundo SNI – Agência Recife, observamos que o Serviço cumpria suas principais funções estabelecidas em lei, ou seja, realizava as atividades de produção, coleta, avaliação e difusão das informações consideradas pelo regime militar como importantes à segurança nacional. Especificamente sobre os atores sociais foco de nossa pesquisa, os documentos do Fundo SNI exibiram que era exercida a atividade de vigilância política sobre políticos profissionais dos principais partidos atuantes na Paraíba e sobre os militantes de organizações de esquerda que agiam no estado.

Durante o período de vigência do bipartidarismo foram produzidos documentos comunicando sobre políticos tanto do MDB/PB quanto da ARENA/PB, e posteriormente com o retorno do regime pluripartidário ao sistema político, informou-se acerca de políticos do PMDB/PB e do PDS/PB. Portanto, a vigilância existiu tanto sobre membros das legendas oposicionistas quanto sobre os filiados à situação. Contudo, o relato informacional desta vigilância não se efetivou da mesma forma e, talvez nem a própria atividade de vigilância, algo que não podemos afirmar pela análise dos documentos expostos.

Sabemos, é certo, pela observação minuciosa aos documentos e ao seu discurso, que a vigilância aos políticos da situação seguia a lógica do “confie, mas verifique”. Mediante o estudo do campo político estadual, o SNI tinha conhecimento sobre o processo de filiações partidárias e por isso, sabia que não havia sido unicamente o apego ideológico e político às pautas da “Revolução” que determinou as escolhas dos políticos paraibanos. Desse modo, amparado por informações do período imediato ao golpe civil-militar, o SNI exercia sua vigilância sobre aqueles que compunham a ARENA e o PDS, objetivando estar sempre informado sobre suas ações e predisposições, para que assim, tanto pudesse comunicar aos órgãos de segurança e à presidência da República, caso fosse preciso, como pudesse realizar sua atividade de análise da política nacional, que foi incumbida ao Serviço desde 1967 quando da chefia de Garrastazu Médici.

No caso da vigilância aos políticos dos partidos de oposição, o objetivo principal era o

mesmo: manter-se informado. Contudo, ainda que o SNI conhecesse os motivos por trás das filiações partidárias a partido A ou B, sobre os políticos da oposição recaia uma suspeição prévia justamente por estarem nestas fileiras. Evidentemente que políticos sobre os quais se conhecia ligações diretas com aqueles que os militares consideravam “subversivos” e “comunistas” a vigilância era mais atuante por estes serem considerados verdadeiros “perigos” à “segurança da nação”. Assim, somava-se à uma suspeição prévia derivada do pertencimento à legenda, a observação da trajetória, relações, ações, etc.

Partindo do entendimento exposto ao longo do trabalho, de que os militares buscavam constantemente estabelecer o controle sobre o campo político, a vigilância aos políticos, seja de qual partido fosse, tinha como objetivo ter conhecimento sobre os atores e grupos principais deste campo, de forma que a vigilância se estendia também às legendas políticas. O regime praticava um “morde e assopra” com práticas autoritárias e conciliação “pelo alto”: permitia a existência e manutenção de alguns aspectos do campo político, como partidos e eleições, mas controlava-o, impunha as regras do jogo político, não permitia o acesso de todos ao mesmo, e ainda exercia vigilância sobre seus atores. De forma que as pequenas vitórias das oposições partidárias, eram na verdade sempre grandes vitórias, dado o alcance do aparato de repressão política do regime.

Deste modo, para os militantes de organizações de esquerda uma “pequena” vitória era se manter invisível aos olhos e ouvidos do SNI e demais órgãos de informações, pois, ser visto por estes poderia significar ser alcançado pelos órgãos de segurança e por a si mesmo e a sua organização em sérias situações. A vigilância do Serviço a estes militantes e em busca destes se desenvolvia em diversos âmbitos e tinha como objetivo identificar, localizar e neutralizar o militante e sua organização.

Como vimos pelos exemplos dos indivíduos sobre os quais existem documentos individuais do SNI, a vigilância aos mesmos e o relato desta era um processo complexo que envolvia não apenas a vigilância ao suspeito de militância (entendido já como militante) e a sua organização, mas também aos movimentos sociais identificados pelo regime como meios de atuação da esquerda, como movimento estudantil, movimento sindical, associações classistas, Igreja Católica, entre outros. A observação destes movimentos com o intuito de identificar e localizar militantes comunistas, era também mais um meio da ditadura em propósito de controlar o macrocosmo social brasileiro.

No processo de identificação e localização de militantes de organizações de esquerda, as DSIs e ASIs em órgãos públicos desenvolveram papel de fundamental importância, visto

que, principalmente as ASIs, eram as mais próximas dos setores de trabalho e estudo, por exemplo, o que facilitava a busca pelos “comunistas infiltrados”. Esta busca era guiada por uma “certeza” (de matriz anticomunista) dos militares e, especialmente dos integrantes da comunidade de informações, de que existia no Brasil uma conspiração comunista que possuía infiltrados em setores chave da sociedade. Com esse pretexto, os Órgãos de Informações da ditadura vigiaram brasileiros em diversas áreas, alguns por quase duas décadas. Mas, não “apenas” vigiaram, comunicaram vários órgãos, empresas, universidades, etc. sobre estes indivíduos, sendo alguns impossibilitados de exercerem as atividades que gostariam.

O alcance e poder do aparato de repressão política do regime, especialmente dos órgãos de informações, é visível nos documentos do Fundo SNI – Agência Recife, principalmente devido ao número e diversidade de órgãos que produziam ou enviavam informações, bem como em decorrência das indicações de constantes trocas e complementações entre tais órgãos e setores, além é claro, do grande número de indivíduos vigiados e do alto volume de informações geradas. Enfim, tratava-se de uma imensa rede daquilo que hoje entendemos como atividades de inteligência, que, além dos órgãos, setores e serviços criados pela ditadura militar com o intuito de identificar e cercear atividades entendidas como comunistas e subversivas, somava também experiência e acervos estabelecidos no Brasil desde a década de 1930, quando se tem início as atividades de polícia política no país.

Como vimos, era comum a prática de constante anexação de dados em casos já existentes. Nos documentos sobre indivíduos essa situação gerava principalmente grandes prontuários com informações de várias datas e fontes; já em assuntos diversos, como partidos, encontros, manifestações, etc., os documentos possuíam vários anexos informativos. Esta prática de reintegração era bastante utilizada pela comunidade de informações como técnica de inculpação, tratava-se do lançamento de uma dúvida que ficaria atrelada aquele indivíduo como uma suspeita sobre o caráter político e ideológico de suas atividades.

A prática da reiteração não serviu apenas para se “informar” sobre um indivíduo que poderia ser uma “ameaça comunista”. A constante criação de informações e de novos documentos também foi uma prática da comunidade de informações, especificamente do SNI, para reiterar ao comando da ditadura sua importância no combate ao “perigo comunista” que, segundo evidenciava a própria comunidade através da sua alta produtividade, ainda existia no país. Neste sentido, o Fundo SNI – Agência Recife mostra-se um bom exemplo desta atuação da comunidade, visto que, a primeira data de produção a constar nos documentos principais

dos mais de 7 mil ACEs que compõem o Fundo, é o ano de 1979. Ou seja, os documentos informativos que abrem os dossiês foram produzidos durante o período da chamada “abertura política” do regime ditatorial.

Esta situação demonstra justamente o modo de ação do SNI e da a comunidade de informações, principalmente após anunciada por Ernesto Geisel a chamada “distensão política”. Em resumo, a ideia do Serviço era a seguinte: evidenciar como ele era necessário para o monitoramento da segurança interna, visto que em seu entendimento o comunismo ainda era um “perigo” para a nação e, ao mesmo tempo, buscava assegurar para a comunidade de informações alguma garantia durante a transição para a democracia. Assim, durante os anos finais dos governos militares, mesmo com a promessa de “abertura”, os olhos e ouvidos do SNI e de demais Órgãos de Informações continuavam a vigiar a sociedade brasileira, inclusive o campo político, como vimos ao longo deste trabalho.

Desta forma, meio a todos os esforços da sociedade civil por democracia, a “abertura” se desenvolveu ao mesmo tempo como uma conquista e como mais uma conciliação “pelo alto”, ao passo que o SNI e outros órgãos das comunidades de informações e de segurança, garantiram que o autoritarismo se fizesse presente até o fim, pois, como vimos pelas datas da documentação do Serviço exposta ao longo deste trabalho, este continuava a identificar e fabricar “perigos” comunistas. O Serviço Nacional de Informações não foi o único órgão da ditadura militar brasileira a realizar atividades de vigilância política, produzir informações, relatá-las e difundi-las, contudo, foi sem dúvida, o principal responsável por estas atividades.

Ao chegarmos ao final deste trabalho, lembramos da reflexão que partilhamos em nossa introdução: o historiador observa os vestígios do passado com as questões do presente, pois é no presente que nos inserimos. Nesse sentido, a documentação exposta e analisada ao longo deste trabalho constitui-se como uma resposta do passado da ditadura militar que não quer ser passado, e não quer porque não lhe é permitido passar. Porque uma vez adentrado no universo da vigilância a quem não quer ser vigiado; uma vez utilizado os relatos de quem não se permitiu ser relatado, ser delatado, ser observado, ser suspeitado; uma vez adentrado neste universo da comunicação de informações não permitidas pelos informados, o passado não passa. Ele estará para sempre nas páginas que contam as histórias que não queriam ser contadas, porque não se sabia que eram contadas, porque não ocorreram como foram contadas, porque não ocorreram. Porque eram vidas que tinham o direito ser vividas e não narradas em páginas do Estado, em páginas da vigilância, da repressão.

REFERÊNCIAS

Fontes

- Documentos do Fundo SNI – Agência Recife. Acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB), localizado na Fundação Casa José Américo.
- Depoimentos concedidos, em audiências públicas e oitivas privadas à Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB). Acervo encontra-se na Fundação Casa José Américo.
- Documentos da Comissão Nacional de Anistia. Acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB), localizado na Fundação Casa José Américo.
- Inquéritos Policiais Militares (IPMs). Acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB), localizado na Fundação Casa José Américo.

Bibliografia

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984, 340p.

ANDRADE, Fabiana de Oliveira. **A Escola Nacional de Informações: a formação dos agentes para a inteligência brasileira durante o regime militar**. Dissertação (Mestrado) – UNESP/FCHS, Franca – SP, 2014, 139p. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_3e841bf06ecdf63cb4d38c824782851f Acesso: julho de 2018.

_____. **A estrutura do Serviço Secreto na ditadura militar: a formação dos agentes secretos na Escola Nacional de Informações**. Em tempo de Histórias, PPGHIS/UnB, n. 24, Brasília, Jan – Jul 2014, 19p. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/11936> Acesso: julho de 2018.

ANTUNES, Priscila C. B.. **SNI e ABIN: Uma Leitura da Atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao longo do Século XX**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 2001, 203p.

_____. Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes;

QUADRAT, Viz Samantha (Orgs.). **Ditadura e Democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 201-244.

ARAÚJO, Fátima. **História e ideologia da imprensa na Paraíba**. João Pessoa: A União Editora, 1983, 146p.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. **Revolução e democracia**. (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, (As esquerdas no Brasil; v.3), p. 321-353.

BAFFA, Ayrton. **Nos porões do SNI**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989.

BARROS, José d'Assunção. História social e o retorno do político. In: **Campos da Política - Discursos e Práticas**. São Paulo: LP-Books, 2012: 10-47.

_____. **Teoria da História**. Conteúdo V: A Escola do *Annales* e a Nova História. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BAUER, Caroline Silveira.; GERTZ, René E. “Fontes sensíveis na história recente”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orga.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015: 173-193.

BERNSTEIN, Serge. “Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997: 349-363.

BERTONCELO, Edison. **A campanha das Diretas e a democratização**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2007, 218p.

BLONDEL, Jean. **As condições de vida política no Estado da Paraíba**. Joao Pessoa: A União, 1994.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995, 129p.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. (O Brasil Republicano, vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003: 13-42.

BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998: 163- 206.

_____. **O Campo Político**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193-216.

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____. **A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia**. Tradução: Nilo Odalia. 2.ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, 172p.

CAMURÇA, Marcelo Ayres; REIS, Daniel Arão. O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. **Revolução e democracia**. (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, (As esquerdas no Brasil; v.3), p. 131-148.

CATANI, Alfrânio Mendes (org). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte. Autêntica, 2017, 400p.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Cultura popular e autoritarismo. In: **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 47-85.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, 263p.

CITTADINO, Monique. **Populismo e golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)**. João Pessoa: Editora Universitária/Idéia, 1998.

_____. **Poder local e ditadura militar: O governo de João Agripino – Paraíba (1965-1971)**. Bauru: Edusc, 2006.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014, V. 1, 976p. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php> Acesso: outubro de 2017.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014, V. 2, 416p. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php> Acesso: outubro de 2017.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Diretas-Já: vozes da cidade. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. **Revolução e democracia**. (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, (As esquerdas no Brasil; v.3), p. 409-427.

DIAS, Elissandra Maria Costa. **A vigilância do SNI aos estudantes da Universidade Federal da Paraíba (1979-1985)**. Monografia em História – Universidade Federal da Paraíba, Graduação em História, João Pessoa, 2018, 73p.

DIAS, Elissandra Maria Costa. Atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI) no meio acadêmico: a vigilância sobre a Universidade Federal da Paraíba (1979-1985). In: **XVIII Encontro Estadual de História ANPUH-PB: História: desafios do ensino, da pesquisa e da extensão no tempo presente**, João Pessoa: Editora do CCTA-UFPB, 2018. v.1. p. 391-400.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a Conquista do Estado**. Petrópolis, Vozes, 1981.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas: A Esquerda Brasileira, das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, FLAMARION, Ciro.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Ensaios de Teoria. Rio de Janeiro: Campus, 1997: 97-138.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Ditadura Militar na Paraíba: Documentos e Memórias. In: DANTAS, Éder; NUNES, Paulo Giovani Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho (Orgs.). **Golpe Civil-Militar e Ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: Editora UFPB, 2014: 263-287.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, FLAMARION, Ciro.; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012: 169-184.

FERREIRA, Olga Larissa Veiga. **Atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI): Vigilância aos movimentos sociais no campo e igreja católica na Paraíba (1975-1985)**. Monografia em História – Universidade Federal da Paraíba, Graduação em História, João Pessoa, 2017, 54p.

_____.; NUNES, Paulo Giovani Antonino Nunes. O Serviço Nacional de Informação (SNI) e a vigilância à Igreja católica e aos movimentos sociais no campo no período da transição 'lenta, gradual e segura' (1975-1985). In: **Encontro Nacional de História Política, João Pessoa – PB, 2017**. Disponível em: http://uece.br/eventos/gthpanpuh/anais/edicao_2017.html Acesso: outubro de 2017.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001, 269p.

_____. “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão.” In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. (O Brasil Republicano, vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003: 167-205.

_____. **Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004, 391p.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, vol 24, N. 47, 2004: 29-60.

_____. **O golpe de 1964: Momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

_____. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. In: **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.9, n. 20, p. 05-74, jan./abr. 2017.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio**: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005). Rio de Janeiro: Record, 2005, 577p.

_____. **Lugar Nenhum**: Militares e Civis na Ocultação dos Documentos da Ditadura. Coleção Arquivos da Repressão no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, 237p.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensaio de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-41.

GOENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014, 294p.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, 201p.

IGGERS, Georg. **Desafios do século XXI à historiografia**. História da Historiografia, Ouro Preto, n. 4, mar. 2010: 105-124.

ISHAQ, Viven; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. de. **A escrita da repressão e da subversão**, 1964-1985. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012, 277p.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013, 349p.

JULLIARD, Jacques. A Política. In: Jacques Le Goff e Pierre Nora. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995: 180-196.

KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo**. Gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice, 1988.

LAGOA, Ana. **SNI: como nasceu, como funciona**. São Paulo Brasiliense, 1983.

LEMOES, Renato Luís do Couto Neto e. A conexão Havard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. In: **Tempos Históricos**, v.18, p. 559-590, 2014.

LE GOFF, Jacques. "A Política Será Ainda A Ossatura Da História?". In LE GOFF, Jacques. **O Maravilhoso E O Quotidiano No Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 221-242.

_____. História. In: **História e Memória**. 7ª ed. Revista - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013: 21-158.

LONGHI, Carla Reis. **O Boletim Informativo**: documentação institucional ou discurso reapropriado? Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006, 13p. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVIII/pdf/ORDEM%20ALFAB%20C9TICA/Carla%20Reis%20Longhi.pdf> Acesso: junho de 2018.

_____. **O Aparato Repressivo Brasileiro**: Dinâmicas Da Violência E Confrontos Pelo Poder. Projeto História, São Paulo, n 38, jun. 2009: 119-140. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/5236> Acesso: junho de 2018.

_____. **Vigilância e visibilidade**: estratégias de controle da ditadura civil-militar. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 15, n. 22, 1o sem. 2014, 22p. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/viewFile/P.2237-8871.2014v15n22p92/7013> Acesso: junho de 2018.

MACHADO, Jório. **Resistência ao medo**. História de uma eleição indireta para governador. João Pessoa: Editora O Momento, 1978, 144p.

MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil nos anos 1960. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. **Revolução e democracia**. (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, (As esquerdas no Brasil; v.3), p. 183-198.

MATTOS, Marcelo Badaró. As bases teóricas do *revisionismo*: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.) **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 67-98.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Da resistência ao poder**: O (P)MDB na Paraíba (1965-1999). Campina Grande: EDURPB, 2010.

MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.) **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 157-188.

MENDONÇA, Sonia Regina. Capítulo 1: Estado e Sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró. **História: pensar e fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998: 14-32.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. O MDB e as esquerdas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. **Revolução e democracia**. (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, (As esquerdas no

Brasil; v.3), p. 283-302.

_____. “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.) **Cultura Política na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009: 13-37.

_____. Comunismo e anticomunismo sob o olhar da polícia política. In: **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 30, n.1, p. 17-27, 2010.

_____. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. In: ABREU, Luciano Aronne; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre, FGV/Edipucrs: 2013: 9-33.

_____. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. O impacto do golpe de 1964 e da ditadura na universidade paraibana. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon; AIRES, José Luciano de Queiroz; SILVA, Vânia Cristina da (Orgs.) **Poder, memória e resistência**: os 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios. João Pessoa: Editora do CCTA; Mídia Editora, 2016: 13-25.

_____. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. In: **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, jan/mar. 2018.

NASCIMENTO, Dmitri Felix do. **O Serviço Nacional de Informações (SNI)**: o Estado de Pernambuco vigiado. Dissertação (Mestrado) – UFPE/CFCH, Recife, 2013, 115p.

NASCIMENTO, Talita Hanna Cabral. **Do fragmento à reorganização**: movimento estudantil da UFPB (1975-1979). Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2015, 169p.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. **O Partido dos Trabalhadores e a política na Paraíba**: construção e trajetória do Partido no Estado (1980/2000). Tese (Doutorado) – UFPE/CFCH, Recife, 2003, 395p.

_____. Estado versus Sociedade Civil: o processo de transição para a democracia na Paraíba (1975-1979). **Publicado pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Jurídicas**, UFPB, 2009: 57-84.

_____. “Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação de parte da sociedade civil no imediato pós-golpe”. **Revista Perspectiva Histórica**, vol.2, no 2, janeiro-junho de 2012: 37-62.

_____. Ataque ao parlamento: as cassações de mandatos durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964-1969). In **Saeculum** – Revista de História, Nº 31, João Pessoa:

jul/dez, 2014: 285-304.

_____. As experiências de “luta armada” na Paraíba. In. AVELINO, Nildo; FERNANDES, Telma Dias; MONTIOIA, Ana (Orgs.). **Ditaduras: A desmesura do poder**. São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes, 2015. (Coleção Contrassensos) 29-50.

_____. As cassações de mandatos de prefeitos durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964-1969). In. OLIVEIRA, Tiago Bernardon; AIRES, José Luciano de Queiroz; SILVA, Vânia Cristina da (Orgs.). **Poder, memória e resistência: os 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios**. João Pessoa: Editora do CCTA; Mídia Editora, 2016: 71-89.

_____. O ano de 1968 no estado da Paraíba: militância estudantil e opção pela “Luta Armada” – Trajetórias, história e memória. In: NUNES, Paulo Giovani Antonino; PETIT, Pere; LOHN, Reinaldo Lindolfo (Orgs.). **Utopia e repressão: 1968 no Brasil**. Salvador: Sagga, 2018, p. 133- 159.

_____. “A atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB): a vigilância sobre os dirigentes universitários (1976-1985)”. **Saeculum – Revista de História**, 2018.

_____. “A atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI) na Paraíba: a vigilância aos políticos”. In. BEZERRA, Josineide da Silva.; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos.; NUNES, Paulo Giovani Antonino. (Orgs.). **História Política: rupturas institucionais e revoluções**. João Pessoa-PB: Editora UFPB, 2018.

PARAÍBA. Comissão Estadual Da Verdade E Preservação Da Memória Do Estado Da Paraíba. **Relatório final**/ Paraíba. Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do estado da Paraíba; Paulo Giovani Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017, 748p.

PADRÓS, Henrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança e Terror do Estado. In **Revista História e Luta de Classes**, n. 4, p. 43-49, jul. 2007.

_____. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; QUADRAT, Viz Samantha (Orgs.). **Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 143-178.

PRADO, Luiz Carlos Delorme.; EARP, Fábio Sá. “O ‘milagre’ brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar**

e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 4), pp. 207-241.

QUADRAT, Samantha Viz. **A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil** (1964-1985). VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 28, no 47, jan/jun 2012, 23p. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752012000100002&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso: junho de 2018.

RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003.

_____. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003^a: 13-36.

REIS, Daniel Arão. Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – POLOP (1961-1986). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. **Revolução e democracia**. (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, (As esquerdas no Brasil; v.3), p. 53-71.

RESENDE, Pâmela de Almeida. **Os vigilantes da ordem**: a cooperação Deops/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015, 138p.

REZNIK, Luís. **Democracia e Segurança Nacional**: a polícia política no pós-guerra. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, 188p.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo, Unesp, 1993.

_____; REIS, Daniel Arão. **História do Marxismo no Brasil**. Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, 302.

_____. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. **Revolução e democracia**. (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, (As esquerdas no Brasil; v.3), p. 21-51.

ROCHA, Washington; FERNADES, Telma Dias. **O ano que ficou – 1968 – Memórias afetivas**. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2017, 210p.

_____. **1968: O ano que ficou – Memórias afetivas II**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018, 468p.

RODRIGUES, Vicente. A. C.; STAMPA, Inez. Os arquivos da ditadura e a Justiça de Transição no Brasil: a experiência do Centro de Referência Memórias Reveladas. In: Iranice Gonçalves Muniz; Edjane Esmerina Dias da Silva. (Org.). **Memória, Verdade e Justiça de Transição -Anais do XXIII Congresso Nacional do CONPEDI**. 1ed.Florianópolis:

CONPEDI, 2014, v. 1: 1-26. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=3c8aad396b170bc5> Acesso: outubro de 2017.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** (O Brasil Republicano, vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003: 43-92.

SALES, Jean Rodrigues. Da luta armada ao governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. **Revolução e democracia.** (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, (As esquerdas no Brasil; v.3), p. 163-182.

SANTANA, Ajanar Michelly Sobral. **O centro estudantil campinense: espaço de práticas políticas e de memórias (1950-1962).** Dissertação de Mestrado (PPGH-UFCG). Campina Grande 2015.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003: 245-282.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985).** 232 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho. O Partido Comunista Brasileiro na Paraíba: luta de massas entre democracia e o autoritarismo. In. DANTAS, Éder; NUNES, Paulo Giovani Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho (Orgs.). **Golpe Civil-Militar e Ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania.** João Pessoa: Editora UFPB, 2014: 62-77.

SILVA, Waldir Porfírio da. **Um sonho afogado: ditadura militar e movimento estudantil no estado da Paraíba – o caso de João Roberto Borges de Souza (1958-1969).** Dissertação de Mestrado (PPGDH-UFPB). João Pessoa: 2017.

SOARES, Maria Tereza Dantas Bezerra. **Políticos na Paraíba sob a vigilância do SNI (1979-1985).** Monografia em História – Universidade Federal da Paraíba, Graduação em História, João Pessoa, 2017, 70p.

_____. Lutas Democráticas Contra A Ditadura: A Campanha Das Diretas Já no Estado

da Paraíba. In: **XVII Encontro Estadual de História - ANPUH-PB**, Guarabira – PB, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/xviiieeh/index/schedConfs/archive>

_____. A vigilância do SNI sobre o movimento negro brasileiro (1978-1985). In: **VIII Encontro de Pesquisa em História da UFMG - História em tempos sombrios: estudar pesquisar ensinar**, 2019, Belo Horizonte. Anais do VIII Encontro de Pesquisa em História da UFMG (EPHIS-UFMG), 2019. v. 1. p. 2219-2228. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1TDLzqgc6SWKfwD6_4hJb93WZiqul37B3/view

_____; NUNES, Paulo Giovani Antonino. Atuação Do Serviço Nacional De Informação (SNI) Na Paraíba: A Vigilância Sobre Os Políticos E Militantes Políticos Na Paraíba (1979-1983). In: **Encontro Nacional de História Política**, João Pessoa – PB, 2017. Disponível em: http://uece.br/eventos/gthpanpuh/anais/edicao_2017.html

SOBREIRA, Dmitri Da Silva Bichara. **Para Além Do “Sim, Senhor”**: A Aliança Renovadora Nacional (Arena) E A Ditadura Militar Na Paraíba (1964-1969). Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2016, 235p.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo. 1964-1985**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. A lenta via brasileira para a democratização: 1974 - 1985. In: **Democratizando o Brasil**. Alfred Stepan (Org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988: 27-81.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975, 223p.

STONE, Lawrence. **O ressurgimento da narrativa**: reflexões sobre uma nova velha história. Tradução de Denise Bottmann. Past and Present, n. 85, p. 3-24, nov. de 1979.

TARGINO, Ivan; MOREIRA Emilia; MENEZAS, Marilda. As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas. **Revista Ruris**, v. 5, nº 01, março 2011.

TAVARES, Tânia dos Santos. Grupo dos Onze: a esquerda brizolista (1963-1964). **Anais Eletrônicos do XXVIII Simpósio Nacional de História**. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis, 2015, 15p. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acesso: janeiro de 2019.

THIESEN, Icléia. Informação, Verdade E Conhecimento: Memórias Em Litígio. **XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013)**. GT 1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação, 2013, 12p. Disponível em:

<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/paper/viewFile/4015/3138> Acesso: outubro de 2017.

_____. Documentos “sensíveis”: Produção, retenção, apropriação. **Tendências Da Pesquisa Brasileira Em Ciência Da Informação**, v 6, 2013: 1-15. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/97/136> Acesso: outubro de 2017.